

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



**A Escola Portuguesa de Maputo (1985/1999):
Contributo para a sua história – entre o arquivo e a memória**

Teresa Maria Gomes Rebelo Paulo

MESTRADO EM EDUCAÇÃO
Especialização em Formação Pessoal e Social

2009

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



**A Escola Portuguesa de Maputo (1985/1999):
Contributo para a sua história – entre o arquivo e a memória**

Teresa Maria Gomes Rebelo Paulo

MESTRADO EM EDUCAÇÃO
Especialização em Formação Pessoal e Social

Dissertação orientada pelo Professor Doutor Joaquim Pintassilgo

2009

Resumo

Este projecto de investigação visa recuperar o passado e as memórias individuais e colectivas, contribuindo para o conhecimento de uma Instituição de Ensino – a Escola Portuguesa de Maputo, em Moçambique, no tempo histórico da sua existência e deste estudo: 1985-1989.

A história da sua criação, a descrição do itinerário da vida da instituição, a análise da dinâmica que a atravessou, a recuperação de fontes de informação arquivadas e o contributo para o (re)conhecimento da Instituição foram os objectivos fundamentais deste estudo.

O trabalho assume características do estudo de caso histórico, na medida em se visa conhecer o passado de uma instituição de ensino. Desenvolveu-se um estudo descritivo e interpretativo apoiado na natureza qualitativa da investigação e seguiu-se uma metodologia descritiva, narrativa e biográfica, na medida em que se analisaram fragmentos da própria história de vida dos actores educativos. Aproxima-se, também, de um estudo etnográfico, em virtude de as questões terem emergido à medida que o estudo se desenvolveu, no envolvimento do investigador com o seu objecto de estudo e na intencionalidade descritiva da recolha de dados.

A investigação sobre instituições educativas implica um estudo dos seus espaços, da organização pedagógico-didáctica, das estruturas de gestão e instrumentos de autonomia, das práticas e experiências pedagógicas e da vida escolar, da caracterização do corpo docente, dos discentes, entre outros, constituindo uma via para a construção da identidade histórica da instituição.

Participaram no estudo aproximadamente cinquenta actores educativos com diversas funções na instituição alvo da nossa investigação. Os seus testemunhos orais e escritos, histórias de vida, permitiram identificar vivências na Escola, contribuindo para a reconstituição do itinerário e funcionamento da própria instituição educativa. Os dados da pesquisa foram recolhidos por vários processos que se cruzaram, incluindo a entrevista e o depoimento orais (em suporte áudio e depois transcritos) e/ ou escritos e a análise ao acervo documental e fotográfico, que ilustram realidades educativas analisadas no projecto, tendo permitido enriquecê-lo e proporcionando uma visão de conjunto sobre a instituição educativa.

Palavras-chave: instituição educativa; memórias; histórias de vida; actores educativos; fontes arquivadas; identidade histórica; vida escolar.

Abstract

This research project aims at recovering the past and the individual as well as collective memories, contributing for the knowledge of an Institution of Education - the Portuguese School of Maputo, in Mozambique, in its historical time of existence and of this study: 1985-1989.

The history of its creation, the description of the itinerary of the life of the institution, the analysis of the dynamics that crossed through it, the recovery of sources of information filed and the contribution for a re knowledge of the Institution, were the fundamental objectives of this study.

The work assumes characteristics of the study of an historical case, in the measure that it aims to know the past of an education institution. A descriptive and interpretative study was developed, supported by the qualitative nature of the research and was followed by a descriptive, biographical and narrative methodology, in the measure that even fragments of the history of the educators were analyzed. It comes close, also to a ethnographic study, in virtue that the questions have emerged as the study developed, in the involvement of the investigator with its object of study in the descriptive intention of the retraction of data.

The inquiry on educative institutions implies a study of its spaces, of the pedagogical-didactical organization, structures of management and instruments of autonomy, of practical and pedagogical experiences and of the pertaining school life, of the characterization of the faculty, the learning, among others, constituting a way for the construction of the historical identity of the institution.

Participant in this study were approximately fifty educators with diverse functions in the institution of this inquiry. Their verbal and written certifications, histories of life, allowed identifying experiences in the School, contributing for the reconstitution of the itinerary and functioning of the proper educative institution. The data of the research was collected by several processes that interrelate with one another, including the verbal interview and the deposition (in support audio and later transcripts) and/or written and all the documentary and photographic data, that illustrate analyzed educative realities in project, having allowed to enrich it and providing a collective vision on the educative institution.

Key words: educative institution; memories; life histories; educative actors; filed sources; historical identity; school life.

Agradecimentos

A realização deste estudo não teria sido possível sem a participação, colaboração e apoio de muitas pessoas, imprescindíveis na concretização de um projecto desta natureza.

Ao Professor Doutor Joaquim Pintassilgo, por ter aceitado ser o meu orientador e por todo o seu apoio, incentivo e disponibilidade, o meu sincero agradecimento. A sua supervisão ao longo de todo este trabalho foi determinante para que o conseguisse desenvolver e concluir.

A todos os professores da componente curricular do Mestrado em Educação, nomeadamente: Dr.^a Maria Odete Valente, Dr.^a Cecília Galvão, Dr.^a Carolina Carvalho, Dr. Agostinho Reis Monteiro, Dr. Henrique Guimarães, Dr. Joaquim Pintassilgo e Dr. João Pedro da Ponte, o meu agradecimento por me ajudarem a conhecer e a entender a educação numa perspectiva investigacional.

Os meus agradecimentos a todos quantos participaram, directa ou indirectamente, neste trabalho e a quem “obriguei” a (difíceis) “exercícios de memória”. Na impossibilidade de os nomear a todos (e para não incorrer no risco de involuntariamente esquecer alguém): aos meus colegas professores e ex-directores pedagógicos; a todos os ex-alunos da EPM; aos funcionários administrativos – um obrigado especial à D. Irene Cabral, pela preciosa ajuda, valiosos esclarecimentos e cedência de grande parte das fontes de arquivo; às nossas competentes funcionárias auxiliares educativas; à presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação; ao presidente da mesa da Assembleia Geral, José Manuel Serejo, e ao António Oliveira, Assessor do Conselho Fiscal da Cooperativa de Ensino.

Aos meus pais, por tudo o que me transmitiram ao longo da vida e pelo constante incentivo a que seguisse sempre “mais além”.

Aos meus filhos, pela paciência, carinho e compreensão que manifestaram ao longo de mais esta etapa do meu percurso académico, mesmo quando este causou algum constrangimento na vida familiar.

A todos, expresso o meu reconhecimento e gratidão.

ÍNDICE

Págs.

Resumo	iii
Abstract	v
Agradecimentos	vi
Índice	vii
Siglas utilizadas	xii

Introdução

1. Pertinência do tema	1
2. Enquadramento teórico	3
3. Metodologia de investigação	6
3.1. Opções metodológicas gerais e género de estudo	6
3.2. Tipo de participantes	8
3.3. Natureza das fontes de dados da pesquisa, instrumentos e procedimentos de recolha de dados	9
4. Objectivos da investigação	10
5. Estrutura da tese	11

Capítulo I – Maputo e a Escola Portuguesa de Maputo (EPM) – Cooperativa de Ensino, CRL

1.1. Moçambique – Maputo: contextualização historico-socio-economica-política	13
1.2. A Educação em Moçambique no período pós-independência (1975/1985)	16
1.3. O projecto de criação da EPM	19
1.4. Os impulsionadores do processo de fundação da Escola	22
1.5. A abertura da escola e o primeiro ano lectivo	23
1.6. O crescimento da Escola	24

Capítulo II – Os espaços escolares

2.1. Identificação e caracterização geral dos espaços escolares	28
---	----

2.2	Caracterização geral dos espaços interiores e exteriores	34
2.2.1	Caracterização dos espaços interiores	38
	Salas de aulas	38
	Salas de Desenho e de Educação Visual e Tecnológica	39
	Sala de Trabalhos Manuais e Trabalhos Oficiniais	40
	Gabinete Médico	41
	Biblioteca Escolar	42
	Ginásio e espaços para a prática de Educação Física e Desportos	43
	Sala de Educação Musical	45
	Sala de Computadores	45
	Cantina/ Refeitório	46
	Sala dos Professores	48
	Área Administrativa	49
2.3	Adaptação e gestão dos espaços e dos tempos escolares	51

Capítulo III - Organização da EPM: órgãos administrativos e pedagógicos

3.1	Criação da Cooperativa de Ensino	57
3.2	Órgãos e Competências da Cooperativa de Ensino	58
3.2.1	Mesa da Assembleia Geral	60
3.2.2	Conselho Fiscal	62
3.3	A Direcção Pedagógica	63
3.4	Outras estruturas de gestão	72
3.4.1	Conselho Pedagógico	72
3.4.2	Conselho dos Directores de Turma	73
3.4.3	Conselho de Turma	73
3.4.4	Director de Turma	73
3.4.5	Departamentos Curriculares	74
3.4.6	Agrupamento Disciplinar	75
3.4.7	Serviço de Psicologia e Orientação Escolar	75
3.4.8	Serviços Médicos	76
3.5	Os projectos da Escola	76
3.5.1	O Regulamento Interno	77

3.5.2	O Projecto Educativo	81
3.5.3	O plano anual de actividades	85

Capítulo IV – Os professores: caracterização do Corpo Docente

4.1	Número de professores no ano de 1985/86 e evolução até 1998/99	90
4.2	Vínculo contratual e identidade profissional	92
4.3	Formação académica e profissional	94
4.4	Idade e género	95
4.5	Nacionalidades, origens geográficas e culturas	96
4.6	Análise dos dados relativos ao corpo docente	97
4.6.1	Identificação e formação profissional	98
4.6.2	Experiência profissional	101
4.6.3	Desempenho profissional	105
4.6.4	Relacionamento socioprofissional entre agentes educativos	106
4.6.5	Recordação de episódios vividos durante a permanência na EPM	109
4.6.6	A vida em Maputo e o impacto da EPM em Maputo e em Moçambique	112
4.6.7	Perfil dos alunos ao saírem da EPM	113
4.6.8	Caracterização da EPM na época em que exerceu funções e expectativas em relação à nova Escola	114
4.7	Práticas e Experiências Pedagógicas	115
4.7.1	Área Escola	115
4.7.2	Visitas de Estudo	121
4.7.3	Formação profissional	125

Capítulo V – Os alunos: caracterização do Corpo Discente

5.1	Evolução do número de alunos, por níveis de ensino e por ano lectivo	133
5.2	Composição dos alunos: género e idade	136
5.3	As origens geográficas, nacionalidades e multiculturalidade	138
5.4	Análise dos dados relativos ao corpo discente	143
5.4.1	Identificação dos alunos entrevistados	144
5.4.2	Desempenho académico	145
5.4.3	Relacionamento entre agentes educativos	146
5.4.4	Caracterização da EPM	150

5.4.5	Recordação de episódios vividos durante a permanência na EPM	152
5.4.6	Perfil dos alunos ao saírem da EPM	155
5.4.7	Expectativas em relação à nova Escola e frequência	157
5.4.8	Percurso académico e profissional após a saída da EPM	158

Capítulo VI – Os funcionários administrativos e auxiliares

6.1	Breve caracterização: funções e categorias	161
6.1.1	Composição do pessoal administrativo: género e idade	163
6.1.2	As origens geográficas e nacionalidades	163
6.1.3	Habilitações literárias	163
6.1.4	Tempo de serviço dos trabalhadores administrativos e auxiliares	164
6.2	Análise dos dados relativos aos funcionários administrativos e auxiliares	164
6.2.1	A Chefe dos Serviços Administrativos (Secretaria)	166
6.2.2	O Responsável dos Recursos Humanos	168
6.2.3	O Chefe dos Serviços de Manutenção	169
6.2.4	A Chefe de Pessoal	170

Capítulo VII – A Associação de Pais e Encarregados de Educação

7.1	Constituição/ intervenção da Comissão de Pais e Encarregados de Educação	173
7.2	A Presidente da Associação de Pais	174
7.3	Outras Comissões de Pais	177

Capítulo VIII – A imagem da EPM

8.1	As publicações da EPM	178
8.1.1	O Boletim Informativo <i>Laço de União</i>	178
8.1.2	O Boletim Informativo <i>C E L P INFORMAÇÃO</i>	199
8.1.3	Um jornal trimestral	206
8.2	Exposições dos trabalhos dos alunos	211
8.3	Festas, comemorações e outras actividades recreativas e culturais	219
8.4	O grupo de teatro <i>Estaminé</i>	234

8.5	Recepção aos Visitantes da Escola	238
8.6	Actividades desportivas	241
8.7	Envolvimento com a comunidade local	247

Capítulo IX – As outras Escolas Portuguesas em Moçambique

9.1	A EPM e as Escolas Portuguesas de: Nacala, Nampula, Quelimane, Beira, Cahora Bassa, Colégio Académico da Beira, Escola Verney (Maputo) e Externato José Craveirinha (Maputo)	250
9.2	Características gerais, comuns e diferentes das várias Escolas	254
9.3	Estatuto das Escolas Portuguesas em Moçambique	256
	Considerações finais	257
	Limitações do estudo e recomendações para futuras investigações	260
	Fontes e Referências Bibliográficas	262
	Documentação/ Legislação	265
	Documentação de Referência (Consultada e/ou em Anexo)	266
	Referências Bibliográficas	271
	Anexos	
	Anexo A - Guiões das entrevistas	275
	Anexo B - Documentos de natureza pedagógica	283
	Anexo C - Planta da cidade de Maputo e da Escola	311
	Anexo D - Outras Fontes de Arquivo (Documentos Oficiais)	315
	Anexo E - Comunicados, artigos, folhetos, convites, brochuras	341

Siglas utilizadas

ANC – Congresso Nacional Africano, sigla em inglês
CRL – Cooperativa de Responsabilidade Limitada
DEB – Departamento de Educação Básica
DGRE – Departamento de Gestão de Reservas Educativas
DPS – Desenvolvimento Pessoal e Social
EA (1, 2,...) – Entrevista ao Aluno ...
ED (1, 2, ...) – Entrevista ao Director ...
EEC (1 e 2) – Entrevista a elemento da Cooperativa
EF (1,2,...) – Entrevista ao Funcionário ...
EP (1, 2, ...) – Entrevista ao Professor ...
EPM – Escola Portuguesa de Maputo
EPM - Cooperativa de Ensino, C.R.L. – Escola Portuguesa de Maputo - Cooperativa de Ensino, Cooperativa de Responsabilidade Limitada
EPM-CELP – Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e Língua Portuguesa
EVT – Educação Visual e Tecnológica
FACIM – Feira Agro-Comercial e Industrial de Moçambique
FMI – Fundo Monetário Internacional
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
HCM – Hospital Central de Maputo
IGE – Inspeção Geral da Educação
ISPU – Instituto Superior Politécnico e Universitário (Maputo)
ITI – Introdução às Tecnologias de Informática
JINEP – Jardim de Infância da Escola Portuguesa
M.E. – Ministério da Educação
ONUMOZ – Missão das Nações Unidas para Moçambique
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PRE – Programa de Reestruturação Económica
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana
R.I. – Regulamento Interno
UEM – Universidade Eduardo Mondlane (Maputo)

INTRODUÇÃO

1. Pertinência do tema

Este trabalho incide sobre uma escola portuguesa fora do território luso. Trata-se da Escola Portuguesa de Maputo – Cooperativa de Ensino, CRL, localizada em Maputo, cidade capital de Moçambique, antiga colónia portuguesa em África. Nesta dissertação, tal Instituição de ensino será designada pela sigla EPM, como sempre foi designada, ou simplesmente por Escola.

Procuraremos, no início deste capítulo, abordar a criação desta Escola, as causas que estiveram na origem da sua fundação para, ao longo do trabalho, revelar um pouco da sua história, do seu crescimento e evolução como Instituição de Ensino Português.

Os cidadãos portugueses e de outras nacionalidades que residiam em Moçambique antes da independência do país em 1975 e outros, que terão vindo na década de 80 como cooperantes para vários sectores da jovem República, preocupados com o futuro académico dos seus filhos - a educação em Moçambique passava por uma grave crise – começaram, na década de 80, a desejar criar uma escola que satisfizesse os seus anseios. Dessa vontade e do grande empenho de um grupo de pais e encarregados de educação, nasce, em Janeiro de 1986, a Escola Portuguesa de Maputo. Pequena instituição aquando da sua criação abre portas apenas com o primeiro ciclo (então designado ensino primário), com quatro professoras e noventa e quatro alunos. A Escola cresce, ao longo dos anos, passando por diversas fases: é reconhecida como escola portuguesa, institucionou-se como Cooperativa de Ensino, é-lhe concedido o paralelismo pedagógico pelo Ministério da Educação português, funciona em instalações precárias, recebe visitas ilustres e inspecções frequentes, ambiciona por um edifício condigno que é prometido e depois negociado entre governos e, finalmente, após catorze anos lectivos, em Outubro de 1999, consegue ter instalações próprias, um imponente e bem apetrechado edifício, único em Moçambique e um dos melhores de Portugal.

É sobre esta Escola, onde ingressei como professora em Setembro de 1988 e onde permaneci até 1999, sobre o seu percurso, a sua história ainda tão recente, que incide este trabalho. Como se este motivo de ordem afectiva e emotiva não bastasse, esta foi, também, a escola dos meus filhos desde os 3-4 anos, aos 15 e 10 anos de idade, tendo continuado o seu percurso escolar na nova Escola.¹

¹ A “nova Escola” é a actual Escola Portuguesa de Moçambique, a instituição do Estado português que sucedeu à Escola alvo deste estudo.

Porque muito trabalho foi feito, muitos esforços dispendidos, alegrias e tristezas partilhadas, esta Escola não pode, de maneira nenhuma, ficar no esquecimento, nas remotas e mais ou menos saudosas recordações das pessoas que lá trabalharam e estudaram: professores, alunos e funcionários.

Assim, na última cadeira da parte curricular do curso, quando foi pedido aos mestrandos que elaborassem um anteprojecto da tese, este foi logo o tema pensado, devido à influência, certamente, dos interessantes conteúdos e temáticas abordados na cadeira de História da Educação.

Na medida em que não se registaram ainda, que tenhamos conhecimento, quaisquer estudos históricos acerca desta instituição educativa, e antes que as memórias se diluam ou as pessoas fiquem mais distantes no tempo e no espaço, cremos que é chegado o momento adequado para este tema ser abordado e tratado com a atenção necessária.

Desse modo, propomo-nos desenvolver um projecto de investigação com vista a recuperar o passado e as memórias, individuais e colectivas, que, embora relativamente recentes, poderão vir a ser esquecidas no tempo.

Trata-se, pois, de reconstruir a memória da Escola, uma vez que temos consciência da importância que estas abordagens têm na reconstituição do itinerário de uma instituição escolar com funções formativas, dado o lugar que os actores educativos ocupam na sua existência.

O facto de a Escola alvo desta investigação já não existir, por conseguinte já não poderem ser feitos estudos “ao vivo”, em lugar de nos desmotivar serviu, pelo contrário, de estímulo à realização deste trabalho. Pensamos que ele pode contribuir, de alguma forma, para destacar a importância da Escola para as várias gerações que lá partilharam experiências e para a comunidade onde estava inserida, na medida em que, metaforicamente, se pode afirmar que a EPM-Cooperativa de Ensino, CRL, constituiu os “alicerces do edifício” - ou a “raiz do embondeiro” -, em que se transformou a Escola Portuguesa de Moçambique.

Outra motivação para a realização deste trabalho foi exactamente esta proximidade com a EPM-CELP, o facto de a instituição alvo do meu estudo constituir a instituição passada da actual Escola, onde desempenho a minha actividade profissional como docente desde a transição, em 1999, até ao presente momento. Tal facto foi, nos últimos anos, esquecido, omitido ou menosprezado, ao querer-se fazer crer que a Escola Portuguesa em Maputo e em Moçambique nasceu com a EPM-CELP, renegando a própria História da Instituição e causando, inúmeras vezes, tristeza, frustração e mágoa nos profissionais que muito contribuíram para o bem do Ensino Português em Moçambique.

É facto incontestável que a própria História se encarrega sempre de fazer justiça e não é menos verdade que só a memória é susceptível de permitir a consolidação da identidade do que fomos e do que somos.

Neste sentido, foi motivo de regozijo para os antigos docentes da Escola Portuguesa (Cooperativa) encontrar, pela primeira vez em muitos anos, no discurso de tomada de posse da actual Presidente do Conselho Directivo da Escola Portuguesa de Moçambique, Doutora Dina Trigo de Mira, o reconhecimento do passado herdado pela actual Instituição. Após fazer referência ao Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique ao abrigo do qual foi criada a EPM-CELP, afirma:

A sua criação constitui-se também como herdeira directa de uma história ainda mais longa e antiga do Ensino Português em Moçambique, e que engloba, por exemplo, o trabalho desenvolvido, desde 28 de Janeiro de 1986, pela então designada Escola Portuguesa de Maputo – Cooperativa de Ensino, que desenvolvia as suas actividades lectivas em regime de direito privado e em regime de paralelismo pedagógico. Isto é de tal modo verdade que alguns dos actuais professores da EPM-CELP são antigos professores desta primeira Instituição .(pp.5-6)²

2. Enquadramento teórico

Estudar a génese de uma escola é procurar as raízes de uma comunidade, que deu ao espaço da escola o cunho de lugar e tempo vividos. De acordo com António Nóvoa (2001), “há muitos outros domínios que suscitam a atenção da sociedade, ... mas a escola é o único lugar que está habitado, simultaneamente, por uma experiência pessoal e por uma expectativa de futuro.”(p. 19)

Tendo, esta Escola, um lugar cativo na minha memória e, seguramente, na da maioria dos agentes educativos que por lá passaram e não só, também na de outros elementos da comunidade que directa ou indirectamente se envolveram no projecto da Escola, parece-nos importante escrever sobre o seu percurso, sobre a história da sua criação, como forma de valorizar o seu passado.

As memórias da Escola, contadas oralmente, ou escritas pelos seus actores, certamente que constituem importantes fontes de conhecimento prático que ajudam a reconstruir a história da instituição. Neste caso, sou a personagem anónima, a narradora participante de uma parte significativa da minha própria história de vida, através das recordações fragmentadas, de memórias auto-biográficas, de imagens presenciadas ou vivenciadas, embora tenha consciência de que, pelos motivos apontados, possa, de algum

² Discurso de Doutora Dina Trigo de Mira, no acto de tomada de posse para o cargo de Presidente do Conselho Directivo da EPM-CELP, 26 de Fevereiro de 2008.

modo, ter condicionado ou influenciado a investigação.

Pazos (s/data), parafraseando Connelly e Clandinin, refere:

La razón principal para el uso de la narrativa en la investigación educativa es que los seres humanos somos contadores de historias... e la educación es la construcción y la re-construcción de historias personales y sociales; tanto los profesores como los alumnos son contadores de historias y también personajes en las historias de los demás y en las suyas propias.(p.108)

Efectivamente, uma parte das investigações acerca da educação, centram-se na vida profissional dos professores e dos estudantes, baseando-se em textos memorísticos que podem ser de diferentes tipos: auto-biografias, diários pessoais, entrevistas biográficas orais ou escritas, entre outras.

Estes textos são construídos em três níveis diferentes de experiências: *a interior*, onde se relatam sentimentos, disposições estéticas e morais; *a exterior*, onde podem interferir condições externas ao próprio sujeito-actor (no passado que é narrado) ou exteriores no momento em que conta ou escreve ou dá a entrevista (no presente); *a temporal* (uma visão do passado apreciada no presente), com “outros olhos”, isto é, uma visão distanciada em que o “eu” é influenciado com tudo o foi sendo construído, do passado ao presente. Com efeito, não é já a criança, o adolescente ou o jovem professor o narrador participante, é alguém que reconstruiu essas memórias, alguém que já tem um percurso mais longo de vida, e que, nesse período, adquiriu conhecimentos, experiências, vivências. Por essa razão, a investigação com base nas memórias é complexa, e essa complexidade ainda é mais subjacente dada a subjectividade de tais textos, autênticas expressões literárias em que o “eu” se projecta, revelando várias personalidades dentro de si próprio.

Nóvoa (1994), parafraseando Magalhães Godinho (1977), considera:

A história da educação não é o ‘passado’, o que esmaeceu e desapareceu e não volta, mas sim a continuidade que vem ao agora e até ao amanhã, um passado que se prolonga em presente e em projecto: a história e um modo ... de bem pôr os problemas de hoje graças a uma indagação científica do passado.(p.111)

Ainda acerca da complexidade dos textos de memórias, Viñao Frago (2002) refere:

El cambio de perspectiva implica un cambio de sujeto. Y aquí no hay un unico cambio de perspectiva, sino varios. ... la misma historia cambia cuando es contada por diferentes protagonistas u observadores de la misma. Y cada uno de ellos, con su parte de verdad, nos ofrece aspectos que los otros silencian u ocultan.(pp.138-139)

Assim, é necessário ter em conta a subjectividade, o carácter conotativo de um texto literário, visto que, a partir do momento em que o texto deixa de ser exclusivamente do seu

próprio autor, fica sujeito a várias interpretações, que podem distorcer o que o autor disse ou julgou dizer.

Por sua vez, Sanfelice (1999) considera que é bastante abrangente o campo de investigação sobre a escola:

É preciso ter presente que a investigação sobre as Instituições Educativas, e para nós não há dúvidas de que a Instituição Escolar é uma Instituição Educativa, pode implicar desde um estudo de seus espaços físicos e da própria arquitetura dos edifícios, bem como na abordagem das suas grandes áreas de organização, ou seja, a pedagógico-didáctica e a de direcção/ gestão. Mas não é só, porque estas instituições têm também uma estrutura social, ou melhor, sócio-cultural, que, submetida a uma hermenêutica, pode se constituir na “via fundamental para a construção da identidade histórica das instituições educativas”. (pp.54-55)

Revelar o papel dos seus actores para interpretar o itinerário histórico da instituição à luz do próprio modelo, constitui parte do campo investigativo dos projectos de pesquisa actuais, que nos auxiliam no sentido de aprofundar a compreensão da escola como instituição.

Paralelamente, Nóvoa (1994) refere que “A História da Educação fornece aos educadores um conhecimento do passado colectivo da profissão, que serve para formar a sua cultura profissional ... e estimula uma atitude crítica e reflexiva”. O mesmo autor salienta, ainda, que “A História da Educação amplia a memória e a experiência, o leque de escolhas e de possibilidades pedagógicas ...”. (p.19)

Trata-se, pois, de investigar a instituição escolar em todos os níveis, como expressão de seus sujeitos e dos processos sociais e culturais (e também interculturais e multiculturais) produzidos no contexto da sociedade em que estávamos inseridos, tal como afirma Magalhães (1999):

Do ponto de vista historiográfico, a reinvenção da identidade de uma instituição educativa se não se obtém através de uma abordagem descritiva, ou justificativa, também se não confina à relação através das instituições educativas ... Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (p.64)

No caso da EPM, o estudo da instituição escolar vai ser utilizado para pôr em evidência a sua singularidade e as suas especificidades, bem como a sua relativa autonomia, mau grado as vicissitudes por que passou ao longo da sua vigência de 14 anos, o tempo histórico abrangido por este estudo.

Pretende-se fazer uma abordagem que permita a construção de um processo histórico, ou antes, uma abordagem *meso*, termo que nas perspectivas recentes é utilizado para os trabalhos que incidem sobre as instituições escolares; uma abordagem *micro*, que se focaliza nos actores educativos e na sua experiência de vida; uma abordagem *macro*, porque se baseia nas relações sociais desenvolvidas pelas comunidades.

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas, de acordo com Magalhães (1999):

É um processo de investigação onde se cruzam informações de várias naturezas – orais, arquivísticas, museológicas, arquitectónicas, fontes originais e fontes secundárias – um manancial de informação cuja exploração e utilização carecem de uma cuidada vigilância hermenêutica. Um vaivém esclarecido entre a memória e o arquivo. (p.63)

Trata-se de uma construção entre a memória e o arquivo pois, como refere o mesmo autor, as instituições educativas, como as pessoas, são portadoras de uma memória. Memória essa que, se por um lado é factual, ritualista, comemorativa, constituída por relatos e representações, simbólicas ou materiais, por outro é também uma memória integrada nas práticas do quotidiano, numa instituição que, transmitindo cultura, não deixou de produzir culturas, que lhes confere uma identidade institucional.

Magalhães (1999) refere ainda um aspecto que pudemos constatar nesta pesquisa:

Sede privilegiada de uma multiplicidade de acções humanas, pedagógicas, culturais, sociais, afectivas, produto de um quotidiano sempre reinventado, da instituição educativa não resta por vezes mais do que um resíduo documental, irregularmente repartido no tempo e pouco representativo, nomeadamente no que se refere à riqueza do quotidiano escolar. (p.74)

Com efeito, para aquilo que foi a Escola, o que representou na comunidade portuguesa e não só, e tendo em conta o árduo trabalho desenvolvido por todos, parece não haver registos arquivísticos de grande parte das múltiplas actividades levadas a cabo. Não podemos deixar de referir porém, que não nos foi facultada a consulta aos arquivos da Cooperativa de Ensino da EPM, pela actual Direcção da mesma, apesar dos esforços dispendidos nesse sentido em várias ocasiões. Lamentamos profundamente tal facto, pois estamos convictos de que a pesquisa teria sido certamente mais profícua e que o trabalho resultante seria muito enriquecido.

3. Metodologia de investigação

3.1. Opções metodológicas gerais e género de estudo

Este trabalho de investigação, inserindo-se numa abordagem interpretativa,

aproxima-se do estudo de caso histórico, pela delimitação das unidades que faz e pelo carácter das observações realizadas. Efectivamente, um estudo de caso visa conhecer uma entidade bem definida, neste caso uma instituição de ensino, visando compreender os “como” e os “porquês” dessa entidade, evidenciando a sua identidade e características próprias, nos aspectos que interessam ao investigador.

Os dados obtidos foram analisados através do paradigma metodológico interpretativo, de modalidade qualitativa, que visa, segundo Bogdan e Biklen (1994), “valorizar a compreensão e a explicação, tendo em vista desenvolver e aprofundar o conhecimento de um fenómeno ou situação, num dado contexto”. (p.46)

O tipo de metodologia é descritivo-narrativo e biográfico, na medida em que se trata de fragmentos da própria história de vida dos participantes.

Com efeito, como refere Mogarro (2001):

Assume-se a importância da narrativa como forma de escrever a história e a apresentar, metodologia que parece de particular pertinência quando se confere relevo significativo aos actores sociais e educativos – professores, alunos, autoridades ligadas ao campo educativo e mesmo instituições que deixaram as suas memórias arquivísticas – assim como aos discursos por eles produzidos e que constituem as vozes das suas vidas e do seu tempo.(p. XXIII)

A investigação seguiu uma metodologia qualitativa centrada na história da instituição educativa, tendo sido desenvolvidas entrevistas semi-estruturadas, realizadas individualmente a vários actores educativos e seus colaboradores: professores, alunos, funcionários, directores pedagógicos, membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal da Cooperativa de Ensino e membros da Associação de Pais e Encarregados de Educação dos alunos da escola.

A investigação qualitativa possui cinco características, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), que passo a citar e, simultaneamente, a relacionar com esta investigação: “1. Na investigação qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal.”(p. 47)

No que diz respeito a este projecto, esta característica é só parcialmente constatada na medida em que não foi possível a recolha directa de dados no “ambiente natural”, dado que a escola em estudo já não existe, fechou em Setembro de 1999, isto é, quando se efectuou a transição de todos os recursos humanos: pessoal docente, discente e administrativo para a nova escola (a EPM-CELP), a qual abriu as suas portas em Outubro do mesmo ano. O facto de a instituição já não existir foi um obstáculo ao estudo, uma vez que o contexto espacial, as interacções em sala de aula e entre os diferentes agentes

educativos, bem como outras situações e procedimentos, isto é, a possibilidade da observação no ambiente natural, *in loco*, não puderam ocorrer. Os dados obtidos foram recolhidos pela investigadora, daí que a asserção “constituindo o investigador o instrumento principal” seja verdadeira. Estes dados foram recolhidos em diversas fontes, como indicámos no ponto 3.3., destacando-se a documental/ arquivística e as diversas entrevistas realizadas. Efectivamente, estes materiais foram recolhidos por mim, daí que o entendimento que tenho deles seja o instrumento fundamental da análise.

No que concerne à segunda característica “2. A investigação qualitativa é descritiva”, corresponde à presente investigação, na medida em que os dados recolhidos são em forma de palavras, de texto. Os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, documentos diversificados (pessoais e oficiais), entre outros. Como investigadora, procuro analisar os dados integralmente, respeitando, tanto quanto possível, a forma em que estes foram registados ou transcritos. Assim, a descrição concorre para que tudo seja examinado com a ideia de que nada é trivial ou menos importante, mas que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objecto de estudo. As terceira e quarta características, nomeadamente: “3. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que pelos resultados ou produtos” e “4. ...tendem a analisar os seus dados de forma indutiva” são também aqui confirmados. Se, na terceira, são os processos os mais detalhadamente descritos (por exemplo, a interacção professor-aluno, as relações entre as diferentes estruturas da escola, os procedimentos e as ocorrências...), na quarta, a investigadora não recolheu dados com o objectivo de confirmar hipóteses previamente colocadas. Por outro lado, planeia utilizar parte do estudo para perceber quais são as questões mais importantes, isto é, não presume que sabe o suficiente antes de efectuar a investigação.

A quinta e última característica defendida pelos autores é, talvez, a menos explícita neste trabalho: “5. O significado é de importância vital na abordagem qualitativa”, que revela como o investigador que faz uso deste tipo de abordagem está interessado no como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas, isto é, se preocupam com aquilo que se designa por ‘perspectiva participante’ e esta, ao apreender a investigação, faz luz sobre a dinâmica interna das situações, dinâmica esta que é frequentemente invisível para o observador exterior.

3.2. Tipo de participantes

Os sujeitos/ participantes foram seleccionados entre professores, alunos, funcionários

administrativos e auxiliares educativos, encarregado da manutenção, directores pedagógicos, elementos dos corpos sociais da Cooperativa de Ensino e presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação dos alunos da Escola.

A selecção destes elementos dependeu grandemente da sua permanência no país (Moçambique), – embora no caso de alguns ex-colegas (professores) e de quase todos os ex-alunos tenha conseguido por via electrónica (*e-mail*) a resposta escrita ao guião da entrevista –, bem como da disponibilidade que os vários participantes demonstraram à cedência de informações e/ou à entrevista.

3.3. Natureza das fontes de dados de pesquisa, instrumentos e procedimentos de recolha de dados

Relativamente às fontes e instrumentos de investigação, os mais usados foram a análise de documentos escritos, as respostas dadas nas entrevistas e os testemunhos ou depoimentos orais (apoiados em registos áudio e posteriormente transcritos).

As fontes documentais utilizadas foram:

- Documentos oficiais: boletins da República, diários da República, decretos-lei, portarias, ...
- Relatórios;
- Actas;
- Ordens de Serviço,
- Regulamentos internos;
- Projectos educativos;
- Planos anuais de actividades;
- Listagens nominais dos alunos;
- Listagens nominais dos professores;
- Listagens nominais dos funcionários;
- Livros de termos;
- Pautas de aproveitamento escolar;
- Publicações periódicas da escola: *Laço de União*; *CELP-Informação*; ...
- Convocatórias, avisos, convites, ...;
- Cartões e cadernetas escolares;
- Trabalhos dos alunos;
- Fotografias;
- Entre outros.

Recorri a fontes múltiplas e variadas:

- *orais*, mediante o recurso à aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos diversos intervenientes: vinte professores, cinco directores pedagógicos, quinze alunos, a chefe da secretaria, o funcionário responsável dos Recursos Humanos, três auxiliares educativas, o encarregado da manutenção da Escola, um dos presidentes da mesa da Assembleia Geral da Cooperativa e um elemento do Conselho Fiscal, a Presidente da Associação de pais e encarregados de educação dos alunos.
- *escritas*, por via de documentos oficiais, documentos pessoais dos professores e de outros intervenientes no processo educativo relativos à Escola e documentos da Escola (actas de reuniões, relatórios, ordens de serviço, publicações da escola, entre outras) e através de textos-depoimentos de alguns dos intervenientes.
- *fotográficas*, pessoais e cedidas por algumas colegas e pela chefe da secretaria, referentes a diversos participantes no processo educativo, a variados momentos históricos da Escola e nos diferentes espaços escolares – ilustram as situações educativas que são analisadas neste trabalho, constituindo fragmentos dessas realidades, representação simbólica de fontes históricas.

A investigação passou por vários momentos: numa primeira fase os dados de que dispunhamos eram insuficientes, pois muitos entraves se colocaram a esta investigação, sobretudo em relação à consulta de documentação arquivada, como já referi; numa segunda fase, alguns dos agentes escolhidos para responder ao inquérito e/ ou para serem entrevistados, embora inicialmente se tivessem disponibilizado para o fazer, salvo poucas excepções, não o fizeram de forma célere; posteriormente, e dado o alargado leque de informações que foram sendo recolhidas ao longo do estudo, colocou-se a necessidade de tomar decisões, de fazer escolhas, ao compreender que não podia tratar todas as problemáticas, nem esgotar a informação.

4. Objectivos da investigação

Tendo em conta que cada escola tem uma espécie de personalidade própria, determinada por uma série de variáveis que determinam a sua composição desde a sua estrutura ao processo organizacional, são objectivos fundamentais do meu estudo:

- Conhecer o processo de criação/ fundação da EPM - Escola Portuguesa de Maputo, Cooperativa de Ensino, CRL.

- Descrever o percurso da Escola Portuguesa de Maputo de 1985 a 1999;
- Analisar a dinâmica que atravessou a instituição educativa;
- Sistematizar e descrever o itinerário da vida da instituição, na sua multidimensionalidade;
- Recuperar fontes de informação arquivadas;
- Contribuir para o (re)conhecimento da Escola Portuguesa de Maputo em Moçambique.

5. Estrutura da tese

A primeira parte do presente trabalho corresponde à introdução, onde se apresentam as linhas gerais que nortearam a investigação: a pertinência ou relevância do tema da investigação, a fundamentação teórica, a metodologia da investigação com indicação das opções metodológicas gerais, o género de estudo, o tipo de participantes, a natureza das fontes e os instrumentos de pesquisa, bem como os procedimentos de recolha de dados. Seguidamente, são apresentados os objectivos do trabalho de investigação que se pretenderam alcançar e, por último, apresenta-se a estrutura da tese.

O desenvolvimento, a parte nuclear deste trabalho, apresenta-se em nove capítulos.

O percurso desta instituição escolar inicia-se, no capítulo I, com uma breve caracterização do país onde a Escola estava inserida - Moçambique -, relativamente a aspectos históricos, geográficos, sociais, económicos e políticos, depois da independência do país. Logo a seguir, aborda-se sucintamente a educação em Moçambique com o objectivo de contextualizar educacionalmente a época em que a Escola foi criada, tema logo a seguir abordado. Nos últimos pontos deste primeiro capítulo, apresenta-se o projecto de criação da EPM, refere-se quem foram os impulsionadores do processo de criação da Escola, dá-se a conhecer como se deu a abertura da Escola e como decorreu o primeiro ano lectivo e, por fim, apresenta-se o crescimento da Escola.

O capítulo II apresenta a identificação e caracterização dos espaços onde a Escola esteve implantada e a sua adaptação às necessidades da instituição.

No capítulo III debruçamo-nos sobre a organização da EPM apresentando as estruturas de gestão - os órgãos administrativos e pedagógicos -, e os instrumentos de autonomia da escola, nomeadamente: o regulamento interno, o projecto educativo e o plano anual de actividades.

A caracterização do corpo docente, do corpo discente e dos funcionários administrativos ao serviço da instituição constituem os capítulos IV, V e VI. Nesta parte, o

recurso mais utilizado foi o das entrevistas e depoimentos dos agentes educativos.

O capítulo VII focaliza-se nas Comissões de pais e encarregados de educação, referindo essencialmente o seu papel interventivo na instituição.

O capítulo VIII reflecte sobre a imagem da EPM através das suas publicações, uma produção escrita basicamente informativa e pedagógico-literária, e através de acções culturais e recreativas.

As outras Escolas Portuguesas em Moçambique, no capítulo IX, constituem o último assunto, que será tratado de forma sucinta, dado que não é objectivo específico do nosso estudo.

Da parte final do presente trabalho constam as considerações finais, após as quais são apresentadas referências bibliográficas, as fontes e os anexos.

Capítulo I – Maputo e a Escola Portuguesa de Maputo (EPM) – Cooperativa de Ensino, CRL

1.1. Moçambique, Maputo - Contextualização historico-socio-economica-política

Moçambique é um país situado na África Austral, na costa do Oceano Índico. Com uma superfície de 799 380 quilómetros quadrados, faz fronteira a Norte com a Tanzânia, a Ocidente com o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabwe e a África do Sul, e a Sul com a Suazilândia e a África do Sul. A sua faixa costeira, na zona Este do território, é banhada pelo Oceano Índico, numa extensão de 2 515 quilómetros. A população de Moçambique é estimada em cerca de 20 milhões de habitantes (censo de 2004), com uma média de 20 habitantes por quilómetro quadrado. Moçambique tem como capital a cidade de Maputo, na província do mesmo nome, e mais nove províncias: Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado.

A situação geográfica e histórica deste país, marcada por vários processos migratórios, resultou num grupo populacional heterogéneo com características multiculturais e multiétnicas. Assim, a Norte do Rio Zambeze, coexistem o grupo Marave e o grupo dos Makua-Lomué, enquanto a Sul do Zambeze até à zona Norte de Maputo, predomina o grupo Tsonga, subdividido em Ronga, Changana e Tsua ou Xitswa³, bem como o grupo Chona (Shona). Mais a Sul de Maputo encontram-se também os Augunes (Ngunis) e os Suázis. No litoral Norte destacam-se os Suális e, na região de Inhambane, os Chopos e os Bitongas ou Gitongas. Na região do Niassa predominam os Ajauas, em Cabo Delgado os Macondes, e em Tete os Nyhúngués. Nas áreas ao longo do Rio Zambeze, foi onde se verificaram mais cruzamentos entre os povos locais com os árabes, asiáticos e europeus. Estes grupos étnicos têm, obviamente, as suas línguas próprias, estimadas em 33 línguas nacionais, com centenas de dialectos.

A História de Moçambique encontra-se documentada pelo menos a partir do século X, quando um estudioso viajante árabe, Al-Masudi, descreveu uma importante actividade comercial entre as nações da região do Golfo Pérsico e os "Zanj" (os negros) da "Bilad as Sofala", que incluía grande parte da costa Norte e Centro do actual país que é Moçambique.

No entanto, vários achados arqueológicos permitem caracterizar a "pré-história" de

³ Encontram-se diversas variantes ortográficas para a designação destes grupos étnicos, algumas das quais seguramente "aportuguesadas", dado não se conhecer a grafia própria.

Moçambique (período antes da escrita) por muitos séculos antes. Provavelmente o evento mais importante dessa pré-história terá sido a fixação nesta região dos povos bantu que, não só eram agricultores, mas introduziram aqui a metalurgia do ferro, entre os séculos I a IV.

A penetração portuguesa em Moçambique, iniciada no início do século XVI, só em 1885 – com a partilha de África pelas potências europeias durante a Conferência de Berlim –, se transformou numa ocupação militar, ou seja, na submissão total dos estados ali existentes, que levou, nos inícios do século XX, a uma verdadeira administração colonial.

Para além das várias acções de resistência ao domínio colonial, a última das quais culminou com a prisão e deportação do imperador Gungunhana, a fase final da luta de libertação de Moçambique começou com a independência das colónias francesas e inglesas de África. Em 1959-1960, formaram-se três movimentos formais de resistência à dominação portuguesa de Moçambique: Udenamo, Manu e Unami. Em 1962, estes movimentos uniram-se e deram origem à Frelimo - Frente de Libertação de Moçambique. Eduardo Chivambo Mondlane, o primeiro presidente da Frelimo, estabeleceu contactos com o governo português (nomeadamente com o professor doutor Adriano Moreira) com vista a negociar diplomaticamente a independência de Moçambique sem recorrer à luta armada. Como tal tentativa resultou infrutífera, a Frelimo inicia a luta de guerrilha em 25 de Setembro de 1964, na província de Cabo Delgado expandindo-se, mais tarde, às restantes províncias do Norte e Centro do país.

A guerra de libertação, que durou cerca de 10 anos, terminou com os Acordos de Lusaka, assinados a 7 de Setembro de 1974 entre o governo português e a Frelimo, na sequência da Revolução dos Cravos em Portugal, que derrubou o regime do Estado Novo e instalou a democracia. Ao abrigo desses Acordos, foi formado um Governo de Transição, chefiado por Joaquim Chissano, que incluía ministros nomeados pelo governo português e pela Frelimo e o alto-comissário representante do governo português, Victor Crespo.

Moçambique tornou-se independente de Portugal em 25 de Junho de 1975, recebendo a designação de República Popular de Moçambique.

O primeiro governo, dirigido por Samora Machel, foi formado pela Frelimo, a organização política que tinha negociado a independência com Portugal e que seguia uma orientação socialista.

Um dos objectivos deste primeiro governo de Moçambique independente era restituir ao povo moçambicano os direitos que lhe tinham sido negados pelas autoridades coloniais.

Com esse propósito, em 24 de Julho de 1975, o governo declarou a nacionalização da

Saúde, da Educação e da Justiça e, em 1976, das casas de rendimento, assumindo a gestão de todos estes sectores.

Estas nacionalizações foram uma das principais causas para uma vaga de abandono do país de muitos indivíduos que eram proprietários ou utentes daqueles serviços, na sua maioria cidadãos portugueses.

Apesar do processo de transição de colónia portuguesa para a independência ter sido pacífico, Moçambique não conheceu a Paz durante muitos anos. Logo a seguir à independência, alguns ex-militares portugueses e dissidentes da Frelimo instalaram-se na Rodésia (posteriormente Zimbabwe), onde tiveram o apoio do regime de Ian Smith. Este, por sua vez, enfrentava um movimento interno de resistência que tinha algumas bases em Moçambique, pelo que aproveitou esses dissidentes para atacar essas bases.

A Frelimo apoiava os rebeldes rodesianos e, em 1976, o governo de Moçambique declarou oficialmente aplicar as sanções estabelecidas pela ONU contra o governo ilegal de Salisbúria e fechou as fronteiras com aquele país. Para além de intensificarem os ataques contra estradas, pontes e colunas de abastecimento dentro de Moçambique, os rodesianos ofereceram condições aos dissidentes moçambicanos para formarem um movimento de resistência – a "Resistência Nacional Moçambicana" ou Renamo.

Até à data da independência do Zimbabwe, em 1980, a Renamo continuou os seus ataques a aldeias e infra-estruturas sociais em Moçambique, colocando minas terrestres em várias estradas, principalmente nas regiões mais próximas das fronteiras com a Rodésia, acções que tiveram um enorme papel destabilizador na economia moçambicana.

Após a independência do Zimbabwe, a Renamo foi obrigada a mudar a sua base para a África do Sul, tendo tido amplo apoio das forças armadas sul-africanas. Estas forças realizaram vários "raids" terrestres e aéreos contra Maputo, alegadamente para destruírem "bases" do ANC. Entretanto, o governo moçambicano inicia secretamente negociações com o governo sul-africano e com a própria Renamo e assina, em 1983, um acordo de "boa vizinhança" com aquele governo, que ficou conhecido como o Acordo de Nkomati. Segundo este acordo, o governo sul-africano comprometia-se a abandonar o apoio militar à Renamo, enquanto o governo moçambicano deixaria de apoiar os militantes do ANC que se encontravam em Moçambique.

Em 1986, a Renamo estabeleceu a sua base central na Gorongosa e expandiu as acções militares para todas as províncias de Moçambique, contando com o apoio do Malawi.

A guerra só viria a terminar em 1992 com o Acordo Geral de Paz assinado, em

Roma, a 4 de Outubro, pelo Presidente da República, Joaquim Chissano, e pelo presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, depois de cerca de dois anos de conversações mediadas pela Comunidade de Santo Egídio, uma organização da igreja católica, com apoio do governo italiano.

Posteriormente, o governo de Moçambique assinou acordos com o Banco Mundial e FMI e lançou, em 1987, um “Programa de Reestruturação Económica”, mais conhecido pela sigla PRE, que deveria modificar a política económica de Moçambique e relançar a economia, ao qual se seguiu o programa de privatização das empresas estatais e intervencionadas. No entanto, a maior parte das empresas foram privatizadas segundo as regras do Banco Mundial, que era a instituição mentora deste programa.

A Constituição de 1990 introduziu no sistema político moçambicano a possibilidade da organização de partidos políticos que poderiam passar a participar na governação do País e as primeiras eleições multipartidárias realizaram-se em 1994, com a participação de vários partidos.

1.2. A Educação em Moçambique no período pós-independência (1975/1985)

Com a Independência, iniciou-se o cumprimento dos objectivos que haviam determinado a luta de libertação. O desafio que o sistema educacional enfrentou neste período foi o quebrar com os preconceitos, conteúdo e metodologia coloniais. Houve a necessidade de estender as facilidades do sector ao povo, garantindo igualdade de oportunidades de acesso nos diferentes níveis de ensino. Samora Machel, num dos seus discursos à Nação, declarava:

A educação deve preparar-nos para assumir a nova sociedade e as suas exigências. A educação deve dar-nos uma personalidade moçambicana, que sem subserviência alguma, assumindo a nossa realidade, saiba, em contacto com o mundo exterior, assimilar criticamente as ideias e experiências de outros povos, transmitindo-lhes também o fruto da nossa reflexão e prática.

Era também seu o famoso e popular “slogan” que inspirava os jovens professores “Vamos fazer uma escola para o povo tomar o poder”.

O português foi escolhido como língua oficial, como veículo ao desenvolvimento e consolidação da unidade nacional. Com efeito, se, por um lado, se receava que o uso das línguas locais pudesse ameaçar a unidade nacional, por outro lado, a situação linguística em Moçambique não tinha sido estudada e não era conhecida o suficiente para que as línguas moçambicanas fossem usadas como oficiais após a independência.

Como já se fez referência, em 24 de Julho de 1975, o governo moçambicano declarou a nacionalização da Saúde, da Educação e da Justiça com o intuito de remover as barreiras discriminatórias. Na Educação, o Estado nomeou administradores para as escolas privadas, que passaram à responsabilidade do Estado. Muitas das unidades privadas da educação e da saúde, pertenciam a igrejas cristãs, principalmente à Igreja Católica, e estas nacionalizações, associadas à propaganda oficial socialista e fortemente laica, também considerada como "anti-religiosa", criaram um clima de animosidade entre algumas destas igrejas e seus crentes e o Estado.

A despeito de imensas dificuldades impostas pela conjuntura, como a saída do país de milhares de quadros e professores portugueses, uma escalada de escolaridade teve início em Moçambique. Apesar de todas as dificuldades práticas e técnicas inerentes à reestruturação do processo, foram introduzidos novos programas e novos métodos pedagógicos nas escolas, bem como práticas democráticas no funcionamento das instituições de ensino.

O Governo empreendeu esforços na formação de professores, alargou a rede escolar, desencadeou acções de alfabetização e educação de adultos, desenvolveu cursos nocturnos para trabalhadores, concebeu e iniciou a implementação do Sistema Nacional de Educação.

Um ano após a Independência, estavam formados 800 novos professores, e em cada uma das províncias do país havia uma escola de formação e reciclagem de docentes. Estudantes do 6.º e 7.º anos do currículo estudantil colonial foram massivamente encaminhados para a tarefa do ensino, transformando-se em professores, mesmo sem terem vocação para tal.

De 1975 a 1977, triplicou o efectivo dos alunos nas escolas da nova nação e, em 1977, um milhão e duzentas mil crianças frequentavam os estabelecimentos de ensino. Até 1980 o número inicial de 600 mil alunos na instrução primária veio a ser acrescido em um milhão. Durante o mesmo período quadruplicou o efectivo dos alunos das 5.ª e 6.ª classes (antigo ciclo preparatório: 5.º e 6.º ano do actual sistema de ensino português), e duplicou o número de matrículas no ensino secundário, totalizando 90 mil alunos. Paralelamente, o número de moçambicanos matriculados em cursos de alfabetização crescia de forma vertiginosa. Em 1980, um em cada dez moçambicanos estava a beneficiar do sistema formal de educação, a proporção da população a estudar crescera em 39% e, em 1981, a taxa de escolaridade foi fixada em 49%.

Apesar da percentagem de analfabetismo ter reduzido para 70%, as consequências negativas também se fizeram sentir, destacando-se a fraca qualidade de ensino e do

rendimento escolar. As causas principais apontadas para este facto são as seguintes:

- formação deficiente da maior parte dos professores;
- inexistência de livros para a maior parte das disciplinas;
- grande sobrecarga de alunos em cada turma e em cada escola;
- horários sobrecarregados dos professores.

Foi neste ano de 1981 que o sonho da educação foi bruscamente interrompido com a intensificação da desestabilização contra o país⁴, perpetrada pela Renamo, nessa altura designada por “bandos” ou “bandidos armados”.

A guerra civil resultou numa onda de destruição de escolas e de muitas outras infra-estruturas existentes. Este factor, aliado à redução da capacidade financeira e material do Estado em organizar escolas para acolher as crianças afectadas, levou a que parte desta população ficasse sem acesso à educação escolar.

No período compreendido entre 1983 e 1989, a guerra causou o encerramento de 3 119 escolas em todo o território, o que corresponde a 53% da rede existente em 1982.

O não funcionamento destes estabelecimentos comprometeu 807 927 alunos e 12 515 professores do 1.º Grau (1.ª. à 5.ª. classes). Foram encerradas 32 escolas secundárias, com 561 professores e 13 266 alunos deste nível afectados. Como consequência, assistiu-se a um avolumado número de crianças sem possibilidades de acesso ao ensino e vítimas de marginalização e de trauma.

Paralelamente, o impacto da guerra afectou a economia em geral. A capacidade do Estado diminuiu. Os subsídios sobre os preços dos livros escolares foram reduzidos e, ao mesmo tempo, o poder de compra da população tornou-se cada vez mais fraco. Muitas crianças começaram a trabalhar antes das idades preconizadas por lei.

Neste contexto, surgiram outros problemas complementares que impediram ou dificultaram o avanço no sector da educação. Por exemplo, muitas crianças habitavam em locais de difícil acesso à água; a fome e a subnutrição motivavam à desistência da escola e ao atraso físico e psíquico; a guerra e as constantes deslocações da população dificultavam a distribuição de materiais didácticos.

O projecto educativo, como todos os projectos em Moçambique, encontrava-se comprometido. Os objectivos definidos para a educação após a Independência e prosseguidos na elaboração do SNE - Sistema Nacional de Educação -, talvez tenham sido demasiado ambiciosos para um país que acabava de sair de uma situação colonial em que todos os sectores do país teriam de ser redimensionados e em que os quadros nacionais

⁴ Iniciara-se anteriormente, mas em focos isolados, abrangendo apenas algumas localidades do centro do país.

eram extremamente insuficientes.

Ao perspectivar um perfil educacional à altura da realidade socioeconómica, o Governo concluiu ser necessário abrir a possibilidade de outros sectores da comunidade participarem no processo de ensino-aprendizagem. Assim, através do Decreto n.º. 11/90 de 1 de Junho, o Estado autorizou o exercício do ensino privado e do explicador, contribuindo para a ampliação da rede escolar e possibilitando maiores e, sobretudo melhores oportunidades de educação.

1.3. O projecto de criação da EPM

Como foi referido, as instituições educativas estatais – o ensino privado tinha sido nacionalizado –, passavam, na década de 80, por um período difícil, mesmo as que não sentiam directamente os efeitos da guerra civil, como as da capital do país. Essa situação devia-se a diversas razões, como: o défice de professores moçambicanos formados para os níveis de escolarização que ensinavam (professores com o 9º ano leccionavam o 7º, nalguns casos, até o 8º ano); a praticamente inexistente produção de manuais didácticos e de outros materiais didáctico-pedagógicos, para o ensino dos diversos níveis de ensino e disciplinas (o estudo era baseado apenas em apontamentos ditados e escritos, bem ou mal, pelos alunos); o elevado número de alunos por turma/ ano/ escola e, como consequência, os horários sobrecarregados dos professores que chegavam a ter de dar aulas nos três turnos - de manhã, à tarde e à noite -, e com turmas rondando os 70 alunos ou mais; como consequência do elevado número de alunos, os materiais logísticos, como mesas ou carteiras, cadeiras, quadros, expositores, giz, apagadores, fotocopiadoras e fotocópias, entre outros, também eram insuficientes ou inexistentes.

É neste contexto de instabilidade e de crise, que urge criar a escola portuguesa, para dar resposta às preocupações de um grupo de pais de crianças, maioritariamente portuguesas e moçambicanas, que pretendiam que os seus filhos tivessem um ensino mais digno e competente.

Muitos esforços e iniciativas, individuais e colectivas, foram direccionados para o processo de fundação da Escola durante o início da década de 1980, mas só no início de 1986 tal projecto se tornou uma realidade.

O Boletim Informativo da Cooperativa⁵, sobre o processo de criação da Escola, refere:

Na sequência de sucessivas solicitações da Comunidade Portuguesa residente em Moçambique, o Governo português, pela portaria 112/83 de 2 de Fevereiro cria, a título excepcional, a Escola Portuguesa de Maputo,

⁵ Boletim Informativo da EPM-Cooperativa de Ensino, CRL, Julho de 1990.

destinada a ministrar o ensino oficial a alunos portugueses.

Esta decisão resulta do reconhecimento:

- a) da necessidade sentida pela Comunidade Portuguesa residente em Maputo, de uma Escola onde se ministrassem os currículos em vigor em Portugal, a fim de que os seus filhos, em Moçambique ou no regresso a Portugal, pudessem prosseguir os seus estudos sem perda de continuidade;
- b) da necessidade de se facilitar o intercâmbio entre Moçambique e Portugal;
- c) do interesse nacional na divulgação da língua e da cultura portuguesas junto das nossas comunidades residentes no exterior. (p.61)

O processo da criação da Escola Portuguesa de Maputo está devidamente registado no relatório de um Inspector Superior de Educação (assinatura ilegível), cedido pelo IGE (Inspeção-Geral de Educação) que dá conta, segundo palavras do próprio Inspector Superior, de “um quadro pouco animador” e que revela alguma “indefinição política”. Em seguida, passam a relatar-se alguns aspectos mais significativos apontados no relatório:

- De 17 a 24 de Novembro de 1981, por decisão dos Senhores Ministros da Educação e dos Negócios Estrangeiros, deslocou-se a Maputo uma missão técnica com a incumbência de estudar as condições para o lançamento da referida Escola. A missão apresentou, em Dezembro do mesmo ano, um relatório detalhado onde se equacionava toda a problemática do projecto. Na sequência desse relatório, em 06.12.81, o Senhor Ministro da Educação deu um despacho de concordância com a criação da Escola. Posteriormente, um outro despacho do mesmo governante nomeia uma Comissão Instaladora constituída pelos três elementos do Ministério da Educação que integraram a missão técnica.
- Em 27.05.82 a Comissão Instaladora apresentou ao Senhor Ministro da Educação um projecto-lei de criação de Escolas portuguesas em países estrangeiros, um projecto de portaria de criação da Escola Portuguesa de Maputo e uma informação/ proposta relativa às acções que se deveriam realizar, tendo em vista o lançamento da escola em 1982/83. Relativamente a este documento, o Senhor Ministro da Educação deu um despacho com o seu parecer sobre os assuntos apresentados, mas que não envolvia qualquer decisão.
- Em Julho de 1982, a Comissão Instaladora passa a ser constituída por seis elementos, sendo três do Ministério da Educação e três do Ministério dos

Negócios Estrangeiros.

- Em Agosto de 1982, a nova Comissão Instaladora elaborou e apresentou superiormente as propostas relacionadas com a criação da Escola e abertura do ano lectivo. Não foi conhecido qualquer despacho superior sobre estas propostas.
- Em 02.02.83 é publicada a portaria de criação da Escola e, em 07.02.83, é publicado o despacho do Senhor Primeiro-Ministro de nomeação da Comissão Instaladora.
- Por despacho de 15.05.84 da Senhora Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, deslocou-se a Moçambique um técnico do Ministério da Educação, tendo como objectivo analisar, com os representantes dos países, as possibilidades de dar à Escola um estatuto diferente do que foi consignado na portaria 112/83 de 2 de Fevereiro. Em 11.06.84 foi apresentado o relatório desta missão, sobre o qual se desconhece qualquer despacho.
- Na sequência de diligências efectuadas pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Cooperação junto das empresas portuguesas que operavam em Moçambique e da atribuição de uma verba de 30 000 contos (escudos portugueses) para o arranque do projecto, deslocou-se a Moçambique uma missão constituída pelo Dr. António Mendes Jorge, Director de serviços da Direcção-Geral de Cooperação e por um Inspector-Superior de Educação. Desta missão consta um relatório onde se analisa a nova situação e se propõe que seja criada uma escola cooperativa. Sobre esta proposta, o Senhor Ministro da Educação e Cultura exarou o seguinte despacho: “Autorizo sem encargos para o MEC”.
- Em Janeiro de 1986 foi solicitada, por duas pessoas idóneas, a criação da Escola, em nome de uma cooperativa em formação. O processo foi entregue na Direcção-Geral do Ensino Particular e Cooperativo.
- Finalmente, em Fevereiro de 1986, a Escola iniciou as actividades lectivas.

A primeira Directora da Escola, a Doutora Idília Ruas, que iniciou funções no ano lectivo de 1986/87, no seu texto-depoimento sobre a Escola e as suas memórias, refere que se iniciaram em 1985 uma série de reuniões entre portugueses residentes em Moçambique e os Administradores de várias empresas portuguesas com sede em Maputo, tais como: o

Entrepósito Comercial, a Tudor, a Ima, as Construções Técnicas SA, a empresa Ilídio Monteiro, entre outras. Indica ainda que, depois das diligências efectuadas junto do Embaixador de Portugal, se ficou a saber que o Ministério da Educação autorizava a instalação duma escola em Maputo, mas sem qualquer dispêndio económico para aquele Ministério, o que confirma as afirmações do Inspector (conforme relatório atrás referido).

Uma vez que a criação da Escola só seria possível por intermédio da abertura de uma Cooperativa de Ensino, sendo o primeiro passo para tal a constituição de uma Comissão Instaladora, estes trâmites foram seguidos e a referida Comissão Instaladora e Organizadora ficou representada pelos Administradores das Firmas Tudor e Ilídio Monteiro, respectivamente os Engenheiros Pedrosa Lopes e Ferreira da Silva (as pessoas idóneas referidas no relatório do Inspector). Esta Comissão obteve do Governo Moçambicano a respectiva autorização de abertura da escola com o compromisso de não utilização de Quadros Moçambicanos, sobretudo na área docente. Assim, a título provisório, a Escola foi instalada nos pavilhões das empresas já citadas na FACIM⁶ (no capítulo II far-se-á a descrição deste espaço).

1.4. Os impulsionadores do processo de fundação da Escola

Os principais impulsionadores da criação da Escola que se disponibilizaram para formar a Comissão Instaladora ou Organizadora da Cooperativa foram o Engenheiro Pedrosa Lopes e o Engenheiro Ferreira da Silva. A eles se ficou a dever muito do que foi feito naqueles primeiros anos, bem como a outros administradores de empresas portuguesas a trabalhar em Moçambique e a alguns pais e encarregados de educação.

O Doutor José Soares Martins, Adido Cultural da Embaixada de Portugal, desempenhou um papel preponderante neste processo, porquanto era quem estabelecia os contactos necessários com o Embaixador de Portugal, com o Ministério de Educação português e com as autoridades moçambicanas.

O Doutor Joaquim Simões Redinha, Inspector-Superior do Ministério de Educação de Portugal, desempenhou também um importante papel em várias missões, nomeadamente na missão a Moçambique em 1986, onde veio avaliar os alunos que concluíram o primeiro ano lectivo em finais de Junho e, posteriormente, chefiar uma equipa de três Inspectores que, de 9 a 30 de Setembro de 1986, na Embaixada de Portugal em Maputo, orientaram um Seminário de Formação Contínua de Professores, cujo

⁶ A Feira Agro-pecuária Comercial e Industrial de Moçambique, uma feira internacional da época colonial que continuou depois da Independência a realizar-se anualmente, com espaço próprio, na baixa da cidade de Maputo.

objectivo era “Repensar a estratégia pedagógica”. Este Seminário, direccionado para as Áreas Curriculares de Matemática, Língua Portuguesa, Meio Físico e Expressão Plástica, era dirigido aos professores da Escola e a outros de diferentes formações profissionais e ciclos de ensino, que viriam a ser professores da Escola no ano de 1986/87 ou nos anos seguintes. Posteriormente, este Inspector continuou a prestar o seu apoio à EPM, onde vinha frequentemente, com outros inspectores, para proceder a inspecções a fim de atribuir Paralelismo Pedagógico à Escola.

1.5. A abertura da escola e o primeiro ano lectivo

A Escola Portuguesa de Maputo iniciou a sua actividade no ano lectivo de 1985/86 pois, embora tenha aberto as portas a 4 de Fevereiro de 1986, no segundo período das escolas portuguesas, e esse ano lectivo viesse a ser apenas de aproximadamente cinco meses, contemplava mais uma hora diária de aulas e, quando as professoras o achavam conveniente, eram leccionadas aulas particulares ao sábado e até ao domingo, segundo depoimento de uma das docentes.

O número de alunos nesse período foi de 94, divididos por quatro turmas, distribuídos pelo 1º, 2º, 3º e 4º anos e orientados por quatro professoras: Margarida Belo, Rosa Noémia Simões, Natividade Caramelo e Hamida Marques. Estas professoras do Ensino Primário (hoje designado 1º Ciclo do Ensino Básico) são portuguesas e não estavam vinculadas ao ensino moçambicano. Foram elas que asseguraram o primeiro ano lectivo da Escola, onde se mantiveram durante alguns anos.

Como já foi referido, a EPM ficou instalada nos pavilhões da FACIM, tendo estes sido adaptados a salas de aula. Nesse ano de instalação, alugaram-se três pavilhões à Feira, um para os Serviços Administrativos e dois para salas de aula. As aulas funcionavam nos dois turnos, para rentabilização do espaço: o 1º e 2º anos de manhã e o 3º e 4º anos à tarde.

A D. Irene Cabral iniciou as suas funções como Chefe dos Serviços Administrativos, tendo sido admitida outra funcionária, a D. Ana Paula Sousa, e duas contínuas, a D. Ana Marques e a D. Maria Helena Pinto.

O mobiliário escolar foi oferecido pela empresa Entrepasto Comercial e o material didáctico enviado pelo Ministério da Educação de Portugal, chegando à Escola através da Embaixada, via mala diplomática.

O ano lectivo decorreu relativamente bem, embora o esforço das professoras tivesse sido quase sobre-humano, pois os alunos vinham de sistemas de ensino completamente diferentes e tinha de lhes ser ensinado em cinco meses, o que normalmente era leccionado em nove, nos estabelecimentos de ensino portugueses.

As dificuldades eram imensas, da falta de material didáctico à falta de condições nas salas de aulas que, como diz uma das professoras, eram “autênticas fornalhas” nos meses de Verão, mas com esforço e dedicação de todos e grande colaboração dos pais, levou-se o projecto adiante e já se perspectivava o aumento da Escola.

No final do ano, os alunos foram avaliados pelo Inspector Redinha, tendo os 13 alunos da 4ª classe (do ciclo elementar do ensino primário, como era então designado) sido submetidos a exame a 28 de Junho de 1986, sendo vogais as professoras Margarida Belo e Hamida Marques. De acordo com a primeira professora, que tive oportunidade de entrevistar, e com o Livro de Termos consultado em arquivo, ficaram reprovados 3 alunos, dois dos quais de ascendência indiana.

Não foi possível obter os resultados dos restantes 81 alunos dos outros 3 anos de escolaridade, não só pela falta de acesso às listas nominais ou registos de avaliação desses alunos, como também devido à impossibilidade de entrevistar ou contactar as três professoras que leccionaram esses anos, que regressaram a Portugal há já alguns anos. A maioria desses alunos permaneceu na Escola, tendo muitos deles continuado o seu percurso escolar até ao final do Ensino Secundário.

1.6. O crescimento da Escola

No segundo ano lectivo mantiveram-se grande parte das dificuldades iniciais, mas procuravam criar-se soluções alternativas para algumas delas.

O Ministério da Educação mantinha a ligação com a Escola e prestava apoio com o envio de material didáctico diverso.

O número de alunos duplicou: de 94 passaram a 196, de 4 professoras a 13 professores. Com efeito, foi nesse ano de 1986/87 que abriu o 5º Ano, com 20 alunos, as turmas do 1º Ciclo passaram a ser 6, duas turmas para cada ano de escolaridade, e se deu início ao Pré-Escolar, com 32 alunos.

A educadora Lili Grilo, contratada nesse ano, a respeito desse primeiro ano do Pré-Escolar, declarou na entrevista:

O Pré-Escolar da EPM teve o seu início em Outubro de 1986 com um grupo etário de 5 anos divididos por 2 salas: A e B, com 16 crianças em cada sala e a respectiva educadora. Funcionava num pavilhão nas traseiras da FACIM e tinha apenas uma sala com uma divisão ao meio a separar os dois grupos. No início as condições eram muito más, pois tínhamos apenas paredes e muito pouco material didáctico, valendo a boa vontade das educadoras para improvisar cantinhos. Não tínhamos nem mesas nem cadeiras, que só chegaram no 2º período. Contudo, todas as actividades funcionaram e todos os objectivos foram atingidos, tendo a avaliação feita pelo Inspector Redinha, do Ministério de Educação de Portugal, sido positiva e tecido elogios ao

trabalho desempenhado pelas educadoras. (EP12)



Fotografia 1 - Imagem da primeira turma da Pré (1986) notando-se a sala praticamente sem mobiliário.

A professora Madalena Azevedo, também contratada em 1986/87 para leccionar o 1º Ciclo do E.B., por sua vez, afirma:

Entrei para a Escola Portuguesa de Maputo no segundo ano lectivo da Escola. Comecei por leccionar um 1º ano, turma que levei até ao 4º ano, como, aliás, tenho vindo a fazer até hoje. Existiam 6 turmas no 1º Ciclo e a Pré também começou nesse ano. Era uma Escola pequena, com poucos alunos. O ambiente era bom, quase familiar. (EP5)

O quadro 1 mostra o crescimento da EPM durante o seu percurso:

Ano Lectivo	Nº de Alunos	Nº de Turmas	Nº de Professores	Nº de Funcionários	Nº de Salas
1985/ 86 (Jan. a Jun./86)	94	4	4	4	3
1986/ 87	196	9	18	7	13
1987/ 88	325	16	23	8	16
1988/ 89	396	21	32	14	20
1989/ 90	525	28	42	17	25
1990/ 91	750	35	52	22	36
1991/ 92	958	51	72	35	* ⁽⁷⁾
1992/ 93	1081	56	80	43	*
1993/ 94	1198	58	99	52	*
1994/ 95	1226	62	108	51	*
1995/ 96	1147	61	86	60	*
1996/ 97	1100	59	88	44	*
1997/ 98	1115	60	80	40	*
1998/ 99	1108	60	83	43	*

Quadro 1 - Quadro Estatístico referente à evolução da EPM.

Dado o crescimento da Escola, o Ministério de Educação exigia um Director

⁷ * Não se encontraram dados referentes ao nº de salas utilizadas durante estes anos lectivos. Em regra, seriam aproximadamente o mesmo número que o nº de turmas, já que, apesar de as salas serem utilizadas por duas turmas em turnos contrários, algumas salas funcionavam especificamente como: Biblioteca Escolar, salas de aulas exclusivamente para as disciplinas de Educação Musical, Educação Visual, Desenho, Trabalhos Manuais e Oficiais, sala de computadores, entre outras.

Pedagógico licenciado e a Comissão Instaladora e Organizadora, contactou a Doutora Idília Ruas para exercer esse cargo, o qual viria a desempenhar por três anos, como focaremos no capítulo III.

A partir desse ano e dos seguintes, o desenvolvimento da Escola foi notório a todos os níveis: físico-espacial, em número de alunos, professores e funcionários; em número de salas, na criação de vários espaços alternativos com vista à melhoria das condições iniciais e dando resposta às exigências que se colocavam. Também foi evidente o crescimento dos agentes educativos que envidavam todos os esforços, dedicando-se à tarefa que lhes fora confiada, e dos seus colaboradores mais directos: pais, encarregados de educação e outros familiares dos alunos, cidadãos da comunidade portuguesa residente em Maputo, diplomatas e funcionários da Embaixada e do Consulado-Geral de Portugal em Maputo, directores de empresas portuguesas a trabalhar em Moçambique, entre outros.

Depois do “boom” que se deu no ano de 1994/95, a partir do ano lectivo seguinte, como se pode observar no quadro abaixo, a frequência escolar estabilizou em virtude de a Escola ter de limitar as inscrições, dado que os recursos espaciais e logísticos não permitiam novos ingressos, e não se desejava que o ensino viesse a perder a qualidade que, já nessa altura, era reconhecida à Escola.

Ano Lectivo	Pré-Escolar (JINEP)	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Nº total de alunos
1985/ 86 (Jan. a Junho/ 1986)	—	94	—	—	—	94
1986/ 87	32	144	20	—	—	196
1987/ 88	45	178	87	15	—	325
1988/ 89	49	190	109	48	—	396
1989/ 90	60	243	115	107	—	525
1990/ 91	72	278	179	193	28	750
1991/ 92	79	337	203	252	87	958
1992/ 93	88	323	218	288	164	1081
1993/ 94	93	418	215	271	201	1198
1994/ 95	90	359	203	315	259	1226
1995/ 96	108	325	177	283	254	1147
1996/ 97	103	288	176	267	266	1100
1997/ 98	109	256	180	281	289	1115
1998/ 99	120	252	166	272	298	1108

Quadro 2 - Evolução da frequência escolar por ano lectivo e por ciclo de ensino

Em seguida, apresentam-se dois gráficos representativos da evolução da frequência escolar na EPM, ao longo dos 14 anos lectivos.

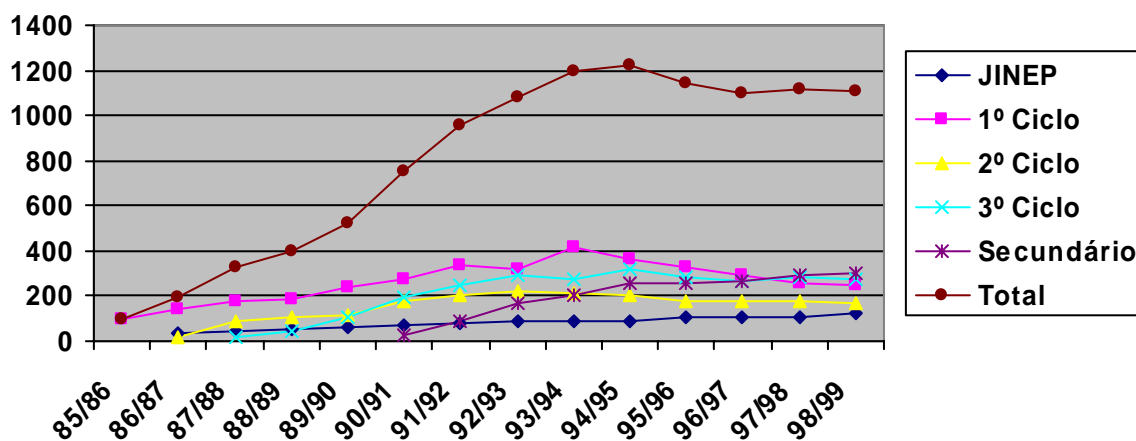


Gráfico 1 – Evolução do número total de alunos da Escola: por ciclos e por ano lectivo.

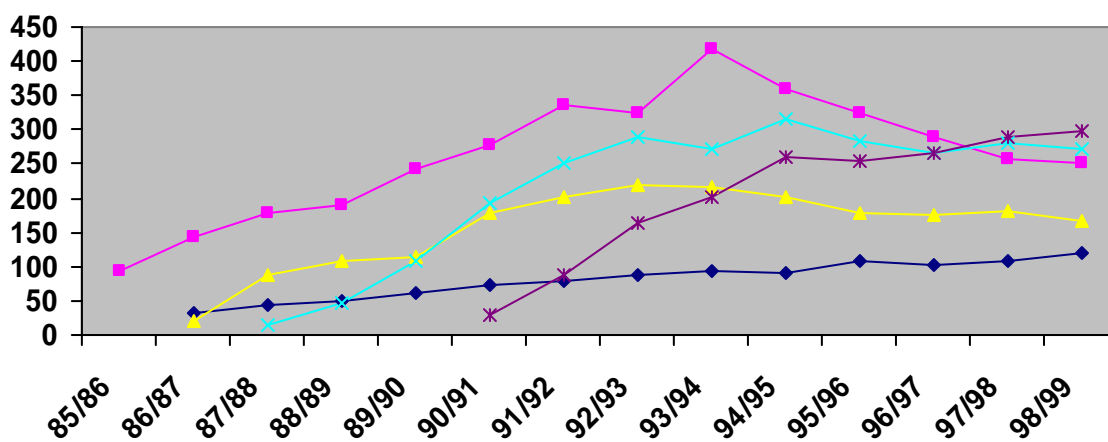


Gráfico 2 – Evolução do número de alunos por ciclos e por ano lectivo.

Capítulo II – Os espaços escolares

A escola enquanto instituição ocupa um espaço e um lugar, como refere Viñao Frago (1993-1994): “un espacio proyectado o no para dicho uso pero dado, que está ahí, y un lugar por el hecho de ser un espacio ocupado y utilizado”.(p.18)

Tendo em conta que é na escola que a criança se forma nas suas estruturas mentais básicas, ela torna-se um espaço peculiar e relevante, na medida em que socializa, forma e educa, o que constitui a sua finalidade específica. Com efeito, dos espaços de vida por onde uma criança passa, assume especial importância a escola, pois é dentro dela que, num determinado período temporal, ela aprende a ser aquilo que a sociedade espera dela.

As escolas públicas em Maputo estavam, na época da criação da Escola, superlotadas, “a rebentar pelas costuras”, e as instituições privadas do período colonial: colégios, externatos, internatos e institutos tinham sido nacionalizadas, estando a funcionar algumas como escolas públicas, outras como lares de estudantes e outras, ainda, como instituições administrativas ou políticas (por exemplo, como grupos dinamizadores dos bairros, células do Partido,...).

A grande preocupação dos impulsionadores do projecto de criação da EPM era a falta de um espaço adequado onde a Escola pudesse funcionar. A inexistência de um edifício próprio foi mesmo uma das razões, se não a principal, do adiamento da abertura da Escola⁸. Na impossibilidade de um espaço ideal para o funcionamento da Escola Portuguesa, chegou-se à conclusão de que se deveria adaptar um espaço que nunca funcionara como instituição escolar.

Esta necessidade de adaptação do espaço foi praticada em Portugal durante muito tempo, sobretudo no século XIX, como aponta Rodrigues (2002), ao referir que as instituições educativas não possuíam edifício próprio, “... foi prática corrente utilizar edifícios e locais não pensados na sua origem como escola e que, por necessidades diversas, acabaram por se destinar, total ou parcialmente, ao ensino ...” (p.301).

Foi assim que a Comissão Instaladora e Organizadora da Escola optou por, provisoriamente, alugar pavilhões da Feira de Maputo – FACIM: Feira Agro-pecuária Comercial e Industrial de Moçambique, para “instalar” a Escola.

2.1. Identificação e caracterização geral dos espaços escolares

A EPM - Escola Portuguesa de Maputo, Cooperativa de Ensino - CRL, durante a sua

⁸ O processo foi iniciado no início da década de 80, como já se referiu.

existência, funcionou em três espaços com características completamente distintas.

Primeiramente, instalou-se nos pavilhões da FACIM, que ocupa um grande quarteirão entre as Avenidas 25 de Setembro e 10 de Novembro, na baixa da cidade, junto à Baía de Maputo (ver planta – p.37). Este viria a ser o “edifício” mais duradouramente ocupado pela EPM porque, embora inicialmente se pretendesse provisório, viria a permanecer naquele espaço por 14 anos lectivos, isto é, até à transferência dos recursos humanos da Escola para a EPM-CELP - Escola do Estado Português -, no ano lectivo de 1999/ 2000.

Por períodos mais curtos, a EPM ocupou simultaneamente dois outros espaços por arrendamento, em épocas diferentes:

- Um edifício que se tornou conhecido por “Escola do Alto Mãe”, por se situar no Bairro do Alto Maé, na Avenida Ahmed Sekou Touré, Nº 3458, na parte alta da cidade. Este edifício já se prestara a instituição de ensino na época colonial: fora o antigo Externato Sá da Bandeira. A EPM utilizou este estabelecimento por seis anos lectivos: de 1988/89 a 1993/1994.

- Uma moradia de três pisos no Bairro do Sommerchield, Rua de Cahora Bassa, Nº 288, onde foi instalado o Pré-Escolar, que foi ocupada pela EPM durante dois anos lectivos: 1994/95 e 1995/96.

Acerca destes dois edifícios e da sua adequação a estabelecimentos de ensino debruçar-nos-emos mais adiante.

Retomando ao primeiro ano lectivo, nesse ano alugaram-se à FACIM três pavilhões, porventura os espaços destinados à exposição anual das empresas onde eram directores ou administradores os responsáveis pelo processo de criação da Escola (não se obteve confirmação desta hipótese). Os 3 pavilhões, relativamente pequenos, foram destinados: 1 para a Secretaria da Escola e 2 para salas de aulas que, sendo 4 turmas, funcionavam nos 2 turnos, isto é, a mesma sala era ocupada por 2 turmas em horários contrários. Os ditos pavilhões pré-fabricados foram transformados em salas de aulas tendo sido feitas as necessárias adaptações: colocaram-se os quadros negros (construídos e posteriormente pintados em casa da professora Margarida Belo), pintaram-se as salas, colocou-se o mobiliário escolar oferecido pela empresa Entrepasto Comercial.

Nessas condições funcionou durante mais dois anos, tendo a Comissão Instaladora e Organizadora alugado mais pavilhões à Feira, à medida que o número de alunos inscritos foi aumentando, o que referiremos no ponto seguinte.

Como a Feira exhibia (e ainda exhibe) anualmente as suas exposições, era necessário,

findo o ano lectivo, proceder ao armazenamento de todo o equipamento e ao “desconstruir” das salas de aula. Os tabiques, divisórias, portas, quadros, expositores, armários, mesas e cadeiras, entre outros equipamentos e materiais eram guardados em arrecadações da própria feira, por um período temporal de aproximadamente três meses.

Com efeito, até ao fim de Junho, invariavelmente, tinha de estar “desmontada” a Escola, pois a Feira abria as portas ao público, durante uma semana, em meados ou finais de Agosto.

Durante o mês de Setembro, assim que os expositores nacionais e estrangeiros retiravam os seus produtos e materiais e desocupavam os espaços, a FACIM autorizava o “reconstruir” da Escola. As aulas começavam habitualmente na primeira ou segunda semana de Outubro, dependendo da celeridade que era concedida aos processos indicados.

A EPM contava, para os trabalhos de montagem e desmontagem do seu espaço, com uma equipa de manutenção constituída por marceneiros, pintores, serralheiros e electricistas, cujo encarregado era o senhor Pascoal Bento, que tive oportunidade de entrevistar e que ainda exerce a função de Encarregado da Manutenção na EPM-CELP, para onde também foi transferido aquando da transição da Escola. Durante o ano lectivo, esta equipa zelava por todo o funcionamento da escola, fazendo a manutenção constante das infra-estruturas, colocando ventoinhas e ares-condicionados, e demais obras que iam sendo necessárias.

Na preparação para a abertura do ano lectivo 1988/89, a Comissão Instaladora, tentando criar alternativas para um espaço tão singular para uma escola, e devido aos transtornos que causava a desmontagem de toda a Escola que, como já se referiu, deixava de existir por 3 meses ou mais, optou por recorrer ao aluguer de um edifício no Bairro do Alto Maé. Tratava-se de um edifício de pequenas dimensões, um prédio de 2 pisos com um muito limitado espaço circundante (entre as paredes do edifício e o muro exterior a distância era inferior a 3 metros). No rés-do-chão funcionavam a Secretaria, o gabinete da Directora, o posto médico, a sala dos professores (todos eles espaços exíguos) e uma sala de aula: a sala de Desenho e Educação Visual e de Trabalhos Manuais e Oficiais (ora era destinada a uma, ora à outra disciplina).



Fotografia 2 - Crianças do Pré-escolar a brincar no “pátio” da Escola - edifício do Alto Maé.

Havia, ainda, neste piso, um pequeno posto médico, que funcionava também como mini laboratório de Ciências, e as casas de banho, dos professores e funcionários. No segundo piso havia quatro salas de aulas relativamente espaçosas, um pequeno quarto de arrumos e casas de banho para os alunos.

De salientar que este edifício foi alugado para instalar a parte administrativa e as primeiras turmas do 2º e do 3º Ciclos: em 1987/88 eram cinco turmas (duas do 5º ano, duas do 6º ano e uma do 7º ano) e, em 1988/89, passaram a ser oito turmas (os 5º A, B, C; os 6º A e B; os 7º A e B e o 8ºA). Nos pavilhões da FACIM continuavam a funcionar as aulas do Pré-Escolar e de todo o 1º Ciclo. O facto de a Escola estar instalada em dois espaços distintos e em extremos opostos da cidade originava algumas dificuldades para os agentes educativos que, ora os da FACIM se tinham de deslocar por motivos de trabalho para o Alto Maé, ora sucedia o contrário. Para os pais e encarregados de educação com filhos ou educandos em ciclos diferentes, a situação era também problemática, no que diz respeito aos horários de saída e de entrada dos alunos, num e noutra estabelecimento. Refira-se que a distância entre um espaço e outro é de cerca de seis quilómetros, mas a circulação rodoviária fazia-se forçosamente pelo meio da cidade e pelas avenidas de maior movimento, sendo, durante as horas de ponta, o trajecto muito moroso.

Com o crescimento da Escola, a necessidade de aumentar o número de turmas, de ir sempre “abrindo” mais um ano devido à transição dos alunos para o ano seguinte - até então inexistente-, o espaço da Escola do Alto Maé tornou-se muito limitado. Em 1989/90, formaram-se doze turmas do 2º e 3º Ciclos e este edifício não comportava tal efectivo.

A Direcção da Cooperativa recém-formada optou por transferir o Pré-escolar e Jardim de Infância para este edifício e alugou mais pavilhões à Feira para as doze turmas atrás mencionadas.

A respeito dos espaços utilizados pela EPM, o encarregado de educação de uma

aluna, numa missiva que dirigiu à Direcção da Escola (da época) e a vários sectores e entidades do Ministério da Educação, em 09/04/90, dizia:

... Há cerca de três anos a Escola Portuguesa de Maputo (EPM), funcionava exclusivamente e com todas as suas classes num barracão alugado à Feira Internacional de Maputo. A situação era considerada precária e aguardava-se o resultado das diligências que a Direcção de então tinha iniciado no sentido de se encontrar uma solução duradoura. Infelizmente, e se bem que o Estado português tenha dispendido umas largas dezenas de milhares de contos, chegou-se apenas à actual e bem aberrante situação de se inaugurar, há cerca de um ano e meio, numa zona de bem pouco prestígio da cidade e numa rua sombria, uma pequena vivenda de dois pisos, com apenas 5 divisões úteis e sem sequer espaço adequado para recreio pelo que, quem passa naquela rua, assiste ao espectáculo de pasmar de ver as crianças debruçadas das varandas ocupando assim os seus intervalos de aulas. É a estas desastrosas instalações que se dá actualmente o nome de Escola Portuguesa de Maputo. ... Devido à exiguidade do espaço disponível e perante uma população escolar em aumento, houve pois que manter em funcionamento o barracão da FACIM e recorrer ao expediente, sempre mau e que só se compreende em situações de emergência, de repartir a actividade das crianças e dos professores pelas duas instalações, situadas em locais quase opostos da cidade. O desconforto das instalações é tal que, durante o Verão e devido ao calor insuportável, as crianças da FACIM assistem por vezes às aulas alagadas em suor e em tronco nu.

Nesses anos em que o Pré-Escolar e Jardim de Infância estiveram instalados no Alto Maé (4 anos lectivos) a situação tornou-se muito difícil: as crianças pequenas, mais que os anteriores alunos mais crescidos, precisavam de espaço para brincar e não havia nem pátio, nem jardim, nem qualquer local fora das salas para se abrigarem da chuva ou do sol e tinham de permanecer durante os recreios nos estreitos corredores ou nas citadas varandas.

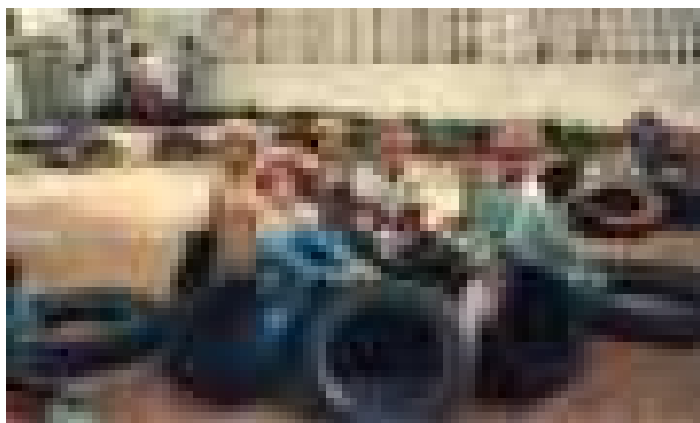
Por esse motivo, a Direcção da Cooperativa optou por cancelar o arrendamento deste edifício no final do ano lectivo de 1993/94 e, no início do ano lectivo seguinte, alugou outro edifício, desta feita uma moradia numa requintada zona da cidade, no Bairro da Sommerchild, para o Pré-escolar da Escola Portuguesa, por motivos que se prendem, seguramente, com o facto de haver uma maior segurança e tranquilidade e, também, por ser um nível de ensino com especificidades muito próprias, pelo que não era salutar o convívio permanente com os alunos dos outros ciclos na FACIM. A partir dessa altura, estava-se no ano lectivo de 1994/95, provavelmente pela necessidade de uma identificação, dada a separação física da “Escola Sede”, passou a designar-se pela sigla JINEP (Jardim de Infância da Escola Portuguesa).

A referida moradia não tinha as condições físicas ideais para crianças tão pequenas. As salas, quase todas adaptadas nos quartos da casa, eram pequenas, embora arejadas (e também climatizadas) e com boa iluminação natural; as instalações sanitárias existentes em

todos os pisos não eram adequadas às crianças, pelo que se teve de recorrer a algumas alterações (louças sanitárias de tamanho adequado aos pequenos utilizadores). O facto de o edifício ter três pisos e o constante uso das escadas causava sistematicamente transtornos de várias ordens, pelo que, para os minimizar, foram protegidas com rede de plástico.

Havia algum equipamento de apoio ao ensino que, de acordo com o relatório da vistoria efectuada à EPM⁹, era constituído por jogos didácticos (domínós, puzzles, material de encaixar, etc.), uma mini biblioteca; material audiovisual: televisor, vídeo, rádio-gravador e cassetes áudio; materiais destinados à Educação Física: bolas, arcos, sacos de areia, colchões, cordas, etc.

A área exterior da moradia, constituída por um pequeno jardim, um parque infantil e um espaço para estacionamento de viaturas, era limitada para o número de crianças que a frequentava - entre 90 e 110 - nos dois anos lectivos em que o JINEP aí permaneceu: 1994/95 e 1995/96.



Fotografia 3 – Crianças do Pré-escolar a brincar no recreio – moradia no Bairro Sommerchild.

Entretanto, a Cooperativa optou por alugar e fazer diversos arranjos nalguns pavilhões da Feira, num espaço que distava escassas centenas de metros do resto da Escola e o Pré-Escolar voltou para a FACIM no ano lectivo de 1996/97, aí permanecendo até 1998/99. Tanto as salas como o espaço exterior estavam bem adaptados ao bom funcionamento do Pré-escolar.

Este último espaço do JINEP¹⁰, dado que não era utilizado durante a realização da feira anual, não sofrendo, por isso, o processo de desmontagem já enunciado, era sobre aproveitado pela Escola, sobretudo na época extraordinária de exames nacionais, para a

⁹ Vistoria efectuada em 27/05/96, pela Inspectora Júlia Paixão, do Núcleo de Inspecção do Ensino Particular do IGE.

¹⁰ Na planta da FACIM da p.37, estão delineados dois espaços a cores: a verde, o espaço ocupado pela Escola, Áreas Pedagógica (do 1º Ciclo ao Secundário) e Administrativa; a azul, o último espaço do JINEP.

preparação e posterior realização dos ditos exames do Ensino Secundário.

2.2. Caracterização geral dos espaços interiores e exteriores

Em virtude de já ter abordado sucintamente as condições espaciais dos outros estabelecimentos ocupados pela Escola durante relativamente pouco tempo, e uma vez que o espaço privilegiado pela EPM no seu percurso de 14 anos foi a FACIM, é sobre este espaço nas suas várias dimensões e funções que incidirei seguidamente.

Parece-me oportuno citar o que nessa perspectiva se afirma no relatório da vistoria efectuada à Escola - a este espaço alugado à FACIM-, pela Doutora Júlia Paixão, da Inspeção Geral de Educação (IGE), em Maio de 1996, com a finalidade de renovar a autorização provisória:

Caracterização Global

Acessibilidade ao Edifício: Boa

Circulação interna: Razoável

Articulação entre blocos: Razoável

Caracterização Construtiva: Instalações provisórias ¹¹

Revestimentos: Os pavilhões são construídos parcialmente em alvenaria e também em madeira prensada ao nível de divisórias.

Conservação: Razoável

Iluminação natural: Deficiente

Iluminação artificial: Razoável

Ventilação: Climatização (com frequentes avarias)

Espaços exteriores

Recreio ao ar livre: Diversos espaços (amplos)

Recreio coberto: 2000 m² ” (p.2)

Relativamente às salas de aulas, o relatório indica o número de salas: quinze para o 1º Ciclo e vinte e uma para o 2º, 3º Ciclos e E. Secundário; aponta, ainda, a área, o volume, a luz por metro quadrado e a lotação. Apresenta, também, tabelas com as lotações por ciclo e por turmas.

No concernente a “Carências Verificadas nos equipamentos de apoio ao ensino” a Inspectora refere que “os equipamentos existentes são adequados, mas o material didáctico é insuficiente.”(p.7)

Os espaços exteriores eram amplos, havia recantos não cimentados onde os alunos

¹¹ Nesta altura já eram “provisórias” há 10 anos. Noutro ponto do relatório, a Inspectora Júlia Paixão diz: “Embora as actuais instalações sejam inadequadas, tal situação é provisória, estando previsto para breve o início da construção do novo edifício.” (p.7)

brincavam na areia, muitas sombras de enormes árvores, sobretudo casuarinas, pinheiros e acácias amarelas e rubras.



Fotografia 4 - Pátio escolar, crianças do Pré-Escolar e educadora Lili Grilo – FACIM.

Um dos projectos levados a cabo pela Escola (por volta de 1995) foi construir, num espaço vazio entre pavilhões, um parque infantil com várias diversões, o que fez as delícias dos alunos (e não foi só da pequenada). Esse parque designou-se por “Bosquinho”, certamente por estar ladeado de arbustos e frondosas árvores de sombra. Os alunos do 1º Ciclo, em parceria com os de outros ciclos desta Escola integrada, alegraram esse espaço com artísticas pinturas nas paredes.

O único problema nos espaços de recreio era o que acontecia no tempo das chuvas (Verão em Moçambique): os arruamentos e corredores entre os pavilhões onde funcionavam as salas de aulas ficavam completamente alagados e as águas, por falta de escoamento, permaneciam por vários dias, constituindo o que chamávamos de lagos e piscinas. Era necessário colocar blocos, tijolos, pedras e tábuas, para, num exercício de equilíbrio, chegarmos às salas de aulas pretendidas.





Fotografias 5, 6 e 7 – Momentos de recreio no parque infantil e pintura de paredes, professora e alunos “vestidos” com sacos plásticos pretos, no “Bosquinho”.

Apresentar-se-á, em seguida, a planta da feira, destacando-se os espaços ocupados pela EPM (a verde e a azul, a EPM e o JINEP, respectivamente). Seguir-se-ão alguns depoimentos dos alunos entrevistados acerca da sua noção de espaço/ tempo.

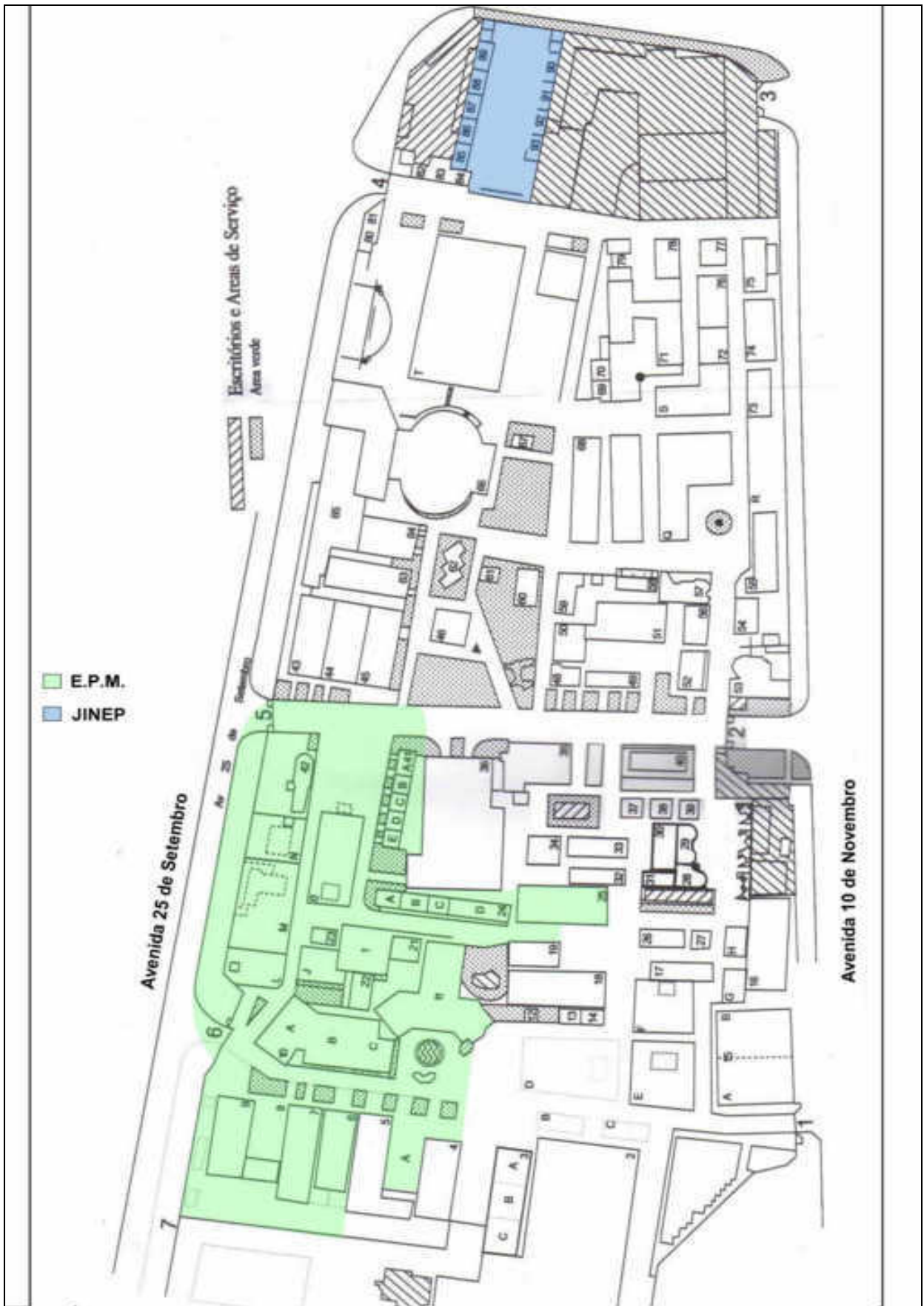


Figura 1 - Planta da FACIM: Feira Agro-Comercial e Industrial de Moçambique – Espaço onde a Escola Portuguesa de Maputo esteve instalada durante 14 anos (espaços sombreados a cor).

A ex-aluna Daniela Vaz referiu na resposta às questões da entrevista (enviada por e-mail):

Havia um ambiente global de interacção entre alunos e professores e entre alunos e contínuos. Embora a Escola da FACIM não tivesse as melhores condições – nas salas de aula, principalmente – tinha no exterior condições que propiciavam a prática de actividades de grupo, de convivência social e escolar. O que me marcou mais (talvez devido à idade) foram os intervalos e a luta pelos campos para jogar ‘bolar’ ou para saltar ao ‘elástico’... (EA5)

O antigo aluno Frederico Capelão declarou “É óbvio que as instalações da EPM eram precárias e inadmissíveis, mas apesar disso, temos consciência dos bons momentos lá passados.”(EA8)

Por sua vez, a ex-estudante Daniela Coelho afirmou:

Caracterizaria a EPM como uma escola equipada o melhor que podia, mesmo não tendo as melhores instalações.” e, noutro passo, “Os meus momentos mais marcantes de criança era ir tocar o sino com a D. Ana, a volta obrigatória que dava nos intervalos e o passar pelo corredor dos mais velhos, no pavilhão 11. (EA12)

Wilson do Vale, que frequentou a EPM dos 4 aos 14 anos lembrou:

Recordo com saudade o recreio, a D. Palmira e a D. Ana atrás dos meninos por causa das bolas, do sino que era um tubo e um ferrinho (que as contínuas, por graça, às vezes deixavam os alunos “tocar a campainha” para entrar). Recordo a situação de um colega ter ido buscar uma bola ao telhado e ter caído desastrosamente dentro da sala de aula. (EA3)

2.2.1. Caracterização dos espaços interiores

Salas de aulas

Como já foi referido, no espaço da FACIM as salas de aula eram improvisadas nos pavilhões pré-fabricados da Feira, cujas características eram: construção precária, paredes quase sempre pouco consistentes, tectos falsos muito baixos, telhados de chapas de zinco ou de alumínio. Consequentemente, as condições acústicas não eram as ideais (ouvia-se quase tudo o que se passava numa sala de aulas, nas salas ao lado) e as condições climatéricas eram insustentáveis no Verão (40°C ou mais, dentro das salas).

Em muitos pavilhões quase não entrava a luz solar, dada a escassez de janelas, o chão das salas era, nalguns casos, mais baixo que o do exterior das salas (o corredor ou o pátio), pelo que penetravam as águas da chuva. Noutros casos, era do tecto que entravam: chuva, vento e poeira. Referindo-se a esta realidade, a letra do hino da actual Escola Portuguesa, a EPM-CELP, escrita há já alguns anos por uma aluna que frequentou a EPM na época, começa com os seguintes versos:

*“Quando tudo começou/ há uns anos atrás/
quando tudo começou/ era muito diferente./*

Os ruídos vagueavam pelas salas/ o sol batia, a chuva entrava...”

É evidente que estas condições se procuravam colmatar com diversos arranjos da equipa de manutenção, sobretudo na colocação de mais tabiques divisórios nas salas de aula, de climatização das salas através de ventoinhas de tecto e de aparelhos de ar condicionado quando as condições o exigiam (estes últimos eram montados só nos espaços onde era imprescindível, pois tornava-se muito dispendioso contemplar todas as salas). Paralelamente, faziam-se pinturas, fixação de quadros e de expositores, colocação de janelas e/ ou de portas, arranjos de fechaduras, entre outros trabalhos. Transformava-se um barracão em sala de aulas, procurava-se que, alunos e professores, trabalhassem com algumas condições, mesmo não sendo as ideais para um estabelecimento de ensino.

Relativamente à superfície das salas, já que era a Escola que fazia as obras, isto é, que dividia o espaço dos pavilhões pelo número de salas que era possível e de que se necessitava, salvo raras excepções eram espaçosas e comportavam turmas de 25 ou mais alunos (nalguns anos, sobretudo no Ensino Secundário, as turmas chegaram a ter 35 alunos).

O mobiliário das salas de aula, constituído por mesas duplas e cadeiras, secretárias, alguns armários, e estantes (os dois últimos só existentes nas salas do 1º Ciclo, do Pré-Escolar e nas de Expressões Plásticas), era alvo de reparação quando se danificava ou era renovado através de aquisições no exterior do país, quando era insuficiente para o efectivo de alunos.

Salas de Desenho e de Educação Visual e Tecnológica

Nos primeiros anos não existia sala específica para a disciplina de Educação Visual (mais tarde Educação Visual e Tecnológica). Durante algum tempo (no edifício do Alto-Maé), foi utilizada uma sala que era partilhada com a disciplina de Trabalhos Manuais, isto é, nos horários tinha-se em conta que era preciso alternar estas disciplinas. Mais tarde, por serem muitas turmas, passou a existir uma sala só para Educação Visual, que pouco diferia das salas de aula normais, excepto no facto de ter uma bancada com água canalizada e armários para guardar os materiais da disciplina e dos alunos (as capas dos trabalhos).

Com a abertura do Ensino Secundário, em que eram leccionadas, de acordo com o currículo português, aulas das disciplinas de Geometria Descritiva, Desenho Técnico-Mecânico, Teoria do Design, entre outras disciplinas científicas/ artísticas, foi necessário

criar-se, também, um espaço próprio para estas áreas disciplinares. Este local, utilizado nos últimos anos, era bastante espaçoso e encontrava-se climatizado; tinha, pois, muito boas condições de trabalho. Efectivamente, o espaço referido tinha mesas largas, estiradores, bancos rotativos, bancadas à volta da sala para secagem de trabalhos ou colocação de materiais, expositores nas paredes onde habitualmente se afixavam orientações dos professores e/ou eram expostos alguns trabalhos, armários para guardar os materiais da disciplina e dos alunos. Como as outras salas de aulas, tinha igualmente o quadro preto e a secretária do professor.

Sala de Trabalhos Manuais e Trabalhos Oficinas

Este espaço, que se destinava ao uso das duas disciplinas que então eram leccionadas, de acordo com o currículo português, que era escrupulosamente respeitado, estava bastante bem equipado: possuía mesas com torno fixo, uma roda de oleiro eléctrica e outra manual, uma mufla (forno para cozer os objectos que eram produzidos em barro) utilizada pelos alunos, não só destas disciplinas (2º Ciclo) mas, também, pelos do 1º Ciclo e do Pré-Escolar, dois teares grandes (com as constantes mudanças de sala e armazenamento pouco cuidado, ficaram danificados logo nos primeiros anos), uma urdideira, um pequeno fogão eléctrico, uma máquina de costura, armários para guardar ferramentas e materiais diversos em uso nas duas disciplinas.

As características espaciais das salas, porém, foram variando, conforme a atribuição que era feita às disciplinas, de acordo com a reorganização anual da planta da “Escola” (continuamos a referir-nos à FACIM): ora eram salas espaçosas, com água canalizada e bancada tipo “lava-loiças”, ora eram de pequenas dimensões e nem os equipamentos usados nas disciplinas lá cabiam. Em 1989/90, segundo depoimento da professora de Trabalhos Manuais, a sala atribuída tinha características *sui gene ris*: a temperatura interior situava-se, nos meses de Dezembro e Janeiro, invariavelmente entre os 38 e os 42° C, motivo pelo qual, por exemplo, os trabalhos de barro eram só feitos nos meses frescos, para não aquecer ainda mais o espaço ambiente com o funcionamento da mufla; quando chovia, o que produzia um barulho ensurdecador, tinham de se colocar vários baldes a aparar a água que entrava a cântaros pelas frinchas e buracos das chapas de zinco que constituíam o telhado do pavilhão; havia um recanto exterior anexo a esta sala de aulas que tinha uma pequena porta para o interior desta e onde, por ser a céu aberto, cresciam ervas daninhas e várias espécies de insectos e batráquios (grilos, carochas, rãs, sapos,...) que os nossos alunos se divertiam a apanhar para pregar partidas aos colegas ou para levar para as aulas de Ciências Naturais.

Gabinete Médico

Desde muito cedo que se criou o Posto Médico ou Gabinete Médico para o atendimento de todo o pessoal discente, docente e administrativo da EPM.

Com efeito, quando a Doutora Idília Ruas (médica) foi nomeada Directora da Escola, em 1986/87, preocupou-se em montar e equipar um gabinete com as condições necessárias para prestar um bom serviço à comunidade educativa.

Também sujeito à montagem e desmontagem como todo o recinto da feira ¹² que funcionava como Escola, o Posto Médico era uma sala de pequenas dimensões, mas suficiente para o trabalho que executava. Tinha uma marquesa, uma secretária, cadeiras, balança para peso e medida, lavatório com água corrente e alguns armários com prateleiras destinados aos medicamentos e ao arquivo dos processos de saúde dos alunos.

Este gabinete foi sendo gradualmente melhorado, tendo sempre uma profissional de saúde de permanência, a enfermeira Palmira Santos, e a própria médica durante algumas horas diárias.

O Gabinete Médico planeou e cumpriu, nos vários anos lectivos, planos de vacinação contra doenças como o tétano, a rubéola e a meningite, em colaboração com o HCM (Hospital Central de Maputo), o que beneficiava os pais e encarregados de educação, que não tinham de procurar esses serviços fora da Escola. Por sua vez, o Posto Médico da EPM solidarizou-se também algumas vezes com o HCM nas campanhas de doação de sangue, em que vinha uma brigada daquele centro hospitalar fazer a recolha.

Era prática habitual do Gabinete Médico planificar, produzir e distribuir aos alunos folhetos com conselhos e recomendações sobre cuidados de saúde diversos, bem como sobre regras de higiene, sobretudo quando havia surtos de epidemias no país (de cólera, por exemplo). Para além disso, sempre no intuito de informar e/ou esclarecer, apareciam frequentemente artigos da Doutora Idília Ruas nas publicações da Escola. O Boletim Informativo nº1/92, "*Laço de União*", por exemplo, publicou um artigo sobre o tabagismo; o nº2/94, uma banda desenhada sobre as parasitoses; os números 5 e 6, respectivamente do 1º e do 2º trimestre do ano lectivo de 1997/98, do Boletim "*CELPInformação*", publicaram um vasto artigo sobre "Alimentação e Qualidade de Vida"; o Boletim nº 7, de Maio de 1998, por sua vez, exibiu um artigo intitulado "Vacinas".

¹² Com excepção da Área Administrativa (e mesmo esta só nos últimos anos lectivos), a que ainda neste capítulo me referirei, todas as salas de aulas e outros espaços utilizados pela EPM eram alvo de desmontagem no final do ano lectivo e posterior "reconstrução" e colocação dos diversos materiais e equipamentos, cerca de dois meses e meio depois.

Era comum, também, fazer-se sazonalmente o rastreio de pediculados (piolhos), que em certos anos afectaram muitas crianças de vários níveis de ensino e actuar em conformidade.

Refira-se que durante alguns anos lectivos foi guardado no gabinete o material didáctico de apoio às disciplinas de Ciências Naturais e de Biologia, como o esqueleto humano, “órgãos” tridimensionais, mapas dos vários sistemas do organismo humano e animal, microscópios, bem como outro material para experiências laboratoriais. Os professores das disciplinas referidas encarregavam-se de transportar cuidadosamente os materiais para as salas de aula, sempre que necessário pois, embora se falasse e desejasse muito um laboratório para aquelas disciplinas, este não chegou a ser criado. As aulas de Técnicas Laboratoriais de Ciências Físico-Químicas e de Biologia (da Área de Saúde do antigo Currículo e, posteriormente, com a Reforma Curricular, da Área Científico-Natural), leccionadas nos Laboratórios do Ministério da Saúde Moçambicano, alugados pela Escola para o efeito, pelo que os professores e alunos das turmas das referidas áreas tinham de se deslocar para esse local, no centro da cidade, em contra-horário ou aos primeiros tempos da manhã ou da tarde.

Contrariamente às Ciências da Natureza e à Biologia, na Escola houve durante os últimos anos um laboratório de Ciências Físico-Químicas razoavelmente equipado, onde se leccionavam as aulas práticas; não nos é possível, porém, pormenorizar, por não termos conseguido contactar nenhuma das ex-professoras dessa disciplina na EPM.

Biblioteca Escolar

Desde os primeiros anos que foi preocupação das professoras do 1º Ciclo e das Direcções da Escola criar uma Biblioteca Escolar que servisse a Comunidade Educativa. Assim, foram-se adquirindo livros didácticos (os que contemplavam os programas vigentes, dicionários, gramáticas, enciclopédias,...) e obras literárias para diferentes faixas etárias. A EPM contou também com algumas ofertas, em particular da Embaixada de Portugal em Maputo e do Ministério de Educação Português, de Editoras Portuguesas, de livrarias locais e de pessoas singulares, quase sempre encarregados de educação que ofereciam sobretudo livros escolares de que os seus filhos já não necessitavam.

A Biblioteca Escolar foi durante alguns anos sofrendo mudanças de espaço, na medida em que era também alvo da montagem e desmontagem anual. À medida que a Escola foi crescendo e que o acervo foi também aumentando, o espaço destinado à Biblioteca foi sendo maior, havendo também a preocupação de estar num espaço

relativamente central, já que os pavilhões que constituíam a Escola no recinto alugado à Feira eram bastante dispersos. Assim, nos últimos anos lectivos, a Biblioteca ocupou os pavilhões números 36 e 42 (ver planta, página 37).

Nessa altura, a Biblioteca Escolar estava já bem apetrechada: tinha várias estantes, os livros estavam visivelmente expostos e devidamente cotados e separados por assuntos e tipologias; havia ficheiros de títulos e de autores de consulta acessível e cassetes áudio e de vídeo que serviam de apoio para as aulas; podiam também ler-se ou consultar-se revistas e publicações diversas da Escola e outras que nos chegavam, por gentileza de diversas Instituições, moçambicanas e portuguesas. Tinha um bibliotecário permanente, auxiliado por docentes (quase sempre de Português); professores e alunos podiam requisitar livros para levarem para casa ou para ler nos tempos livres na Escola.



Fotografia 8 – Alunas na Biblioteca Escolar.

Ginásio e espaços para a prática de Educação Física e Desportos

Quando a Escola foi criada, durante o primeiro ano, não foi possível haver aulas de Educação Física, nem outras que implicassem outro professor e outro espaço; as 4 professoras do 1º Ciclo tentavam colmatar essa insuficiência, ministrando elas próprias as actividades lúdicas e desportivas que eram possíveis, bem como as expressões plástica, musical e dramática.

No ano lectivo seguinte, 1986/87, foi contratada uma professora de Educação Física, a professora Anabela Ferreira, que durante dois anos utilizou como espaço para as aulas os pátios da feira, um dos quais com condições razoáveis, pois o pavimento era liso e a área relativamente espaçosa, mas tendo como inconveniente o facto de ser ao ar livre, o que impedia o normal funcionamento das aulas quando chovia. Com inexistente material didáctico, a professora usava a sua criatividade, utilizando, por exemplo, elásticos, lenços e outros materiais, em jogos infantis e tradicionais.

Nos anos lectivos seguintes, a partir de 1988/89, dada a evolução da EPM, foram

admitidos mais professores e criaram-se nos espaços exteriores um campo de basquetebol e um de voleibol. Simultaneamente, alugou-se um pavilhão grande que se adaptou para ginásio (pavilhão com o nº 7 na planta). Neste barracão praticavam-se as aulas de ginástica, futebol de salão e também voleibol, andebol e basquetebol. Tinha um pequeno espaço anexo onde se guardavam os materiais da disciplina como os colchões de ginástica e de salto em altura, o trampolim, as bolas, entre outros.

A modalidade de atletismo era praticada no recinto da Escola ou no exterior, num circuito entre um eucaliptal, próximo do Ginásio de Maputo, que foi também durante algum tempo alugado pela Escola para a prática da Educação Física (algumas horas diárias). Mais tarde, o circuito referido, que ficava muito próximo do espaço da feira, pelo que os alunos e professores de Educação Física iam e regressavam a pé, viria a ser efectivamente transformado num circuito de manutenção física pelo Conselho Municipal da cidade de Maputo.

Por sua vez, a prática da modalidade de natação curricular (e extra-curricular) foi durante alguns anos levada a cabo na Escola Náutica, que cedia a sua piscina para esse fim, e que também se situava relativamente próximo da FACIM e da Escola, embora a deslocação a pé fizesse perder algum tempo das aulas e houvesse necessidade de os alunos serem acompanhados por funcionários da Escola, por uma questão de segurança. Mais tarde, por volta de 1994 ou 1995, as aulas extra-curriculares de natação vieram a ser praticadas nas piscinas do Parque Óasis, um condomínio na parte alta da cidade, mais próximo das residências de parte dos alunos do que a Escola.

Por essa altura também, devido ao rápido crescimento da Escola, com várias turmas a ter Educação Física simultaneamente, e devido à prática das actividades extra-curriculares de patinagem, de Karaté, de dança, de basquetebol e de futebol, repartindo-se os alunos em vários grupos etários, foi necessário alugar-se outro pavilhão, este ainda maior que o primeiro (indicado na planta com o nº 25, p. 37).

Apesar das condições espaciais e materiais não serem as ideais, diversas modalidades eram praticadas entusiasticamente pelos nossos alunos, que participavam em torneios inter-turmas e inter-escolas, obtendo excelentes resultados nestes últimos e contribuindo para divulgar a Escola fora de portas.



Fotografia 9 – Treino de mini-futebol: alunos (10-13 anos) e professores.

Sala de Educação Musical

Até 1995, de acordo com o professor Samuel Júnior (mais conhecido por Yana), houve um único professor de Educação Musical para leccionar o 1º e 2º Ciclos. Estas aulas eram ministradas nas próprias salas de aulas das turmas, deslocando-se o professor de sala em sala. A partir daquele ano, porém, a disciplina passou a ter uma sala fixa, equipada com carteiras, cadeiras, quadro (onde se pintou uma pauta para escalas musicais), um órgão e alguns instrumentos de percussão. Posteriormente, adquiriram-se xilofones, flautas, metalofones e maradas, isto é, instrumentos de orquestra *orff*.

Todavia, a sala não tinha boas condições acústicas, nem condições ideais de acomodação para os alunos. Era muito quente, de tecto baixo e, sendo a parede frontal quase totalmente em vidro, os raios solares incidiam directamente sobre as crianças, pelo que era necessário mudá-las de lugar, arrastando as mesas e cadeiras para os locais à sombra.

Tal como em muitas outras salas, no tempo das chuvas era preciso aparar com baldes e bacias a água que entrava pelas frinchas, no tecto falso.

Sala de Computadores

Quando se iniciou o Ensino Secundário na EPM, no início da década de 90, do currículo das diferentes Áreas Vocacionais, especificamente da Área C (de Economia/Contabilidade), faziam parte as seguintes disciplinas: Introdução à Informática, Técnicas de Programação, Sistemas de Informação e Análise de Sistemas. Consequentemente, foi necessário equipar uma sala de aulas com computadores, passando esta a ser exclusiva para a Informática. Esta sala foi apetrechada inicialmente com quatro computadores e era uma

sala pequena, embora climatizada. Mais tarde, houve uma mudança de sala, para um lugar mais espaçoso, e adquiriram-se mais dois computadores.

Assim se manteve até à Reforma Curricular, implementada no 10º ano em 1993/94, a qual trouxe como uma das inovações a disciplina de ITI – Introdução às Tecnologias de Informática, com a carga horária de 3 tempos para certos cursos e de 6 para outros. Como era uma disciplina obrigatória para todos os alunos do Secundário (do 10º ao 12º ano), mais cinco computadores foram adquiridos, totalizando-se, por conseguinte, onze.

A Escola acedeu à Internet em 1998¹³, adquirindo também vários programas de tratamento de imagem como o *Datashow*, o *Paint*, o *Power Point*, entre outros, que eram alicientes para crianças, jovens e adultos.

Nesta sala, eram ainda ministradas Actividades Extra-Curriculares de ITI para crianças e adolescentes do 1º ao 3º ciclos e realizaram-se algumas Acções de Formação para professores e outros funcionários da Escola, sob a orientação dos dois professores de Informática.

Cantina/ Refeitório

Não foi possível precisar quando abriu a cantina na Escola. Pensamos que nos primeiros anos na FACIM e no edifício do Alto-Maé não havia o que se pudesse chamar de cantina ou refeitório. Todavia, existiu um pequeno café na sala dos professores, para uso exclusivo destes.

Com o crescimento da EPM, foi aberta a cantina num dos pavilhões maiores, estando a sua exploração a cargo da Comissão de Pais e Encarregados de Educação.

A cantina era, como as restantes salas de aulas, montada e desmontada anualmente. Possuía um balcão corrido, mesas e cadeiras, fogão industrial, vários frigoríficos e arca congeladora, para além de diversos outros electrodomésticos. O serviço era razoável, embora se registassem grandes aglomerações de estudantes nos intervalos maiores ou “do lanche” e de os alunos mais pequenos terem alguma dificuldade em ser atendidos prontamente. Eram servidos almoços e/ ou refeições ligeiras para quem necessitasse de permanecer na Escola todo o dia.

¹³ De acordo com o artigo da Directora Pedagógica Prof.ª Ana Paula Relvas, publicado na página 4 do Boletim Informativo “*CELPInformação*” Nº 7, de Maio de 1998, que passamos a citar “A Internet já é uma realidade. Os nossos alunos, professores e funcionários dispõem a partir de agora de acesso aos “corredores” da informação, a baixos custos, bastando para o efeito contactar o responsável da sala de Informática, Prof. Rungo. O *email* da EPM é *eportug@virconn.com*”.



Fotografias 10, 11 e 12 – Atendimento de alunos e almoço na cantina escolar.

Sala dos Professores

Os vários espaços que, ao longo dos anos, no Alto Maé e na FACIM, foram destinados a sala dos professores eram exíguos em termos de dimensões físicas e de mobiliário. Se, no edifício do Alto Maé, era uma pequena sala de menos de 9 m² de área, apetrechada com meia dúzia de cadeiras e uma mesinha de sala de visitas ao centro, na FACIM as condições não eram melhores.

Não foi sempre atribuído o mesmo espaço físico à sala de professores. De facto, ocuparam-se pelo menos três salas diferentes. Uma, no pavilhão da Riopele ¹⁴ (empresa têxtil que exponha os seus produtos anualmente na feira), era um pequeno recanto onde apenas cabia o sofá de 3 lugares e mais 2 ou 3 cadeiras. Tinha um pequeno balcão com uma cafeteira eléctrica onde os professores que desejassem podiam fazer o seu café e, anexa à sala, uma casa de banho também de reduzidas dimensões.

Outro espaço, em anos lectivos seguintes, foi o pavilhão da Inagrico ¹⁵, bastante melhor que o anterior, embora continuasse a ser muito insuficiente para o efectivo de professores (numericamente mais de 80, em determinados anos lectivos). Possuía uma casa de banho e um bar anexo à sala, explorado durante algum tempo pela Comissão de Pais e Encarregados de Educação. Criaram-se, nessa altura, também anexas à sala dos professores, duas salinhas com mesas e cadeiras, uma de trabalho e outra de atendimento aos encarregados de educação.

Refira-se que muitos professores, sobretudo os do 2º e 3º ciclos e do secundário, raramente utilizavam esta sala, pois as salas de aulas das turmas que leccionavam eram muitas vezes bastante distantes umas das outras, não possibilitando momentos livres nos intervalos, por isso só nos “furos”, se os tivessem, a utilizavam. Com efeito, apesar de o espaço alugado à feira pela Escola poder parecer um espaço concentrado, na realidade não era, se os professores tivessem aulas em corredores e pavilhões distintos viam-se aflitos nos intervalos de 10 minutos para chegar a horas à sala da outra turma (as salas eram fixas para os alunos/ turmas). Também não era possível temporalmente dirigirem-se nos intervalos à Área Administrativa (Direcção, Secretaria ou Reprografia), por esta se situar num dos extremos do espaço escolar.

Outra sala que os docentes ocuparam durante pelo menos dois anos foi o pavilhão da RM (Rádio Moçambique)¹⁶, substancialmente mais alto que os outros pavilhões, pois constituía o estúdio da Rádio aquando da exibição da feira. Tinha à frente um espaço em

¹⁴ Indicado com o nº 42, planta da p.37.

¹⁵ Ver na p.37, espaço referenciado com a letra N.

¹⁶ Indicado com a letra M, planta da p.37.

cimento que servia de palco para diversos tipos de espectáculos, entrega de prémios, encontros da Direcção com os alunos e outras exhibições, que foi largamente utilizado pela Escola. A parte debaixo desta sala e do “palco”, para os quais se tinha de subir uma escadinha, era a oficina de trabalho da equipa de manutenção. Esta sala de professores (na verdade eram duas salas, uma menor era utilizada como sala de trabalho), embora climatizada e com umas dimensões razoáveis, tinha o inconveniente de os professores parecerem estar numa montra, devido às vidraças enormes, viradas para o “palco”. Posteriormente, colocaram-se persianas e, mais tarde ainda, veio a utilizar-se este espaço para Gabinete de Psicologia. Este último, que não abordo neste trabalho, também passou ao longo dos anos por mudanças constantes de espaço procurando-se, certamente, adequar este às necessidades dos alunos e da Escola.

Um aspecto curioso diz respeito à mobília de sala de visitas que foi sempre utilizada, nos diferentes espaços que se destinaram a sala de professores: de pinho e com almofadas de tecido verde, desconfortável e manchada, para não dizer pouco limpa.

Área Administrativa

Existiam, ainda, outros espaços da EPM no recinto alugado à FACIM, todos no mesmo pavilhão:

- a Secretaria, que foi conhecendo várias instalações ao longo dos anos: de um pequeno pavilhão, com duas secretárias e um efectivo de duas funcionárias, a uma sala espaçosa e bem equipada onde laborava uma equipa de seis ou sete funcionários nos últimos anos lectivos;

- a Reprografia, um pequeno espaço apetrechado com duas máquinas fotocopiadoras, ao serviço da comunidade educativa;

- diversos gabinetes para uso exclusivo da Direcção Pedagógica da Escola e da Direcção da Cooperativa.

- uma pequena área de serviço para café, arrumos e casas de banho.

Refira-se que este pavilhão, onde funcionou a Área Administrativa nos últimos quatro ou cinco anos ¹⁷, era um espaço amplo e vazio que foi dividido e decorado interiormente pela EPM, tendo sido construídas as paredes das salas, gabinetes e corredores, colocadas portas, janelas e recursos de climatização, tornando-se o único espaço “nosso”, dado que se acordou com os órgãos de gestão da FACIM que este espaço não seria utilizado pela Feira no período temporal destinado anualmente à exposição (correspondente à interrupção lectiva/ férias escolares). Permitiu, também, que a Secretaria

¹⁷ O nº 9 na planta da FACIM.

e restantes áreas de trabalho continuassem a funcionar no período temporal referido.

Este acordo, aliás, foi uma mais-valia para a instituição, na medida em que anteriormente (exceptuando nos anos do Alto Maé) se andava “com toda a casa às costas”, visto que, durante as interrupções lectivas, a Escola deixava de existir fisicamente, tendo recorrido regularmente ao empréstimo de uma sala da Embaixada de Portugal para funcionar a Secretaria, sobretudo com o objectivo de poder efectuar as matrículas dos alunos para o ano lectivo seguinte.



Fotografia 13 - A Secretaria da Escola em 1988, destacando-se a chefe da Secretaria (em 1º plano) e duas outras funcionárias.

Existiam ainda, naturalmente, casas de banho para alunos e trabalhadores, balneários (estes foram construídos bastante tardiamente e passaram por obras de beneficiação nos últimos anos), arrecadações, sala do pessoal administrativo (contínuas), onde estava permanentemente pelo menos uma funcionária, prestando serviços de apoio às salas de aulas, aos alunos e aos professores. Era neste espaço, por exemplo, que se preenchiam os livros de ponto (registavam-se as disciplinas/horas, de acordo com os horários das turmas) e onde eram marcadas as faltas aos professores.

Salienta-se que se acedia ao espaço ocupado pela Escola por dois portões principais virados para a Avenida 25 de Setembro: o nº 5 (nalguns anos lectivos esteve fechado, por razões de segurança, por decisão da Direcção Escolar, em virtude da constante entrada e circulação de viaturas); o nº 6, desde sempre o mais utilizado e que tinha acesso imediato à Área Administrativa; o nº 4, que passou a utilizar-se aquando da abertura do JINEP na FACIM, no ano lectivo de 1996/97.

Independentemente desses portões de acesso ao exterior da feira, da responsabilidade da própria FACIM, pois dava acesso a outros sectores da mesma, o recinto da Escola era todo cercado por rede de arame e pequenos portões (para pessoas) fechados a cadeado durante o período das aulas e vigiado por um funcionário da Escola.

2.3. Adaptação e gestão dos espaços e dos tempos escolares

Como já se referiu, durante os catorze anos de instalação, a EPM - Escola Portuguesa de Maputo, CRL -, utilizou os pavilhões alugados à FACIM, dada a impossibilidade de encontrar instalações que se destinassem especificamente a estabelecimentos de ensino e devido à insuficiência de fundos que permitissem a aquisição de um terreno e a construção de uma escola de raiz.

Utilizou, como também já indicámos, simultaneamente, a Escola do Alto Maé, por um período de 6 anos lectivos (de 1988/89 a 1993/94), apesar de a mesma nunca ter podido dar resposta, em termos de espaço, às necessidades da Instituição.

No relatório da Missão de Inspeção levada a cabo pela IGE à EPM¹⁸, constituída pelo Inspector coordenador-chefe Joaquim Redinha (que chefiou não só essa, como outras Missões de Inspeção à Escola) e pelos Inspectores principais-adjuntos Joaquim Carvalho e José Teixeira, no âmbito da avaliação e controlo do Sistema Escolar, pode ler-se o seguinte, no que concerne às instalações:

No edifício do Alto Maé funciona a sede da Cooperativa, os serviços administrativos da escola e toda a Educação Pré-Escolar.

Nas instalações alugadas à FACIM funciona a Direcção Pedagógica da Escola e as actividades escolares, desde o 1º ano ao 12º ano de escolaridade. ...

O edifício do Alto Maé apresenta-se em bom estado de conservação, as salas têm boa iluminação e é razoável o espaço interior por aluno. No entanto, o espaço exterior é absolutamente inadequado ao nível etário a que está destinado (Educação Pré-Escolar).

No que respeita às instalações da FACIM, para além dos inconvenientes inerentes ao facto de se tratar de instalações de uma Feira, sem o contexto próprio de uma escola, há que salientar que alguns pavilhões não oferecem as condições mínimas indispensáveis à prática pedagógica, especialmente no que respeita à iluminação e, nalguns casos, a área/aluno é bastante exígua. (p.4)

A Escola foi ao longo dos anos recebendo várias beneficiações de acordo com as necessidades, não só da Escola (Direcção da Cooperativa), mas também das próprias empresas “proprietárias” dos pavilhões que, anualmente, na altura que antecedia a exposição ao público, faziam alterações e melhoramentos como pinturas, colocação de novo pavimento, substituição de candeeiros e de fechaduras nas portas, arranjo nos telhados, entre outros, o que constituía sempre uma mais-valia para a própria instituição de ensino.

A EPM tinha, naturalmente, a responsabilidade da conservação geral, de arranjos

¹⁸ Missão de Inspeção à Escola Portuguesa de Maputo, de 14 a 30 de Junho de 1994, 34 pp.

diversos, de pinturas periódicas, e a tarefa colossal de adaptar os pavilhões da feira a salas de aulas, com a colocação de divisórias e tabiques de madeira prensada, instalação de portas e até de janelas nalguns casos. De um modo geral as instalações eram mal iluminadas, pois as janelas ou eram inexistentes (por exemplo no pavilhão 11, que foi dividido em 8 salas quase todas interiores) ou não eram suficientes, o que fazia com que se recorresse permanentemente à iluminação artificial.

Levaram-se a efeito algumas alterações em determinados espaços, isto é, procedeu-se à adaptação destes de acordo com o que era pretensão da EPM, como os melhoramentos nas casas de banho e a total construção dos balneários.

Ao longo dos anos foram-se adaptando os espaços às necessidades da Instituição, quer para mais salas de aulas, quer para outras actividades específicas, à medida que foi sendo preciso. Conforme se pode verificar pelo Quadro 1 da página 26, de 3 salas em 1986, passou-se para 36 em 1990/91 e, embora não tenhamos informação relativa ao número de salas em 1998/99 - último ano lectivo -, seriam, seguramente, cerca de 60.

Paralelamente, o equipamento da Escola, os recursos audiovisuais e o material didáctico eram também periodicamente actualizados, beneficiados ou aumentados.

Assim, considerava-se que a EPM estava suficientemente apetrechada para garantir um ensino moderno e pedagogicamente eficiente.

Em relação à gestão dos espaços e dos tempos consagrados nos planos curriculares, estes tiveram a sua expressão nos horários da Escola, dos professores e das turmas, cuja elaboração seguia os critérios legais em vigor durante os anos de funcionamento da Escola, que eram os estabelecidos pela Instituição de tutela: o Ministério da Educação Português.

Os horários escolares, com efeito, são o instrumento da organização pedagógica e administrativa que regulam as actividades no tempo e no espaço, distribuindo, de forma eficiente, os alunos pela Escola. São como que a condição necessária da ordem e disciplina académica e escolar, pois articulam as actividades de um elevado número de pessoas e tornam possível o uso intensivo do tempo e do espaço.

Os professores tinham uma componente lectiva no horário (22 tempos semanais) e uma componente não lectiva, devendo ambos totalizar 35 tempos semanais. Os horários dos professores tinham a ver com as modalidades de vínculo à Escola e com as disciplinas leccionadas. Havia reduções nos horários de professores estudantes e nos dos docentes com cargos (Director Pedagógico, Coordenador de Ciclo e/ ou de Departamento, delegado da Área Disciplinar,...). Alguns docentes (apenas casos pontuais) tinham permissão da Escola para leccionar noutras Instituições de Ensino.

De acordo com os critérios legais relativos ao emprego do tempo, a feitura do horário estava condicionada por várias normas, em particular as que diziam respeito ao plano de estudos (disciplinas e carga horária), à distribuição do serviço docente (grupos disciplinares e horas de serviço lectivo), à constituição das turmas e à afectação dos espaços.

A organização dos horários foi-se tornando progressivamente uma tarefa mais complexa ao longo dos anos, devido a vários factores como: o aumento dos alunos e, conseqüentemente, dos professores, a heterogeneidade dos alunos (provenientes de vários sistemas de ensino e com nacionalidades e culturas distintas), a falta de instalações próprias e suficientes, o que implicava sempre adaptações e reajustes.

Os horários, embora susceptíveis de crítica, eram anualmente elaborados de forma escrupulosa, a fim de evitar, tanto quanto possível, erros. Alguns, no entanto, foram inevitáveis.

No que respeita à programação dos espaços, estava previsto que cada turma tivesse a sua sala de aulas e que utilizasse igualmente os espaços específicos existentes (o ginásio, as salas de E.V.T., de Trabalhos Manuais, de Música, de computadores, entre outras).

Na distribuição das salas de aula, procurou-se sempre que as turmas de um mesmo ciclo ficassem em salas próximas o que, por um lado, facilitava o controlo por parte dos Coordenadores de Ciclo e funcionários e, por outro lado, permitia o convívio entre os alunos/ turmas com afinidades, bem como a proximidade dos docentes que leccionavam as mesmas turmas/ o mesmo ano/ o mesmo ciclo.

Igualmente se procurava colocar as salas de aulas de modo que o acesso dos alunos aos respectivos pátios de recreio fosse o mais directo possível.

Nas salas de aulas, em particular nas do 1º Ciclo, mas também, embora em menos quantidade, nas dos outros ciclos, afixavam-se cartazes didácticos, trabalhos dos alunos das diversas matérias/ disciplinas, apetrechavam-se as salas com material didáctico e lúdico, convencionavam-se especialmente “cantinhos” de leitura, de teatro,..., numa dimensão educativa acolhedora que deliciava as crianças e muito satisfazia os seus encarregados de educação.

Quando o calor e a humidade apertavam mais ou faltava a energia eléctrica, as turmas das salas não climatizadas ou das salas escuras tinham, muitas vezes, aulas ao ar livre, debaixo das frondosas árvores de sombra existentes nos pátios escolares, para onde levavam as suas cadeiras. Estas aulas ao ar livre eram, aliás, pedagogicamente vantajosas pois, sendo práticas, serviam de complemento às aulas convencionais. Assim, nas aulas de

línguas, por exemplo, os alunos observavam o espaço circundante e listavam palavras, construía campos lexicais e famílias de palavras, inventavam histórias e dramatizavam-nas, faziam concursos de adivinhas e de provérbios e várias outras actividades lúdicas.

Efectivamente, a utilização didáctica do espaço demarca-se como uma característica comum a toda a moderna pedagogia. Tal como refere Rodrigues (2002) “É de frisar que, os espaços escolares, como lugares que acolhem o discurso académico, estão impregnados de significações e transmitem uma quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado 'currículo oculto'.” (p. 91)

A transmissão de estímulos, conteúdos e valores era, aliás, uma prática do corpo docente, que procurava ensinar os alunos a: “aprender a saber”, “aprender a fazer”, e, sobretudo, “aprender a ser”. Havia um relacionamento muito harmonioso, de sã e alegre convivência entre os alunos, entre estes e os professores e entre alunos e funcionários.

A professora Zvezditchka (Estrela) Simeonova, caracteriza de forma geral a EPM com as seguintes palavras: “A antiga Escola foi uma Escola com condições deficientes em termos físicos, mas com espírito entusiasta. Reflectia o que nós éramos e não a imagem que em Portugal consideram que uma Escola Portuguesa deve ser.”(EP14)

À questão “Como caracterizaria a EPM (em termos sociais e humanos)?”, a professora Isabel Loio respondeu categoricamente:

Uma Escola! Apesar de ser uma escola que se desmontava anualmente (porque funcionávamos no espaço de uma feira internacional, a FACIM), e de as salas serem pavilhões, muitos deles pré-fabricados, havia união, respeito, harmonia, diálogo, ou melhor, o calor humano estava sempre patente entre a Comunidade Educativa. (EP6)

Por sua vez, a professora Ana Paula Relvas, declarou:

A EPM, de 1995 a 1998¹⁹, era uma conjugação efectiva de esforços. ... Era uma boa escola num espaço físico péssimo! Muitas salas não tinham janelas, o nosso mobiliário era velho, incómodo, havia muitas dificuldades (de materiais, livros, fardamentos, ... que tinham de vir de Portugal). ... Em termos humanos era francamente positiva, em termos pedagógicos equiparava-se a muitas das escolas públicas em Portugal. (EP8)

¹⁹ Período temporal em que estive destacada na EPM, tendo sido professora de Língua Portuguesa e posteriormente Directora Pedagógica, no ano lectivo de 1997/98.



Fotografia 14 - Uma turma do 1º Ciclo no pátio escolar.

Da narração da ex-aluna Débora Dias, destacámos um discurso que foca vários espaços e também alguns funcionários:

A falta de condições da antiga escola, resultou numa grandiosidade nas relações inter-pessoais. (...) A EPM deixou tantas e tantas memórias que poderia partilhar! E deixou imensas marcas em todos os seus alunos: desde a cantina sempre cheia e nós, pequeninos, sempre a tentar furar a fila para conseguirmos comer; dos dias de chuva que quando caía nos encharcava e fazia fugir das poças, mesmo sendo inevitável alguém cair nelas e ir a correr até à casinha da D. Ana pedir alguma coisa que vestir; dos inúmeros intervalos que passávamos no Posto Médico com a enfermeira Palmira, a conversar sobre vários assuntos, como das telenovelas; das inúmeras vezes que tentávamos sair mais cedo do recinto para comprar amendoim lá fora e o Sr. Carlos se zangava connosco e nos interditava a saída; da D. Helena que dizia que a matávamos se puséssemos as nossas mochilas e pastas em cima dos canteiros de flores ... (EA9)



Fotografia 15 – Professoras do 1º Ciclo desenvolvendo actividades lúdicas com os seus alunos, num dos pátios da escola.

Para concluir esta parte do trabalho, cito Tamara Bhatt, aluna que frequentou a Escola durante 9 anos: “... tínhamos um afecto muito grande pela nossa Escola...”. E, relacionando-a com nova Escola (referia-se à EPM-CELP, que passou a frequentar a partir de 1999/2000), diz: “era um lugar desconhecido, um espaço sem memórias. Demorou algum tempo até que pudéssemos reconhecer a nova escola como a nossa escola”. (EA13)



Fotografia 16 - Alunos do 1º e 2º ciclos em momento de convívio, no “campo de jogos”.

Capítulo III – Organização da EPM: órgãos administrativos e pedagógicos

3.1. Criação da Cooperativa de Ensino

O projecto de criação da Escola Portuguesa de Maputo²⁰ teve início em 1981 com a deslocação de uma missão do Ministério de Educação de Portugal a Maputo, a fim de estudar as condições de abertura da referida Escola. Após vários procedimentos e negociações é publicada, em Fevereiro de 1983, a portaria da criação da Escola.

Cerca de dois anos depois, deslocou-se a Maputo uma nova missão constituída por um elemento do Ministério de Educação e pelo Dr. Mendes Jorge, da Direcção Geral de Cooperação, em cujo relatório se propõe, pela primeira vez, a criação de uma Escola Cooperativa, proposta que teve o parecer favorável do Ministro da Educação e Cultura.

Em Janeiro de 1986 foi solicitada a criação da Escola em nome de uma Cooperativa em formação, tendo o processo sido entregue na Direcção-Geral do Ensino Particular e Cooperativo.

A Comissão Instaladora e Organizadora da Escola Portuguesa de Maputo ficou representada pelos Administradores das Firmas Tudor e Ilídio Monteiro, respectivamente os Engenheiros Pedrosa Lopes e Ferreira da Silva e, a título provisório, a Escola ficou instalada nos pavilhões de empresas portuguesas na FACIM, tendo aberto as portas em Fevereiro do mesmo ano.

Esta Comissão geriu a Escola durante dois anos, em parceria, a partir do ano lectivo de 1986/87, com a Directora da Escola, a Doutora Idília Ruas, nomeada para o cargo pela Comissão Instaladora por exigência do Ministério de Educação português.

Tendo o Engenheiro Pedrosa Lopes regressado a Lisboa por motivos pessoais, foi substituído na Comissão Instaladora e Organizadora pelo Engenheiro Rui Gouveia.

A 29 de Janeiro de 1988 teve lugar nas instalações provisórias da FACIM uma reunião entre aquela Comissão e quarenta e um dos sessenta e oito sócios da futura Cooperativa de Ensino²¹. A mesa era constituída pelos dois elementos da Comissão Organizadora, Ferreira da Silva e Rui Gouveia, pela Directora da Escola, Idília Ruas, e pela Chefe da Secretaria, Irene Cabral. A agenda de trabalhos dessa reunião continha um ponto único: Eleição dos órgãos da futura Cooperativa de Ensino. O Engenheiro Ferreira da Silva esclareceu os presentes acerca da finalidade da eleição, que afirmou tratar-se de um passo fundamental para a formalização da Cooperativa e informou que a Comissão

²⁰ v. capítulo I, 1.2, pp. 17-20.

²¹ Acta dessa reunião em anexo (Anexo D1, pp. 289-292).

Instaladora e Organizadora cessaria funções a favor dos novos corpos gerentes, a partir da assinatura da escritura. Os presentes à reunião preencheram, em seguida, uma ficha eleitoral e, posteriormente, procedeu-se à contagem dos votos e ao apuramento final.

Dessa forma, foram eleitos os elementos que viriam a pertencer aos seguintes órgãos:

Mesa da Assembleia Geral – José Serejo (presidente); Mustak Abdula (vice-presidente); José Velasco (secretário).

Direcção (da Cooperativa) – Armando Pinheiro (presidente); Fernando Souto (vice-presidente); Maria Cidália Figueiredo (1ª secretária); Arvindo Pratapcim (1º vogal); entre outros, com as funções de secretários, vogais e suplentes.

Conselho Fiscal – Manuel Leitão; Maria Fernanda Azevedo; Manuel Lopes.

No entanto, somente em 9 de Agosto de 1988²² é que viria a ser assinada a escritura da Constituição da Cooperativa, no 1º. Cartório Nacional de Lisboa, passando a escola a denominar-se, a partir de então, por “Escola Portuguesa de Maputo – Cooperativa de Ensino, C.R.L.”.

A Cooperativa passou a reger-se pelos estatutos definidos no documento da escritura - estatutos que se aplicavam ao ensino particular e cooperativo das escolas portuguesas -, os quais estavam agrupados em sete capítulos e quarenta e três artigos.

Em Assembleia Geral extraordinária realizada em 22 de Março de 1989, foi aprovada a alteração dos artigos 3º, 12º, 15º e 43º e ratificados os restantes artigos dos estatutos da Escola Portuguesa de Maputo – Cooperativa de Ensino, CRL, que diziam respeito ao valor a ser pago pelos sócios cooperadores e às condições para se ser sócio da Cooperativa²³.

3.2. Órgãos e Competências da Cooperativa de Ensino

De acordo com o Código Cooperativo decretado pela Assembleia da República nos termos dos artigos 164.º, alínea d), e 169.º da Constituição²⁴, são órgãos das cooperativas:

- A Assembleia Geral – É o órgão supremo da cooperativa, sendo as suas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, obrigatórias para os restantes órgãos da cooperativa e para todos os seus membros. Participam na assembleia geral todos os cooperadores no pleno gozo dos seus direitos.

²² In Diário da República – Número 225-III Série, de 28 de Setembro de 1988, pp. 16957-16960.

²³ As condições para se ser sócio da Cooperativa eram: ser cidadão português, ser pessoa colectiva portuguesa ou ser cidadão estrangeiro pai ou tutor de alunos portugueses da Escola.

²⁴ In Diário da República – I Série-A, Número 208-III Série, de 7 de Setembro de 1996, pp. 3018-3031.

A mesa da assembleia é constituída por um presidente e por um vice-presidente, quando os estatutos não estipularem um número superior de elementos. De acordo com o Artigo 49.º do Código Cooperativo é da competência exclusiva da assembleia geral, entre outras competências (14 alíneas):

- a) Eleger e destituir os membros dos órgãos da cooperativa;
- b) Apreciar e votar anualmente o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o parecer do conselho fiscal;
- A Direcção – É o órgão de administração e representação da cooperativa, incumbindo-lhe, designadamente, entre outras competências:
 - a) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do conselho fiscal e à apreciação e aprovação da assembleia geral o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte;
 - b) Executar o plano de actividades anual;
 - c) Contratar e gerir o pessoal necessário às actividades da cooperativa;

O Código Cooperativo²⁵ refere que a direcção é composta, nas cooperativas com mais de 20 membros, por um presidente e dois vogais, um dos quais substituirá o presidente nos seus impedimentos e faltas, quando não houver vice-presidente. Indica, também, que a composição da Direcção pode ser alargada, assegurando que o número dos seus membros seja sempre ímpar.

- O Conselho fiscal – É o órgão de controlo e fiscalização da cooperativa, incumbindo-lhe designadamente:
 - a) examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrita e toda a documentação da cooperativa;
 - b) elaborar relatório sobre a acção fiscalizadora exercida durante o ano e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, do plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte;
 - c) verificar o cumprimento dos estatutos e da lei.
entre outras competências.

Relativamente à composição do Conselho fiscal, o código cooperativo propõe que,

²⁵ Artigo 55.º, p. 3026.

nas cooperativas com mais de 20 cooperadores, seja constituído por um presidente e dois vogais.

3.2.1. Mesa da Assembleia Geral

Ao longo da investigação, tivemos oportunidade de entrevistar²⁶ o engenheiro José Manuel da Costa Serejo (EEC1)²⁷ que foi presidente da Mesa da Assembleia Geral durante 3 mandatos (6 anos), para além de ter, também, exercido as funções de vice-presidente (biénio 1992/ 1993) e de ser sócio da Cooperativa desde a sua fundação.

Natural de Lisboa e de nacionalidade portuguesa, José Serejo é engenheiro mecânico de profissão, tendo sido Administrador da empresa IMA (Indústria Metalúrgica) durante os largos anos em que esteve ligado à Escola Portuguesa de Maputo.

A sua ligação à Escola começou dois anos antes da formalização da Cooperativa de ensino. Esteve envolvido, juntamente com o engenheiro Pedrosa Lopes (da Comissão Instaladora) e com alguns outros pais de crianças em idade escolar, em vários encontros e contactos com entidades portuguesas, quer em Moçambique (Embaixada de Portugal), quer em Portugal (Ministério da Educação), com vista a criar uma escola cujo sistema de ensino fosse o português.

Foi, também, um dos dez cidadãos portugueses que se ofereceram para sócios fundadores da Cooperativa, quando a legalização da Escola e a formação da Cooperativa foram exigidas pelas autoridades portuguesas, pois até aí, segundo as suas palavras, “era uma espécie de clube privado”.

Quando a Cooperativa foi formalizada no início de 1988 – alguns pais e professores tornaram-se os primeiros sócios –, era necessário criarem-se órgãos sociais e o engenheiro Serejo foi escolhido para Presidente da Mesa da Assembleia Geral, cargo que exerceu durante três mandatos.

De acordo com o engenheiro Serejo, a Assembleia Geral era “a voz” dos sócios da Cooperativa, pois expressava o desejo e a vontade dos sócios da mesma Cooperativa.

O seu cargo não foi fácil de gerir uma vez que, nas reuniões de Assembleia Geral, teve de ser moderador de vários conflitos. Com efeito, alguns dos sócios entravam em disputa com a Direcção da Cooperativa²⁸, acusando-a, sobretudo, de desonestidade (desvio de fundos).

O engenheiro Serejo referiu que se criavam atritos que chegaram a pôr em causa a

²⁶ Guião da entrevista em anexo (Anexo A5, p. 258).

²⁷ EEC1: Entrevista a Elemento da Cooperativa 1.

²⁸ As acusações não foram dirigidas apenas a uma Direcção específica, mas a várias.

continuidade da própria Escola, em virtude dos elementos que faziam parte dos órgãos da Cooperativa, sentindo-se injustiçados, pois trabalhavam dedicadamente e sem qualquer remuneração, em certos casos terem recorrido à demissão dos seus cargos.

Refira-se que, com a evolução da Escola, o governo português foi aumentando o valor dos subsídios que, juntamente com a importância paga pelos sócios²⁹, eram utilizados para o pagamento ao pessoal docente e não docente, para a renda dos espaços alugados e para todas as outras despesas inerentes a uma instituição escolar.

Convidado a falar sobre os episódios que recordava, o engenheiro Serejo abordou as “lutas” pela concessão do terreno para a construção da Escola. Evocou as diversas possibilidades que foram colocadas às várias Direcções da Cooperativa, pois era um dos seus propósitos, se não o principal, construir instalações próprias.

Assim, sublinhou que foram sendo concedidos (e rejeitados por inapropriados) vários terrenos baldios, em locais de difícil acesso: nas barreiras do Alto-Maé, num terreno em declive (chegou a haver um projecto e uma licença de construção) e nos arredores da cidade, próximo da de vários bairros suburbanos e da lixeira da cidade.

Segundo o engenheiro Serejo, nunca houve grande abertura da parte das autoridades moçambicanas; na altura parecia não haver interesse que houvesse uma grande escola portuguesa em Moçambique.

Finalmente, após muitas negociações entre as autoridades moçambicanas e a Direcção da Cooperativa, conseguiu-se um terreno com uma área considerável, na parte baixa da cidade próximo da praia da Costa do Sol.

Mais tarde, o Governo português demonstrou interesse em construir uma escola de raiz em Maputo e a Direcção da Cooperativa³⁰ cedeu-lhe o terreno através da Embaixada de Portugal³¹, visto ir de encontro aos anseios (de muitos anos) da própria Direcção da Cooperativa, bem como de todos os sócios e agentes educativos: a tão desejada construção da Escola.

Iniciou-se, então, o processo de legalização e as obras de planeamento e edificação da Escola tendo, estas últimas, demorado aproximadamente dois anos.

Solicitado a caracterizar a EPM na época (1985-1999), o ex-presidente da Mesa da Assembleia Geral, afirmou que a Escola se tornou uma referência nesta cidade e neste país (Maputo e Moçambique). “Foi uma referência, criou-se uma Instituição. Não tinha os

²⁹ Inicialmente eram designadas por “quotas” dos sócios; mais tarde, por “propinas” dos alunos (educandos dos sócios).

³⁰ Na altura era Presidente da Cooperativa o engenheiro Álvaro Henriques e Vice-presidente a engenheira Lourdes Ferrão (mandato de 1994/96).

³¹ Esta “passagem do testemunho” (entrega do título de propriedade) foi efectuada numa cerimónia em que estiveram presentes o Presidente do Conselho Executivo da cidade de Maputo, Engenheiro João Baptista Cosme, o Embaixador de Portugal, Doutor Brito e Cunha e o Presidente da Direcção da Cooperativa, Engenheiro Álvaro Henriques.

alicerces que tem hoje, mas as bases já lá estavam.”

Ainda segundo o engenheiro Serejo, não havia em Maputo nenhuma escola com a qualidade da EPM, o que era confirmado pelas frequentes Inspeções à Escola. Por outro lado, os inspectores que vinham à Escola afirmavam que a qualidade e o nível era superior à média do ensino ministrado em Portugal.

Interrogado sobre quais as expectativas dos membros da Direcção da Cooperativa em relação à nova escola, o sócio fundador declarou:

A Cooperativa esperava trabalhar em conjunto com a nova Escola. Se a Cooperativa não tivesse lutado e investido tanto desde 1985, não sei se hoje teríamos a nova Escola. Sempre desejámos as instalações próprias e adequadas, sempre lutámos para as ter. Mas assim que a Escola se implantou, apesar de se ter criado (em teoria) um Conselho de patronos, nunca lhe deixaram fazer fosse o que fosse. Não só ignoravam a Cooperativa, como a afastaram, puseram-na à distância. Apanharam a boleia do trabalho que estava feito e que era muito bom. “Herdaram” os nossos alunos, professores e funcionários. ... A Cooperativa teve de procurar outros caminhos. (EEC1)

3.2.2. Conselho Fiscal

Outro elemento pertencente aos órgãos sociais da Cooperativa que entrevistámos foi o senhor António Manuel Gaveta de Oliveira (EEC2), de 55 anos de idade, de nacionalidade Portuguesa, Gerente da Empresa Oliveira Transportes e Turismo, Lda.

António Oliveira foi Assessor do Conselho Fiscal da Cooperativa de Ensino da EPM no período de 1994 a 1996 e referiu que teve como função prestar apoio aos membros do Conselho Fiscal na execução das tarefas que os Estatutos obrigavam.

Salientou que o relacionamento da Direcção da Cooperativa de então com a Direcção Pedagógica era tenso, o que se reflectia no relacionamento entre a primeira e os Professores. A não profissionalização dos elementos da Direcção da Cooperativa, o desconhecimento do Estatuto Jurídico em que a Cooperativa operava e a transferência para o interior da escola de quezílias da Comunidade Portuguesa eram factores, de certa forma, desestabilizadores.

Convidado a recordar episódios vividos na EPM, optou por contar um que o marcou negativamente. Trata-se do caso da mãe de um aluno – que estava a faltar às aulas desde uma certa quinta-feira –, ter aparecido na Escola na terça-feira seguinte a perguntar se o filho estava na Escola, visto não aparecer em casa desde quarta-feira da semana anterior. António Oliveira diz ainda lembrar-se da cara de espanto e de perplexidade das funcionárias da Secretaria.

Acerca da sétima questão, “Como caracterizaria a EPM na época em que exerceu as suas funções” este ex-membro do Conselho fiscal salienta que a EPM era uma instituição

com uma dinâmica própria, com muita massa crítica, mas que era uma escola que dignificava a Comunidade Portuguesa .

Já sobre a cidade de Maputo e o país, referiu que Maputo era uma cidade que estava a dar os primeiros passos na reabilitação das suas infra-estruturas, que estava a acolher muita gente à procura de melhores condições de vida, principalmente cidadãos de outras nacionalidades, e que as pessoas estavam a aprender a viver em democracia.

Na sua opinião “A EPM foi um ponto de viragem na Educação neste País. Tornou-se, em pouco tempo, numa instituição de referência pela sua qualidade de ensino e pela sua inserção na Comunidade de acolhimento.”

Sobre as expectativas da Direcção da Cooperativa em relação à nova escola afirma que era seu desejo “Manter a qualidade do ensino ministrado na EPM, ser um Centro de Formação de excelência e uma Instituição que estreitasse, ainda mais, os laços entre os povos português e moçambicano.”

Por último, António Oliveira indicou que todo o trabalho preliminar do projecto da Nova Escola foi acompanhado pela EPM e que muitas actividades foram executadas e esforços dispendidos pelas diversas Direcções da Cooperativa para que a nova escola fosse uma realidade.

Referiu ainda que, no processo da transferência de toda a Escola para o novo edifício, a Comissão Instaladora teve todo o apoio da Direcção da Cooperativa de então, salientando que alguns elementos desta Direcção da Cooperativa fizeram parte do Conselho de Patronos.

3.3. A Direcção Pedagógica

A EPM, após o ano da sua criação, em que foi dirigida pela Comissão Instaladora e Organizadora da Escola Portuguesa de Maputo, passou a ter, dado o crescimento da Escola e, como já se referiu, por exigência do Ministério da Educação, uma directora nomeada pela referida Comissão: a Doutora Idília Ruas, que exerceu esse cargo durante três anos lectivos – de 1986/87 a 1988/89.

A partir do ano lectivo de 1989/90 e até ao último ano da Escola, a maioria dos Directores Pedagógicos foram nomeados por proposta dos professores, após eleição realizada em Assembleia Geral de docentes. Essa Direcção Pedagógica era homologada pela Direcção da Cooperativa e, posteriormente, pelo Ministério da Educação.

Eram as seguintes as competências da Direcção Pedagógica:

- Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Pedagógico e,

posteriormente, às outras estruturas de gestão, o Projecto Educativo e o Regulamento Interno da Escola.

- Definir o regime de funcionamento da Escola.
- Elaborar, recebidas as propostas dos diversos Departamentos, o Plano Anual de Actividades e submetê-lo à aprovação do Conselho Pedagógico.
- Elaborar os relatórios periódicos e final de execução do Plano Anual de Actividades.
- Supervisionar a constituição das turmas e a elaboração dos horários.
- Distribuir o serviço docente e não docente.
- Designar os directores de turma.
- Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como outros recursos educativos;
- Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação.
- Entrevistar e dar parecer sobre a selecção do pessoal docente.
- Negociar com a Direcção Financeira a subida de escalão dos docentes.
- Representar a Escola.
- Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos.
- Propor à Direcção da Cooperativa medidas de carácter disciplinar relativamente aos docentes.
- Entre outras competências.

Apresenta-se, em seguida, um quadro com a entidade e as pessoas responsáveis pela Direcção Pedagógica da Escola e o(s) ano (s) lectivo(s) respectivo(s) em que exerceu(ram) funções.

Quadro 3 – Directores da EPM.

Ano lectivo	Director da Escola/ Presidente do Conselho Directivo/ Director Pedagógico
1985/86	Direcção da Escola a cargo da Comissão Instaladora e Organizadora da futura Cooperativa de Ensino
1986/87	Idília Ruas
1987/88	Idília Ruas
1988/89	Idília Ruas
1989/90	Rosa Noémia Simões
1990/91	Ana Maria Lopes
1991/92	Ana Maria Lopes
1992/93	Ana Eugénia Campos
1993/94	Ana Eugénia Campos
1994/95	Ana Eugénia Campos
1995/96	Oswaldo Noronha
1996/97	Luísa Quaresma
1997/98	Ana Paula Relvas
1998/99	Isabel Gil

Para este trabalho foram efectuadas conversas informais e/ ou entrevistas a cinco dos oito directores e docentes, nomeadamente: Idília Ruas, Ana Eugénia Campos, Oswaldo Noronha, Luísa Quaresma e Ana Paula Relvas. A primeira, que escreveu um texto de memórias sobre a Escola, exerceu o cargo durante três anos e foi nomeada pela Comissão Instaladora; a segunda, que respondeu ao guião da entrevista por e-mail, pois é a única que não reside em Maputo, exerceu essas funções de chefia igualmente durante três anos; os três últimos directores pedagógicos entrevistados, actualmente docentes na EPM-CELP, foram nomeados pelo Corpo Docente e qualquer deles exerceu o cargo apenas pelo período de um ano.

A partir de 1996/97, o Ministério de Educação passou a exigir que o docente que fosse eleito para o cargo fosse profissionalizado (e que essa profissionalização tivesse sido obtida em Portugal), o que reduzia significativamente o número de docentes elegíveis.

Seguem-se alguns dados dos cinco ex-directores entrevistados:

Quadro 4 – Dados relativos ao percurso profissional dos Directores

Director(a) Pedagógico(a)	Formação Profissional	Anos de serviço na EPM	Período temporal em que exerceu o cargo	Situação profissional (relativamente à docência)
Idília Ruas (ED1)	Licenciatura em Medicina	13	3 anos	Não profissionalizada.
Ana Eugénia Campos (ED2)	Licenciatura em História	5	3 anos	Profissionalizada
Oswaldo Noronha (ED3)	Licenciatura em Engenharia Electrónica	11	1 ano	Não profissionalizado.
Luísa Quaresma (ED4)	Licenciatura em Filologia Germânica	6	1 ano	Profissionalizada.
Ana Paula Relvas (ED5)	Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas	3	1 ano	Profissionalizada.

Estes Directores Pedagógicos foram docentes da EPM antes, durante e/ou depois do exercício do cargo, pelo que foram entrevistados tendo em conta as funções que exerceram como professores e como directores.

A Doutora Idília Ruas, actualmente com 79 anos de idade, nasceu em Viana do Castelo -Portugal, é licenciada em Medicina e leccionou as disciplinas de Ciências da Natureza e de D.P.S. (Desenvolvimento Pessoal e Social) ao 2º Ciclo do Ensino Básico. Para além de ter sido Directora da Escola entre 1986 e 1989, foi também responsável pelo Gabinete Médico e Delegada de Disciplina.

No que concerne às relações entre as diversas estruturas escolares, a primeira Directora da Escola referiu no seu texto de memórias:

O relacionamento entre a Cooperativa de Ensino, a Direcção Pedagógica e a Comissão de Pais foi sempre problemático durante os treze anos que permaneci na EPM. Ao invés de, tendo um objectivo comum - o bem-estar e o sucesso dos alunos -, unirem atitudes e expectativas, cada um olhava com desconfiança os restantes e nem sempre havia cordialidade nas suas relações sociais. ...

Trabalhei muito bem com a Comissão Instaladora e melhor ainda com o Doutor Joaquim Redinha, que vinha frequentemente à Escola. Da mesma forma recordo o bom entendimento que sempre mantive com o Director da FACIM, o que permitiu dispor de mais pavilhões em cada ano que passava e a frequência dos alunos aumentava. (ED1)

A Doutora Idília Ruas evocou as actividades festivas, desportivas e comemorativas levadas a cabo na EPM, bem como as visitas ilustres à Escola, através do seguinte discurso:

Havia sempre festas no Natal, no Carnaval, no Dia das Bruxas, no Dia da Criança, no Dia de Portugal e no final do ano lectivo. Nessa altura fazia-se também uma grande exposição dos trabalhos dos alunos: verdadeiras exposições de arte. ...

Na comemoração do dia 10 de Junho efectuava-se sempre uma prova de atletismo que consistia numa corrida desde a Embaixada de Portugal até à FACIM. Durante os festejos dos Santos Populares houve, várias vezes, marchas populares, manjericos e sardinhas assadas. ...

Durante os três anos que estive na Direcção recebi a visita da Dr.^a Maria Cavaco Silva, que acompanhou o marido, então Primeiro-Ministro, numa visita que ele fez a Moçambique em 1988. No mesmo ano, recebi o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Durão Barroso.

Durante os restantes onze anos, recordo as visitas do Dr. Jorge Sampaio, Presidente da República, e sua esposa; do Professor Marcelo Rebelo de Sousa e da Dr.^a Maria de Belém, Ministra da Saúde. (ED1)

No final do seu depoimento acerca da extinta Escola, salientou:

Para mim, a EPM foi uma experiência que complementou a minha formação médica virada para a ajuda aos outros. Fi-lo com entrega total ...

Ficou-me a sensação de ter contribuído com a minha disponibilidade para criar uma Instituição que veio beneficiar crianças portuguesas e de outras nacionalidades.

Para as sucessivas Comissões da Cooperativa de Ensino, para as várias Direcções Pedagógicas e para muitos Professores, deve constituir motivo de orgulho o facto de os nossos alunos obterem bons resultados nas Faculdades em Portugal e noutros Países. (ED1)

A segunda directora entrevistada (ED2), Ana Eugénia Ferreira de Campos, é natural de Seia – Portugal, e Licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa. Fez o seu estágio pedagógico (Formação em Exercício) no Liceu Pedro Nunes. Leccionou, antes do Estágio, em várias escolas de Portugal, do 5º ao 9º ano, as disciplinas de Português, História, Estudos Sociais, Introdução à Política e os primeiros anos do secundário. Depois do Estágio leccionou a disciplina de História do 10º ao 12º ano e exerceu os cargos de Directora de Turma, Coordenadora dos Directores de Turma e Delegada de Grupo. Tinha dezanove anos de serviço docente quando foi requisitada pela EPM, tendo iniciado as funções no ano lectivo de 1991/92. Nesse primeiro ano lectivo leccionou as disciplinas de História e de Português, apoiou alunos com dificuldades de aprendizagem e foi Directora de Turma; nos anos que se seguiram foi professora de DPS e de História, do 10º ao 12º ano, e Directora Pedagógica de 1992 a 1995.

Exerceu funções, como Director Pedagógico, em 1995/96, o professor e engenheiro Osvaldo Noronha (ED3). Actualmente com 45 anos de idade, é natural de Maputo e foi o único Director da Escola de nacionalidade Moçambicana. Licenciado em Engenharia

Electrónica, foi professor de Matemática do 2º e 3º Ciclos e do Ensino Secundário, em várias instituições de Ensino Secundário Geral e do Ensino Técnico em Moçambique. Exerceu igualmente as funções de Delegado de Disciplina e de Director de Turma ao longo da sua docência na EPM. Continua a sua carreira na EPM-CELP.

No ano lectivo de 1996/97, foi Directora Pedagógica a professora Luísa Quaresma ((ED4) que conta hoje com 52 anos de idade, é portuguesa e natural de Maputo. Licenciou-se em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras de Lisboa, sendo docente da disciplina de Inglês (2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário), com experiência profissional em diversas escolas de Portugal e do Estrangeiro. Iniciou funções em 1977, profissionalizou-se entre 1983 e 1985 e foi leitora de Língua Portuguesa na University of California - Davis, USA, no período de 1986 a 1989. Foi, ainda, formadora de professores de Português e professora de Inglês nos cursos complementares nocturnos. Em 1993 ingressou na Escola Portuguesa de Maputo, onde permaneceu até 1999, tendo prosseguido a docência na EPM-CELP, em 1999-2000. Durante os seis anos em que esteve na EPM exerceu diversos cargos pedagógicos: Directora de Turma, Delegada de Grupo Disciplinar/ Coordenadora de Departamento de Línguas Estrangeiras, Coordenadora de Ciclo, membro do Conselho Pedagógico e Directora Pedagógica. De volta a Portugal, exerceu cargos de chefia na Escola de Montelavar, tendo sido também professora titular. Este ano lectivo (2008/09) regressou a Moçambique e é novamente docente da EPM-CELP.

Em 1997/98 foi Directora Pedagógica a professora Ana Paula Relvas (ED5). Actualmente com 46 anos de idade, esta docente de Língua Portuguesa e de Português (3º Ciclo e Ensino Secundário) natural de Santarém, é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas – variante de Estudos Portugueses e Franceses. Com uma vasta experiência profissional e cargos de chefia em várias escolas portuguesas, esta docente é também professora titular. Nos três anos em que integrou o Corpo Docente da EPM, para além de Directora Pedagógica, foi Delegada de Disciplina, Coordenadora de Ciclo e Directora de Turma. Também está de volta a Moçambique e à Escola Portuguesa (EPM-CELP).

Seguem-se algumas respostas/ reflexões ³² destes quatro directores, relativamente às questões que lhes foram colocadas, que constam do guião em anexo (Anexo A2, p. 255) e que agrupámos em cinco itens. A pedido de alguns dos entrevistados não identificámos as

³² Colocadas de forma alternada e aleatória, a fim de manter uma certa confidencialidade dos entrevistados, face às respostas dadas.

respostas dadas.

- Caracterização da actividade profissional/ desempenho/ práticas pedagógicas

Sempre pautei o meu desempenho pela honestidade, profissionalismo, disponibilidade para com colegas e alunos, pelo que considero o meu desempenho profissional francamente positivo.

Penso ter contribuído para formar jovens, dotando-os dos instrumentos necessários e adequados para o alcançarem o sucesso individual em termos profissionais e sociais. Procurei fazê-lo da melhor maneira que sabia, em estreita colaboração com uma equipa de profissionais bem qualificados.

Como professora, sempre privilegiei metodologias interactivas potenciadoras de um processo de ensino-aprendizagem baseado no respeito mútuo, na partilha de saberes e interesses, visando o sucesso individual, o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais.

Sempre procurei dar o melhor. Tenho a registar que nada se faz sozinho. Tive a amizade e empenho de colegas que não esquecerei: a Luísa Quaresma, a Arminda, a Susana, a Dr.^a Idília são algumas das pessoas que muito considero e fazem parte integrante da EPM (falo destas porque estiveram comigo na Direcção, mas no geral todo o corpo docente correspondeu de forma positiva).

- Relacionamento socioprofissional entre agentes educativos

Entre professores e alunos era um relacionamento muito bom, de grande disponibilidade e cumplicidade.

... também com os alunos procurei desenvolver sempre um clima de confiança e respeito que gerou muitas amizades.

As relações entre docentes eram, no geral, cordiais, de entajuda e de partilha. Era notória a existência de grupos, não opostos, mas discordantes, em certas situações. O relacionamento, na maioria dos casos, não ia além do da escola.

A relação entre a Direcção Pedagógica e os professores foi de cordialidade, de disponibilidade e de colaboração. Os professores sabiam que podiam contar connosco, e nós também esperávamos deles um profissionalismo e uma colaboração que também não nos foram negados.

Tive sempre uma boa relação com o Conselho Pedagógico. Procurámos juntar os professores mais empenhados e qualificados, de forma a ter uma cabeça forte à frente de todos os sectores da Escola. Também não tive problemas com nenhum colega.

O relacionamento entre as direcções pedagógica e financeira era algo distante e nem sempre pacífico, uma vez que a manutenção da transparência e da justiça relativa à progressão na carreira dos docentes, a par com a aquisição de materiais pedagógicos, representavam custos

avultados. A Direcção da Cooperativa, mais sensível aos aspectos pedagógicos, sem descurar os financeiros, mostrou-se sempre cooperante, objectiva e justa quanto aos direitos dos professores, permitindo que a sua progressão fosse muito idêntica à praticada em Portugal, não fazendo distinção de nacionalidades nem de vínculo contratual.

No primeiro mandato as relações com a Cooperativa foram excelentes. Foi desenvolvido um trabalho com base no Projecto que apresentei, o qual foi respeitado pela Direcção da Cooperativa chefiada pelo Dr. Santos Silva. Em 1994 altera-se um pouco a situação com alterações na estrutura da Cooperativa o que trouxe interferências administrativas a que reagi. A situação complicou-se, tendo o Dr. Santos Silva pedido a demissão e havendo necessidade de formação de uma nova Direcção da Cooperativa. Apesar de ter sido reeleita, pus o meu cargo à disposição da nova Direcção, que me manteve no cargo, embora houvesse na Direcção desta Cooperativa elementos que queriam o meu afastamento por não concordarem com a minha exigência de independência pedagógica e respeito pelo Projecto da Escola e seu Conselho Pedagógico. Recorri a nova Inspeção do Ministério de Educação³³, mais uma vez com saldo positivo, e a facção que me queria retirar teve de me aceitar.

O relacionamento com os encarregados de educação era cordial, os pais estavam bastante presentes na Escola e tinham um papel interventivo quase sempre (as excepções eram raras) salutar e oportuno.

A Associação de Pais criou muitos problemas procurando desestabilizar o bom funcionamento. Eram pais habituados a mandar e desmandar na Escola e, pela primeira vez, tiveram regras e um projecto que os filhos tinham de cumprir.

- Recordação de episódios vividos durante a permanência na EPM

Muitos são os momentos a recordar: como é que de tão pouco se fazia tanto?...

Parecia que não havia dificuldades, ninguém cruzava os braços,...

Hoje, há distância de dez, quinze anos, interrogo-me: como é que era possível? ...

Muitos momentos marcaram este percurso. Foi uma aventura, uma experiência única que deixou uma imensa nostalgia ... É também uma recordação e uma vivência que poucos professores tiveram a oportunidade de vivenciar. Acreditei numa Lei de Bases e funcionámos. É gratificante.

Posso registar que todos os anos havia o milagre da construção da Escola. De uma feira em cacos nasciam as salas que durante o ano lectivo eram o nosso espaço. Faziam-se milagres. Eram uns dias de intenso trabalho, mas a abertura nunca falhou e os anos lectivos cumpriram-se com os seus projectos e actividades.

Tivemos uma aluna que apanhou um choque eléctrico depois de um dia de

³³ Esta Directora já se referira, na entrevista, a uma primeira inspeção, conforme o discurso que se segue: “Posto em causa o nosso trabalho, exige uma Inspeção do Ministério de Educação cuja avaliação foi muito positiva em todos os sentidos. Foi elogiado o Projecto e o trabalho desenvolvido pela Direcção Pedagógica da Escola.”

chuva, o que me levou a decidir encerrar a escola (fui desautorizada pela vice-presidente da Cooperativa)...

Tivemos duas ameaças de bomba, mas também se ultrapassaram com um grande susto e uma evacuação rápida ...

A solidariedade e a união de esforços do corpo docente, que levaram a cabo actividades grandiosas de que são exemplo o Presépio vivo, os convívios entre toda a comunidade educativa, as festas e arraiais dos Santos Populares, etc., etc....

É difícil lembrar: são tantas e tão boas as memórias de uma Escola que marcou a comunidade portuguesa e a própria cidade de Maputo daquela época!...

- Perfil dos alunos ao saírem da EPM

O perfil de saída dos alunos da EPM não era diferente do dos alunos das escolas de Portugal. Se diferenças havia, essas diziam respeito ao modo de vida e a diferenças culturais que, todavia, não eram de modo algum negativas.

Foram muitos os jovens que vieram (para Portugal) com uma boa preparação, que se formaram, alguns brilhantemente, e prosseguiram a sua vida sem grandes dificuldades.

De uma maneira geral os nossos alunos saíam da Escola muito bem preparados. Faziam boa figura lá fora! Qualquer que fosse a instituição e o país para onde fossem, não deixavam mal vista a escola que os formou, muito pelo contrário.

Muito bom. A EPM era sinónimo de qualidade de ensino. Muitos dos actuais jovens quadros de Moçambique frequentaram a EPM.

Outros estão um pouco espalhados por todo o mundo... temos ex-alunos nos mais diversos países e com estudos superiores nas mais diversas áreas. Até investigadores e cientistas!

- Caracterização da EPM na época em que exerceu funções (docentes e/ou de director)

A EPM, de 1995 a 1998, era uma conjugação efectiva de esforços de pais e professores. ...

Era uma boa escola num espaço físico péssimo! Muitas salas não tinham janelas, o pouco mobiliário era velho, incómodo; havia muitas dificuldades (livros, materiais, fardamentos, etc.). Em termos humanos era francamente positiva, em termos pedagógicos julgo que se equiparava a muitas escolas públicas em Portugal.

Considero que para a comunidade portuguesa (e não só) foi fundamental a existência desta escola. A EPM era como uma grande família que procurava oferecer a melhor instrução e educação aos seus alunos. Essa era a grande meta da Escola e penso que foi sempre sendo alcançada.

Era uma Escola especial. O seu espaço, o clima e um corpo docente que vivia no sistema, mas simultaneamente fora dele. Nós fizemos na EPM o que as escolas em Portugal não tinham nem tempo nem espaço (e entendasse este espaço como físico e mental, ajudado pelo clima). Implementámos quase passo a passo a Lei de Bases e acreditámos que ela venceria pela sua filosofia em que o acto pedagógico se sobrepunha ao administrativo.

A EPM era muito elitista. Certos alunos eram filhos de um tipo de emigrantes especial, com vencimentos elevados, o que criou uma "alta" sociedade, algumas vezes sem grandes valores e educação. Havia também filhos de portugueses radicados em Maputo, também eles com uma situação económica acima da média. Ainda filhos de moçambicanos (que pagavam mais) de uma classe alta, muitos deles políticos. Era uma situação contra a qual também procurámos lutar. Conseguimos as primeiras bolsas para filhos de portugueses economicamente mais débeis, sobretudo quando começaram a chegar alunos vindos das escolas do Norte, com situação económica diferente dos de Maputo. E também algumas famílias de origem europeia já miscigenadas com elementos de origem africana e indiana. Mas era uma escola viva, dinâmica e, através do desporto e dos projectos de ano em que nos empenhávamos, sem pressões, havia harmonia no corpo discente. Sem deixarem de ser crianças de origens diferentes e de serem adolescentes com os seus grupos, considero que era uma escola que vivia um clima de harmonia e de convivência saudável.

3.4. Outras estruturas de gestão

3.4.1. Conselho Pedagógico

O Conselho Pedagógico era o órgão de coordenação e orientação educativa da escola, nomeadamente nos domínios pedagógico-didáctico, orientação e acompanhamento dos alunos e formação contínua do pessoal docente.

O Conselho Pedagógico da EPM era constituído por:

- Director pedagógico;
- Coordenadores do 1º, 2º e 3º ciclos e do Ensino Secundário;
- Coordenadores dos Departamentos e/ ou Delegados de Disciplina;
- Representante dos Serviços de Psicologia e Orientação Escolar;
- Representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação;

Em seguida indicam-se algumas das competências do Conselho Pedagógico:

- Apresentar propostas para a elaboração do Projecto Educativo e aprovar o Plano Anual de Actividades;
- Pronunciar-se sobre a proposta de Regulamento Interno;
- Elaborar e alterar o regimento interno;

- Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos;
- Aprovar documentos de avaliação;
- Definir os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração dos horários;
- Incentivar e apoiar iniciativas de índole formativa e cultural;
- Propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação, no âmbito da Escola e em articulação com instituições ou estabelecimentos de ensino superior vocacionados para a formação e a investigação;

3.4.2. Conselho dos Directores de Turma

O Conselho dos Directores de Turma era constituído pelos directores de turma de cada ciclo e presidido pelo respectivo coordenador, que convocava as reuniões.

O Conselho de Directores de Turma da Escola era uma estrutura educativa que tinha por finalidade a articulação das actividades das turmas de cada ano e ciclo.

Eram as seguintes as suas competências, entre outras:

- Promover a execução das orientações do Conselho Pedagógico;
- Propor e planificar formas de actuação junto dos alunos e dos pais/ encarregados de educação;
- Promover a interacção entre a Escola e a Comunidade.

3.4.3. Conselho de Turma

O Conselho de Turma era constituído pelos professores da turma e presidido pelo director de turma.

Na Escola Portuguesa de Maputo, o Conselho de Turma reunia-se no início do ano lectivo e pelo menos uma vez por período.

Seguem-se algumas das atribuições dos Conselhos de Turma:

- Articular as actividades dos professores da turma no que se refere ao planeamento e coordenação de actividades interdisciplinares a nível de turma;
- Avaliar os alunos e decidir sobre a sua progressão.
- Detectar dificuldades, ritmos de aprendizagem e outras necessidades dos alunos e encaminhá-los para os serviços de apoio existentes na escola.

3.4.4. Director de Turma

O Director de Turma³⁴ era designado pelo director pedagógico e era escolhido pelas suas capacidades de relacionamento com professores, alunos e encarregados de educação,

³⁴ Em anexo apresentam-se as listas dos Directores de turma dos 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário, de 1986/87 a 1998/99.

pela sua capacidade de resolução de problemas e pelo seu espírito metódico e organizador.

Sempre que possível, a Direcção Pedagógica da Escola nomeava Director de Turma o professor que no ano anterior tivesse exercido essas funções na turma a que pertenceram os mesmos alunos.

Entre outras competências do Director de Turma, salientam-se:

- Presidir às reuniões de conselho de turma;
- Promover o acompanhamento individualizado dos alunos, divulgando junto dos professores da turma a informação necessária à adequada orientação educativa dos alunos;
- Promover junto do conselho de turma a realização de acções conducentes à aplicação do projecto educativo da escola, numa perspectiva de envolvimento dos encarregados de educação e de abertura à comunidade;
- Garantir uma informação actualizada junto dos pais/ encarregados de educação acerca da integração dos alunos na comunidade escolar, do aproveitamento, das faltas às aulas e a outras actividades escolares;
- Coordenar o processo de avaliação formativa e sumativa dos alunos, garantindo o seu carácter globalizante e integrador.

3.4.5. Departamentos Curriculares

Os Departamentos Curriculares eram estruturas de orientação educativa e pedagógica que asseguram a articulação curricular nos diferentes níveis e ciclos.

Estas estruturas nem sempre existiram na EPM, mas apenas a partir do ano lectivo de 1995/96, pois anteriormente funcionavam os Grupos Disciplinares, coordenados pelos delegados de disciplina.

Nos Departamentos Curriculares estavam representados os Agrupamentos de disciplinas constituídos em função das afinidades existentes entre as diversas disciplinas e as dinâmicas dos projectos a desenvolver pela escola. Eram constituídos por todos os professores dos Agrupamentos Disciplinares que constituíam o Departamento e este era coordenado por um professor nomeado pela Direcção da Escola para Coordenador de Departamento.

Aos Departamentos Curriculares eram atribuídas as seguintes competências:

- Elaborar/ alterar o respectivo Regimento Interno;
- Planificar as actividades a incluir no Plano Anual do Departamento, no início de cada ano lectivo, como: as planificações dos conteúdos programáticos das diferentes disciplinas, o plano anual de actividades, bem como outros projectos a desenvolver no âmbito do Departamento;

- Promover actividades interdisciplinares;
- Colaborar na construção do Projecto Educativo da Escola e apresentar sugestões de alteração do Regulamento Interno;

Entre outras competências, as quais eram coordenadas por um responsável em cada um dos Departamentos (Coordenador).

3.4.6. Agrupamento Disciplinar

Faziam parte dos Agrupamentos Disciplinares os docentes que leccionavam a disciplina ou disciplinas que integravam o Agrupamento. Os Agrupamentos Disciplinares eram orientados por um representante cujas competências eram definidas no Regimento Interno do Departamento.

Ao Agrupamento Disciplinar cabia:

- Elaborar a planificação didáctica dos conteúdos programáticos das disciplinas integradas no Agrupamento;
- Definir critérios de avaliação a serem aplicados pelos docentes do Agrupamento;
- Coordenar as actividades pedagógico-didácticas dos docentes pertencentes ao Agrupamento;
- Zelar pelo cumprimento dos programas estabelecidos para as diferentes disciplinas do Agrupamento.

3.4.7. Serviço de Psicologia e Orientação Escolar

Era um serviço especializado que visava favorecer o desenvolvimento equilibrado, a nível sócio-afectivo, comportamental, cognitivo-escolar e vocacional dos alunos, particularmente daqueles que se encontravam menos adaptados.

Este serviço era garantido por uma Psicóloga especializada na área da Educação. Ao longo dos catorze anos, em períodos temporais distintos, a Escola contou com o apoio e colaboração de pelo menos quatro Psicólogas: Susana Sampaio, Manuela Almeida, Luísa Marcos e Patrícia Silva.

No Relatório Pedagógico que contém um balanço das actividades desenvolvidas durante o 1º Período do ano lectivo de 1998/99, acerca do Gabinete de Psicologia, é referido:

As actividades dinamizadas pelo Gabinete caracterizaram-se pelas seguintes iniciativas: orientação vocacional, atendimentos individuais e consultoria e ainda acções com o objectivo de promover o desenvolvimento humano/ pessoal e social (como, por exemplo, palestras dirigidas aos vários elementos da comunidade educativa – professores, alunos, encarregados de educação, pessoal auxiliar, ... ou sessões de vídeo seleccionados de acordo com o objectivo das acções em que se integraram).

De referir a importância que este sector assume no apoio dirigido a alunos com problemas de integração e/ ou de insucesso, bem como no encaminhamento/ orientação ao nível das opções que os discentes devem fazer em termos de percurso escolar (concretamente, alunos do 9º, 11º e 12º anos).(p.4)

3.4.8. Serviços Médicos

Como já se referiu no capítulo dos Espaços Escolares, a EPM estava provida de um Gabinete Médico para atendimento da população escolar. Este Gabinete efectuava, igualmente, o rastreio preventivo, campanhas de vacinação e diversas acções de educação para a saúde.

No Relatório Pedagógico atrás citado, pode ler-se acerca deste sector, o seguinte:

O projecto Saúde Escolar desenvolveu acções de carácter profiláctico (tais como a avaliação da acuidade visual, o rastreio de cárie dentária ou a avaliação do desenvolvimento físico, por exemplo) e acções no âmbito da prestação dos primeiros-socorros.

Para além do referido, interveio no processo educativo/ formativo dos elementos da comunidade educativa (sobretudo dos alunos), desenvolvendo projectos com vista a contribuir para a formação global do indivíduo (seminários, colaboração no CELP,...), sendo de assinalar uma actuação coordenada com o Gabinete de Psicologia em diversas áreas. (p.4)

A responsabilidade deste serviço esteve sempre a cargo da Doutora Idília Ruas, que tendo sido também Directora da Escola nos primeiros anos, e docente, nos restantes, era coadjuvada pela enfermeira Palmira Santos.

3.5. Os projectos da Escola

A elaboração de um projecto de escola depende fundamentalmente do comportamento dos seus actores, da dinâmica do sistema escola, das relações que se desenvolvem e das opções que se tomam. Por outro lado, para compreender os projectos de escola importa analisar os processos e procedimentos utilizados pela escola na construção do projecto.

Para usufruir de autonomia, a Escola deve ter um Projecto Educativo bem definido e orientado e um Plano Anual de Actividades desenvolvido de acordo com o Projecto Educativo e o Regulamento Interno, apresentando-se, os três, como instrumentos complementares entre si e indissociáveis no processo de atingir a autonomia.

Na Escola Portuguesa de Maputo, para além do Projectivo Educativo da Escola, mais geral e abrangente, eram realizados projectos parcelares (que, todavia, eram integrados/ referenciados no Projecto Educativo e/ou no Plano Anual de Actividades) pelas diferentes estruturas educativas: grupos disciplinares, ciclos, anos escolares (por exemplo, um

projecto comum a todas as turmas do mesmo ano).

A nível do JINEP, por exemplo, implementavam-se todos os anos Projectos Pedagógicos, planificados pelas próprias educadoras. Em 1997/98, o tema do Projecto pedagógico foi “*Educar com sabor a mar*”. As educadoras partiram da história da Menina Gotinha de Água, para realizarem as várias actividades ao longo do ano escolar. De forma sintetizada:

- Quem sou eu? (a nossa individualidade; o nosso nome; as nossas características; a nossa realização na escola; ...)
- As outras gotinhas (quem são os nossos amigos; reconhecer os colegas; saber as suas características;...)
- Jogava às escondidas por entre as algas (Como é a Escola? O espaço e a dinâmica: reconhecer a sua sala e as diferentes áreas da escola; as regras, os jogos colectivos e os momentos de convívio;)
- A rir e a brincar às vezes ia à praia (Como é o espaço exterior da Escola? – Noção de exterior; de perto e de longe;...)
- Com o luar e as estrelas a brilhar... a sonhar e a viajar (Como é a nossa família? Nome do pai, da mãe, dos irmãos; outros membros da família; vivência familiar; o Natal.)
- No Céu a gotinha era uma nuvem empurrada pelo vento (Como é o meu corpo, como se modifica, desenvolvimento do esquema corporal.)
- Viu casas, viu meninos a brincar (Como é a minha casa? Espaço; Dinâmica; Valorização da dinâmica familiar.)
- Depois o vento parou, as nuvens escureceram... (Porque se modifica o que me rodeia? dia/ noite; frio/ calor; sujo/ limpo; ...)
- Pousou na boca de uma flor e viu uma abelha (Como é o meio ambiente que me rodeia? A flora; a fauna.)
- Depois correu, saltou... e com as outras gotinhas foi: ribeiro, albufeira, barragem. (Por que é que a água é tão importante? Para a vida pessoal; para a vida colectiva.)
- Foi a correr e chegou finalmente ao mar! (Quais os mistérios do mar? Fauna; flora; meios de deslocação; meios de expansão; elo de ligação entre os povos;...)

Muitos outros projectos se desenvolveram na EPM, nos diversos ciclos, anos de ensino e nas áreas disciplinares, sobretudo a partir da introdução no currículo escolar português da Área Escola – uma área curricular de natureza interdisciplinar –, a qual será abordada mais pormenorizadamente no próximo capítulo.

3.5.1. O Regulamento Interno

Ao longo da investigação recolhemos quatro Regulamentos Internos da Escola, mas apenas um com a identificação do ano em que foi aplicado (1992/93).

Todos os Regulamentos Internos apresentam as normas da Escola e as regras a ser cumpridas pelos alunos.

Aquele que nos pareceu ser o mais antigo (dactilografado e já pouco legível)

apresenta as seguintes partes: uma introdução, a indicação do perfil desejado, o estatuto e os deveres dos alunos (dentro e fora das aulas), recomendações relativas ao consumo de tabaco, droga e álcool e vários aspectos gerais sobre a Escola (achados e perdidos, clubes e actividades extra-curriculares, locais de acesso proibido, dispensas das aulas de Educação Física, Prémios: Quadro de Valor e de Excelência, Disciplina, entre outros).

Esse documento, de 12 páginas em formato A4, termina com o espaço para as assinaturas do aluno – comprometendo-se a cumprir as normas estabelecidas –, e do seu encarregado de educação, comprometendo-se a ajudar o seu educando no cumprimento das normas estabelecidas.

Os três restantes Regulamentos, em formato A5, eram pequenos livros (11 a 15 páginas), cujas capas foram digitalizadas e inseridas neste trabalho.

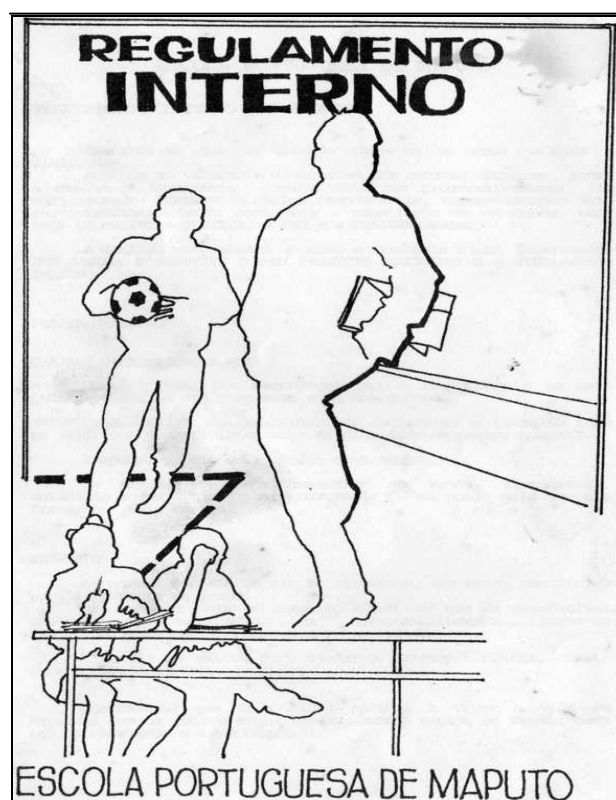


Figura 2 – Capa de Regulamento Interno

Este primeiro livrinho do Regulamento Interno (figura 2) pouco difere do anteriormente indicado em termos de conteúdo. Só nas últimas páginas apresenta algumas alterações: contém um título sobre “Admissão dos alunos e critérios de prioridade” e outro sobre “Formas de contacto com a Escola”. No primeiro ponto, indica que têm prioridade de admissão: os alunos de nacionalidade portuguesa, os alunos transferidos, os alunos estrangeiros que tenham irmãos a frequentar a Escola e todos os outros candidatos que

correspondam às exigências curriculares. No segundo ponto, por sua vez, faz-se referência ao Director de turma como “elo” de ligação próximo do aluno e do encarregado de educação e que este, só por razões circunstanciais poderia recorrer ao Director do Ciclo a que o educando pertence ou ao Director Pedagógico da Escola.

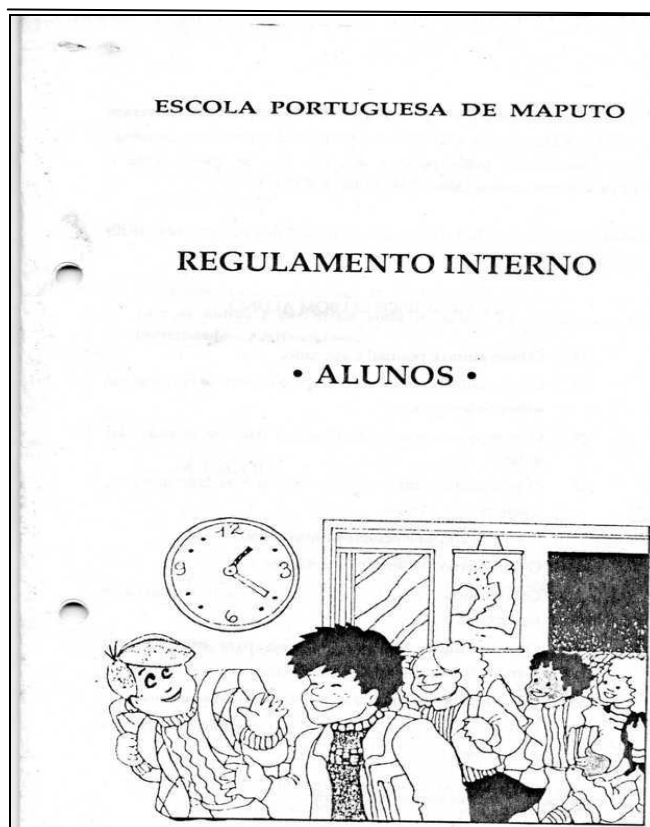


Figura 3 – Capa de Regulamento Interno

O segundo livro sujeito a análise (figura 3), contém na contracapa, em jeito de introdução, os “Dez princípios do bom aluno”, com a indicação de ser uma “Tabuada” de 1930. Dada a originalidade de alguns dos princípios, transcrevê-mo-los:

- 1º. O bom aluno é pontual e aplicado.
- 2º. O bom aluno apresenta-se limpo e mostra-se correcto em todos os seus actos.
- 3º. O bom aluno está sempre com a máxima atenção nas aulas.
- 4º. O bom aluno estima o Professor, que é, ao lado dos Pais, o seu melhor amigo.
- 5º. O bom aluno é respeitador e obediente.
- 6º. O bom aluno diz sempre a verdade.
- 7º. O bom aluno é puro nos pensamentos, nas palavras e nas acções.
- 8º. O bom aluno é leal e generoso para com os seus companheiros.
- 9º. O bom aluno não maltrata os animais nem as plantas.
- 10º. O bom aluno não faz aos outros o que não quer que os outros lhe façam.

Este documento está organizado em capítulos com os seguintes títulos:

1. A Escola;
2. As salas de aula;

3. Tempos livres;
4. Assiduidade e Pontualidade/ Faltas
5. Dispensas a Educação Física;
6. Atrasos e expulsões;
7. Castigos e suspensões;
8. Prémios;
9. Director e Delegado de Turma;
10. Turno posto;
11. Regresso a casa antes do final do turno;
12. Algumas medidas de higiene;
13. Algumas medidas de segurança;
14. Tabaco – Droga – Álcool
15. Guarda de valores;
16. Achados e perdidos;
17. Recintos desportivos;
18. Clubes e actividades extra-curriculares;
19. Alguns locais de acesso proibido aos alunos;
20. Visitas de estranhos à Escola.

Termina com mais algumas recomendações aos alunos e com a indicação de que o Regulamento deve fazer parte do dossier do aluno.

ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO

ANO LECTIVO DE 1992/93

ASSINATURA DO ALUNO:

ANO: _____ TURMA: _____ N.º: _____

ASSINATURA DO ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO:

Figura 4 – Capa de Regulamento Interno

O Regulamento Interno de 1992/93 (figura 4) apresenta o seguinte prólogo:

“A ESCOLA só existe para ajudar a «crescer» física, moral, intelectual e espiritualmente.”

Ainda na primeira página, podem encontrar-se as seguintes frases:

“Pretendemos que cada aluno aprenda a viver a vida em harmonia com os outros e

que assim sinta o espaço da Escola como seu, preservando-o e estimando-o.”

“Na nossa Escola defendemos a LIBERDADE individual. Porém, LIBERDADE pressupõe RESPONSABILIDADE. Devemos pois, ter atenção ao NOSSO comportamento para com os OUTROS, distinguindo as atitudes públicas das íntima, que pela sua natureza não devem ter lugar no recinto da Escola.”³⁵

Em termos de conteúdos, com excepção das partes já indicadas, os documentos das figuras 2 e 3 são muito idênticos, pelo que supomos pertencerem a anos lectivos seguidos, provavelmente 1991/92 e 1992/93, visto nesses anos a directora pedagógica ter sido a mesma.

Posteriormente, nos últimos anos da Escola, o Regulamento Interno da EPM era baseado no Estatuto dos Alunos³⁶ dos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário, conforme o Artigo 38.º *Adaptação dos regulamentos internos*, Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio.

3.5.2. O Projecto Educativo

O Projecto Educativo é o documento orientador da actividade educativa da Escola, em que são explicitados os princípios, os valores, os objectivos e as estratégias que a escola adopta para cumprir a sua função.

O Projecto Educativo, como instrumento fundamental da dinâmica escolar, requer a mobilização de professores, alunos, Pais e Encarregados de Educação, pessoal não docente, e instituições da comunidade envolvente, a fim de, em conjugação de esforços, se conseguirem os recursos necessários para se atingir a qualidade educativa pretendida.

Na nossa pesquisa, apenas pudemos aceder a dois Projectos Educativos da Escola: o do ano escolar de 1995/96 e o do biénio 1998/ 2000.

O Projecto Educativo de 1995/96 começa por apresentar o Organigrama da Escola. Em seguida apresenta um texto introdutório, em que se explicita os modelos de gestão escolar: o que vinha sendo seguido pela EPM (de 1986 a 1995)³⁷ e o novo³⁸, que viria a ser introduzido naquele ano.

Após essa introdução, num primeiro capítulo, caracteriza-se o espaço físico - as instalações da FACIM -, e os elementos humanos: os alunos (nesse ano 1 147, distribuídos por 55 turmas), os professores (84) e o pessoal não docente (46).

O segundo capítulo, intitulado “Projecto Educativo”, indica as opções pedagógicas

³⁵ As maiúsculas e o itálico são do texto original.

³⁶ In Decreto-Lei n.º 270/98.

³⁷ De acordo com o Dec. - Lei n.º 769-A/76.

³⁸ Segundo o Dec. - Lei n.º 172/91.

para os diferentes ciclos de estudos, fazendo referência à importância da articulação entre os ciclos.

Apresenta, ainda, uma proposta de definição de currículo de escola e um programa de objectivos e conteúdos essenciais com selecção ponderada de conteúdos programáticos.

Seguidamente, ainda no capítulo dois, faz-se referência à reestruturação das aulas de Apoio Pedagógico Acrescido (no sentido de evitar a repetição linear das aulas), à Área Escola (cujo tema nesse ano era *Moçambique, terra onde vivemos*), às Actividades Extra-curriculares, de natureza facultativa, lúdica e cultural, e à ocupação dos Tempos Livres, entre outras.

Por fim apresenta os objectivos gerais, os quais se subdividem em: objectivos pedagógicos, institucionais, administrativos/financeiros e relacionais.

O Projecto Educativo de 1998/2000, apresenta um texto introdutório de duas páginas da autoria da Directora Pedagógica da Escola, a professora Isabel Gil, que, a dado passo, salienta:

O Projecto Educativo que agora se apresenta, concebido para o período de 1998/ 2000, foi elaborado numa perspectiva da integração social dos alunos e no respeito pela sua individualidade – bem como no respeito e valorização do contexto em que esta escola existe. Os objectivos nele enumerados, e que se apresentam subdivididos em três grandes áreas (pedagógica, científica e social/ comunitária), devem ser encarados como um todo – são, entre si, complementares e só se alcançados na íntegra permitirão o sucesso deste projecto de trabalho.(p.2)

Ainda na introdução, refere-se que as linhas definidas no documento, de carácter organizacional e teórico, seriam operacionalizadas ao longo do ano lectivo de 1998/99, através dos projectos explicitados no Plano Anual de Actividades (anexo àquele Projecto), nas planificações dos vários grupos disciplinares e com a colaboração das diversas entidades envolvidas nas actividades da EPM.

O texto da introdução termina com a indicação de que no final do ano lectivo seria feita uma reflexão crítica com vista à avaliação dos documentos (Projecto Educativo, Plano Anual de Actividades e Regulamento Interno), na medida em que “é indispensável repensar objectivos e metodologias, avaliar o trabalho realizado e procurar novas formas de rentabilizar a actividade educativa.”

No capítulo 1, intitulado “A EPM e o contexto externo”, apresenta-se uma reflexão sobre a meio em que a Escola estava inserida, a tentativa da Escola de se envolver com esse meio, tarefa essa considerada difícil.

Já no capítulo 2 “A EPM e o contexto interno” começa por se dar a conhecer em

breves linhas o que era a Escola, um pouco da sua história e organização interna. Em seguida, em 10 alíneas, faz-se referência a:

- a) Corpo Discente: constituído por 1 117³⁹ alunos, assim distribuídos:
JINEP – 121 alunos/ 6 turmas; 1º Ciclo – 247 alunos/ 12 turmas;
2º Ciclo – 169 alunos/ 8 turmas; 3º Ciclo – 278 alunos/ 12 turmas;
Ensino Secundário – 302 alunos/ 13 turmas (4 agrupamentos);
- b) Corpo Docente: composição, vínculo contratual, distribuição por ciclos de estudo e por disciplinas;
- c) Pessoal não docente: distribuição pelos diversos serviços;
- d) Associação de Estudantes: inexistente nesse ano;
- e) Associação de Pais e Encarregados de Educação: inexistente nesse ano;
- f) Associação de Professores: em formação;
- g) Espaço físico: entre outras especificações é indicada a composição da EPM e do JINEP.

EPM:

- 30 salas de aula;
- 1 sala de audiovisuais;
- 3 salas de Educação Visual;
- 1 sala de Educação Musical;
- auxiliar;
- Gabinetes: médico, de Psicologia, de D.T., do pessoal auxiliar, da manutenção.
- 1 sala de Informática;
- auxiliares;
- 2 pavilhões gimnodesportivos;
- 3 campos de jogos;
- 2 salas de professores;
- 1 biblioteca;
- 1 pavilhão reservado aos serviços administrativos e de Direcção;
- 1 cantina;
- 5 instalações sanitárias.

JINEP:

- 6 salas de actividades;
- 1 sala de repouso;
- 1 despensa;
- 1 gabinete do pessoal auxiliar;
- 1 sala polivalente;
- 2 instalações sanitárias;
- 1 sala de educadoras e auxiliares;
- 1 cozinha.

- h) Materiais para a prática docente;

Apresenta uma relação dos materiais em uso na Escola em geral, no 1º Ciclo e no JINEP, nomeadamente:

GERAL – 1 televisor; 1 videogravador; 1 rádio gravador; 2 retroprojectores; 1 projector de slides; 6 microscópios; 12 computadores; 1 biblioteca com poucos

³⁹ Nos dados que obtivemos de outras fontes em 1998/99 seriam 1 108 alunos, o que se compreende na medida em que durante o ano se realizavam transferências (de e para a Escola), bem como anulações de matrículas.

títulos; escassos meios materiais dos vários grupos disciplinares.
1º CICLO – 1 televisor; 1 videogravador; 1 rádio gravador; 1 biblioteca.
JINEP – 1 televisor; 1 videogravador; 2 rádio gravadores; 1 biblioteca; 1 teclado Yamaha; 1 fogão; 1 frigorífico; 1 boca eléctrica.

i) Recursos financeiros;

É indicado que, além das propinas quadrimestrais, a EPM contava com as quotas mensais dos sócios, um subsídio do Estado Português e receitas, embora escassas, das actividades extracurriculares.

j) Situações problemáticas;

Nesta alínea do Projecto Educativo são apontadas diversas situações, de entre as quais seleccionámos:

- Instalações insuficientes e inadequadas;
- Formação de professores e funcionários, de acordo com os parâmetros definidos pelo ME (Ministério da Educação), como a profissionalização, por exemplo;
- Português como segunda língua para alguns alunos;
- escassez de recursos materiais;
- Inexistência da Associação de pais e encarregados de Educação;

No 3º. Capítulo deste Projecto Educativo do ano lectivo de 1998/99 listam-se os objectivos pedagógicos, científicos e sociais/ comunitários da Escola. Assim, a título exemplificativo, transcreveremos apenas dois objectivos de cada.

- Objectivos pedagógicos:
 - Administrar conhecimentos com vista a uma boa qualidade de vida no presente e no futuro;
 - Assegurar a formação escolar dos alunos de acordo com os princípios orientadores do ME, de forma a desenvolver as suas capacidades intelectuais e estéticas.
- Objectivos científicos:
 - Adquirir saberes básicos sobre como cada disciplina interpreta o mundo;
 - Desenvolver competências e práticas de recolha, selecção, interpretação, organização e apresentação de informação.
- Objectivos sociais/ comunitários:
 - Apoiar as escolas portuguesas de Nampula, Nasala e Quelimane;
 - Desenvolver a colaboração com os vários parceiros educativos (outras escolas, associações, institutos de formação e cultura,...).

No 4º. e último capítulo deste Projecto sugerem-se as “Estratégias para

implementação deste projecto”. Em número de trinta, salientámos apenas as seguintes:

- Actualização e divulgação do Regulamento Interno;
- Apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem;
- Avaliação contínua dos projectos a desenvolver;
- Concepção e implementação de um Plano Anual de Actividades;
- Adequação do tema da Área Escola às expectativas dos intervenientes e destinatários;
- Consciencialização do papel educativo dos vários agentes da comunidade escolar (professores, encarregados de educação, alunos e pessoal administrativo e auxiliar).

3.5.3. O Plano Anual de Actividades

O Plano Anual de Actividades é o documento de planeamento que põe em prática as linhas de orientação do Projecto Educativo. Para isso, traça os objectivos, as formas de organização e programação das actividades da Escola, ao mesmo tempo que identifica os recursos para as executar.

Para além de respeitar os princípios e opções estratégicas constantes do Projecto Educativo, este documento integra um rol de actividades diversificadas que materializam as suas linhas orientadoras e procuram dar forma e conteúdo aos objectivos nele inscritos.

Como referencial organizativo, o Plano de Actividades torna-se imprescindível para conhecer, programar e executar todas as actividades que se desenvolvem na escola durante o ano lectivo.

Dando expressão aos objectivos fundamentais da Escola, constitui-se como um desafio à própria Escola e à Comunidade Educativa para uma participação empenhada e crítica de todos os intervenientes.

Os Planos Anuais de Actividades da EPM a que tivemos acesso foram três, dos anos lectivos de 1991/ 1992, 1995/ 1996 e 1998/ 1999, respectivamente.

Do primeiro documento, de 6 páginas A4 dactilografadas, constam:

- Uma introdução, em que se especifica o que se apresenta no próprio Plano, indicando que ele servirá de base para a elaboração dos programas das actividades anuais, de cada período escolar, e mensais de todos os órgãos e serviços de apoio da EPM e fazendo referência que aquele Plano Anual se fundamentou:

“na complexidade duma escola que abarca três níveis de ensino (educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário), nos recursos humanos existentes, nas actuais condições materiais e financeiras e, também, na experiência adquirida nos anos escolares anteriores.” (p.1)⁴⁰

- Os objectivos (seis no total).

⁴⁰ In Plano de Actividades para o Ano Escolar 1991/ 1992.

- As acções/ tarefas a realizar, que consta de seis pontos com diversas alíneas.

No primeiro ponto faz-se referência ao nível pedagógico que se pretende assegurar e consta de oito itens; no segundo, que consta de três alíneas, especifica-se como se pretendia reforçar a Organização e Administração da Escola; o terceiro diz respeito à Organização e Gestão de Recursos Humanos, e está explanado em cinco itens; o quarto salienta como assegurar as condições básicas e necessárias ao funcionamento normal da escola; já no quinto ponto, dão-se indicações do que é necessário para incrementar as actividades extra-curriculares e a ocupação dos tempos livres dos alunos; no sexto e último ponto especifica-se em três alíneas o que é necessário para reforçar a ligação da escola com a comunidade.

Neste documento de 1991/ 92 faz-se alusão a um anexo 1 (aparentemente com modelos de actividades), ao qual, no entanto, não foi possível aceder.

O Plano Anual de Actividades de 1995/ 1996, bastante mais prático e sintético, consta de 20 páginas digitalizadas em formato A4 e está anexo ao Projecto Educativo do mesmo ano lectivo.

Procedendo a uma análise, constatámos que contém os seguintes documentos:

- Plano de Actividades do 1º Ciclo: 2 páginas, em que constam, em tabela, as actividades (Visitas de Estudo, Datas Comemorativas, Área Escola e os Momentos de Avaliação), os responsáveis, os intervenientes nas actividades e o calendário proposto;

- Plano de Actividades dos Departamentos: de Línguas, de Ciências Exactas e da Natureza, de Ciências Humanas e Sociais, de Expressões; neste plano também se apresentam as actividades a desenvolver, o(s) responsável(eis), os intervenientes e o calendário;

- Plano de Actividades do Gabinete Médico, com as actividades subdivididas - do âmbito médico e do âmbito educativo -, os objectivos, as acções e o calendário;

- Plano de Actividades do Gabinete de Psicologia, com a indicação, na coluna das actividades, do número de alunos de cada ano de escolaridade sujeitos a terapias, bem como dos anos/ turmas que iriam beneficiar de orientação vocacional;

- Plano de Actividades do Jardim Infantil (JINEP) que consta de uma introdução, caracterização do meio, princípios pedagógicos, das actividades nas áreas cultural, social, afectiva e psico-motora, objectivos das mesmas e atitude educativa. É ainda apresentado o Projecto Pedagógico do JINEP, “Era uma vez...”, que consta dos seguintes aspectos: tema, objectivos, actividades específicas, propostas diárias e propostas periódicas;

Anexos a este Plano Anual de Actividades constam ainda os seguintes documentos:

- O organigrama da Direcção, Gestão e Administração da EPM;
- O mapa estatístico do ano lectivo 1995/ 96 (com a indicação, por turma, da entrada e saída de alunos, transferências, anulações de matrículas, alunos que perderam o ano por faltas, número de alunos portugueses e estrangeiros);
- Os calendários escolares do Pré-escolar, do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

O Plano Anual de Actividades referente ao ano de 1998/99, integrado no Projecto Educativo do biénio 1998/2000, consta de 10 páginas A4 em letra reduzida, em que se apresentam minuciosamente, em tabela de cinco colunas verticais: a data, a actividade, os objectivos, os dinamizadores e os destinatários do Projecto. Há ainda uma subdivisão em períodos escolares e em meses do ano. Para algumas das actividades são também indicados o(s) dia(s) ou a semana da sua execução.

Em seguida, listar-se-ão algumas das actividades previstas no referido Plano de Actividades para o primeiro período escolar (Setembro a Dezembro de 1998):

Quadro 5 – Actividades previstas no Plano Anual de Actividades: 1º Período do ano lectivo de 1998/99.

Julho a Setembro (1998)	Lançamento do ano lectivo
18 a 28 de Setembro	Planificação de actividades (grupos disciplinares)
21 e 28 de Setembro	Recepção aos alunos/ encarregados de educação (JINEP e outros ciclos)
28 de Setembro	Actuação do grupo de teatro colombiano “Lã Tarima”
6 - 8 de Outubro	Reunião com encarregados de educação
13 de Outubro	Orientação escolar e profissional
14 de Outubro	Projecto de Desenvolvimento Pessoal e Social
16 de Outubro	Visita de estudo ao Centro de Estudos Brasileiros
19 de Outubro	Visita do futebolista Eusébio à EPM
19 a 23 de Outubro	Visita de estudo ao Instituto Nacional de Meteorologia
21 de Outubro	Visita de estudo aos monumentos locais (Fortaleza de Maputo, Casa de Ferro e Casa Amarela)
26 de Outubro	Visita de Herman José e de Maria Rueff à EPM
28 de Outubro	Celebração do dia dos avós
31 de Outubro	Comemoração do <i>Halloween</i> (Dia das Bruxas)
6 de Novembro	Comemoração do nascimento de Sophia de Mello Breyner Andresen
Semana de 9 a 13 de Novembro	Visita de estudo ao Centro Cultural Português e à Imprensa Universitária da U.E.M.
10 de Novembro	Convívio na EPM (Celebração do Dia de S. Martinho)
17 de Novembro	Celebração do Dia Mundial do Não Fumador
29 de Novembro	Comemoração do nascimento de Egas Moniz
Novembro/ Dezembro	Elaboração de cartas, de textos, de poemas,... Troca de correspondência inter-turmas

Novembro	Tardes de vídeo e debate de temas para a promoção do desenvolvimento humano
7 a 11 de Dezembro	Visita de estudo à PROMARTE (Promoção de Arte de Moçambique)
12 de Dezembro	Elaboração de postais de boas festas e de lembranças de Natal
15 de Dezembro	Projecto “Dá-me um sorriso também” (apoio a um projecto de solidariedade social – Serviços de Pediatria do Hospital José Macamo)
16 de Dezembro	Comemoração da primeira viagem de avião com motor
17 de Dezembro	Natal: troca de correspondência inter-turmas Festa de Natal: Presépio tradicional; exposição de presépios; canções, poesia e teatro; venda de doçaria da época.
Dezembro (datas por definir)	Palestra Euro/99 Representação do Auto da Índia e do Auto da Barca do Inferno Visita de estudo ao Laboratório de Solos, Faculdade de Agronomia Visita de estudo ao Aeroporto Visita de estudo à TVM (Televisão de Moçambique)

Para além da listagem dos objectivos que se procuravam preconizar com as actividades propostas, são indicados também os dinamizadores das diversas actividades, desde a Direcção Pedagógica, aos Coordenadores de Ciclo, passando pela Médica escolar, pelas Psicólogas e pelos professores dos diversos anos, ciclos e disciplinas.

Referem-se, igualmente, os destinatários que, no caso do 1º Período, para as actividades indicadas na tabela acima, foram os vários elementos da Comunidade Educativa, desde os alunos de vários anos e ciclos aos Encarregados de Educação, aos avós dos alunos, e aos serviços de Pediatria do Hospital José Macamo, em Maputo.

Anexos a este Plano Anual de Actividades do último ano da EPM- Cooperativa de Ensino, constam também:

- Calendário lectivo 1998/99;
- Estrutura Curricular – Ensino Secundário-CSPOPE, com a indicação das disciplinas de Formação Geral, Formação Específica e Formação Técnica dos quatro agrupamentos (Científico-Natural, Artes, Económico-Social e Humanidades) e dos três anos do Ensino Secundário;
- Horário de Atendimento aos Encarregados de Educação de todos os professores titulares (1º. Ciclo) e Directores de Turma (2º., 3º. Ciclos e Ensino Secundário);

Consultámos e analisámos um Relatório Pedagógico de Janeiro de 1999, da autoria da Directora Pedagógica, a professora Isabel Gil, relativo ao primeiro período do ano

lectivo 1998/99, em que se apresenta um balanço das actividades desenvolvidas. Consta de uma introdução e de seis pontos, nomeadamente:

- O lançamento do ano lectivo;
- As actividades lectivas;
- O projecto Área Escola;
- Outras actividades: visitas de estudo, celebrações (para além das indicadas no Plano de Actividades, também se comemoraram os 111 anos da cidade de Maputo), Gabinete Médico, Gabinete de Psicologia, visitas à EPM, outros projectos);
- O desporto escolar (dá-se ênfase aos jogos inter-escolas);
- As actividades extra-curriculares.

Apresenta considerações finais em que se agradece a colaboração de todos quantos permitiram que as actividades desenvolvidas tenham atingido os objectivos propostos, sublinhando a forma dedicada e profissional com que os Coordenadores de Ciclo e os professores desenvolveram as suas tarefas e destacando o apoio prestado pela Direcção, Serviços Administrativos e Pessoal Auxiliar.

O relatório destaca, ainda, “a presença digna que a grande maioria dos alunos assumiu” e formula desejos que o trabalho para o Segundo Período se possa desenvolver de acordo com o programado, para o qual se solicita que os Encarregados de Educação adotem uma atitude mais interventiva no processo educativo.

Podemos concluir que o Plano Anual de Actividades implementado na Escola era um instrumento articulado que organizava as actividades escolares propostas pelos diversos órgãos/ estruturas, as quais eram aprovadas em função da sua exequibilidade, pese embora os (poucos) recursos disponíveis.

Analisados os três documentos - complementares entre si -, pode concluir-se que a EPM primava pela organização e era uma Escola viva, dinâmica e autónoma, o que se traduzia por uma elevada variedade, diversidade e uma quantidade significativa de actividades e de projectos.

Capítulo IV – Os professores: caracterização do corpo docente

A profissão docente é fortemente impregnada de valores e de ideais e muito exigente do ponto de vista do empenhamento e da relação humana.

Assim, é uma profissão que não se define nos limites internos da sua actividade. Segundo Nóvoa (org.), (2000):

Esta profissão precisa de se dizer e de se contar: é uma maneira de a compreender em toda a sua complexidade humana e científica. É que ser professor obriga a opções constantes, que cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar, e que desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser. (extraído da contracapa da obra citada).

Na concretização da sua missão o professor desempenha um papel essencial e insubstituível na formação e realização integral dos alunos, respeitando as suas diferenças culturais e pessoais, na gestão do processo de ensino-aprendizagem, através do desenvolvimento de processos de diferenciação pedagógica susceptíveis de responder às necessidades individuais dos alunos, bem como na actualização e aperfeiçoamento dos seus conhecimentos e competências, numa perspectiva de desenvolvimento pessoal e profissional.

Efectivamente, estas são algumas das competências que devem ser desenvolvidas pelo professor que tem uma participação activa e consistente na vida da escola.

Ao professor da EPM impunham-se estas e outras competências. Assim, tendo como objectivo fundamental oferecer uma aprendizagem de qualidade ao aluno, ao professor/educador cabia o papel de ensinar valores, habilidades, conhecimentos, métodos e técnicas; de utilizar diversificadas estratégias de avaliação e variadas tecnologias de aprendizagem e de ensino, enriquecendo a sua própria prática pedagógica e procurando adequá-la a uma escola com uma forte dimensão multicultural (nas suas várias vertentes: racial, religiosa, social, linguística, origem geográfica,...).

4.1. Número de professores no ano de 1985/86 e evolução até 1998/99

No início de 1986, após os vários trâmites necessários à criação da Escola a que já se fez referência⁴¹, foram contratadas localmente quatro professoras de nacionalidade portuguesa para ministrar o primeiro ciclo do Ensino Básico (do 1º ao 4º anos).

Em Outubro do mesmo ano e face ao aumento do número de turmas e à abertura de

⁴¹ Capítulo I, ponto 1.2., pp. 17 a 20.

um novo nível de ensino, foram feitas novas contratações locais de 14 docentes de várias disciplinas e de três níveis de ensino (Pré-Escolar, 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico), totalizando, pois, 18 professores.

Nos anos seguintes, para além de serem admitidos novos professores contratados localmente, a Escola passou a integrar professores em regime de destacamento. Mais tarde (1990/91), estes professores passaram a ser requisitados⁴² pela Escola, pois o Ministério de Educação acabou com esse regime.

Os anos lectivos 1993/94 e 1994/95 foram os que registaram um maior número de alunos e de professores, relativamente aos anos anteriores e aos seguintes. Com efeito, nesses anos escolares, o efectivo de docentes foi de, respectivamente, 99 e 108 professores.

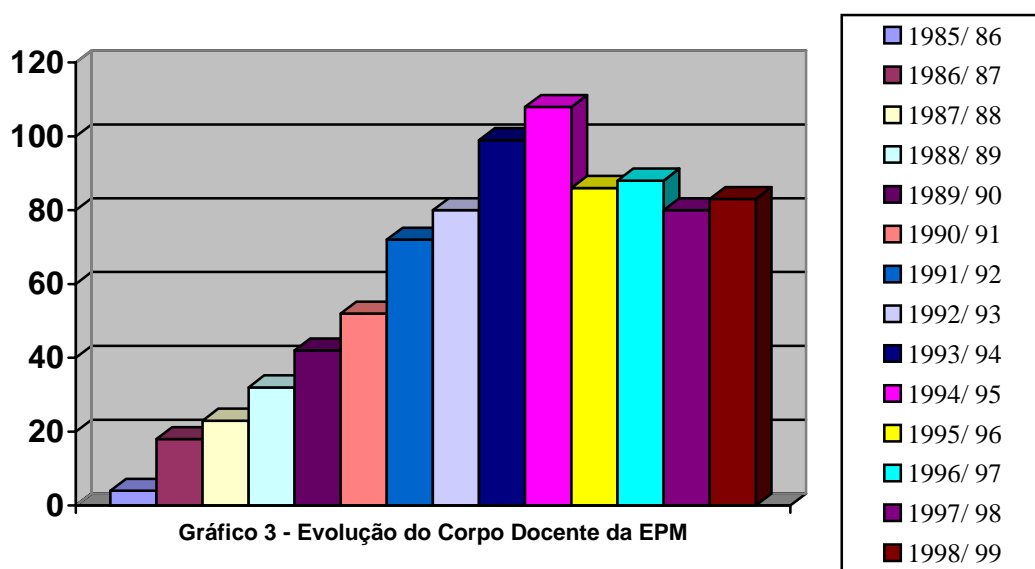
A partir destes anos houve novamente uma descida, o que foi proporcional ao efectivo de alunos, o qual também diminuiu, tendo-se estabilizado em aproximadamente 80 docentes. Assim, nos últimos dois anos lectivos, o corpo docente era constituído por 80 professores em 1997/98 e 83 em 1998/99.

Apresenta-se seguidamente uma tabela e um gráfico dando conta da evolução do efectivo de professores na EPM – Cooperativa de Ensino, CRL, no período temporal de 14 anos em que teve a sua vigência.

Quadro 6 - Evolução do efectivo de docentes por ano lectivo

85/86	86/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99
4	18	23	32	42	52	72	80	99	108	86	88	80	83

⁴² Tanto os professores destacados como os requisitados pertenciam ao quadro do Ministério de Educação Português, diferindo apenas na entidade responsável pelo pagamento dos seus salários que, no caso dos primeiros, eram assumidos pelo próprio Ministério.



4.2. Vínculo contratual e identidade profissional

Como referimos no ponto anterior, os primeiros professores admitidos na Escola para leccionarem durante os primeiros anos lectivos foram contratados localmente.

No ano da abertura da EPM, foram contratadas as professoras Margarida Belo, Rosa Noémia Simões, Natividade Caramelo e Hamida Marques, docentes do Ensino Primário (posteriormente designado por 1º Ciclo do Ensino Básico). Todas as quatro são portuguesas e não estavam, na altura, vinculadas ao ensino moçambicano.

Os professores contratados nos anos seguintes eram, na sua maioria, cidadãos de nacionalidade portuguesa que residiam no país, alguns deles havia muitos anos, estando, no entanto, também maioritariamente e por diversas razões, desvinculados do sistema de ensino moçambicano. De referir que foram estes professores de contrato local que permitiram a continuidade e estabilidade da Escola pois, por residirem em Maputo e terem famílias constituídas, sendo simultaneamente pais de alunos da Escola, entregaram-se dedicada e entusiasticamente ao projecto educativo da EPM.

No ano de 1989/90 e nos anos lectivos que se seguiram, a Escola passou a integrar professores em regime de destacamento, por duas razões principais: não conseguir contratar localmente professores qualificados para leccionar algumas das disciplinas do currículo; dar emprego a algumas professoras esposas de portugueses que tinham vindo trabalhar para Moçambique ao abrigo de acordos de cooperação, em diversas áreas económicas, e que desejavam trazer as suas famílias.

A partir do início da década de 90, os professores destacados passaram a ser requisitados pela Escola em virtude de ter terminado o regime de destacamento, tendo de

solicitar anualmente a renovação da requisição, caso não desejassem regressar a Portugal.

No ano lectivo de 1993/94, de acordo com o relatório da Missão de Inspeção efectuada pelo IGE à EPM⁴³, o corpo docente era constituído por 93 docentes (porém, nos dados que obtivemos de outras fontes, nomeadamente nas publicações da própria Escola, seriam 99), distribuídos do seguinte modo, segundo o relatório acima referido:

Quadro 7 – Distribuição do efectivo de professores, por ciclo, no ano lectivo de 1993/94.

Pré-escolar	6
1º Ciclo	17
2º Ciclo	21
3º Ciclo	27
Ensino Secundário	22

No ano lectivo de 1997/98, penúltimo ano da Escola (relembra-se que nos referimos sempre à Escola Portuguesa de Maputo – Cooperativa de Ensino) o corpo docente abarcava oitenta professores, sendo dezasseis requisitados e sessenta e quatro com contratos locais, dos quais cinquenta e quatro estavam a tempo inteiro na Escola e os restantes a tempo parcial ou em regime de avença⁴⁴. Do total de professores, quinze encontravam-se afectos à Escola havia mais de dez anos e quarenta havia mais de cinco anos.

Relacionando o tipo de contrato com os anos de serviço podemos constatar que, nos dois últimos anos lectivos, a situação vinciativa dos professores era a seguinte:

- No 1º Ciclo do Ensino Básico, a maioria dos professores requisitados encontravam-se a leccionar há mais de dez anos na Escola. Eram professores residentes em Maputo e entraram para o quadro do Ministério de Educação Português por concursos realizados através da Embaixada de Portugal em Moçambique.
- No JINEP e nos restantes níveis de Ensino – 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário – os professores requisitados vinham transferidos das escolas de Portugal e, no geral, encontravam-se a leccionar havia menos de cinco anos na Escola. Assim, constituíam um corpo bastante móvel, pois não permaneciam muito tempo em Moçambique (um a dois anos, nalguns casos três), pelo que não

⁴³ p. 5 do relatório da Missão de Inspeção chefiada pelo Inspector Joaquim Redinha, de 14 a 30 de Junho de 1994 (já citado na p.53 deste trabalho).

⁴⁴ Os professores em regime de avença só eram remunerados pelos meses e horas lectivas que leccionavam, não tendo direito a subsídios de férias nem de Natal. Nestas circunstâncias encontravam-se todos os professores contratados localmente havia menos de cinco anos.

ofereciam garantia de estabilidade ao corpo docente nem de continuidade ao trabalho da Escola.

Os professores tinham um contrato de trabalho e efectuavam descontos para a Segurança Social Moçambicana, de acordo com o Relatório da Missão de Inspeção⁴⁵,

Com base nas informações da Direcção da Cooperativa, há um contrato de trabalho. Todavia, os descontos para a Segurança Social dos professores não vinculados ao Estado Português não são retidos na origem, sendo essa execução da responsabilidade de cada docente. (p. 5)

Referindo-se às condições salariais, o mesmo relatório indica:

O estatuto remuneratório dos professores, que oscila entre 115 500 e 210 000 escudos, é relativamente baixo, tendo em conta o contexto sócio-profissional e a relação com o estatuto remuneratório dos quadros intermédios das empresas sediadas em Maputo. (p.5)

4.3. Formação académica e profissional

A formação académica e profissional dos docentes da EPM era muito heterogénea como se pode também constatar pela análise dos dados dos professores entrevistados (Quadros 9 e 10, pp. 90 a 96).

Assim, muitos dos docentes, ao ingressarem na EPM, possuíam já alguma experiência profissional (como professores e não só) em vários tipos de escolas ou universidades em Moçambique e/ou em Portugal (e, também, na Bulgária, em Cuba, em Angola, na Alemanha, no Brasil, em França e na Coreia). Quando à sua formação académica, a maior parte dos professores tinha habilitação própria para a docência, muitos tinham frequentado cursos de formação de professores (cursos médios ou superiores), no entanto, também havia alguns profissionais de outras áreas, nomeadamente da Medicina, da Agronomia, da Biologia e de vários ramos de Engenharia.

Relativamente à profissionalização dos docentes, o mesmo relatório da Missão de Inspeção refere:

Dos 93 docentes, 37 são profissionalizados. Saliente-se, no entanto, que nos níveis do 2º e 3º Ciclos e Secundário há 14 profissionalizados e 56 não profissionalizados. No grupo dos não profissionalizados há 48 licenciados, 12 bacharéis e 11 com outras habilitações. De outro lado, verifica-se uma elevada percentagem de professores cujos cursos foram obtidos no estrangeiro, predominando os moçambicanos. (p.5)

Na verdade, só os professores que vinham de Portugal (mas nem todos) é que eram considerados profissionalizados, pois os que tinham tirado os seus cursos em Moçambique,

⁴⁵ Idem, p. 5.

mesmo com estágio integrado e possuidores de habilitação própria para a docência neste país, não eram considerados profissionalizados pelo Ministério de Educação Português.

4.4. Idade e género

A maioria dos professores que constituíam o corpo docente da EPM no final da década de 80 e no início da década de 90 era bastante jovem. A média das idades dos docentes rondaria, no máximo, os 35 anos de idade. Alguns docentes, sobretudo professoras do 1º Ciclo, tinham uma idade superior a 40 anos, mas estas eram muito poucas. Muitos dos professores dos restantes ciclos não tinham completado ainda os 30 anos de idade quando ingressaram na Escola.

Relativamente ao género, era maioritariamente feminino, os professores do sexo masculino seriam apenas cerca de 25 a 30% do colectivo de docentes. O Pré-Escolar e o 1º Ciclo era totalmente constituído por professoras, havendo docentes do sexo masculino apenas nos restantes ciclos, predominantemente no Ensino Secundário. De igual modo havia algumas disciplinas onde existiam unicamente homens: Informática, Trabalhos Oficinais e Educação Musical (nesta última em apenas alguns anos) ou onde predominava o sexo masculino, por exemplo nas disciplinas de Matemática, de Educação Visual e de Educação Física.

Infelizmente, na nossa pesquisa não encontramos dados estatísticos sobre estas duas variáveis: a idade e o sexo, mas da lista nominal de professores do ano lectivo de 1998/99 (anexo...), podemos aferir os seguintes dados, relativamente ao sexo:

Quadro 8 - Número e percentagem de professores, por sexo, no ano lectivo de 1998/99.

Corpo	Docente
Sexo Masculino	Sexo Feminino
20	62
24%	76%

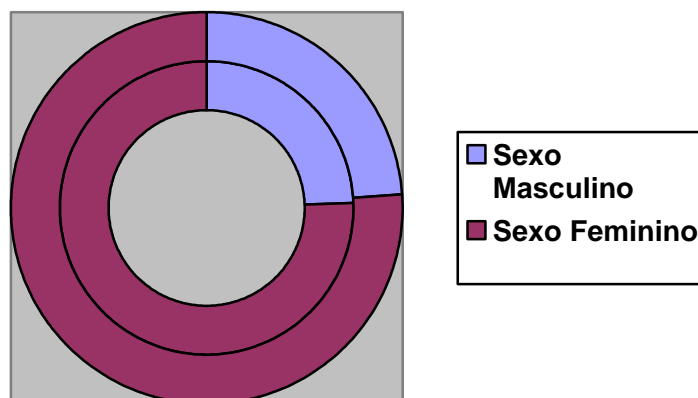


Gráfico 4 - Percentagem de professores, por sexo, em 1998/99.

4.5. Nacionalidades, origens geográficas e culturas

Quando a Escola abriu encontrava-se em vigor a lei moçambicana 4/83, que excluía a possibilidade de moçambicanos colaborarem, leccionarem ou frequentarem instituições estrangeiras pelo que todos os professores contratados nos primeiros anos eram portugueses.

Mais tarde, no início da década de 90, dada a dificuldade em encontrar localmente professores portugueses para a leccionação de determinadas disciplinas, a EPM começou a fazer a integração de docentes moçambicanos, mediante uma autorização do Ministério de Educação de Moçambique, assim procedendo até à entrada em vigor da lei da privatização do ensino (lei 6/92).

No ano lectivo de 1997/98, dos sessenta e quatro professores contratados localmente, trinta possuíam nacionalidade moçambicana, seis eram de outras nacionalidades (cinco búlgaros e um cubano)⁴⁶ e os restantes vinte e oito eram portugueses, bem como os dezasseis professores requisitados à República Portuguesa, totalizando quarenta e quatro docentes portugueses (55%) e trinta e seis estrangeiros (45% do corpo docente).

Ainda relativamente a 1997/98, a maioria dos professores moçambicanos leccionavam nos 2º e 3º Ciclos e no Ensino Secundário e, destes, quinze encontravam-se afectos à Escola havia mais de cinco anos. Estes professores moçambicanos, juntamente com os professores portugueses residentes há muito tempo em Moçambique, constituíam o corpo docente estável da Escola.

Paralelamente, era nítida a diversidade cultural do corpo docente. Embora houvesse

⁴⁶ Em anos anteriores, houve na Escola professoras de outras nacionalidades: uma brasileira, uma alemã, uma francesa e uma angolana.

a preocupação de transmitir um sistema de valores, com vista a fortalecer a tradição e cultura portuguesas - as veiculadas na e pela Escola -, era visível a diversidade multiétnica dos docentes, dos países ou regiões de origem⁴⁷ bem como as suas formações profissionais.

Não obstante essa diversidade, os professores não perdiam de vista o seu papel como agentes essenciais na valorização dos diferentes saberes e culturas, visando sempre a transmissão de um ensino de qualidade.

4.6. Análise dos dados relativos ao corpo docente

Tenho em conta os diversos dados obtidos nas entrevistas realizadas e gravadas, na resposta escrita às mesmas perguntas da entrevista (via e-mail) as quais obedeceram a um guião de vinte questões previamente apresentado aos professores (Anexo A1, p.254), e ainda os textos-depoimento ou de memórias de outros (que só responderam parcial ou totalmente a algumas das questões), far-se-á, em seguida, a análise de dados relativa aos vinte docentes que constituíram a representação deste grupo profissional.

Para permitir uma melhor visualização, apresenta-se em tabela e/ou de forma agrupada, as respostas aos seguintes itens:

- Identificação e formação profissional

Consta do nome próprio e apelido do professor, idade, naturalidade, nacionalidade, habilitações literárias, disciplinas e níveis de ensino leccionados, isto é, as questões 1 e 2 da entrevista.

- Experiência profissional

Apresenta as respostas às questões 3, 4, 5 e 20, que dizem respeito à experiência profissional antes da sua admissão na EPM, o período temporal (número de anos lectivos) em que permaneceu ao serviço na Escola, os cargos que desempenhou na Instituição e o percurso profissional que o docente seguiu após a extinção da EPM.

- Desempenho profissional

Neste ponto apresentam-se, em forma de síntese, as considerações dos professores relativas às perguntas 6 e 7, ou seja, ao seu desempenho em geral, englobando os programas e actividades curriculares, as práticas pedagógicas, o número médio de alunos/turmas e o relacionamento pedagógico com os alunos.

- Relacionamento socioprofissional entre agentes educativos

Abordar-se-á o tipo de relacionamento entre: a Direcção da Cooperativa e os

⁴⁷ Mesmo entre os professores portugueses havia diferenças significativas, devido às origens e tradições familiares e regionais. Assim, havia professores de Trás-os-Montes, do Algarve, da Madeira, dos Açores, das Beiras e vários da diáspora, particularmente de Moçambique.

professores, a Direcção Pedagógica e os professores, os professores e os alunos (de um modo abrangente), os professores e os pais e encarregados de educação dos alunos, isto é, os itens 8, 9, 11,12 e13.

- Recordação de episódios vividos durante a permanência na EPM

Relativamente a este ponto, apresentaremos as respostas à pergunta 14 do questionário, em que se solicitou aos professores que lembrassem e partilhassem alguma(s) situação(ões) ou episódio(s) marcantes (pela positiva ou pela negativa), vividos durante a sua permanência na EPM.

- A vida em Maputo e o impacto da EPM em Maputo e em Moçambique

Neste ponto juntámos as questões 16 e 17 em que solicitámos aos antigos professores que dissessem como era viver em Maputo naquela época e qual achavam ter sido o impacto da EPM em Maputo e em Moçambique.

- Perfil dos alunos ao saírem da EPM

Na pergunta 18 do nosso questionário procurámos saber a opinião dos docentes em relação a qual achavam que era o perfil dos alunos ao saírem da EPM.

- Caracterização da EPM na época em que exerceu funções e expectativas do(s) docente(s) em relação à nova Escola

Associámos as questões 15 e 19 do inquérito e solicitámos aos docentes que caracterizassem a escola na época em que lá leccionaram e que se pronunciassem sobre as expectativas que tinham relativamente à nova escola

4.6.1. Identificação e formação profissional

Quadro 9 – Dados de identificação e de formação profissional dos 20 professores entrevistados

Professor	Idade (actual) ⁴⁸	Naturalidade	Nacionalidade	Formação Profissional/ Habilitações literárias ⁴⁹	Disciplinas leccionadas/ Ciclos
Idília Ruas (EP1)	79 anos	Portugal (Viana do Castelo)	Portuguesa	- Licenciatura em Medicina, especialização em Obstetrícia.	Ciências Naturais e D.P.S. / 2º Ciclo.
Margarida Belo (EP2)	62 anos	Portugal	Portuguesa	- Curso do Magistério Primário; - Licenciatura em Ciências da Educação (Portugal).	1º Ciclo do Ensino Básico.

⁴⁸ Referimo-nos à sua idade no início de 2009. É preciso ter em conta que a EPM fechou há 10 anos, número que se deve diminuir à idade dos professores, para calcular a sua idade na altura da extinção da Escola. Há ainda a considerar o facto de alguns terem leccionado durante 12, 13 ou mesmo os 14 anos da EPM, pelo que se pode inferir que a idade da maior parte dos professores, hoje cinquentenários, rondava, na época, os 30 anos.

⁴⁹ Algumas das últimas habilitações literárias de certos professores foram concluídas ou obtidas durante ou após a saída da EPM.

Armindo Bernardo (EP3)	47 anos	Maputo	Moçambicana/ Portuguesa	- Curso de Formação de Professores (Faculdade de Educação); - Licenciatura em Linguística – Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Maputo, Moçambique; - Pós-graduação em Formação Pessoal e Social (FCUL)	Língua Portuguesa e Técnicas de Expressão de Português/ 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário.
Anabela Ferreira (EP4)	52 anos	Maputo	Portuguesa	Curso de Instrutores de Educação Física (Iniciado em Moçambique e concluído em Portugal).	Educação Física / Pré-Escolar; 1º, 2º e 3º Ciclos do E.B. e Ensino Secundário
Madalena Azevedo (EP5)	51 anos	Maputo	Portuguesa	- Curso de Formação de Professores (Faculdade de Educação - Moçambique); - Licenciatura em Ciências da Educação (Portugal); - Pós-graduação em Formação Pessoal e Social (FCUL).	1º Ciclo do Ensino Básico.
Isabel Loio (EP6)	48 anos	Maputo	Portuguesa	- Frequência do 2º ano de Engenharia Geográfica (F. Ciências de Lisboa). - Licenciatura em Matemática pela Universidade Aberta (Portugal); - Pós-graduação em Formação Pessoal e Social (FCUL).	Matemática / 2º e 3º Ciclos.
Lurdes do Vale (EP7)	52 anos	Portugal (Tomar)	Portuguesa	- Curso Médio de Francês - Alliance Française; - Licenciatura em Geografia; - Pós-graduação em Formação Pessoal e Social (FCUL).	Francês e Educação Visual / 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.
Ana Paula Relvas (EP8)	46 anos	Portugal (Santarém)	Portuguesa	- Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Franceses.	Língua Portuguesa e Português/ 3º Ciclo e Ensino Secundário.
Margarida Abrantes (EP9)	51 anos	Lisboa	Portuguesa	Curso de Instrutores de Educação Física (Iniciado em Portugal e concluído em Moçambique).	Educação Física / Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos do E.B. e Ensino Secundário.

Jasmini Quessangy (EP10)	55 anos	Moçambique (Inhambane)	Portuguesa	- Magistério Primário; - Licenciatura em Ciências da Educação (Portugal).	1º Ciclo do Ensino Básico.
Lázaro Impuia (EP11)	50 anos	Moçambique (Quelimane)	Moçambicana	- Curso de Formação de Professores de História (UEM -Bacharelato); - Licenciatura em História (Instituto Superior Pedagógico - Moçambique); - Mestrado em História (Bordéus – França)	História; História e Geografia de Portugal e de Moçambique/ 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário.
Lili Grilo (EP12)	70 anos	Moçambique (Maputo)	Portuguesa	- Curso <i>Education 1</i> – Universidade de Pretória; - Curso <i>Practical English</i> – Universidade de Pretória.	Pré-Escolar; Inglês Extra-Curricular ao 1º Ciclo do Ensino Básico.
Luísa Quaresma (EP13)	52 anos	Moçambique (Maputo)	Portuguesa	- Licenciatura em Filologia Germânica – Faculdade de Letras de Lisboa.	Língua Inglesa/ 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário.
Estrela Simeonova (EP14)	54 anos	Bulgária (Sófia)	Búlgara	- Engenharia Mecânica	Geometria Descritiva A; Desenho Técnico Mecânico / 3º Ciclo e Ensino Secundário.
António Moura (EP15)	49 anos	Moçambique (Beira)	Moçambicana	- Curso de Instrutores de Educação Física - Maputo; - Licenciatura em Gestão de Empresas (UEM – Maputo, Moçambique).	Introdução à Economia I e II; Sociologia; Int. ao Direito; T.O.E. I e II; Marketing/ Ensino Secundário.
Osvaldo Noronha (EP16)	45 anos	Maputo	Moçambicano	- Licenciatura em Engenharia Electrónica (UEM – Maputo, Moçambique).	Matemática/ 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário.
Ana Besteiro (EP17)	49 anos	Portugal (Lisboa)	Portuguesa	- Licenciatura em Biologia (UEM – Moçambique); - Pós-graduação em Formação Pessoal e Social (FCUL).	Ciências Naturais, Biologia e Técnicas Laboratoriais de Biologia/ 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário.
Mª. Manuel Seno (EP18)	53 anos	Moçambique (Maputo)	Moçambicana	- Licenciatura em História (UEM – Moçambique).	História; História e Geografia de Portugal e de Moçambique/ 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário.

Francisco Rungo (EP19)	45 anos	Moçambique (Maxixe – Inhambane)	Moçambicana	- Licenciatura em Matemática aplicada (UEM – Moçambique); - Curso Médio de Programação (Instituto Comercial de Maputo).	I. à Informática (3º Ciclo e E. Secundário); Técnicas de Programação; Sistemas de Informação; / Ensino Secundário.
Samuel Júnior - Yana (EP20)	53 anos	Maputo	Moçambicana	- Curso Superior de Composição e Regência pela Faculdade de Música de Pyongyang – Coreia do Norte	Educação Musical/ 1º e 2º Ciclos

4.6.2. Experiência profissional

Neste ponto, apresentaremos, também em tabela, dados relativos à experiência profissional de cada um dos docentes antes da sua admissão na EPM, o período temporal em que permaneceu ao serviço da Escola, bem como os cargos que desempenhou naquela instituição de ensino e o percurso profissional seguido após a extinção da EPM - Cooperativa de Ensino.

Quadro 10 – Dados relativos ao percurso profissional dos 20 elementos do Corpo Docente

Professor	Experiência Profissional antes da EPM	Anos de serviço na EPM	Cargos que exerceu na EPM	Percurso profissional seguido após o fecho da EPM
EP1	- Exercício de Medicina.	13 anos	- Directora da Escola; - Responsável pelo Gabinete Médico; - Delegada de Disciplina; - Directora de Turma.	Prosseguiu a docência na Escola Verney de Maputo (de Currículo Português)
EP2	- Professora do Ensino Primário em Massinga, Inhambane; - Impulsionou durante 6 anos um projecto de ensino a alunos portugueses na África do Sul (em várias escolas), em colaboração com a Associação Portuguesa local, tendo leccionado todas as disciplinas do currículo e, mais tarde, Língua e Cultura portuguesas.	14 anos	- Professora co-fundadora da Escola; - Professora titular de turma; - Professora responsável do grupo de ano e ciclo.	Prosseguiu a docência na EPM-CELP. Saíu em 2002 para Portugal; actualmente está reformada e vive em Portugal.

EP3	- Professor nas Escolas Moçambicanas: Artes e Ofícios do Umbeluzi; Agrária da Namaacha; Faculdade de Educação; de Artes Visuais; dos Correios de Moçambique; Colégio Delta; Instituto Comercial de Maputo.	6 anos	- Chefe do Departamento de Línguas; - Delegado de Disciplina; - Director de Turma.	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.
EP4	- Professora nas Escolas: General Machado; Secundária da Polana - Maputo; - Funcionária da Secretaria de Estado de Educação Física e Desportos e da Associação do Atletismo - Maputo; - Responsável pela modalidade do Atletismo e Jogos escolares a nível nacional. - em Maputo, Moçambique.	13 anos	- Delegada de disciplina; - Directora de turma; - Responsável da modalidade do Atletismo; - Coordenadora do núcleo recreativo.	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.
EP5	- Professora nas Escolas Moçambicanas: Secundária da Polana (Biologia); Primária Paiva Manso, hoje Escola do Alto Maé.	13 anos	- Professora titular de turma. - Professora responsável do grupo de ano.	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.
EP6	- Professora de Matemática e de Ciências da Natureza nas Escolas: Secundária de Santiago do Cacém; Preparatória de Santo André - Portugal.	7 anos	- Directora de turma.	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.
EP7	- Professora de Francês em Escolas portuguesas.	9 anos	- Delegada de disciplina; - Directora de turma.	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.
EP8	- Professora nas Escolas: Secundária de Carcavelos; Liceu de Oeiras; entre outras escolas portuguesas.	3 anos	- Directora Pedagógica; - Delegada de disciplina; - Coordenadora de Ciclo; - Directora de turma.	Leccionou em Portugal 10 anos; no presente ano, ingressou na EPM-CELP.
EP9	- Professora nas Escolas: Estrela Vermelha, General Machado, Secundária da Polana; Direcção Nacional de Desportos; Secretaria de Estado de Educação Física e Desportos – todas em Maputo.	11 anos	- Delegada de disciplina; - Directora de Turma.	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.

EP10	- Professora nas Escolas: Primária “7 de Abril” e Secundária “3 de Fevereiro”, em Inhambane.	13 anos	- Professora titular de turma; - Professora responsável do grupo de ano.	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.
EP11	- Professor nas Escolas: Secundária de Namapa (Nampula); Sec. Josina Machel; Centro de Formação de Professores (EFEP) - Beira; Sec. Francisco Manyanga – Maputo; Assistente no Instituto Superior Pedagógico e, mais tarde, na Universidade Pedagógica – Maputo.	5 anos	- Delegado de disciplina; - Director de turma.	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.
EP12	- Professora de <i>Kindergarten</i> (jardim infantil) da Embaixada Americana em Maputo, mais tarde Escola das Nações Unidas; - Explicadora (níveis de 1º e 2º Ciclo, todas as disciplinas).	13 anos	Educadora de Infância; Coordenadora do Pré-Escolar; Professora de Inglês do 1º Ciclo; membro da Comissão de Festas; Vogal da Direcção da Cooperativa.	Prosseguiu a docência na EPM-CELP de onde saiu para se reformar em 2005.
EP13	- Leitora de Português na Universidade Davis UCD - Califórnia (4anos); - Formadora de Professores de Português; - Professora de Inglês nos cursos complementares nocturnos; - Professora de Inglês em várias Escolas Secundárias da Área de Lisboa (Belém, Algés, Sintra), Almada e Covilhã.	6 anos	- Directora Pedagógica; - Coordenadora de Ciclo; - Directora de turma.	Prosseguiu a docência na EPM-CELP (1 ano); seguiu para Portugal onde permaneceu na docência durante oito anos, sendo professora titular; no presente ano lectivo (2008/09), reingressou na EPM-CELP.
EP14	- Tecnóloga de produção mecânica; - Projectista em estações de bombagem.	6 anos	- Directora de turma; - Membro do secretariado de exames	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.

EP15	<ul style="list-style-type: none"> - Professor de E. Física nas Escolas Secundárias: Macaqueie e Josina Machel; - Director Provincial de E. Física e Desportos – Sofala e Inhambane; - Professor na Escola de Formação de Prof. de E. Física (ENEF); - Responsável de Alta Competição e da Formação de Quadros; - Seleccionador Nacional de Basquetebol Sénior Feminino. 	7 anos	<ul style="list-style-type: none"> - Delegado de disciplina; - Director de turma; - Coordenador de Departamento. 	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.
EP16	<ul style="list-style-type: none"> - Professor nas Instituições: Instituto Industrial de Maputo; Escola Industrial 1º de Maio – Maputo; E. Sec. Josina Machel – Beira; Escola Secundária de Pemba. 	11 anos	<ul style="list-style-type: none"> - Director Pedagógico; - Delegado de disciplina; - Director de turma. 	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.
EP17	<ul style="list-style-type: none"> - Professora nas escolas: Sec. Josina Machel e Sec. da Polana em Maputo; - Monitora da disciplina de Botânica na Faculdade de Biologia – UEM – Maputo. 	10 anos	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenadora de Ciclo; - Delegada de disciplina; - Directora de turma. 	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.
EP18	<ul style="list-style-type: none"> - Professora em: Escola Secundária Noroeste 1; Escola de Formação e Educação de Professores (Instituto Médio Pedagógico, posteriormente Inst. Superior Pedagógico); - Instituto Nacional de Desenvolvimento e Educação (INDE), onde trabalhou na edição de textos e livros para estudantes. 	8 anos	<ul style="list-style-type: none"> - Delegada de disciplina; - Coordenadora de Departamento; - Directora de turma. 	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.
EP19	<ul style="list-style-type: none"> - Programador informático em: Ministério da Agricultura - Maputo; Centro de Processamento de Dados - Maputo; ICL (<i>International Computers</i> Lda.) em Maputo e na África do Sul; - Professor no Instituto Comercial de Maputo. 	9 anos	<ul style="list-style-type: none"> - Delegado de disciplina; - Director de turma. 	Prosseguiu a docência na EPM-CELP.

EP20	<ul style="list-style-type: none"> - Compositor e executor musical; - Funcionário da Direcção Nacional de Cultura; - Director de corais musicais; - Realizador e compositor de espectáculos musicais e festivais em Moçambique e no estrangeiro: Portugal, Alemanha, Líbia, França e Bulgária. - Professor na Escola de Música de Maputo; - Fundador e professor da Escola de Música da Rádio Moçambique; 	5 anos	- Delegado de disciplina;	Prosseguiu a docência na EPM-CELP, de onde saiu em 2007, exercendo actualmente várias funções na Rádio Moçambique e na Escola de Música da cidade de Maputo.
------	---	--------	---------------------------	--

4.6.3. Desempenho profissional

De um modo geral todos os docentes indicaram ter desenvolvido um bom trabalho na área lectiva e de planificação.

Referiram ter colaborado com empenho e dedicação em vários projectos e actividades desenvolvidas no âmbito da comunidade educativa, para a concretização do Projecto Educativo da Escola Portuguesa de Maputo.

A maioria dos docentes declarou também que, durante a prática pedagógica, utilizou métodos, técnicas e meios adequados à faixa etária, tendo sempre em conta os interesses e as dificuldades manifestadas pelos alunos.

Seguem-se algumas das respostas dadas pelos professores a propósito do seu desempenho:

Penso que tive sempre um bom desempenho profissional. Os programas e as actividades curriculares das disciplinas que leccionei foram sempre cumpridos na íntegra. As práticas pedagógicas foram norteadas pela flexibilidade, tendo alterado as estratégias de ensino-aprendizagem sempre que considerei importante, no sentido de permitir que os alunos aprendessem mais e melhor.

Realizei eficazmente e com rigor as tarefas lectiva e não lectiva e concretizei, com autonomia, as ideias e projectos que me foram propostos. Cumpri os programas na íntegra. Estes, visavam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com recurso a métodos activos de trabalho, procurando mobilizar a curiosidade, a inteligência e a participação dos alunos, corresponder aos interesses dos alunos para que pudessem reconhecer, nas aprendizagens efectuadas, sentido e utilidade, assim como incentivar os alunos a serem autónomos, responsáveis e solidários.

Ao longo da minha prática pedagógica demonstrei: ter aptidões e os conhecimentos adequados às exigências das funções docente e técnico-pedagógica; saber aplicar correctamente os conhecimentos às situações concretas que me são colocadas na actividade lectiva e não lectiva; iniciativa, persistência e predisposição para actuar assertivamente no desempenho das minhas funções docentes e técnico-pedagógicas.

No que diz respeito ao relacionamento pedagógico com os alunos, os professores pronunciaram-se de forma positiva, declarando todos ter um bom relacionamento com os seus alunos baseado em valores como o respeito, a confiança e a compreensão, como se pode constatar pelas palavras dos docentes: “Considero que o relacionamento com os alunos foi sempre o melhor possível.”

A relação pedagógica com os alunos foi muito boa. De acordo com as normas de conduta definidas em conjunto com os alunos no início do ano lectivo, fui rigoroso nos critérios de correcção estabelecidos e criou-se uma relação professor aluno e aluno professor dentro do espírito de compreensão e diálogo.

Relativamente ao número de alunos por professor/ turma/ ano, a maioria dos professores indicou ter anualmente 80 a 100 alunos, embora alguns referissem 125 (o que se compreende, pois tem a ver com as cargas horárias das suas disciplinas e com o número de turmas que leccionaram). As professoras do primeiro ciclo indicaram ter aproximadamente 25 alunos, número também apontado pelos restantes docentes como sendo a média de alunos por turma. Efectivamente, esse era o número médio de alunos que se procurava respeitar, embora em certos anos algumas turmas do ensino secundário tivessem tido mais de trinta alunos ou menos de vinte, consoante as inscrições dos alunos no agrupamento pretendido (a opção da área vocacional era efectuada na matrícula do 10º ano).

4.6.4. Relacionamento socioprofissional entre agentes educativos

No que concerne às relações entre os professores e a Direcção da Cooperativa, de um modo geral os docentes referiram ter sido, quase sempre, um relacionamento distante, embora cordial. No entanto, com algumas Direcções chegou a haver situações constrangedoras, o que originou ambientes quase hostis, conforme as palavras de alguns, que passamos a transcrever:

O relacionamento da Direcção da Cooperativa com os professores era o de entidade empregadora para com funcionários superiores qualificados, isto é, verificava-se, por vezes, alguma pressão e controlo da parte de quem menos sabia de pedagogia.

Caracterizava-se, grosso modo, por um certo distanciamento, talvez por a Cooperativa ser constituída por pessoas que não eram trabalhadores da escola. No quadro deste relacionamento, que no meu entender se traduzia, por vezes, por relações sombrias e pouco transparentes, destacavam-se as rescisões de contratos decididas “no topo” e sem diálogo entre as partes. Nesta conformidade, o ambiente era pouco prometededor (o que aconteceu nalguns anos foi os professores e funcionários receberem cartas de demissão, quase no final do ano lectivo, sem justa causa e sem qualquer informação prévia.)

No meu caso, nunca senti a presença da Direcção da Cooperativa, mas sim a da Direcção Pedagógica.

O relacionamento da Direcção da Cooperativa com os professores foi muito variado, de dois em dois anos havia mudança, o que gerava muita instabilidade. Quando nos estávamos a habituar aos métodos de uma Direcção e o clima era mais amistoso, esta cessava funções e ... começava outra, à qual tínhamos de nos adaptar. Nem sempre foi um processo fácil.

No que diz respeito às relações entre os professores e a Direcção Pedagógica, de um modo geral os docentes entrevistados deram muito boas referências. Tal facto é compreensível, uma vez que a maior parte dos Directores Pedagógicos da EPM eram já professores da Escola antes de passarem a exercer o cargo, para o qual foram eleitos por votação do Corpo Docente. Alguns dos professores referiram como era o relacionamento através das seguintes palavras:

Era um bom relacionamento. Tivemos excelentes Directores Pedagógicos!

Entre a Direcção Pedagógica e os professores, de 1995 a 1998, considero que foi uma relação de cordialidade, especialmente nos anos 96/97 e 97/98 que foi de disponibilidade e colaboração.

O relacionamento com a Direcção Pedagógica revelou-se salutar, dado que a planificação e realização de diferentes actividades era feita em estreita colaboração, havendo sempre troca de ideias e auscultação de opiniões.

Sempre me apoiaram e acompanharam (o professor referia-se às diferentes Direcções Pedagógicas) no meu trabalho como professor e sempre atenderam às minhas solicitações. Sempre me trataram como colega e sem atitudes de superioridade.

O relacionamento era salutar, onde predominava o respeito mútuo, a partilha de preocupações e de experiências, sempre com a finalidade de alcançar os objectivos comuns de acordo com o Projecto Educativo da Escola.

Relativamente às relações entre professores, os entrevistados foram unânimes ao referir um clima de cordialidade, simpatia, entreajuda e, nalguns casos, de amizade.

As relações entre docentes eram, no geral, cordiais, de entreajuda e de partilha. Era notório a existência de grupos, não direi opostos, mas

discordantes em certas situações; o relacionamento não ia além do da escola.

As relações entre os professores eram bastante abertas e de grande solidariedade. A testemunhar este facto contam-se os convívios que na época tinham lugar e os sentimentos de repulsa a actos relativos a despedimentos ou rescisões de contratos pouco claros ou que careciam de diálogo entre as partes interessadas. Aqui era notória a união dos professores.

Era um relacionamento impecável, rodeado de muita solidariedade e amizade, embora nunca interferissem no trabalho profissional uns dos outros.

As relações entre os professores eram pautadas pelo respeito, partilha, amizade e solidariedade, em suma era um convívio saudável e enriquecedor.

Analogamente, o relacionamento entre discentes e docentes é visto, à distância de dez anos, como tendo sido amistoso e harmonioso.

O relacionamento entre alunos e professores era mesmo muito bom, de grande disponibilidade e cumplicidade.

As relações professores alunos pode afirmar-se que, de uma forma geral, eram harmoniosas.

Os alunos sempre respeitaram os professores e vice-versa, apesar de, numa escola, sempre existir um ou outro elemento menos sociável e disciplinado. Professores e alunos conviviam inúmeras vezes, principalmente no desporto, teatro e música.

Dadas as características da Escola, visto ser uma escola integrada já na altura e albergar os filhos da Comunidade Portuguesa em Moçambique, as relações eram familiares, de muita proximidade, de muito respeito; os alunos acatavam as nossas orientações e conselhos.

O relacionamento entre os professores e os encarregados de educação era também cordial, embora tivessem ocorrido algumas situações esporádicas menos agradáveis, como referem alguns docentes:

As relações entre encarregados de educação e professores eram cordiais. Verificava-se que os pais estavam muito presentes na escola.

De um modo geral as relações eram salutares. Contudo, verificava-se alguma tendência de certos pais transportarem a influência que tinham em relação à direcção da cooperativa para condicionar o trabalho dos professores, para verem o trabalho do professor do lado negativo, inocentando os seus filhos de actos de que eram responsáveis. Esta situação entendo que fazia perigar o processo educativo na medida em que limitava a autoridade do professor perante os alunos.

Esta relação caracterizou-se por um aproximar a escola do meio familiar e social em que a criança e o adolescente vivem, onde os pais e encarregados

de educação tiveram um papel decisivo no desenvolvimento dos alunos. O objectivo era o acompanhamento regular das actividades dos seus educandos, ajudando-os a desenvolver hábitos de trabalho e na assiduidade, pontualidade e cumprimento atempado das suas obrigações escolares. Os pais e encarregados de educação contactavam frequentemente os directores de turma para trocar opiniões sobre o processo de aprendizagem.

Estabeleciam-se, regra geral, boas relações, mas às vezes iam longe de mais, por exemplo quando tentavam imiscuir-se na área pedagógica. Mas também tentavam resolver os problemas de certas limitações que tínhamos, sobretudo em relação ao material didáctico. Nessa altura colaboravam connosco.

As relações eram cordiais, era perceptível o respeito que nutriam pelos professores e entendiam as estratégias, bem como, as actividades por nós implementadas, como uma mais-valia para o sucesso escolar dos seus filhos.

4.6.5. Recordação de episódios vividos durante a permanência na EPM

Neste ponto, em que se solicitou aos professores que lembrassem e partilhassem alguma situação ou episódio de alguma forma marcantes, vividos durante a sua permanência na Escola, os docentes apresentaram respostas díspares: alguns desenvolveram a sua resposta ao narrar certos aspectos do quotidiano da Escola, baseando-se, pois, na sua memória dos acontecimentos; outros, responderam de forma breve e generalizando os factos sem os esmiuçar. São sobretudo dos referidos primeiro, os excertos que se seguem:

Do pouco fazer muito, a solidariedade e a união de esforços dos professores que levaram a cabo actividades grandiosas, de que são exemplo: o Presépio vivo, os convívios dos Santos Populares, e muitas outras festas que marcaram inclusivamente a própria cidade de Maputo daquela época.

Recordo uma turma de 1º ano que tive, logo no início da Escola. Quase no final do ano lectivo soubemos que íamos ter uma inspecção e resolvemos preparar (um bocado à pressa) uma pequena representação para o senhor inspector. Foi pobre em recursos, mas muito engraçada. Os pais colaboraram ajudando as crianças a memorizar os textos. Houve algumas pequenas gafes, mas foi muito lindo e comovente.

A realização de um Presépio vivo nas barreiras de Maputo, evento que envolveu a comunidade educativa e mobilizou toda a cidade tendo sido necessária o apoio da polícia, dos Serviços Veterinários (dada a presença de animais vivos), a Rádio e a Televisão de Moçambique.

A nível de actividades extra-curriculares, pela positiva, recordo os convívios e o ambiente salutar entre todos os colegas, a representação do Presépio vivo, as actividades desportivas entre professores e alunos. Negativamente, um episódio envolvendo um encarregado de educação que tentou interferir na forma do professor se relacionar com os alunos e pôs em causa a atitude do

professor face ao comportamento menos correcto daqueles.

Um professor de História e Geografia de Portugal, moçambicano, de raça negra, relembra:

Lembro-me de um episódio que se passou na sala de aula, ainda eu não tinha três meses de trabalho. Falando da ‘Expansão’, pedi a uma aluna para ler um texto que falava da escravatura. Ao chegar à expressão ‘escravos negros’ a aluna, fitando-me, ficou muda na palavra ‘negros’. Os outros alunos também não se pronunciaram e observou-se silêncio. Muito rapidamente, li a palavra e pedi à aluna para dar continuidade à leitura do documento e, em seguida, coloquei questões sobre o texto e a expansão em geral, quer à aluna, quer à turma.

Volvidos dias, numa aula de consolidação e de preparação para o teste, abordei a questão da escravatura e mostrei aos alunos que na abordagem deste tema não nos devemos sentir culpados nem vítimas, pois isto não contribui em nada para a edificação de um mundo tolerante. O que é importante é que na abordagem deste tema cada um tenha a consciência do crime vergonhoso que foi e que cada um lute para que crimes deste género não voltem a ter lugar.

No intervalo, aquela aluna a que fiz referência, veio ter comigo, confessando que ficara embaraçada durante a leitura, pois não sabia como o professor iria reagir. Mostrei-lhe que entendera a posição dela. (...) Considero que participei na educação da aluna e da turma, numa perspectiva de interpretar a História e fazer desta disciplina instrumento de educação para a cidadania.

Uma professora do 1º Ciclo, portuguesa, natural de Moçambique e de raça indiana, por sua vez, refere:

Vou partilhar dois episódios, um que me marcou negativamente e outro de forma positiva: O primeiro, foi o facto de me ter sido dito por um membro da Direcção da Cooperativa que, não obstante estar a leccionar conteúdos relativos à História e Cultura portuguesas, eu não possuir essa cultura (portuguesa), o que me pareceu um preconceito rácico.

De forma positiva, marcou-me uma festa de Natal realizada nas barreiras, local defronte da escola, que apresentou de forma brilhante um presépio humano.

Dois testemunhos de outra professora, das mais antigas da escola:

Houve um ano em que, no início do 2º período, foi grande o afluxo de alunos vindos das escolas moçambicanas e de Portugal. As professoras do 1º Ciclo andavam com os cabelos em pé, porque não tinham lugares nas suas salas que comportassem mais crianças, e lá vinha mais uma... e mais uma...; então, duas professoras vestiram-se de ‘meninhas’ e pediram à funcionária D. Palmira que fosse à sala de uma professora (a mais refilona) dizendo que tinha mais duas alunas novas para integrar a turma. A professora barafustou, refilou, até que viu as ‘tais alunas’: de lacinhos na cabeça, trancinhas, sainhas curtas e dedo na boca. Foi a risada total!

Um episódio engraçado foi quando a FACIM deixou bem no meio do recinto alugado pela escola um helicóptero. Os alunos deliraram! Havia na altura

uma turma do 1º ano que era terrível. Certo dia, após o intervalo, faltavam três alunos na turma. Toda a escola se mobilizou para os procurar, mas nada de os encontrar! Até que alguém se lembrou de espreitar para dentro do helicóptero. Lá estavam as três cabecitas dos meninos de seis anos que, ao verem-se descobertos, fugiram para um armazém, onde, deitados numa prateleira, ainda conseguiram escapar por mais um tempo da fornalha que eram as salas de aula.

Ainda acerca do presépio vivo, apontado por vários dos entrevistados, professores e alunos, como sendo inesquecível, uma das professoras que esteve envolvida na sua preparação, afirma:

Foi um trabalho incrível, idealizado e organizado pela engenheira Lourdes Ferrão, da Direcção da Cooperativa. Inicialmente pensámos que fosse completamente utópico, parecia impossível organizar-se um espectáculo daquela envergadura. Mas ela conseguiu movimentar tudo, trazer cavalos e outros animais, vacas, ovelhas, ...

Foi um espectáculo único e fascinante, apesar de na altura haver muitas limitações relativamente à segurança. Dos meus alunos, por exemplo, foram poucos os que puderam participar pois, para além de serem pequeninos, do 1º ano, os pais tinham receio que sendo a representação à noite e fora da escola, pudesse acontecer algum problema. Mas os que participaram foram espectaculares. Não tiveram, porém, um papel muito activo: era estarem sentados no chão, muito quietinhos, e, quando os projectores se acendiam, eles levantavam-se e desabrochavam ‘as flores’ no ‘jardim do Éden’. Este ‘Presépio vivo’ foi qualquer coisa de verdadeiramente deslumbrante e inesquecível.



Foto 17 – As “flores do Éden”: alunos do 1º ano A, na sua sala de aulas, momentos antes do espectáculo, nas barreiras em frente da Escola.

Outro acontecimento muito lembrado por vários dos ex-professores da EPM, foi quando, após a doação do terreno para a construção efectiva da nova escola, se deslocaram ao local para efectuar o plantio de árvores, como refere uma das professoras entrevistadas:

Foi com uma excitação muito grande que fomos ao terreno da futura escola plantar eucaliptos no ‘dia da árvore’. Primeiro mandámos cavar um bocadinho a terra nos limites do terreno e, no dia, um domingo, lá fomos nós com os alunos, acompanhados também por alguns pais e encarregados de

educação. Cada turma plantou a sua arvorezinha e colocou uma tabuleta com a indicação do ano e turma. Mais tarde, porém, as crianças sentiram-se frustradas pois, quando os pais as levavam a passear ao local, as árvores já lá não estavam, pois a empresa construtora elevou os muros no próprio lugar da plantação. Pelo menos que tivessem poupado algumas árvores para depois as replantar no jardim da Escola!...



Fotografia 18 – Plantação de pinheiros e eucaliptos por elementos da comunidade educativa da EPM -Cooperativa de Ensino, no espaço limítrofe do terreno onde viria a ser erigida a nova Escola: a EPM-CELP.

4.6.6 A vida em Maputo e o impacto da EPM em Maputo e em Moçambique

Questionados sobre como era viver em Maputo naquela época (final da década de 80 e toda a década de 90) e sobre se achavam que a escola tinha tido algum impacto em Maputo e em Moçambique (e em caso afirmativo qual tinha sido o impacto), os docentes responderam:

Era como viver numa ilha, da qual era perigoso sair, dado o clima de guerra civil que se vivia. Os bens essenciais muitas vezes escasseavam e aprendemos a partilhar, a conviver e a sobreviver com o que havia.

Maputo, naquela época era diferente. A vida quotidiana era mais difícil. Não havia tantas lojas, tantos produtos, circulava-se menos na rua e nas estradas. Os jovens não tinham tantas opções de lazer. Em 1995, por exemplo, não havia emissões de televisão como há hoje, nem tantos canais, o acesso às antenas parabólicas era limitado.

A cidade de Maputo era substancialmente mais agradável para se viver. O custo de vida não era tão gritante e o índice de criminalidade não atingira as proporções dos nossos dias; era uma cidade atraente e bastante agradável de se viver.

Como em qualquer evolução das sociedades, Maputo naquela época apresentava características próprias de uma cidade do terceiro mundo, vivendo sob um regime mono partidário.

Maputo era uma cidade menos suja e movimentada, onde se podia frequentar espaços verdes e conviver em qualquer lugar sem receio de sermos assaltados ou incomodados por estranhos. As pessoas eram mais disciplinadas e amigas umas das outras.

Naquela época, viver em Maputo era bastante diferente de hoje. As dificuldades eram muitas a diversos níveis e isso aproximava muito mais as pessoas. Havia muito mais solidariedade do que hoje, em que o quotidiano parece decorrer e ninguém se preocupa com os outros. Dantes não era assim! As pessoas quase sem se conhecerem partilhavam as coisas e ajudavam-se mutuamente.

A EPM teve impacto, primeiro para os portugueses que tinham a educação dos seus filhos assegurada, e mais tarde abrangeu outras nacionalidades,... porque o ensino ministrado era de qualidade.

A EPM era uma referência em Maputo, sinónimo de qualidade e de possibilidade de aceder a Universidades, não só em Portugal. Muitos dos actuais jovens quadros moçambicanos frequentaram a EPM, pelo que a sua importância para o desenvolvimento deste país foi relevante.

Houve uma altura em que altas individualidades do país: dirigentes, ministros, diplomatas, procuraram a nossa escola para matricular os seus filhos. Preferiram a Escola Portuguesa à Escola Internacional ou às Escolas particulares. A Escola teve uma grande projecção fora de portas devido ao grande profissionalismo de todas as pessoas envolvidas na acção educativa, que era excepcional. A comprová-lo está, aliás, o rápido crescimento da Escola.

Claro que teve impacto, era uma referência uma vez que simbolizava qualidade, oportunidades relativamente ao futuro académico e profissional dos jovens.

A escola contribuiu para a organização do tecido social em torno de alguns pilares que formam uma referência colectiva e duradoura de tradições e de valores para as novas gerações. ... A escola sobrevalorizava o saber e o saber fazer, definindo uma cultura fundamental para a formação do adolescente como pessoa e como cidadão.

4.6.7. Perfil dos alunos ao saírem da EPM

Neste ponto da nossa entrevista, procurámos saber a opinião dos docentes em relação a qual achavam que era o perfil dos alunos ao saírem da EPM, isto é, como se encontravam preparados para o ingresso nas Universidades em Moçambique e em Portugal e/ou para entrarem no mercado de trabalho. As respostas foram francamente favoráveis à EPM:

Entendo que os alunos saídos da EPM tiveram um papel académico bastante promissor. A sua integração em universidades portuguesas e de outros países constituem prova desta situação.

Os alunos que saíram da EPM não tiveram grandes dificuldades de inserção nas instituições do ensino superior, quer em Portugal, quer em Moçambique.

Os alunos caracterizavam-se por um desenvolvimento psicológico estável que lhes permitia construir o seu projecto de vida com coerência e planear a sua carreira, fazendo as escolhas mais adequadas. Os alunos estavam capazes de desenvolver atitudes e comportamentos que lhes facilitava a tomada de decisões. A Escola favorecia a transição para o mundo do trabalho.

Qualquer aluno ao concluir o 12º ano usufruía do estatuto de emigrante e tinha ingresso garantido em Portugal em qualquer universidade. Além disso, muitos foram os nossos alunos que entraram em outras universidades: da África do Sul, do Reino Unido, França, Estados Unidos, Austrália, e que concluíram as suas formações com bastante sucesso.

4.6.8. Caracterização da EPM na época em que exerceu funções e expectativas em relação à nova Escola

Associámos duas questões do inquérito em que, na primeira, solicitámos aos docentes que caracterizassem a escola na época em que lá leccionaram e, na segunda questão, que se pronunciassem sobre as expectativas que tinham (também na época) relativamente à nova escola.

As respostas à primeira pergunta foram favoráveis:

Era uma boa escola que conseguia obter o paralelismo pedagógico do Ministério de Educação de Portugal. Tinha um corpo docente sempre empenhado no desenvolvimento do seu trabalho e preocupado com a aprendizagem dos alunos e com a sua formação como jovens e futuros cidadãos.

Uma Escola! Que apesar de ser uma escola que se desmontava anualmente (porque funcionávamos no espaço de uma feira internacional, a FACIM), as salas serem pavilhões, muitos deles, pré-fabricados, havia união, respeito, harmonia, diálogo, ou melhor o calor humano estava sempre patente entre a Comunidade Educativa.

Uma escola fechada para o mundo à sua volta, mas que gradualmente foi realizando, mesmo que de forma tímida, algumas acções de inserção.

Uma escola com condições deficientes em termos físicos, mas com um espírito entusiasta.

Caracterizaria a EPM como uma grande família, que pretendia oferecer a melhor instrução e educação aos seus filhos.

Já sobre as expectativas dos docentes relativamente à nova Escola, para onde viriam a ser transferidos em Outubro de 1999, os entrevistados referem o clima de insegurança e incerteza que se gerou na EPM, em relação a um assunto que era quase totalmente desconhecido para o corpo docente.

As expectativas eram variadas, ansiedade e incerteza. A nova Escola era uma Escola na verdadeira acepção da palavra, no que diz respeito ao espaço físico, mas não sabíamos o que nos esperava relativamente à Direcção, a novos colegas, enfim, qual seria o nosso futuro!

Esperava-se que ao passar a ser uma escola do Estado Português, o tratamento dado aos professores fosse o mesmo que em Portugal, nomeadamente: salário, escalão profissional, progressão na carreira e reconhecimento pelo Ministério de Educação. Lamentavelmente, nada disto sucedeu.

Sobretudo os professores que estavam em regime de requisição ou de destacamento sentíamos uma grande insegurança. Em Março ainda não sabíamos se íamos ficar na Escola ou não...

Todos tínhamos muitas expectativas em relação à nova escola para a qual muitos de nós e nossas famílias tanto trabalhámos e tantos esforços envidámos para estabelecer os contactos com as autoridades moçambicanas, no sentido de encontrar o melhor espaço para a construção da nova escola.

4.7. Práticas e Experiências Pedagógicas

Nesta parte do trabalho propomo-nos abordar alguns aspectos práticos do trabalho desta complexa e multifacetada área profissional que é a docência.

O professor dos nossos dias não está confinado a uma sala de aulas nem apenas ao seu grupo de alunos. O professor de hoje trabalha em equipa e em projectos, tem responsabilidades crescentes, usa pedagogias diferenciadas, centraliza a sua acção sobre os dispositivos e as situações de aprendizagem e tem várias competências a desenvolver para envolver os alunos nas suas aprendizagens e no seu trabalho.

Nesse contexto, os professores da EPM envolviam-se e envolviam os seus alunos em diversas actividades e práticas pedagógicas, didácticas, sociais e lúdicas, em diferentes perspectivas, nomeadamente:

- Área-Escola;
- Visitas de estudo;
- Formação profissional (Acções de formação);

É sobre as três primeiras áreas que nos debruçaremos em seguida, remetendo o último ponto para o capítulo XVIII deste trabalho.

4.7.1. Área Escola

A Área Escola foi uma área curricular de natureza interdisciplinar e de frequência

obrigatória que, sob a orientação do Ministério de Educação⁵⁰, foi implementada nas escolas portuguesas durante a década de 90, deixando às escolas a liberdade de decisão na escolha dos temas a abordar.

De acordo com o Anexo ao Desp.142/ ME/ 90, artigo 2.º,

“As actividades a desenvolver no âmbito da Área Escola visam, nomeadamente, atingir:

- a) A aquisição de saberes para os quais concorram diversas disciplinas ou materiais de ensino, sempre numa perspectiva interdisciplinar;
 - b) A aquisição de instrumentos de trabalho, bem como o exercício das diferentes operações intelectuais, numa perspectiva de formação para a educação permanente;
 - c) A sensibilização dos alunos para a importância das problemáticas do meio onde a escola se insere;
 - d) A abordagem e tratamento de temas que, pela sua importância e acuidade, mereçam a atenção e a colaboração da comunidade escolar;
- (...)”

Ainda no que concerne ao Projecto de Área Escola, o Guião de Registo de Avaliação do 1º, 2º e 3º Ciclos⁵¹ refere:

“1º Ciclo – Constituindo esta área uma iniciação ao trabalho de projecto para o aluno deste ciclo de estudos, justifica-se a existência de um espaço onde se regista o tema desenvolvido e uma observação sobre a participação do aluno.

2º e 3º Ciclos – Constituindo o trabalho desenvolvido nesta área parte integrante de todo o processo de aprendizagem realizado pelo aluno nas disciplinas que integram o projecto, justifica-se a existência de um espaço onde se regista apenas o tema desenvolvido e as disciplinas intervenientes.”

Nesse âmbito, era anualmente escolhido um tema no Conselho Pedagógico da EPM, o qual era posteriormente dividido em vários subtemas para os vários níveis de ensino/turmas, os quais eram trabalhados pelos alunos sob a orientação e em permanente colaboração com os professores das diferentes disciplinas.

Não sendo possível referir todos os temas e sub-temas desenvolvidos na Área Escola ao longo dos anos lectivos em que se incrementou, incidiremos a nossa reflexão em três dos temas que nos pareceram mais interessantes, a partir dos quais se obtiveram trabalhos muito bem elaborados.

Em 1995/96, o Conselho Pedagógico escolheu como tema integrador “*Moçambique, terra onde vivemos*”, com os objectivos de promover a aquisição de saberes com base numa perspectiva interdisciplinar, por um lado, e desenvolver nos alunos o respeito pela cultura de outros povos, por outro.

Assim, a título de exemplo, nesse ano lectivo, as turmas do quinto ano escolheram como subtema “*Contos tradicionais moçambicanos*”, baseados na recolha da tradição

⁵⁰ Despacho 142/ME/90.

⁵¹ Departamento da Educação Básica - Ministério da Educação, Novembro de 1995, p.10.

(literatura) oral. Cada turma recolheu e compôs um conto com a orientação do professor de Língua Portuguesa, tendo os alunos posteriormente dramatizado a história perante os colegas do quarto ano. Os ensaios foram acompanhados pela professora de Ciências Naturais e o cenário foi montado com a colaboração do professor de Educação Visual. Estes trabalhos permitiram desenvolver nos alunos o interesse e o respeito pela cultura do povo moçambicano.

Uma turma do sexto ano resolveu fazer um trabalho sobre “*A arte tradicional em Moçambique*”. Na disciplina de História os alunos recolheram informações sobre a arte na pré-história e pesquisaram sobre a escultura, a cerâmica e a arte Makonde. Com a colaboração da professora de Língua Portuguesa, os alunos prepararam e efectuaram entrevistas a artistas da Cooperativa Makonde e do Núcleo de Arte. Por fim, prepararam uma pequena brochura com as informações recolhidas, tendo para efeitos de maquetização de textos e de figuras contado com o auxílio do professor de Educação Visual. Com este trabalho, os alunos adquiriram saberes e desenvolveram capacidades no contexto de várias disciplinas e, através do contacto directo dos alunos com os artistas makonde, adquiriram o conhecimento e a relação com a realidade do meio envolvente, assim como a sensibilização para os problemas vividos pelos artesãos.

Ainda no mesmo ano, muitos outros trabalhos foram realizados no âmbito da Área Escola pelos diferentes ciclos/ níveis de ensino/ turmas, sendo planificados e trabalhados ao longo do ano e sido divulgados através de uma exposição, no final do ano, na Escola. Esta exposição foi muito bonita, teve lugar num dos ginásios e constou da apresentação dos mais diversos trabalhos, em mesas ou no chão (os tridimensionais) e em esteiras utilizadas como expositores (os desenhos, mapas, fotografias e trabalhos em cartolina). No chão, em areia, foi desenhado um grande mapa de Moçambique, com a divisão política (nas províncias eram destacados os produtos típicos da região). Divulgaram-se os trajes culturais das várias regiões, através do desfile de alunos; a gastronomia, por meio da produção de um livro de receitas; as praias moçambicanas, através de fotografias e de panfletos publicitários produzidos pelas turmas do sétimo ano; as culturas agrícolas, as danças, o artesanato, os climas, a fauna e a flora, entre outros subtemas relacionados com o vasto país que é Moçambique.



Fotografia 19 – O mapa de Moçambique em terra vermelha. Área Escola: “Moçambique, terra onde vivemos”. Exposição do final do ano - Junho 1996.



Fotografia 20 – Exposição de trabalhos no final do ano lectivo – Área Escola: “Moçambique, terra onde vivemos”, Junho 1996.

No ano lectivo de 1997/98, o tema da Área Escola foi “*Os Oceanos*” - de modo a estabelecer-se uma “ponte” com Lisboa ao associarmo-nos à temática da Expo 98 -, e teve como principais objectivos:

- permitir a aquisição de saberes e de instrumentos de trabalho, numa perspectiva interdisciplinar;
- relacionar os oceanos com a História de Moçambique;
- reconhecer a importância dos oceanos no conhecimento dos diferentes povos e culturas;
- sensibilizar para a necessidade de criação de uma consciência “ecológica”.

As turmas do quinto ano escolheram o subtema “*O Oceano Índico*”, sendo as disciplinas mais intervenientes História e Geografia de Portugal (e de Moçambique) e Ciências Naturais.

Os trabalhos incluíram a situação geográfica, as características (extensão e superfície), a história da navegação e dos navegadores e informações sobre a fauna pesqueira do Oceano Índico. Os alunos elaboraram brochuras onde constavam estas informações acompanhadas de diversas ilustrações e desenharam um planisfério em cartolina onde destacaram o Oceano Índico usando papel de lustro e onde colocaram vários peixes específicos desta região.

Estes trabalhos possibilitaram a aquisição de conhecimentos numa perspectiva interdisciplinar e a sensibilização dos alunos para a protecção do meio ambiente, embora não tivessem partido da observação directa do meio, como seria desejável.

No último ano lectivo da Escola (1998/99), que foi também o último ano em que esta área curricular interdisciplinar vigorou⁵², o tema da Área Escola foi “*O Universo*”. Nos diversos ciclos/ anos/ turmas foram trabalhados utilizando actividades e estratégias diversificadas os oito subtemas indicados no quadro abaixo:

Quadro 11 – Subtemas da Área Escola abordados nos vários ciclos, relativamente ao tema “O Universo”.

O que “circula” no ar: - estrelas; - planetas; - satélites.	Os animais que “vivem” no ar: - aves.	As máquinas voadoras: - aviões; - helicópteros.	O espaço que nos rodeia: - sistema solar; - via láctea.
Desportos “praticados” no espaço: - pára-queda; - asa-delta; - saltos.	Brinquedos que usamos no ar: - papagaios de papel; - balões.	Cientistas famosos pelo estudo do Universo e/ou espaço.	“Conquistadores” do espaço: - astronautas; - banda desenhada.

Foram cumpridos os seguintes objectivos na realização do projecto:

- abordar o tema de uma forma interdisciplinar;
- divulgar aspectos do Universo em várias vertentes;

⁵² Em substituição da Área Escola, o currículo português passou a contar, a partir de 1999/2000 com “Área de Projecto”, uma área curricular não disciplinar, com características de certa forma semelhantes à citada.

- desenvolver o gosto pela pesquisa;
- estimular o espírito crítico e científico;
- valorizar o empenho pessoal no projecto proposto;
- envolver a comunidade escolar;
- entre outros.

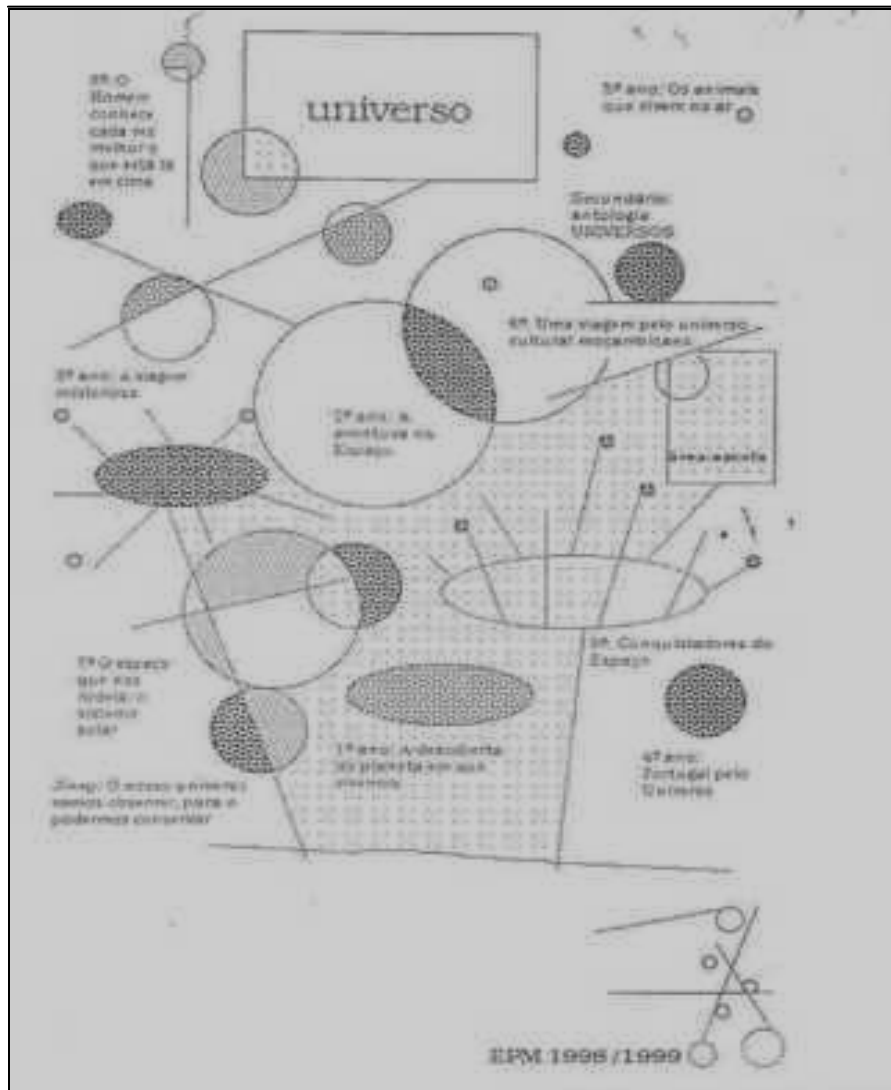


Figura 5 - Esquema do Projecto da Área-Escola "O Universo", implementado do Pré-escolar ao Ensino Secundário.



Fotografias 21 e 22 – Lançamento e concurso de papagaios de papel, no âmbito do subtema da Área Escola “Brinquedos usados no ar”– alunos do 9º ano, na praia da Costa do Sol (zona do Clube Marítimo de Desportos).

No geral, a realização dos trabalhos da Área Escola, permitiam:

- a cooperação das várias disciplinas num subtema comum, possibilitando uma visão mais ampla do assunto em estudo e enriquecendo a qualidade dos trabalhos dos alunos;
- desenvolver nos alunos conhecimentos, capacidades de pesquisa e atitudes correctas;
- motivar os alunos para outras formas de aprendizagem, como a dramatização e a elaboração de materiais diversos;
- o acréscimo da aprendizagem e da participação dos alunos quando os subtemas e as pesquisas assentavam na observação directa do meio.

4.7.2. Visitas de Estudo

As visitas de estudo são uma forma de ligação escola - meio e inserem-se no método activo de ensino-aprendizagem. Elas podem realizar-se com vários objectivos:

- atenuar o verbalismo das aulas;
- aproximar o aluno da realidade;
- enriquecer a experiência do aluno;
- desenvolver e aplicar o espírito de observação e de investigação;
- recolher dados significativos de utilização futura;
- relacionar a escola com a comunidade.

Verificou-se que o primeiro ciclo do ensino básico realizou muito mais visitas de estudo do que os restantes ciclos de escolaridade, o que se deveu ao facto de cada turma

possuir uma única professora, o que tornava mais fácil a programação de visitas de estudo durante o turno de aulas dos alunos, mesmo que fossem várias turmas do mesmo ano a realizar a visita no mesmo dia.

Passaremos a descrever sucintamente algumas das visitas de estudo efectuadas pelos alunos da EPM no ano lectivo de 1996/97.

Nesse ano, as turmas do quarto ano realizaram uma visita a vários locais da cidade de Maputo. Procurando “vestígios do passado local”, os alunos, acompanhados pelas respectivas professoras, observaram, caracterizaram e compararam as fachadas exteriores de alguns edifícios antigos e modernos. Ao longo das visitas foram dadas algumas informações sobre as datas, motivos de construção e influências arquitectónicas dos edifícios observados. Estas visitas foram aproveitadas para a realização de vários trabalhos segundo as diferentes áreas de ensino: em Português redigiram uma composição descrevendo as visitas; em Meio Físico desenharam a planta do seu percurso; em Expressão Plástica ilustraram-na com vários desenhos.



Fotografia 23 – Alunos do 4º ano apontando para a fachada principal do Museu de História Natural, edifício em estilo neo-manuelino construído na primeira década do século XX.

Dois dos locais mais visitados ao longo dos anos pelos alunos e professores da Escola foram a Casa da Moeda e a Fortaleza de Maputo, ambos testemunhos da presença portuguesa em Moçambique, pelo que permitiram estabelecer uma ligação entre o passado comum dos dois povos. Estas visitas de estudo com alunos de diferentes anos e níveis de escolaridade foram realizadas com os seguintes objectivos fundamentais:

- tomar contacto com os diversos vestígios materiais da época em estudo e de outras posteriores que nos conduziram aos dias de hoje;

- aprender a tirar destes vestígios respostas às múltiplas questões (aprender a interrogar as fontes), observando, descrevendo, levantando hipóteses, concluindo;

- desenvolver o respeito por todo o tipo de testemunhos do passado, valorizando o património histórico-cultural como um bem universal;

- relacionar a história nacional com a de outros povos.

Os alunos mais velhos visitaram os locais históricos referidos organizados em grupos e munidos de um guião que os ajudava a atingir os objectivos da visita. Estes guiões, elaborados pelos professores de História, basearam-se nos interesses dos alunos e no que existia nos locais.



Fotografia 24 – À sombra de uma árvore histórica, grupos de alunos e professoras aguardando a entrada na Fortaleza de Maputo (antiga “Nossa Senhora da Conceição”).



Fotografia 24 – No interior da Fortaleza, os alunos tomaram notas do que observaram.

Realizaram-se, igualmente, muitas visitas a fábricas e pequenas indústrias, a padarias, a igrejas, templos e mesquitas, a Museus, à Estação de Tratamento de Água, a propriedades agrícolas e de produção animal, aos Correios de Moçambique, ao Jornal Notícias, à Casa do Gaiato, entre outras.

Era com muito entusiasmo que os alunos dos diversos níveis escolares efectuavam estas visitas de estudo que, além de consistirem método activo de aprendizagem, contribuíam para estabelecer a ligação entre a escola e o meio envolvente.



Fotografia 25 – Alunos apetrechados com fatos e acessórios de apicultores, dirigindo-se para a zona das colmeias, na “Quinta das abelhas”.

No ano lectivo de 1996/97, a visita à fábrica Texlom, incluída na sub-unidade “As actividades transformadoras – a transformação mecanizada”, realizada pelos alunos do quinto ano, serviu como consolidação de conteúdos e tinha por objectivo aproximar o aluno da realidade, levando-o a observar um processo de transformação mecanizada. Na disciplina de História e Geografia, os alunos identificaram e caracterizaram a divisão do trabalho, a produção em série e o processo de transformação mecanizado. Redigiram depois uma composição que foi analisada pela professora de Português segundo as técnicas de descrição e de correcção da linguagem.



Fotografia 26 – Visita de alunos da EPM à Fábrica de Cobertores.

De um modo geral, as visitas de estudo efectuadas permitiram aos docentes concluir que:

- na cidade de Maputo e arredores existem diversos vestígios históricos, bem como variados recursos (naturais, agrários, animais, industriais, de prestação de serviços,...) que permitem conjugar os conteúdos programáticos com o meio

onde vive o aluno;

- a observação dos vestígios históricos permite ao aluno visualizar o passado, ao mesmo tempo que o consciencializa do seu presente;
- o ensino baseado na observação directa e nos interesses dos alunos contribui para uma melhor aprendizagem.



Fotografias 27 e 28 – Visita de estudo ao jornal “Notícias”-alunos do 3º ano.

4.7.3. Formação profissional

Englobámos, nesta parte do trabalho, inserido nas “Práticas e experiências pedagógicas”, a formação pedagógica e contínua do corpo docente da EPM por esta ter tido um papel muito importante na prática pedagógica exercida e na formação/ educação dos nossos alunos e educandos.

Historicamente, o professor-educador sempre exerceu uma função de extrema responsabilidade devido à sua primeira incumbência como formador do ser humano, isto é, na transmissão de valores morais, de normas e de costumes. Efectivamente, o papel da formação vai além do ensino, pois envolve a capacidade de criar espaços de participação, formação e reflexão a fim de que os estudantes aprendam e se tornem capazes de lidar com as dificuldades e mudanças que surgirem.

A formação de profissionais docentes prático-reflexivos, dotados de conhecimentos e habilidades e principalmente capazes de reflectir sobre a sua própria prática é imprescindível na formação docente onde há uma busca constante não apenas do saber, mas também do fazer, estando cada vez mais inserida a ideia da acção-reflexão no dia-a-dia do professor que tem como objectivo um saber mais e um fazer melhor.

A participação em cursos de capacitação e actualização e em acções de formação possibilitou o crescimento humano, social e profissional dos docentes da EPM, os quais manifestavam um grande interesse por tais acções, o que se podia verificar pela sua participação massiva em todas as actividades de formação levadas a cabo na e pela Escola, mesmo quando tais acções não tinham um carácter obrigatório.

Constatou-se que a prática se tornava mais rica à medida que se conheciam melhor as teorias e os conceitos da educação. Por outro lado, o facto de haver uma elevada heterogeneidade nas formações profissionais dos professores, longe de os separar, permitiu uma troca de experiências muito enriquecedora. Com efeito, não se aprendia apenas com os formadores que “vinham de fora” (da escola ou do país), mas uns com os outros, na planificação conjunta de aulas, de actividades, de projectos comuns.

Outro aspecto a salientar é que a Direcção da Escola se preocupou desde muito cedo com a formação do seu corpo docente. Assim, no Plano de Actividades para o ano lectivo de 1991/92, pode ler-se o seguinte:

1. Para assegurar um bom nível pedagógico é necessário:

...

1.3. **Reforçar a formação contínua dos docentes**⁵³ através de palestras, seminários e cursos de curta duração, sobre temas concretos, tais como:

- O uso do retroprojector nas aulas;
- Organização dos grupos de alunos em cada turma e dinamização do seu funcionamento;
- Actuação uniforme dos docentes na exigência do cumprimento do regulamento da escola. (p.2)

Acerca da Reforma Educativa e da Formação de Professores, a Directora Pedagógica Ana Campos⁵⁴, afirmava em 1993 num artigo da sua autoria:

A Reforma Educativa pretende ser uma realidade nas escolas portuguesas e ela exige uma aposta na formação, problematizada como instrumento e meio de melhorar a qualidade educativa. Reflectir sobre as necessidades de mudança e metodologia, surpreender a relação do professor nas tarefas de ensino/aprendizagem requerem um espaço físico e psicológico. No entanto, o quotidiano é duro. Nem sempre as condições de trabalho são gratificantes.

⁵³ Destacado a negrito no próprio documento indicado.

⁵⁴ In revista “Laço de União, Novembro/93”.

Esse espaço é, muitas vezes, perturbado e limitado. Mas partilhar saberes, dúvidas e angústias é já uma certeza de abertura a novas perspectivas. (p.2)

Como não foi possível listar todas as acções de formação que ocorreram visto terem decorrido entre vinte e três e dez anos (desde a fundação ao fecho da Escola), pois reportam-se a um período temporal de catorze anos, referiremos apenas aquelas sobre as quais se obteve algum registo, quer através da colaboração de colegas (indicadas nos seus CV), quer através de fontes arquivísticas consultadas. Certamente que muitas mais foram realizadas, com resultados muito favoráveis e, conseqüentemente, os frutos que vieram a reflectir-se no desempenho profissional, pessoal e social dos docentes.

Algumas das acções de formação levadas a cabo entre 1986 e 1999:

- *Seminário de Formação Contínua de Professores – “Repensar a estratégia pedagógica”*- de 9 a 30 de Setembro de 1986, Embaixada de Portugal em Maputo.
- *Acção de Formação de Psico-Pedagogia, subordinada ao tema “Dinâmica Educativa”*. Setembro de 1991.
- *Workshop “Disciplina/ Indisciplina”*, de 15 a 30 de Setembro de 1993;
- *Acção para o Grupo de Matemática e professores do 1º Ciclo - Geoplano, Tangram e Pentaminós* – Outubro de 1993;
- *Acção de Formação sobre Avaliação* – Outubro de 93;
- *Acção de Formação para os grupos de Francês e de Inglês – “O Ensino Precoce da Língua”*- Novembro de 1993;
- *Acção de Formação sobre “A nova disciplina de DPS”* - Novembro de 1993;
- *“Pedagogia do Sucesso”*, Abril de 1994;
- *“À Descoberta da Planificação”*, Setembro de 1994;
- *“Como trabalhar a Área Escola”*, Setembro de 1994;
- *“Director de turma – seu perfil e funções”*, 1994;
- *“A Reforma Educativa e Curricular”*, 1994;
- *“A Avaliação”*, 1994;
- *“A Avaliação da Aprendizagem”*, 1995;
- *“A Mudança, o Professor e a Escola”*, 1995;
- *“Definição de Objectivos, como avaliar e Avaliação Sumativa”*, 1996;
- *“Escola-Conflitos: como geri-los”*, 1997;
- *“Noções gerais de Informática”*, Maio de 1997.
- *“Programas Word e Excel”*, Julho de 1997.

A primeira acção de formação em que participaram as professoras (do ano da

fundação da Escola) e os candidatos a professores da Escola Portuguesa de Maputo, bem como alguns docentes de escolas moçambicanas, foi o *Seminário de Formação Contínua de Professores – “Repensar a estratégia pedagógica”*-, realizado entre 9 e 30 de Setembro de 1986 na Embaixada de Portugal em Maputo.

Tinha decorrido o primeiro ano lectivo (apenas com o 1º ciclo, 94 alunos e 4 professoras) e preparava-se o lançamento do segundo (as aulas iniciar-se-iam em Outubro), com a abertura de dois novos ciclos: o Pré-Escolar e o 2º Ciclo. Assim, o grande objectivo deste seminário intensivo (de manhã e de tarde) era dotar os docentes, portadores de formações distintas⁵⁵, das “ferramentas” necessárias, assim como procurar nivelar os seus conhecimentos e dar a conhecer as novas teorias e metodologias.

Foram orientadores deste seminário os seguintes formadores:

- Na área da Matemática: Joaquim Simões Redinha, Inspector-Superior do Ministério da Educação de Portugal e coordenador da acção;

- Nas áreas de Meio Físico e Social (História e Geografia de Portugal e Ciências da Natureza) e de Expressão Plástica: José António Ramos, Inspector-principal-adjunto do Ministério da Educação de Portugal;

- Na área de Língua Portuguesa: António Dias Ribeiro, professor do Ensino Secundário em Portugal.

Os três formadores deixaram documentação específica das áreas e conteúdos abordados, como programas, planificações de aulas e de unidades didácticas, fichas de exercícios, entre outros materiais, tendo também deixado indicações bibliográficas de referência.

No final do Seminário, um dos professores moçambicanos convidados a participar (a acção era especialmente dirigida aos docentes e aos futuros professores portugueses da EPM) produziu o seguinte texto-síntese:

A cooperação entre os povos contribui para o fortalecimento das relações de amizade, solidariedade e desenvolvimento em vários domínios em benefício recíproco.

Nós, professores moçambicanos, estamos bastante emocionados por termos tido a ocasião de participar neste seminário sobre o ensino português, o qual contribuiu grandemente para aprendermos alguns dos mais eficazes métodos para a educação e formação do Homem.

Neste seminário também vimos que, sendo a criança um ser em desenvolvimento, deve adquirir desde os primeiros anos da sua vida, hábitos, valores culturais e morais, os quais deverá preservar a fim de serem

⁵⁵ Efectivamente, tinham decorrido 11 anos após a independência de Moçambique e os professores participantes eram portugueses residentes com formações díspares: a maioria tinha o Curso do Magistério Primário (tirado ainda na época colonial); outros tinham como habilitação profissional diversos cursos, como o da formação de professores, obtidos já na jovem República.

transmitidos às futuras gerações.

Efectivamente, este seminário foi um sucesso e teve bastante repercussão na prática profissional dos docentes participantes que, ainda hoje, volvidos 23 anos, recordam o quão oportuno e útil foi.

Outra importante acção de formação levada a cabo foi o *Workshop “Disciplina/Indisciplina”*, que foi realizado entre 15 e 30 de Setembro de 1993, sob a organização do grupo de Saúde Escolar e dirigido a todo o corpo docente.

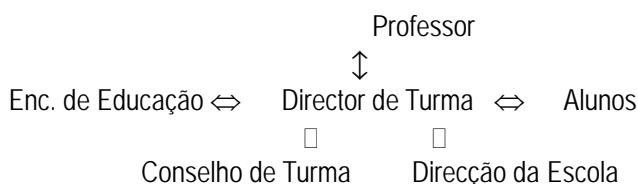
Esta acção teve como objectivos:

- Uniformizar e normatizar o conceito de disciplina, de forma a obterem-se pontos de referência comuns a todos os professores na sua prática pedagógica na EPM;
- Identificar situações perturbadoras e planificar estratégias de actuação ou de eliminação de tais situações;
- Estabelecer regras de conduta;
- Reflexão, debate e apresentação de propostas concretas, as quais, depois de sancionadas em Conselho Pedagógico, passem a enriquecer o Regulamento Interno da EPM.

Nota: Esta iniciativa serviu também para integrar os novos professores no ambiente escolar, tendo em conta as características próprias da EPM.

Síntese:

- Reforço da autoridade do delegado de turma;
- Controlo da pontualidade dos professores;
- Controlo da pontualidade dos alunos;
- Cumprimento do Regulamento Interno (RI) no que diz respeito à aplicação das Regras de Conduta (gerais e específicas da sala de aula) – todo o funcionário (docente e não docente) tem que cumprir e fazer cumprir o RI;
- Cumprimento dos passos a seguir em casos de procedimento disciplinar;
- Reforço da articulação:



No mesmo ano (1993), no âmbito do projecto com a ESE (Escola Superior de

Educação de Setúbal), levaram-se a cabo diversas acções de formação, durante os meses de Outubro e Novembro de 1993:

- *Acção para o Grupo de Matemática e professores do 1º Ciclo* – Dr. Raúl de Carvalho, Director Pedagógico da ESSE, 21/10/93. A acção visava o tratamento de três temas: ***Geoplano, Tangram e Pentaminós***;
- *Acção de Formação sobre Avaliação* – Dr. Jorge Pinto, da ESE, 28/10/93, com a participação de todo o corpo docente. Desta acção resultaram propostas e perspectivas para serem trabalhadas de uma forma mais prática a nível dos Ciclos;
- *Acção de Formação para os grupos de Francês e de Inglês* – “*O Ensino Precoce da Língua*”- Novembro de 1993;
- *Acção de Formação sobre “A nova disciplina de DPS”* - Novembro de 1993;

Em Setembro de 1994, antes do início do ano lectivo de 1994/95⁵⁶, realizaram-se duas acções de formação:

- “*À Descoberta da Planificação*”;
- “*Como trabalhar a Área Escola*”.

Estas duas acções, realizadas em dias seguidos, foram dinamizadas pelas seguintes docentes profissionalizadas: Ana Campos, Cristina Ribeiro, Fátima Pereira e Luísa Quaresma. A primeira acção de formação teve como objectivo geral:

“Desenvolver um trabalho de articulação vertical e horizontal, de forma a contribuir para a formação global do aluno”

E, como objectivos específicos:

- “ - Consciencializar que uma disciplina não é um compartimento estanque porque estabelecemos as pontes entre as aprendizagens e, assim, ligamos a nossa área às outras.
- Descobrir a dimensão lúdica da(s) nossa(s) disciplina(s).
- Abrir o espaço da nossa área à área Escola.
- Uniformizar instrumentos de trabalho.
- Concluir da importância de todas as disciplinas para a formação global do aluno.

⁵⁶ Efectivamente, era habitual, neste mês que antecedia o início do ano lectivo, o corpo docente ocupar-se com a planificação conjunta das aulas e com actividades de formação (planificadas pela Direcção Pedagógica), uma vez que a Escola só podia abrir em Outubro, após a “montagem” e colocação dos equipamentos nas salas de aulas, no período temporal que se sucedia à realização da Feira.

- Concluir que a planificação é parte integrante do acto de ensinar.”

No ano lectivo de 1997/98, sob a Direcção Pedagógica da Professora Ana Paula Relvas, foi assinado um Protocolo com o Centro de Formação Lindley Cintra, sito na Parede – Lisboa, dirigido pela Doutora Maria João Mata.

Uma acção de formação realizada também nesse ano lectivo, subordinada ao tema “*Escola/ Conflitos – Como Geri-los?*”, foi orientada pela Psicóloga Escolar, Dr.^a Luísa Marcos, e co-dinamizada pelas professoras Ana Paula Relvas (Directora Pedagógica nesse ano lectivo) e pela professora Luísa Quaresma (Directora Pedagógica no ano transacto). A esse respeito, esta última afirmou na entrevista:

“... colaborei com a orientadora da acção na selecção de material e na elaboração do dossier a ser distribuído aos participantes, assim como na programação e coordenação de toda a acção.”

Como já se fez referência, muitas outras acções de formação foram realizadas, sobretudo no final da década de 1990, várias das quais relacionadas com as novas tecnologias de informação e de comunicação. Como também já foi salientado, era total a adesão/ participação do corpo docente em tais acções.

A análise dos discursos dos professores que entrevistámos evidencia o seu carácter e sentimentos (de então e de hoje) e de como estes contribuíram para modelar a sua identidade e progressivo amadurecimento profissional, evidenciado nas relações com os colegas e com restantes membros da comunidade educativa.



Fotografia 29 - Jantar-convívio entre professores da EPM e inspectores da IGE.

Capítulo V – Os alunos: caracterização do corpo discente

A EPM-Cooperativa de Ensino, CRL foi uma Escola integrada na totalidade uma vez que albergou alunos desde a educação pré-escolar ao 12º ano, num leque etário dos 3 aos 20 anos.

De facto, a Escola era um meio de convivência familiar – como referiram vários dos alunos entrevistados – , em que crianças de todas as idades se relacionavam, ora por pertencerem à mesma família (irmãos, primos), ora pelo espírito de inter-ajuda, companheirismo e protecção que existia, em que o grupo dos mais velhos, primeiros alunos da Escola, se sentia, de alguma forma, responsável pelos seus colegas mais pequenos.

De acordo com a estruturação da vida escolar e em função do ano curricular que frequentavam, e com os critérios básicos de organização escolar, os alunos eram enquadrados em turmas, sendo estas constituídas segundo as normas do Ministério de Educação português. Desse modo, entre vários princípios, procurava-se:

- não ultrapassar os vinte e cinco alunos por turma;
- que houvesse um equilíbrio dos sexos dos alunos da turma, na medida do possível, dado que as turmas sempre foram mistas;
- que os alunos com idades mais aproximadas fossem inseridos na mesma turma;
- dar continuidade pedagógica à turma (muitas turmas mantiveram-se quase inalteráveis da Pré-Primária ao 9ºano);
- só fazer alterações nas turmas (separação de alunos) em raras ocasiões e por motivos justificados, tendo em conta o quão vantajoso era para os alunos;
- organizar os tempos lectivos em dois turnos, um de manhã (geralmente das 7h às 12h) e outro à tarde (das 12.15h ou 12.30h às 18h). As turmas que tinham aulas no turno da manhã eram, regra geral, as dos mais pequenos e as dos mais velhos, os quais seriam, nesse ano, sujeitos a exames nacionais. Todos os anos/ turmas tinham aulas duas vezes por semana no turno contrário, abrangendo, habitualmente, o meio da manhã (9h às 11h) ou o meio da tarde (14 às 16h); os horários contemplavam, ainda, outras componentes que a Escola oferecia: as actividades de complemento curricular (por exemplo as aulas de apoio pedagógico acrescido) e as

actividades extra-curriculares.

5.1. Evolução do número de alunos, por níveis de ensino e por ano lectivo

De uma maneira geral, os vários níveis de ensino da EPM passaram por uma rápida evolução nos primeiros anos, seguindo-se uma certa estabilização, com pequenos acréscimos ou diminuições, relativamente ao número total de alunos por ano lectivo.

Da análise dos dados estatísticos, podemos concluir que:

1. O número de alunos do Ensino Infantil e Pré-Escolar (JINEP) teve sempre um crescimento relativamente constante até 1995/96, mas, a partir daí, manteve-se sensivelmente o mesmo.

Quadro 12 – Evolução da frequência escolar no Jardim Infantil e Pré-Escolar

	86/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99
Pré-Escolar	32	45	49	60	72	79	88	93	90	108	103	109	120

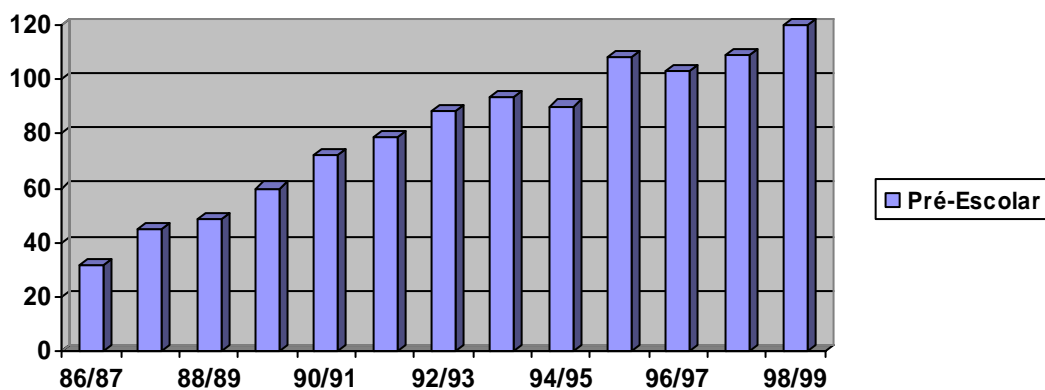


Gráfico 5 – Evolução da frequência escolar no Jardim Infantil e Pré-Escolar



Fotografia 30 – Alunos do Jardim Infantil e suas educadoras: 1997/98, no JINEP.

2. No 1º, 2º e 3º Ciclos este crescimento passou por uma certa estabilidade a partir do ano lectivo de 1994/95, embora no 1º Ciclo se tivesse verificado uma diminuição significativa de alunos, relativamente ao ano lectivo anterior; por outro lado, no 3º Ciclo houve uma certa evolução de 1993/94 para 1994/95, tendo estacionado a partir deste último ano lectivo.

Quadro 13 – Evolução da frequência escolar no 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

	85/86	86/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99
1º Ciclo	94	144	178	190	243	278	337	323	418	359	325	288	256	252
2º Ciclo	0	20	87	109	115	179	203	218	215	203	177	176	180	166
3º Ciclo	0	0	15	48	107	193	252	288	271	315	283	267	281	272

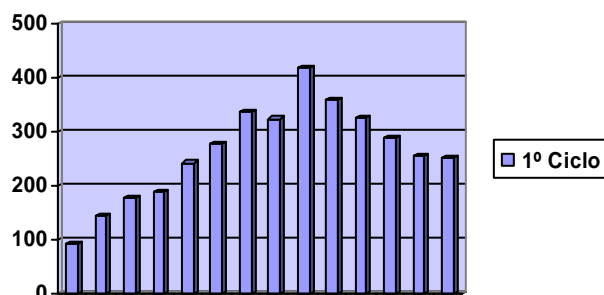


Gráfico 6 – Evolução da frequência escolar – 1º Ciclo

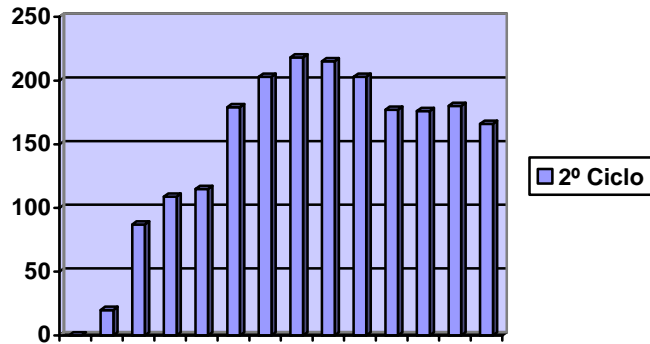


Gráfico 7 – Evolução da frequência escolar – 2º Ciclo

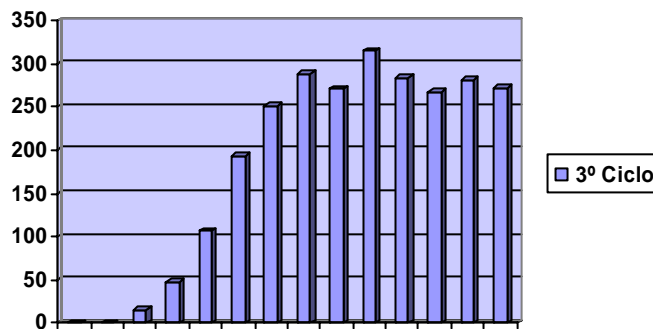


Gráfico 8 – Evolução da frequência escolar – 3º Ciclo

3. No Ensino Secundário, pelo contrário, existiu sempre um crescimento progressivo, embora este ciclo de ensino tenha tido início apenas em 1990/91, no sexto ano lectivo da Escola, e apenas com um efectivo de 28 alunos. O ingresso mais elevado neste nível de escolaridade está, também, relacionado com o facto de este facultar o acesso a estudos superiores em Portugal e no estrangeiro, o que era pretensão de grande percentagem dos estudantes e famílias.

Quadro 14 – Evolução da frequência escolar no Ensino Secundário

	86/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99
E. Secundário	0	0	0	0	28	87	164	201	259	254	266	289	298

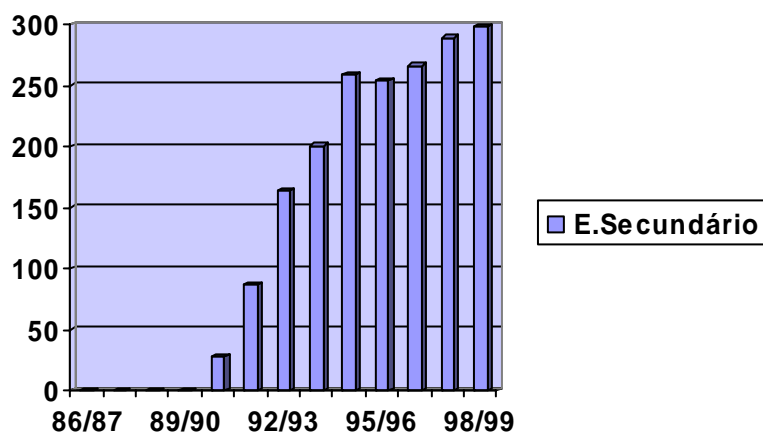


Gráfico 9 – Evolução da frequência escolar – Ensino Secundário

De um modo geral, o número total de alunos foi aumentando gradualmente até ao ano lectivo de 1994/95 (1226 alunos) e, a partir desse ano, manteve-se relativamente constante, como se pode verificar pelos gráficos 1 e 2 da p. 33 e pelo gráfico 9, abaixo.

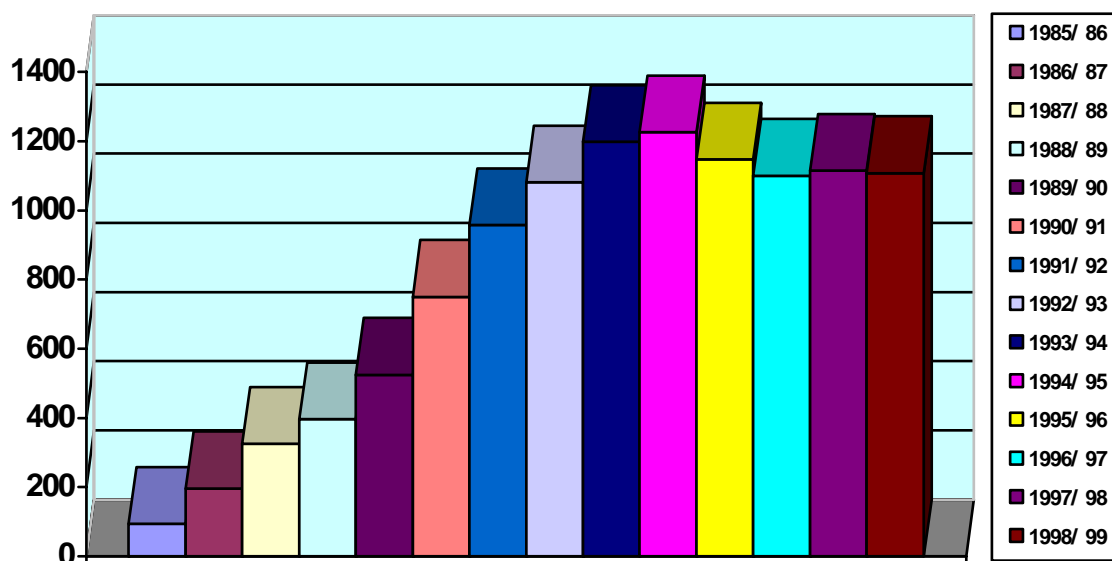


Gráfico 10 – Evolução da frequência escolar (total) ao longo dos 14 anos lectivos.

5.2. Composição dos alunos: género e idade

Ao longo dos anos foi preocupação da Direcção da Escola que, nas turmas, houvesse algum equilíbrio em termos de género, todavia as raparigas constituíram sempre o grupo maioritário, sobretudo no ensino básico, embora com uma diferença pouco significativa (4%).

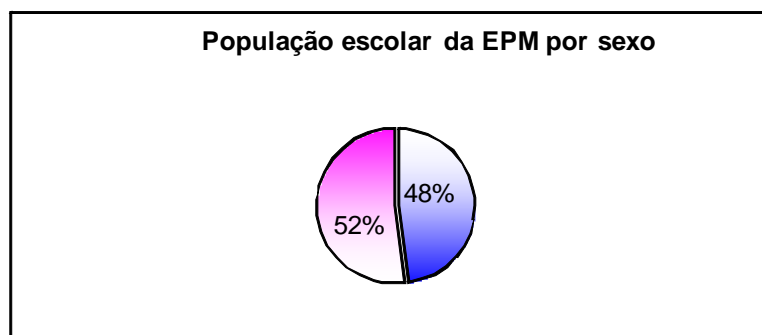


Gráfico 11 – Média geral da distribuição da população escolar por sexo.

No ensino secundário a situação invertia-se ligeiramente, isto é, na maior parte dos anos houve uma maior frequência de rapazes do que de raparigas, o que é possível ser explicado por duas principais razões. Uma delas parece ter sido o facto de a algumas raparigas de origem paquistanesa e indiana (tendo, todavia, quase todas as nacionalidades portuguesa ou moçambicana), lhes ter sido vedada a possibilidade de prosseguimento dos estudos pelas suas famílias. Efectivamente, os pais e/ ou encarregados de educação destas alunas, assim que as filhas terminavam o 9º ano, tiravam-nas da escola pois, culturalmente, as raparigas deviam preparar-se para casar cedo, bem como para ajudar os pais nos negócios da família (pequeno comércio). Por outro lado, aos estudantes do sexo masculino exigia-se o completamento dos estudos secundários e o consequente acesso a estudos superiores, sobretudo fora de Moçambique, daí a frequência mais elevada de rapazes neste nível de ensino.

Relativamente às idades dos alunos, estas encontravam-se dentro dos parâmetros de uma escolaridade normal para cada ano de escolaridade, apenas com um pequeno número de alunos fora da norma estabelecida.

Nos últimos anos do 3º Ciclo (8º e 9º anos) e no Secundário havia alguns alunos com idade superior à prevista para esse nível, o que se devia às frequentes retenções no mesmo ano/ disciplina⁵⁷ e, também, ao ingresso (tardio) de alunos vindos de outros sistemas de ensino, dado que a equivalência dos estudos os obrigava quase sempre a ingressar no ano precedente, isto é, voltavam para trás pelo menos um ano.

Para aqueles alunos que não usufruíram na idade própria o ensino regular, a EPM implementou, em 1993/94, o chamado “Ensino Recorrente”. Esta segunda oportunidade de formação tinha uma estrutura curricular flexível, um plano curricular que abrangia uma formação geral e uma formação técnica, e estava organizada por unidades capitalizáveis.

⁵⁷ Referimo-nos à retenção por disciplina no 12º ano, dado que a retenção numa disciplina obrigaria à repetição da mesma no ano lectivo seguinte.

5.3. As origens geográficas, nacionalidades e multiculturalidade

Na altura em que a Escola abriu, as quatro turmas do primeiro ciclo perfaziam noventa e quatro alunos, todos de nacionalidade portuguesa. Todavia, é importante ressaltar que o facto de os alunos terem nacionalidade portuguesa não significava que tivessem nascido em Portugal. Efectivamente, uma grande parte dos alunos portugueses que a EPM teve, nesse ano e nos anos lectivos que se seguiram, eram naturais de Moçambique, mas luso-descendentes, e grande parte deles não conhecia Portugal.

A partir de 1987/88, a Escola passou a admitir ingressos de alunos de outras nacionalidades, excluindo a nacionalidade moçambicana⁵⁸. O número destes alunos ao longo dos anos lectivos que se seguiram foi sempre pouco significativo, podendo mesmo considerar-se reduzido no JINEP e no Ensino Secundário.

No ano lectivo de 1988/89 foram aceites nove matrículas de alunos moçambicanos provenientes de Portugal, mediante uma autorização do Ministério de Educação de Moçambique. Dois anos depois, em 1990/91, o número destes alunos aumentou significativamente, passando a representar 11,5% do corpo discente, que era constituído por 750 alunos. Nos anos seguintes manteve-se mais ou menos estável até 1996/97, altura a partir da qual se começou a notar uma descida no número total de alunos moçambicanos.

É provável que a abertura de escolas privadas com currículos moçambicanos e o elevado montante das propinas exigido a alunos de outras nacionalidades⁵⁹, excluindo-se a portuguesa e a brasileira, possam ser apontados como possíveis causas para explicar esta redução. De referir que alguns alunos (e encarregados de educação) possuíam dupla nacionalidade, a portuguesa e a moçambicana, optando pela primeira nacionalidade em virtude do valor de propinas a pagar ser bastante mais acessível para os estudantes portugueses.

Já nos últimos anos lectivos, a Direcção da Cooperativa optou por decidir que podia tornar-se sócio da Cooperativa qualquer encarregado de educação português ou brasileiro e pagar o valor fixado para estes cidadãos, independentemente dos seus filhos ou educandos terem ou não essa nacionalidade.

No que concerne aos alunos estrangeiros era bastante variado o leque: brasileiros,

⁵⁸ Não se admitiam alunos moçambicanos provavelmente por falta de vagas e por se recear virem a ser muitas as matrículas, dado que a Escola não tinha capacidade espacial para albergar muitos alunos, sobretudo nos primeiros anos.

⁵⁹ Os alunos de “outras nacionalidades”, excluindo os portugueses e os brasileiros, pagavam o dobro do valor de propinas exigidas àqueles alunos.

indianos, paquistaneses, chilenos, sul-africanos, angolanos, espanhóis, búlgaros, italianos, franceses, holandeses, mexicanos, zimbabueanos, da Suazilândia, da República Dominicana, entre outros. Estes alunos, vindos maioritariamente dos seus países de origem, regra geral eram filhos de técnicos cooperantes ao serviço de vários sectores da República de Moçambique. Exceptuam-se os indianos e paquistaneses que, tal como os portugueses, tinham nascido quase todos em Moçambique, assim como os seus progenitores.

No geral, a grande maioria dos alunos da EPM tinham nacionalidade portuguesa⁶⁰. O número destes alunos evoluiu progressivamente até ao ano lectivo de 1994/95 e depois manteve-se relativamente estacionário.

Em termos percentuais, foi sempre sensivelmente igual ao longo dos anos (acima de 82% dos estudantes eram portugueses).

Quadro 15 - Número de alunos por nacionalidade, por nível de ensino e por ano lectivo

Ano Lectivo	JINEP			1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			Sec.		
	Port.	Moç.	O. Nac.	Port.	Moç.	O. Nac.	Port.	Moç.	O. Nac.	Port.	Moç.	O. Nac.	Port.	Moç.	O. Nac.
1985/86	0	0	0	94	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1986/87	32	0	0	144	0	0	20	0	0	0	0	0	0	0	0
1987/88	43	0	2	171	0	7	84	0	3	14	0	1	0	0	0
1988/89	44	0	5	178	2	10	99	6	4	45	1	2	0	0	0
1989/90	54	0	6	226	5	12	108	2	5	98	6	3	0	0	0
1990/91	54	13	5	222	37	19	161	12	6	170	22	1	25	2	1
1991/92	68	11	0	264	52	21	164	31	8	222	27	3	74	10	3
1992/93	82	4	2	270	42	11	181	25	12	234	48	6	138	24	2
1993/94	87	4	2	375	34	9	183	25	7	224	44	3	171	25	5
1994/95	79	9	2	325	25	9	175	20	8	274	36	5	227	32	0
1995/96	95	11	2	271	37	17	156	14	7	239	33	11	212	40	2
1996/97	98	2	3	247	30	11	156	16	4	237	19	11	231	34	1
1997/98	101	6	2	221	23	12	161	16	3	249	21	11	262	23	4
1998/99	111	7	2	224	20	8	148	15	3	244	19	9	278	18	2

JINEP – Jardim infantil e Pré-Escolar

Moç. – Nacionalidade moçambicana

Port. – Nacionalidade portuguesa

O. Nac. – Outras nacionalidades

⁶⁰ Nacionalidade portuguesa não obstante a diversidade multicultural dos alunos e dos seus familiares (pais, avós, ...).

O não crescimento deste efectivo poderá ser explicado, por um lado, pela abertura de novas escolas com currículo português, como a Escola Verney e o Instituto José Craveirinha e outros colégios de currículo moçambicano, com a privatização do Ensino em Moçambique. Por outro lado, pelas próprias restrições da Escola aos novos ingressos devido às precárias condições das instalações. Por último, podemos ainda considerar que o crescimento estabilizou, pois a partir de 1992/93, todos os níveis de ensino já estavam completos, isto é, os anos de escolaridade foram abrindo à medida que os alunos transitavam de ano até ser atingido o último ano do Ensino Secundário, o 12º ano, no ano lectivo atrás indicado.

No quadro 16 apresenta-se a distribuição da população discente por nacionalidade (de todos os alunos da escola, dos 5 níveis de ensino, em cada ano lectivo), especificando o número de alunos portugueses e moçambicanos, mas agrupando as restantes nacionalidades em virtude de serem cerca de vinte (estimativa).

Os anos 1991/92 e 1992/93 foram os anos que registaram uma maior frequência escolar de alunos estrangeiros (sobretudo moçambicanos), tendo havido um decréscimo significativo nos anos lectivos seguintes, com excepção do ano de 1995/96, em que houve também uma afluência considerável.

Quadro 16 – Estatística das nacionalidades do corpo discente, por ano lectivo

Ano lectivo	Nº de alunos portugueses	Nº de alunos moçambicanos	Nº de alunos de outras nacionalidades	Nº total de alunos estrangeiros	Nº total de alunos	Percentagem de alunos estrangeiros (moç. e out.)
1985/ 86	94	0	0	0	94	0
1986/ 87	196	0	0	0	196	0
1987/ 88	312	0	13	13	325	4%
1988/ 89	366	9	21	30	396	7,7%
1989/ 90	486	13	26	39	525	7,4%
1990/ 91	632	86	32	118	750	12,5%
1991/ 92	792	131	35	166	958	17,3%
1992/ 93	905	143	33	176	1081	16,2%
1993/ 94	1040	132	26	158	1198	13,1%
1994/ 95	1080	122	24	146	1226	11,9%
1995/ 96	973	135	39	174	1147	15,1%
1996/ 97	969	101	30	131	1100	11,9%
1997/ 98	994	89	32	121	1115	10,8%
1998/ 99	1005	79	24	103	1108	9,2%

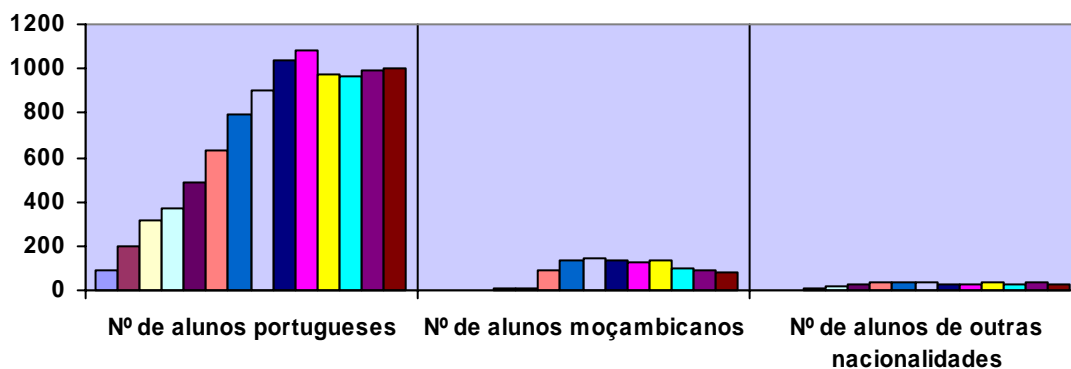


Gráfico 12 - Nacionalidades do corpo docente, por ano lectivo

Do mesmo modo que a cultura portuguesa está marcada por um universalismo formado e consciente através dos múltiplos encontros civilizacionais que aconteceram ao longo do tempo, também a EPM acolheu no seu seio uma diversidade de alunos oriundos de múltiplas nacionalidades, constituindo uma cultura mestiça aberta aos valores de convivência e da tolerância.

As múltiplas nacionalidades, – alunos oriundos de aproximadamente duas dezenas de nacionalidades e docentes de pelo menos quatro origens diferentes (chegaram a ser mais, como referimos) –, constituíam a diversidade cultural, étnica, religiosa e linguística da EPM.

Dentro deste multiculturalismo, as tradições, línguas (portuguesa, inglesa, espanhola, gujarati, hindi, urdu, árabe, swahili e várias línguas nacionais moçambicanas como o changana e o ronga, entre outras) e religiões (a cristã, a muçulmana e a hindú eram as mais representativas), era de tal forma notável que não se evidenciavam fracturas que diferenciavam todas estas formas de estar e de viver. A instituição era, pelo contrário, o pólo aglutinador de modos de comportamento facilitadores de um sadio convívio multicultural.

Apesar de se tratar de uma escola com currículo português e que naturalmente veiculava os valores da cultura portuguesa, não era notório qualquer desequilíbrio cultural. As diferenças eram, pelo contrário, bem aceites e respeitadas. Saliente-se que contribuía para isso a formação e competência pedagógica do corpo docente, ele próprio multicultural, que utilizava estratégias adequadas para lidar com a multi e interculturalidade dos seus alunos.

Com efeito, era prática comum dar-se visibilidade às várias culturas e nacionalidades presentes na Escola, através de manifestações culturais em ocasiões festivas diversas, como nas celebrações de Natal, de Carnaval, na celebração de datas comemorativas e nas

festas de encerramento do ano lectivo. Nestas efemérides, exibiam-se os trajes, danças e cantares regionais, a gastronomia dos diferentes países, entre outros valores e tradições culturais.

Outra forma de habitualmente se dar visibilidade a estes valores era a praticada na Área Escola onde eram abordados, estudados e desenvolvidos anualmente temas relacionados com a multiculturalidade, visando valorizar e dar a conhecer diferentes saberes e culturas, como se referiu no capítulo IV⁶¹.



Fotografia 31 – Área Escola “Portugal no mundo” - Alunos do 4º ano turma C envergando trajes regionais de diferentes culturas.



Fotografia 32 - Máscaras de Carnaval - Turma do 1º Ano A com a sua professora.

⁶¹ Ver ponto 4.7.1., pp.79 a 82.



Fotografia 33 - Comemoração do Dia de África – 25 de Maio de 1998.

5.4. Análise dos dados relativos ao corpo discente

O grupo dos quinze antigos alunos entrevistados foi seleccionado aleatoriamente, entre os ex-estudantes com quem foi possível estabelecer contacto directo ou por e-mail uma vez que, devido ao percurso académico e profissional que seguiram, muitos deles não se encontram em Maputo. No entanto, curiosamente, foi mais fácil obter as informações pretendidas deste grupo populacional que dos restantes, nomeadamente do corpo docente, pelo que destaco a pronta colaboração e boa-vontade destes jovens que se prestaram a falar com carinho (alguns com um certo saudosismo) da sua ex-escola.

Tendo em conta os diversos dados obtidos nas entrevistas realizadas e gravadas, na resposta escrita às mesmas perguntas da entrevista (via e-mail) as quais obedeceram a um guião de dez questões previamente apresentado aos estudantes (anexo), far-se-á, em seguida, a análise de dados relativa aos quinze ex-alunos da EPM que constituíram o nosso grupo.

As respostas às dez questões encontram-se agrupadas nos oito itens seguintes:

- Identificação dos alunos
- Desempenho académico
- Relacionamento entre agentes educativos
- Caracterização da EPM
- Recordação de episódios vividos durante a permanência na EPM
- Perfil dos alunos ao saírem da EPM
- Expectativas em relação à nova Escola e frequência
- Percurso académico e profissional após a saída da EPM

5.4.1. Identificação dos alunos entrevistados

Apresenta-se numa tabela (Quadro 17) os seguintes dados relativos aos alunos entrevistados: código do aluno (Entrevista ao Aluno 1 “EA1” ao 15 “EA15”), nome próprio e apelido, idade, naturalidade, nacionalidade, idade de ingresso na EPM e número de anos que a frequentou, isto é, as respostas às questões 1 e 2 da entrevista. A sequência foi aleatória, isto é, não se apresentam os alunos por ordem alfabética dos seus nomes, etária ou outra, mas teve a ver com a sequência das entrevistas efectuadas quer directamente quer através das respostas ao questionário por via electrónica.

Quadro 17 – Dados de identificação dos 15 alunos que constituíram a amostra do Corpo Discente

Aluno	Idade actual	Naturalidade	Nacionalidade	Idade de ingresso na EPM	Nº de anos que frequentou a EPM
EA1 Miguel Paulo	24	Johannesburg – África do Sul	Portuguesa/ Moçambicana	4 anos	11 anos: do Jardim infantil ao 9º ano
EA2 Daniela Santos	23	Kiev – Ucrânia	Moçambicana	7 anos	8 anos: do 1º ao 8º ano
EA3 Wilson do Vale	25	Chokwé, Gaza – Moçambique	Moçambicana	4 anos	12 anos: do Jardim infantil ao 10º ano
EA4 André do Vale	24	Chokwé, Gaza – Moçambique	Moçambicana	4 anos	11 anos: do Jardim infantil ao 9º ano
EA5 Daniela Vaz	24	Maputo – Moçambique	Portuguesa	5 anos	10 anos: da Pré-Primária ao 9º ano
EA6 João Vaz	29	Maputo – Moçambique	Portuguesa	10 anos	9 anos: do 5º ao 12º ano
EA7 Filipa Lacerda	21	Maputo – Moçambique	Portuguesa/ Moçambicana	5 anos	6 anos: da Pré-Primária ao 5º ano
EA8 Frederico Capelão	21	Maputo – Moçambique	Portuguesa	5 anos	6 anos: da Pré-Primária ao 5º ano
EA9 Débora Dias	21	Johannesburg – África do Sul	Portuguesa	5 anos	6 anos: da Pré-Primária ao 5º ano
EA10 Lara de Azevedo	28	Maputo – Moçambique	Portuguesa	6 anos	12 anos: do 1º ao 11º ano.
EA11 Daniel Fernandes	21	Maputo – Moçambique	Moçambicana	6 anos	5 anos: do 1º ao 5º ano
EA12 Daniela Coelho	21	Durban – África do Sul	Portuguesa/ Moçambicana	4 anos	7 anos: Do Jardim Infantil ao 5º ano.
EA13 Tamara Bhatt	23	Nampula- Moçambique	Portuguesa	6 anos	8 anos: do 1º ao 8º ano
EA14 Sónia Carreira	31	Tomar – Portugal	Portuguesa	12 anos	7 anos: do 6º ao 12º ano
EA15 Vera Pereira	27	Maputo – Moçambique	Portuguesa/ Moçambicana	5 anos	12 anos: do 1º ao 12º ano

5.4.2. Desempenho académico

Relativamente à questão 3 da entrevista, que solicitava aos ex-alunos a caracterização do seu percurso estudantil, no que concerne ao desempenho académico, às actividades curriculares e extra-curriculares e outras que frequentaram, obtiveram-se respostas variadas, como seria de esperar. Assim, no que diz respeito ao desempenho académico, após uma análise detalhada das respostas dos ex-estudantes, atribuíram-se os seguintes escalões:

- **Muito bom desempenho** - Alunos acima da média, com aproveitamento muito positivo, integração no Quadro de Honra e/ou no Quadro de Excelência em todos ou em vários anos lectivos – Cinco dos alunos entrevistados (dois rapazes e três raparigas) encontram-se neste patamar. Salientam a sua dedicação ao estudo, o seu esforço para serem os melhores da sua turma, revelando um certo espírito competitivo. Uma destas alunas, a Filipa Lacerda, recebeu o primeiro prémio (exequo com outro aluno do 6ºano), como melhor aluna do 2º Ciclo no ano lectivo de 1998/99, tendo recebido um computador da Direcção da Escola⁶².

- **Bom desempenho** - Alunos com aproveitamento positivo, com integração esporádica no Quadro de Excelência, sem reprovações – Através das respostas dadas pelos ex-estudantes, concluímos que cinco deles (três rapazes e duas raparigas) se enquadram neste grupo. Uma das ex-alunas refere que “era organizada, atenta, empenhada, prestativa”; outro ex-estudante diz que era “trabalhador e interessado”.

- **Desempenho médio** - aproveitamento razoável, algumas notas negativas, mas nenhuma reprovação – Este foi o desempenho académico de quatro ex-alunas. Uma delas diz “o meu percurso académico foi sempre mediano, na medida em que só estudava o essencial para passar às várias disciplinas”.

- **Desempenho pouco satisfatório** - aproveitamento em geral abaixo da média, transição de ano com um ou dois níveis negativos, uma reprovação de ano – Apenas um ex-aluno dos entrevistados indicou ter sido fraco o seu desempenho escolar, declarando o que pensava naquela época: “a escola era para fazer amigos e para brincar, não para estudar”.

No que diz respeito às actividades curriculares, apenas alguns ex-alunos se referiram a estas, dizendo serem as normais do currículo escolar, o qual contemplava várias disciplinas, sendo umas mais do agrado dos estudantes do que outras. Evidenciaram, ainda, o seu envolvimento em trabalhos levados a cabo na Área-Escola, as visitas de estudo que

⁶² Informações obtidas a partir do artigo “Alunos premiados” publicado na revista escolar “O Cooperador” de Setembro/ Outubro de 1999, p.4.

efectuavam regularmente, bem como a sua participação activa em festas, comemorações e recepção a visitantes.

Já em relação às actividades extra-curriculares, obteve-se um maior número de respostas. A maior parte dos alunos inquiridos participou nestas actividades, que foram variadas conforme se pode observar no quadro abaixo (todos referiram uma ou duas actividades e um aluno referiu três). De referir que devido às diferenças etárias (as idades actuais dos alunos entrevistados situam-se entre os 21 e os 31 anos), é provável que alguns dos jovens não tenham tido oportunidade de participar nalgumas das actividades, por não serem oferta da Escola nos anos em que a frequentaram.

Quadro 18 – Participação dos 15 ex-alunos da EPM nas actividades extra-curriculares

Modalidades praticadas	Futebol de salão (futsal) masculino	Natação	Basquetebol	Teatro	Dança moderna	Futebol de salão feminino	Judo/ Karatê	Coro da Escola	Voleibol	Patinagem	Xadrez
Nº de alunos	4	4	3	3	3	2	2	2	1	1	1

Relativamente a “Outras actividades”, dois alunos referiram que fizeram parte da comissão organizadora de actividades, com vista à angariação de fundos para a Comissão de Finalistas que tinha a seu cargo a realização do baile, e outro estudante afirmou ter pertencido à Comissão de Estudantes⁶³.

5.4.3. Relacionamento entre agentes educativos

Na pergunta 4, solicitou-se aos alunos que abordassem o tipo de relacionamento que existia entre os alunos e entre estes e:

- a Direcção da Escola;
- os professores;
- os funcionários administrativos.

Em relação ao relacionamento entre alunos, os entrevistados de um modo geral dizem que habitualmente se davam melhor com os colegas da turma e do ano (destacam

⁶³ Pensámos tratar-se de uma Comissão de Estudantes que foi criada no último período do ano lectivo de 1991/92 e que vigorou durante algum tempo (não pudemos, contudo, apurar a duração da mesma nem a data da sua extinção). Segundo o artigo “Associação de Estudantes diz-nos...” da publicação escolar “Laço de União” nº1, de 8 de Dezembro de 1992, a Associação foi eleita no dia 11 de Maio de 1992, pelos estudantes da EPM. Do artigo consta um plano de acções que a Associação pretendia levar a cabo, como a dinamização de diversos grupos de actividades desportivas, recreativas e culturais. A Comissão de Estudantes no artigo publicado apela ainda a um encontro entre a Associação e os Órgãos da Escola e agradece todo o apoio prestado. Nessa mesma página da revista escolar podemos também encontrar o seguinte texto: “A Direcção Escolar agradece ao grupo de jovens que compõe a Associação de Estudantes a maturidade, responsabilidade e honestidade com que tem colaborado connosco na detecção e solução de problemas surgidos na comunidade estudantil como também na implementação das actividades extra-curriculares.”

que havia “grupos” de amigos), mas que também se relacionavam bem com os colegas de outros anos e ciclos.

Um dos ex-alunos refere que “... embora fôssemos muitos, como o meio era pequeno todos nos conhecíamos e, de um modo geral, prevalecia a amizade”.

Na opinião de outra aluna, “era notável o respeito e admiração pelos colegas mais velhos”.

“O relacionamento entre alunos na FACIM era óptimo, salvo raras excepções. Em geral os alunos davam-se muito bem, tanto dentro como fora da escola. Dentro da escola havia um ambiente de entreajuda muito saudável.” – refere outro antigo aluno.

Segundo outra estudante,

Havia muito convívio durante os intervalos e, após as aulas, era frequente as turmas organizarem mini torneios de futebol e outros desportos nos intervalos. Era dada bastante liberdade aos estudantes o que, de certo modo, retirava a vontade de quebrar as regras.

Ainda a respeito das relações mútuas entre alunos, uma das entrevistadas diz:

Os alunos conheciam-se já há muito tempo e o facto de não se mudar de escola nas mudanças de ciclo fez com que as turmas e os amigos se mantivessem por muitos anos e que se criassem laços muito fortes. É assim que muitas dessas amizades ainda prevalecem hoje em dia, ficaram para a vida.

Um dos antigos estudantes vê as relações entre alunos de um prisma diferente:

O relacionamento entre os alunos foi sempre de competitividade, em todas as vertentes, das notas ao estilo de vida, o que só até certo ponto era saudável. ... Quanto ao estilo de vida, o uso do fardamento veio nivelar as disparidades que se notavam.

Em seguida abordaremos as relações entre os alunos e a Direcção da Escola. Não houve da nossa parte qualquer indicação de “qual direcção”, isto é, não houve distinção entre a Direcção da Cooperativa e a Direcção Pedagógica, pelo que pensámos que os alunos provavelmente referiram aquela que deles esteve sempre mais próxima, ou seja, a Pedagógica.

Este relacionamento é apresentado da seguinte forma por um dos antigos alunos:

“Ao longo do meu percurso escolar a Direcção sofreu várias alterações e com cada uma delas o relacionamento era diferente. Numas chegou a haver uma relação de amizade, noutras era profissional.”

Uma ex-aluna refere:

“Não era normal encontrar um aluno perto de um membro da Direcção da Escola,

mas quando isso acontecia não se notava nada de estranho no comportamento de ambos. Respeito e simpatia de ambas as partes.”

Outra aluna considera que “a Direcção da Escola sempre foi muito acessível e disponível para resolver os nossos problemas.”

Um antigo estudante indica “nunca tive razão de queixa, sempre que tinha algum problema para resolver era bem recebido e o problema resolvido.”

Segundo outra aluna a situação nem sempre foi cordial e democrata:

“O relacionamento teve fases que era mais distante, onde a opinião dos alunos não era ouvida, e outra fase em que nos era dada a oportunidade de expressarmos as nossas ideias.”

Por último, um ex-aluno diz “não me lembro de haver ligação entre os alunos e a Direcção. Se existiu, foi certamente muito distante.”

Passando para o relacionamento entre os alunos e os professores, as respostas dadas foram praticamente unânimes: eram boas relações, em muitos casos quase familiares.

Não sabemos até que ponto o facto de a entrevista ser conduzida ou solicitada por uma professora, ex-professora de quase todos os jovens entrevistados, poderá ter condicionado as suas respostas, mas a verdade é que não houve qualquer resposta desabonatória em relação aos professores.

Seguem-se parte de algumas respostas a este ponto:

“Os nossos professores eram os nossos pais fora de casa, mesmo com todas as peripécias que aconteciam tínhamos um grande respeito por eles.”

“Entre os estudantes e os professores sempre se criaram ligações afectivas. Até hoje sinto carinho por certos professores que mais me marcaram.”

“Existia uma certa cumplicidade entre alunos e professores. Havia alunos que procuravam os seus professores ora para confidenciar problemas, ora para partilhar os momentos mais felizes.”

“Os professores estavam sempre disponíveis para conversar e conviver com os alunos; a sala dos professores estava sempre de porta aberta para quando precisássemos de falar com um professor.”

“No máximo éramos 25 alunos por turma, o que permitia aos professores conhecerem-nos e acompanharem o nosso desenvolvimento escolar convenientemente. O relacionamento era muito bom.”

“O relacionamento era óptimo. Os professores estavam sempre prontos para ajudar e

o nível de qualidade dos professores era elevado.”

“Os professores sempre foram muito próximos dos alunos, uma vez que muitos os acompanharam desde uma idade muito tenra, tornando-se quase tão próximos do seu crescimento quanto os seus próprios pais.”

A este propósito, a aluna mais velha do grupo (actualmente professora na EPM-CELP) indicou que esta proximidade com os professores, tão salutar na sua opinião, não era habitual nas escolas portuguesas. Assim, quando prosseguiu os estudos em Portugal, na Escola Superior de Educação de Santarém, os professores estranhavam a sua abertura e espontaneidade para se lhes dirigir e interrogavam-na no sentido de querer saber de onde vinha e quais eram os hábitos na anterior escola. Também elogiavam a sua cultura geral (acima da média, comparativamente aos outros estudantes) e a aceitação do outro, facto esse que vários outros alunos também apontaram, pois sentiram que nos estabelecimentos onde continuaram a sua formação não havia a tolerância, o respeito, em suma, os valores inculcados na EPM, onde todos estavam habituados a conviver com a diversidade.

De igual forma, o relacionamento entre alunos e funcionários (auxiliares: contínuas, serventes, porteiros) também é marcadamente positivo e alguns deles são recordados com carinho pelos antigos estudantes, como se pode comprovar pelas respostas/ comentários registados:

“Era um relacionamento impecável. Lembro-me de algumas situações em que os funcionários se culpavam para proteger os alunos.”

“Se calhar os funcionários não eram tão respeitados como os professores ... , mas lembro-me de terem um espírito brincalhão que atraía os alunos.”

“Os contínuos eram adorados por nós, mesmo quando se zangavam connosco. Devemos muito da nossa educação a essas pessoas.”

“... era uma relação engraçada: entre o medo, o respeito e o amor.”

Outros ex-alunos desenvolveram mais a resposta:

A relação era fantástica. A D. Ana, a D. Palmira, a D. Fátima, o Sr. Carlos,... e tantos outros que nos ficarão sempre na memória... .. puxões nas orelhas nas alturas certas nunca fizeram mal a ninguém. Não há aluno da EPM que não se recorde deles com carinho e amizade. Éramos uma autêntica família!

A maior parte dos funcionários eram muito simpáticos e sabiam o nome de todos os alunos. Existia um bom relacionamento, excepto quando ocorriam pequenos desentendimentos quando os alunos faziam asneira, é claro. ... Até hoje muitos deles ainda nos reconhecem, mesmo passado tanto tempo.

Tendo começado a estudar na EPM aos 4 anos de idade, sempre tive bastante respeito pelos contínuos e demais funcionários, que me tratavam pelo meu

nome próprio. Sempre impuseram respeito e mantinham a ordem na escola, proibindo certos jogos em determinados sítios e controlando as brigas e zaragatas entre alunos.

Não há ninguém que frequentou a escola que não tenha bem presente a imagem da D. Ana e da D. Palmira e até do Sr. Carlos. ... Desde pequena vivi e fui crescendo com a imagem da D. Ana a tocar o sino e a D. Palmira a levar-nos a bola porque já tinha tocado. Eram pessoas bem mais velhas que nós, que na altura devida impunham a ordem, mas quando precisávamos eram nossas amigas e davam-nos apoio incondicional, desde levar-nos para o gabinete médico quando tínhamos um “dói-dói” no joelho, até dar um abraço e beijinhos quando estávamos tristes.

Duas alunas, certamente mais perspicazes, não deixaram de notar, porém, alguns aspectos relacionais negativos:

“Era uma relação de respeito e amizade embora houvesse quem desrespeitasse o trabalho deles e os ofendessem, sendo mal-educados.”

“Havia respeito por alguns funcionários mais carismáticos, mas recordo-me de situações em que alguns contínuos e serventes sofreram algum desrespeito por parte de alguns (poucos) alunos.”

5.4.4. Caracterização da EPM

Neste ponto associaremos as questões 5 e 6 em que solicitámos aos antigos alunos que caracterizassem a escola na época em que lá estudaram, bem como que dissessem qual achavam ter sido o impacto da EPM em Maputo e em Moçambique.

À primeira pergunta alguns alunos não responderam, declararam não poder pronunciar-se sobre o assunto uma vez que deixaram a Escola ainda muito pequenos.

Dos que tentaram caracterizar a Escola, fizemos os seguintes registos:

“A escola era muito boa, tinha um óptimo ensino e teve um papel importante no nosso crescimento, a nível pessoal e profissional.”

“Na FACIM as condições de infra-estruturas eram mínimas, contudo vivia-se um ambiente de grande amizade. Era uma escola onde era fácil ser feliz.”

“Uma escola em que a falta de condições resultou numa grandiosidade de relações inter-pessoais, ... os melhores anos da minha formação”.

“Uma comunidade algo fechada com um sentido crítico e espírito de entreajuda fantástico. As condições não eram as melhores, mas era a nossa escola! E era um orgulho enorme fazer parte dela.”

A escola na época em que lá estudei tinha um ambiente de liberdade enorme.

...

A qualidade do ensino era muito boa, os alunos saíam da escola muito bem preparados. Esse nível de preparação era, aliás, notório quando recebíamos novos colegas de outras escolas, tanto moçambicanas como portuguesas. Nós sabíamos muito mais, estávamos mais avançados.

Eu caracterizaria a escola como divertida, dando liberdade aos alunos para aprenderem com os seus erros, liberdade para a sua imaginação, embora com restrições em certos aspectos para não nos ‘perdermos’.

Eu diria que a EPM foi uma boa escola, apesar do problema das instalações, que não eram ideais para uma escola e da falta de material em boas condições (mesas e cadeiras). No ensino não creio que houvesse qualquer falha, e o ambiente nas aulas e no recreio era propício para as crianças aprenderem a conviver em grupo.

Uma escola equipada o melhor que podia, mesmo quando não tinha as melhores instalações, com bons professores que nos formavam da melhor maneira, onde o estudo, o respeito e a aprendizagem se podia complementar com uma familiaridade que muitas vezes não se observa noutros locais.

Quando questionados sobre o impacto da EPM em Maputo e em Moçambique, os antigos alunos também encontraram alguma dificuldade em responder, sobretudo devido ao facto de terem pouca idade quando a escola deixou de existir (alguns tinham apenas 11, 12 anos) e também por não terem um grande conhecimento do ensino e da sociedade moçambicana da época. Os que procuraram responder não o fizeram em profundidade, apenas afloraram o assunto, o que pode também ser explicado pelos motivos que atrás referi, de onde posso concluir que esta pergunta não foi acessível a este tipo de interlocutores.

Eis algumas das respostas:

“Penso que foi a partir do surgimento da EPM e das condições académicas por si oferecidas que se elevaram os padrões dos outros colégios tanto de currículo nacional (Delta, Kitabo) como português (Verney, Craveirinha).”

“Os alunos da EPM saíram muito bem preparados, tendo-se adaptado muito bem ao sistema de ensino moçambicano, tal como a outros, em Portugal ou no estrangeiro.”

“Foi sobretudo no relacionamento Portugal - Moçambique que a EPM teve um importante papel. Em Maputo era considerada uma escola de elite, só para alguns.”

“ Um impacto que por um lado criou uma maior divisão na sociedade, mas por outro deu a possibilidade a toda a gente de ter uma educação igual à que se tinha em Portugal.”

Penso que foi um impacto positivo, uma vez que me lembro de ter tido oportunidade de visitar outras instituições de ensino, na cidade e no país, e ter

ficado com a impressão que a EPM oferecia melhores condições de formação aos estudantes.

Acredito que a EPM tenha tido um grande impacto na cidade de Maputo e em Moçambique. Embora se tratasse de ensino particular, criou oportunidades a alunos moçambicanos que entraram na escola com bolsas de estudo oferecidas por determinadas empresas. A EPM foi sempre um ícone da cidade a nível de qualidade de ensino.

Já que o nível da educação era bastante elevado, creio que a reputação da escola também o era, por isso, os alunos que ao terminarem os seus estudos permaneciam em Moçambique, certamente entraram sem dificuldades no mercado de trabalho.

A EPM foi a primeira escola a proporcionar oportunidades para bastantes alunos saírem de Moçambique para prosseguir os seus estudos e, posteriormente, através da sua formação, regressarem ao país e contribuírem para um Moçambique melhor.

5.4.5. Recordação de episódios vividos durante a permanência na EPM

Neste item, que nos parece ser um dos fundamentais da entrevista, porquanto são os testemunhos dos antigos estudantes que considerámos importante relembrar e registar, solicitámos: “Recorda e partilha alguma(s) situação(ões) ou episódio(s) marcantes (pela positiva ou pela negativa), vividos durante a tua permanência na EPM”.

Procuraremos sintetizar as respostas respeitando, no entanto, os discursos dos nossos entrevistados. São pequenos textos de memórias, alguns muito vivos e divertidos, que comprovam em parte os aspectos já referidos nos outros pontos, nomeadamente no que diz respeito ao relacionamento pessoal e social, onde os sentimentos de carinho, emoção e algum saudosismo pela sua Escola estão bem patentes.

Seguem-se os testemunhos individuais do grupo de discentes entrevistados:

Marcante pela positiva foi o meu primeiro dia de aulas, onde conheci muitos e grandes amigos, com quem partilho amizade até hoje. E os campeonatos de *futsal*, que traziam um grande número de pessoas às bancadas e onde além de haver competição desportiva, havia também competição de claques.

É muito difícil escolher uma situação concreta ou marcante, mas recordo um ambiente global de interação entre alunos, alunos e professores e alunos e contínuos, o que caracterizava a escola. O que me marcou mais talvez tenha sido a luta pelos campos nos intervalos, para jogar ‘bolar’ ou saltar ‘ao elástico’.

O que me marcou mais positivamente foram os festejos de final de ano e tantos outros, que eram sempre de alegria e felicidade, com jogos giros que se faziam, cantigas em coro... Depois, havia as aulas de ginástica, momentos de descontração ... também gostava muito da aula de Trabalhos Manuais.

Recordo com saudade o recreio da EPM, a D. Palmira e a D. Ana a correr atrás dos meninos por causa das bolas, o sino (que era um tubo e um ferrinho). Recordo a situação de um colega ter ido buscar uma bola ao telhado e ter caído dentro de uma sala de aulas.

Recordo variadíssimos episódios todos positivos: a conquista de taças e de medalhas pela escola, o facto de ter sido capitão de equipa é um orgulho enorme. O baile de finalistas, que foi lindo. Os jogos entre alunos e professores; as festinhas de convívio organizadas por e para todos,... enfim, são memórias inesquecíveis que guardarei sempre comigo.

Houve vários episódios marcantes, foram muitos anos numa escola, com amigos e colegas com quem convivia todos os dias, com quem estava mais tempo do que com os meus pais. ... Alguns momentos: ir tocar o sino com a D. Ana, a volta obrigatória nos intervalos em que se passava pelo corredor onde estavam “os mais velhos”, as brincadeiras, a sensação de liberdade da FACIM.

Lembro-me de ir com os meus colegas a locais onde tinham aulas os mais velhos e onde supostamente não podíamos estar, e aparecer uma das contínuas a dizer “mas vocês são teimosos, caramba” e nós desatávamos a correr para nos escondermos nos mais variados sítios, umas vezes no bosquinho, outras nas casas de banho e outras até em cima das casas de banho (conseguíamos trepar e ir para o telhado destas). Naqueles minutos de intervalo sentíamos a adrenalina correr nas veias como se fôssemos heróis de um filme de acção.

A EPM deixou imensas marcas, boas - sem dúvida alguma - em todos os alunos, desde os momentos em que bastava tocar para sair das aulas para corrermos para ver quem apanhava primeiro o campo, ao temido ‘corredor da morte’ do 12º ano ⁶⁴; da cantina sempre cheia e nós pequeninos a tentar furar as filas para comermos; da chuva que caía e nos encharcava as ruas, do saltar as poças e, quando era inevitável um de nós cair nelas, irmos a correr à casinha da D. Ana onde nos arranjavam qualquer coisa para vestir; tantos momentos... foram sem dúvida os melhores anos da minha vida.

Recordo-me de um evento em que participei quando tinha os meus onze ou doze anos, em que fiz de pastor numa representação do nascimento de Jesus Cristo, que envolveu largas dezenas de alunos de vários anos. Na altura lembro-me que a maior parte dos alunos entrou na peça para fugir a algumas aulas, pois foram precisos muitos ensaios. Mas foi uma boa maneira de conviver e não só: criou-se um presépio vivo para a família vir ver e todos nos orgulhámos muito com o resultado final, que foi espectacular no verdadeiro sentido do termo, pois foi mesmo um espectáculo! Lembro-me que foi à frente da FACIM, num terreno no meio dos eucaliptos, em que a plateia ficava nos degraus das barreiras a ver a representação, onde entravam desde as criancinhas do infantário aos alunos do secundário. Mesmo os que

⁶⁴ A aluna referia-se ao Pavilhão 11, que durante alguns anos foi destinado aos alunos do Ensino Secundário. Era natural que os alunos mais pequenos se sentissem algo intimidados ao tentar penetrar num espaço que não era o seu, até porque era o único espaço fechado e escuro (sem luz natural) na escola.

não representavam eram figurantes (por exemplo as flores e as borboletas do éden) e tinham de se vestir a rigor, pelo que todos se sentiam orgulhosos. Até havia animais verdadeiros! Este foi um dos vários momentos grandiosos que a escola proporcionou aos pais e famílias dos alunos e ao público de Maputo em geral, e que ficaram (e ficarão) na memória de todos.

Um dia, teria os meus 11 anos, depois das aulas da tarde, fiquei muito tempo à espera que o meu irmão me viesse buscar à escola. Então, aborrecida de estar ao portão, comecei a dar voltas pelo recinto da escola; fui ao ginásio e ao campo de jogos, onde observei várias actividades extra-curriculares que se praticavam na altura, como o futebol e o vôleibol. De repente, vi luzes acesas numa sala de aulas e resolvi espreitar através da janela. Fiquei lá muito tempo a ver um grupo de vários alunos crescidos a ter ensaios de teatro. Estava fascinada, colada ao vidro, e foi quando um senhor, que depois soube tratar-se do encenador, me chamou e convidou a entrar. E foi assim que, apesar de tão novinha, ganhei gosto pela representação e passei a fazer parte do grupo de teatro da escola, o 'Estaminé', onde permaneci durante alguns anos, tendo participado em diversas peças.



Fotografia 34 – Alunos em plena representação teatral.



Fotografia 35 – Os actores que representaram a Sagrada Família, no Auto de Natal ou Presépio vivo, Dez./96.



Fotografia 36 – Alguns figurantes na representação do Auto de Natal.

5.4.6. Perfil dos alunos ao saírem da EPM

Na pergunta 7 do nosso questionário procurámos saber qual era o perfil dos alunos ao saírem da EPM, como se sentiram preparados e, também, como tinha sido a adaptação a outros níveis/ sistemas de ensino.

Com efeito, tínhamos conhecimento que uma parte dos alunos tinha permanecido no país (Moçambique) e prosseguido os seus estudos em Universidades quer estatais quer privadas, mas a maioria dos estudantes entrevistados, após a conclusão do 12º ano, foi para o exterior: ingressou em várias Universidades portuguesas (alguns beneficiando do estatuto de emigrante), inglesas (Londres, Lancaster e Bath) e sul-africanas (Capetown e Pretória).

Embora as respostas tivessem sido variadas, convergiram todas para as mesmas ideias, que passo a apresentar resumidamente.

Os alunos que prosseguiram os estudos em Portugal referiram que se encontravam muito bem (ou apenas bem) preparados, que não tiveram grandes dificuldades em relação ao desempenho académico ou à própria integração/ adaptação ao sistema de ensino e ao país. Concluíram que a EPM preparou bem os estudantes para o ensino em Portugal.

Os estudantes que deram continuidade à sua formação no país vizinho (África do Sul), e também os que foram para Inglaterra, de um modo geral também indicaram estar bem preparados; alguns, porém, declararam ter tido algumas dificuldades em relação aos cursos que seguiram, pois nem todos consideram ter tido as bases no ensino secundário necessárias para o curso em que ingressaram⁶⁵, certamente por serem sistemas de ensino completamente distintos. No entanto, dizem que em relação à adaptação ao país e à língua inglesa correu bem, não encontraram dificuldades inultrapassáveis, embora destacassem a necessidade de terem tido de adquirir maior autonomia e responsabilidade, sobretudo por estarem longe “de casa”, a viver sozinhos na maior parte dos casos.

Seguramente que os melhores alunos, aqueles que tiveram um percurso brilhante ou acima da média no ensino básico e no secundário, tiveram mais hipóteses de obter sucesso académico do que os alunos medianos, como afirma um dos ex-alunos:

É uma questão complicada. O perfil dos alunos que saíram da EPM era diversificado. Tanto saíram alunos com uma grande capacidade que se afirmaram em estabelecimentos de ensino estrangeiros, como saíram alunos apenas razoáveis e sem grandes ambições.(...) Uma coisa é certa, aproveitando as oportunidades e o ensino da EPM, um bom aluno equiparava-se a um bom aluno doutro país.

Pelo que se pode deduzir das opiniões dos nossos entrevistados, pode concluir-se que os alunos da EPM se adaptaram bem a qualquer sistema de ensino e que a maior parte deles teve sucesso nos estudos, estando a frequentar o ensino superior ou tendo concluído a licenciatura, a pós-graduação ou o mestrado.

Temos conhecimento de antigos alunos da EPM que se encontram nesta altura a fazer o seu doutoramento, em áreas distintas como a Matemática Aplicada, a Biologia Marinha e as Ciências Bioquímicas, entre outras, e em países (e continentes) também diversos: Austrália, Grécia, África do Sul, Brasil, Estados Unidos e Portugal.

Muitos outros antigos estudantes estão já no mercado de trabalho, tendo empregos promissores a maioria deles. Alguns dos que estiveram a estudar fora de Moçambique, regressaram ao país a que estão ligados afectivamente, e onde têm familiares e amigos. De

⁶⁵ Uma das estudantes referiu especificamente que os alunos do Agrupamento de Artes, por não terem tido a disciplina de Oficina de Artes no Secundário passaram por algumas dificuldades na disciplina de Desenho na Universidade.

entre estes ex-alunos, por sua vez, alguns já constituíram família e são pais e mães de crianças que são alunas da actual Escola Portuguesa.

Bastantes outros jovens passaram a viver no país para onde foram prosseguir os estudos (sobretudo os que foram para Portugal ou para outros países da Europa).

Actualmente encontram-se a trabalhar na EPM-CELP seis ex-alunas da EPM – Cooperativa de Ensino, duas das quais fazem parte dos nossos entrevistados do corpo docente. As áreas profissionais a que estão afectas são as seguintes: uma professora do Ensino Básico (actualmente lecciona um 1º ano); uma educadora de infância; uma psicóloga escolar; uma estagiária de Psicologia (apoia o Gabinete de Psicologia); uma secretária da Direcção da Escola; uma funcionária dos serviços administrativos (esta última em *part-time*, pois frequenta o Instituto Superior de Relações Internacionais).

5.4.7. Expectativas em relação à nova Escola e frequência

Neste ponto, interpelámos os antigos alunos acerca das suas expectativas em relação à nova escola para onde a EPM viria a ser transferida em Outubro de 1999 e perguntámos também se chegaram a frequentar a EPM-CELP.

Apenas três alunos dos entrevistados não chegaram a frequentar a EPM-CELP por terem concluído os seus estudos antes da transição (o que dizem lamentar, pois nunca chegaram a frequentar uma escola na verdadeira acepção do termo).

No que concerne aos restantes doze alunos que chegaram a frequentar a EPM-CELP, por mais ou menos tempo, as respostas foram variadas em termos discursivos, embora a nível de conteúdo pouco variassem, pelo que transcrevemos algumas: “... tínhamos expectativas em relação às infra-estruturas que, de facto, eram bem melhores. ... Embora a liberdade de andar pela escola ou jogar à bola onde se quisesse fosse bastante restrita.”; “Havia grandes expectativas, era como pensar-se que «íamos ter uma escola a sério», devido à diferença de instalações.”; “Na altura não me lembro no que pensei, mas foi boa a sensação de estar numa escola «a sério».”

Lembro-me que na altura viveu-se esse momento com grande ansiedade. ... Todos esperavam melhorias com esta mudança, tanto ao nível de ensino, como ao nível de infra-estruturas.

Pelo que me lembro, na altura a expectativa rondava maioritariamente à volta das instalações. Esperávamos ter salas, carteiras e cadeiras mais apropriadas para o estudo e instalações melhores, bem como maior espaço para actividades desportivas; para além disso esperava-se que tudo permanecesse o mesmo, já que tanto quanto me lembro não havia queixas acerca dos professores ou dos funcionários.

... todo aquele luxo fez alguma confusão aos alunos. ... Estávamos habituados a jogar bolar e ringue nos intervalos, nas «estradas» da FACIM, o que sem dúvida nos deixou saudades. A cantina era tão diferente, era tudo tão diferente, ... hoje posso dizer que a nova escola ultrapassou todas as expectativas, a todos os níveis.

O entusiasmo em relação à nova escola prendeu-se com a procura de novas condições. Mas era um lugar desconhecido, sem memórias. Pouco tempo depois da mudança ocorreram as cheias em Moçambique e a nova escola ficou alagada. Recordo-me que a volta à FACIM foi apreciada pelos alunos. Demorou muito até que pudéssemos reconhecer a nova escola como a nossa escola.

Apesar de termos consciência dos bons momentos passados na FACIM, as expectativas eram de uma evolução qualitativa. Sem dúvida que as infra-estruturas da EPM-CELP são excelentes e poucas escolas em Portugal se podem gabar de ter tamanhas condições.

5.4.8. Percurso académico e profissional após a saída da EPM

Neste último ponto, apresentaremos de forma sintética (em quadro), as respostas às questões colocadas aos antigos estudantes (pergunta 9 da entrevista): “Qual o percurso académico que seguiste após sair da EPM? Onde prosseguiste os estudos? Que curso frequentaste/ concluíste/ frequentas? Quais são as tuas habilitações actuais?”

Quadro 19 – Dados do percurso académico dos 15 alunos que constituíram o grupo de entrevistados do Corpo Discente

Aluno	Frequência da EPM-CELP/ período temporal	Universidade e cidade (ou País) onde prosseguiu os estudos	Curso frequentado	Situação actual
EA1	Sim/ 4 anos	Universidade UNISA – Pretória, África do Sul; Universidade South Bank – Londres, R.U.	Bacharelato em Administração e Gestão Empresarial	Frequenta o 2º ano do curso de Bacharelato em Administração e Gestão Empresarial.
EA2	Sim/ 4 anos	Lancaster University – Reino Unido; Bath University – Reino Unido.	Licenciatura em Negócios Internacionais e Economia; Mestrado em Economia e Desenvolvimento.	Concluiu o Mestrado em Economia e Desenvolvimento; Actualmente é Directora Financeira de uma empresa em Maputo.
EA3	Sim/ 2 anos	Instituto Politécnico de Tomar; Instituto Superior Politécnico de Maputo; Universidade do Minho;	Licenciatura em Engenharia Civil.	Concluiu a Licenciatura em Engenharia Civil na Universidade do Minho; Actualmente trabalha numa empresa de Construção Civil e frequenta o Mestrado em Engenharia Urbana (Hidráulica Ambiental) na Universidade Politécnica de Maputo

EA4	Sim/ 3 anos	Universidade Politécnica de Maputo	Curso de Engenharia Civil.	Frequenta o 3º ano de Licenciatura em Engenharia Civil.
EA5	Sim/ 3 anos	Universidade Nova de Lisboa; Universidade Católica Portuguesa.	Curso de Licenciatura em Direito; Pós Graduação em Direito Comercial.	Concluiu a licenciatura e frequentou o Estágio Profissional de Advocacia numa sociedade de advogados; Frequenta o Curso de Pós Graduação em Direito Comercial na U. Católica.
EA6	Não	Instituto Superior Técnico de Lisboa	Curso de Licenciatura em Engenharia Civil; Curso de Mestrado em Engenharia Civil.	Frequenta o Curso de Mestrado em Engenharia Civil.
EA7	Sim/ 6 anos	Universidade do Porto	Curso Superior de Arquitectura.	Frequenta o 4º ano da Licenciatura em Arquitectura.
EA8	Sim/ 6 anos	Universidade Nova de Lisboa	Curso de Licenciatura em Economia; Frequentou ERASMUS em Estocolmo; Curso de Mestrado em Gestão.	Frequenta o Mestrado em Gestão na Universidade Nova de Lisboa.
EA9	Sim/ 7 anos	Escola Superior de Educação – Coimbra; Universidade Politécnica de Maputo.	Curso de Licenciatura em Turismo; Curso de Ciências da Comunicação.	Frequentou o 2º ano do Curso de Licenciatura em Turismo; Frequenta o 1º ano do Curso de Ciências da Comunicação – Universidade Politécnica de Maputo.
EA10	Sim/ 2 anos	Instituto Politécnico e Universitário de Maputo (ISPU);	Curso de Licenciatura em Psicologia Organizacional e de Trabalho.	Concluiu a Licenciatura em Psicologia Organizacional e de Trabalho; Encontra-se a estagiar na EPM-CELP e a fazer a especialização em Psicologia Clínica.
EA11	Sim/ 6 anos	Instituto Superior Técnico de Lisboa	Curso de Licenciatura em Engenharia Civil; Curso de Mestrado em Engenharia Civil.	Frequenta o 4º ano do Curso de Mestrado Integrado em Engenharia Civil (Pós Bolonha).
EA12	Sim/ 6 anos	Universidade de Lisboa	Licenciatura em Design de Moda; Curso de Cenografia e Design Cénico.	Concluiu a Licenciatura; Actualmente frequenta dois cursos: de Cenografia e Design Cénico e de Formação para professores do Yoga-Sámkhya.
EA13	Sim/ 4 anos	Universidade de Lisboa	Curso Superior de Arquitectura.	Terminou a Licenciatura em Arquitectura. Encontra-se a fazer o estágio profissional para admissão na Ordem dos Arquitectos.
EA14	Não	Escola Superior de Educação de Santarém – Portugal.	Licenciatura em 1º Ciclo do Ensino Básico.	Após a conclusão do curso, estagiou em Almeirim e em Tomar, voltou para Moçambique. Foi colocada na

				Escola Verney onde leccionou 2 anos e, de há 5 anos para cá, integra o corpo docente da EPM-CELP.
EA15	Não	Universidade de Coimbra; Universidade de Aveiro; Escola Superior de Turismo do Estoril.	Frequência do Curso de Licenciatura em Jornalismo; Licenciatura em Gestão e Planeamento em Turismo- Aveiro/ Gestão de Empresas Turísticas – Estoril.	Acabou a licenciatura em 2007, na Escola Superior de Turismo do Estoril. Actualmente vive e trabalha em Maputo.

Capítulo VI – Os funcionários administrativos e auxiliares

O pessoal administrativo estava afecto em duas áreas distintas: a área da Secretaria e a área do Pessoal Auxiliar.

A Secretaria era um serviço que assegurava todo o apoio administrativo necessário ao bom funcionamento da Escola. Os serviços da Secretaria eram organizados tendo em conta os seguintes sectores: Expediente geral, Cadastro e Econmato, Alunos, Pessoal e Contabilidade, os quais tinham suas funções específicas e pessoal qualificado para as executar.

A Secretaria era dirigida por uma Chefe de Serviços Administrativos, que dependia da Direcção da Escola, a quem competia organizar os sectores acima referidos e assegurar o seu bom funcionamento.

A área do Pessoal Auxiliar era um serviço com as seguintes competências: coadjuvar o restante pessoal e velar pela disciplina dos alunos em todas as situações de ausência dos docentes de modo a contribuir para o bom funcionamento da Escola. O Chefe do Pessoal Auxiliar era escolhido de entre os funcionários pela Direcção da Escola e dependia directamente do Presidente da Direcção da Escola.

6.1. Breve caracterização: funções e categorias

A Escola Portuguesa de Maputo⁶⁶ aquando da sua criação contratou quatro funcionárias, todas portuguesas residentes em Moçambique, para os seguintes sectores:

- Secretaria: duas funcionárias
 - A D. Irene Cabral, para o cargo de Chefe da Secretaria (posteriormente designado por “Chefe dos Serviços Administrativos”);
 - Outra funcionária administrativa, a D. Ana Paula Sousa.
- Auxiliares Administrativas (Contínuas): duas funcionárias
 - D. Ana Marques;
 - D. Maria Helena Pinto.

Com o rápido crescimento da Escola - o aumento do número de alunos e de professores -, o número de funcionários foi também evoluindo anualmente até 1995/96, ano lectivo em que o efectivo chegou a ser de sessenta trabalhadores, entre o pessoal

⁶⁶ Na verdade, não foi a Escola nem a Comissão Organizadora, mas o Adido Cultural da Embaixada de Portugal em Maputo quem convidou a D. Irene Cabral para o cargo de Chefe da Secretaria da Escola. O acto de tomada de posse (com exercício imediato) foi posteriormente formalizado por um membro da Comissão Organizadora da Escola Portuguesa, o Sr. Engenheiro Daniel Pedrosa Lopes, em 16 de Janeiro de 1986. Na mesma altura, foram contactadas e contratadas as outras três funcionárias.

administrativo, técnico e auxiliar.

No ano lectivo seguinte houve uma considerável diminuição por motivos que provavelmente têm a ver com o também decrescente número de alunos e de docentes devido, sobretudo, à precariedade das instalações da feira.

A partir dessa altura, ou seja, nos dois últimos anos da EPM, o número de funcionários administrativos manteve-se estacionário.

Quadro 20 - Evolução do efectivo de funcionários administrativos por ano lectivo

85/86	86/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99
4	7	8	14	17	22	35	43	52	51	60	44	40	43

No último ano, a EPM contou com a colaboração de 43 funcionários, entre o pessoal com funções administrativas, técnicas e auxiliares.

A maioria destes funcionários (lista em anexo, p. 266) foram transferidos para a EPM-CELP em Outubro de 1999.

Eram as seguintes as categorias dos trabalhadores administrativos:

Quadro 21 - Funções e categorias do pessoal administrativo

TIPO DE FUNÇÃO	CATEGORIA	Nº DE TRABALHADORES
Função Administrativa	Chefe de Serviços Administrativos	1
	Assistente Administrativo Especialista	1
	Assistente Administrativo Principal (inclui funções como tesoureiro)	1
	Assistente Administrativo (inclui funções como Secretária da Direcção)	2
Função Técnica	Psicóloga	1
	Médica	1
	Enfermeira	1
Função Auxiliar	Chefe de Pessoal Auxiliar	1
	Chefe de Serviços de Manutenção	1
	Auxiliar Educação de Infância	6
	Auxiliar Administrativo (incluindo funções como Porteiro, trabalhador da Manutenção, da Biblioteca, Telefonista e Reprografista)	16
	Motorista	1
	Vigilante	5
	Auxiliar de Vigilância	5
	Número total de trabalhadores administrativos	43

6.1.1. Composição do pessoal administrativo: género e idade

Contrariamente ao corpo docente - maioritariamente constituído por mulheres -, o efectivo de funcionários administrativos era bastante equilibrado em termos de género, visto ser constituído por 22 homens e 21 mulheres. Os cargos da função administrativa eram ocupados por pessoal de ambos os sexos, bem como o das funções auxiliares (com predominância de indivíduos do sexo masculino na Manutenção, e também todos os Porteiros e Motoristas); nas funções técnicas, pelo contrário, os cargos (de Psicóloga, Médica e Enfermeira) eram totalmente preenchidos por indivíduos do sexo feminino.

Relativamente à idade, não foi possível encontrar dados estatísticos sobre esta variável⁶⁷ no entanto, de acordo com as pessoas entrevistadas, as idades eram variadas, desde trabalhadores muito jovens a indivíduos de idade avançada (viriam a reformar-se daí a pouco tempo), passando pelos de meia-idade, que constituíam a maioria. A média das idades situar-se-ia, provavelmente, entre os 35 e os 40 anos.

6.1.2. As origens geográficas e nacionalidades

A maioria dos trabalhadores administrativos e do pessoal auxiliar da EPM eram moçambicanos, oriundos de várias províncias, localidades e grupos étnicos do vasto país que é Moçambique. Exceptuam-se algumas funcionárias de nacionalidade portuguesa, entre as quais a Chefe dos Serviços Administrativos e a Chefe do Pessoal Auxiliar, entre outras funcionárias auxiliares educativas (contínuas e auxiliares de educação infantil). Tal como nos corpos docente e discente, algumas das funcionárias da EPM, apesar de terem a nacionalidade portuguesa, nasceram em Moçambique ou vieram com muito pouca idade para este país.

6.1.3. Habilitações literárias

Os trabalhadores administrativos e auxiliares, em geral, possuíam a habilitação suficiente para a função que exerciam na Escola. Os indivíduos com funções administrativas e técnicas eram os melhor qualificados (com ensino geral médio, ensino técnico⁶⁸ ou ensino superior), sendo aqueles que exerciam funções auxiliares os menos

⁶⁷ Efectivamente, não se conseguiram obter mais informações visto que, vários dos trabalhadores de 1998/99 que transitaram para a nova Escola já não se encontram afectos a esta (EPM-CELP) por diversas razões: terem-se despedido ou sido exonerados e/ou por se terem aposentado. Registe-se ainda, que três ex-funcionários faleceram (de doença súbita), quando ainda eram trabalhadores da EPM-CELP.

⁶⁸ Por exercerem simultaneamente a profissão docente, a Médica e a Psicóloga não foram integradas nos funcionários entrevistados.

qualificados, embora se registassem algumas excepções.

Quadro 22 - Habilitações literárias dos Funcionários administrativos

Nível de habilitações literárias	Nº de trabalhadores
2ª Classe	2
3ª Classe	4
4ª Classe	16
6ª Classe	6
7ª Classe	1
8ª Classe	1
9ª Classe / 5º ano do liceu	3
10ª Classe	2
11ª Classe	1
2º ano Comercial	1
3º ano Comercial	1
Curso de Contabilidade	1
Curso (Médio) de Professores de Matemática	1
Curso Geral de Enfermagem	1
Curso de Psicologia	1
Curso de Medicina	1

6.1.4. Tempo de serviço dos trabalhadores administrativos e auxiliares

Relativamente ao efectivo de funcionários de 1998/99 da EPM, o tempo de serviço já desenvolvido na Escola era variado, pois foram sendo contratados funcionários para os vários sectores e funções, ao longo dos anos, à medida que foi sendo necessário. Assim, sendo o leque variadíssimo, visto que na pesquisa feita se obtiveram informações relativas ao número de anos e meses de trabalho que cada funcionário tinha completado no final do ano lectivo referido, agruparemos o tempo de serviço em seis escalões.

Quadro 23 – Tempo de serviço dos trabalhadores (em 1998/99)

Tempo de serviço	Nº de funcionários
Mais de 10 anos	5
10 anos	8
8 ou 9 anos	13
6 ou 7 anos	11
4 ou 5 anos	2
3 anos ou menos	4

6.2. Análise dos dados relativos aos funcionários administrativos e auxiliares

Os seis antigos funcionários da EPM entrevistados foram seleccionados de acordo

com as funções e categorias das pessoas: dois com funções administrativas e quatro com funções auxiliares. Não se entrevistaram as pessoas com funções técnicas, por as mesmas estarem já enquadradas no capítulo do corpo docente.

Tendo em conta os diversos dados obtidos em dois textos de memórias e nas quatro entrevistas realizadas e gravadas, as quais obedeceram a um guião apresentado aos funcionários (Anexo A4, p. 257), far-se-á, em seguida, a análise dos dados das mesmas. Primeiramente apresenta-se um quadro com os principais dados de identificação e profissionais dos funcionários; em seguida, indicar-se-ão outros dados obtidos nas respostas à entrevista dos quatro funcionários que exerceram cargos de chefia na Escola.

Quadro 24 – Dados de identificação e do percurso profissional dos 6 funcionários entrevistados.

Funcionário	Idade (actual)	Naturalidade	Nacionalidade	Cargos desempenhados antes da EPM	Cargo que exerceu na EPM	Anos de serviço na EPM	Percurso profissional seguido após o fecho da EPM
Irene Cabral (EF1)	66 anos	Queluz – Sintra	Portuguesa	Chefe dos Correios; funcionária dos Serviços de Educação em várias Escolas; Chefe da Secretaria da Escola Comercial Maputo.	Chefe dos Serviços Administrativos.	14 anos	Prosseguiu funções na EPM-CELP, durante mais sete anos (até 2006); Actualmente está reformada.
Ana Maria Nogueira (EF2)	63 anos	Sobralinho - Alverca	Portuguesa	Funcionária da Força Aérea Portuguesa (Angola); Funcionária da Cooperativa Açucareira de Xinavane.	Auxiliar de Educação ; Chefe do pessoal auxiliar.	10 anos	Prosseguiu funções na EPM-CELP, onde ainda se encontra.
Palmira Duarte Santos (EF3)	67 anos	Ovar - Aveiro	Portuguesa	Empregada de balcão em estabelecimentos comerciais.	Auxiliar de Educação.	11 anos	Prosseguiu funções na EPM-CELP até se reformar em 2007; actualmente presta serviços no bar da sala dos professores.
Maria de Fátima Lima Monteiro (EF4)	53 anos	Maputo - Moçambique	Moçambicana	Empregada de balcão em estabelecimentos comerciais.	Auxiliar de Educação.	9 anos	Prosseguiu funções na EPM-CELP, onde ainda se encontra.

Anacleto Ângelo Dgedge (EF5)	54 anos	Manjacaze - Inhambane	Moçambicana	Trabalhador da Empresa Industrial de Tabaco (escriturário, contabilista,...).	Responsável dos Recursos Humanos.	6 anos	Prosseguiu funções na EPM-CELP, onde ainda se encontra.
Pascoal Narciso Bento (EF6)	66 anos	Morrumbene – Inhambane	Moçambicana	Trabalhador da Mabor (funções ligadas à construção civil).	Encarregado de Manutenção das Instalações.	9 anos	Prosseguiu funções na EPM-CELP, onde ainda se encontra.

6.2.1. A Chefe dos Serviços Administrativos (Secretaria)

A D. Irene da Paz Cabral foi a Chefe da Secretaria (posteriormente designada por “Chefe dos Serviços Administrativos”) durante os catorze anos lectivos em que a EPM funcionou, tendo sido transferida para a actual Escola Portuguesa de Moçambique para o mesmo cargo, o qual exerceu durante mais cinco anos (até 2004). Em 2005 trabalhou no Centro de Formação, na organização dos arquivos e, em 2006, na Biblioteca Escolar José Craveirinha da mesma Escola, após o que recebeu uma carta da Direcção da Escola a prescindir dos seus serviços.

De nacionalidade portuguesa, a D. Irene nasceu em Queluz-Sintra e tem actualmente sessenta e seis anos de idade. Como habilitações académicas tem o 5º ano do Curso Geral dos Liceus, obtido no Colégio de Nossa Senhora da Conceição em Inhambane.

O seu percurso profissional foi variado: entre 1962 e 1966 foi chefe dos Correios de Homóine – distrito de Inhambane; de 1966 a 1975 esteve colocada nos Serviços de Educação, com as categorias de Aspirante, 3º e 2º Oficiais, na Escola Comercial e Industrial Vasco da Gama em Inhambane. Trabalhou, ainda naquela cidade, na Inspeção Escolar. Posteriormente veio residir para Maputo tendo exercido o cargo de Chefe da Secretaria da Escola Comercial de Maputo, tendo-se reformado em 1981 por não ter entrado no Quadro Geral de Adidos.

Em Janeiro de 1986, como já se afirmou noutra parte deste trabalho, foi convidada pelo Adido Cultural da Embaixada de Portugal para chefiar a Secretaria da Escola Portuguesa.

Acerca dessa época, refere no seu texto de memórias:

Éramos quatro funcionárias e três os pavilhões da FACIM ocupados pela Escola, um para os Serviços Administrativos e dois para salas de aulas (usadas por quatro turmas e quatro professoras, duas em cada turno). No final do ano lectivo, como a Escola ainda estava como Comissão Organizadora,

veio do Ministério de Educação o Inspector Redinha, para fazer a avaliação dos alunos e realizar um Curso de Reciclagem para os professores.

Neste período inicial, não havendo pessoal para as limpezas, aos sábados, nós, da Secretaria, e as duas contínuas, descalças e de vassouras na mão, lavávamos as salas de aulas e as carteiras. Era divertidíssimo. (EF1)

No que concerne ao relacionamento com a Comissão Organizadora, com o pessoal docente, alunos, funcionários e pais/ encarregados de educação, salienta que foi sempre muito bom, porque existia respeito uns pelos outros independentemente dos cargos que exerciam.

Referindo-se ao processo anual de desmontagem da Escola, a ex-Chefe da Secretaria afirma:

Era um grande transtorno no final de cada ano lectivo termos que deixar os pavilhões, encaixotar tudo, desde os processos dos alunos aos dos professores e outro material dos Serviços Administrativos. Íamos para a Embaixada de Portugal fazer as matrículas para o ano lectivo seguinte. Isto só aconteceu nos primeiros anos, porque depois tivemos a Secretaria no Edifício do Alto-Maé e, mais tarde, um pavilhão na Feira onde podíamos permanecer todo o ano. (EF1)

Profundamente conhecedora do passado da Escola e de todos os procedimentos inerentes à abertura da Escola, formação da Comissão Organizadora e da sua legalização como cooperativa, a D. Irene indica que em Agosto de 1988 foi assinada, em Lisboa, a escritura da constituição da Cooperativa de Ensino e recorda que os titulares dos corpos sociais do primeiro mandato eram pessoas com as quais todo o corpo docente e não docente tinha um bom relacionamento, como declara no seu depoimento “... todos juntos demos o nosso melhor para o bem dos alunos e o bom nome da Escola.”

Refere, ainda, que foi nesse ano que se iniciou a lista para inscrição dos sócios da Cooperativa, o valor da inscrição foi de 5000\$00, podendo ser sócios os membros da Direcção, os professores, os funcionários e os pais e encarregados de educação.

Interpelada sobre quais os episódios mais felizes ou positivos e lamentáveis ou negativos daquela época, a Chefe dos Serviços Administrativos lembra:

No Natal, a Direcção da Cooperativa, os Professores e o Pessoal Administrativo e Auxiliar organizavam um almoço colectivo, onde cada um levava um doce ou um salgado e um presente, que no final do almoço era sorteado. Passávamos um dia muito animado e o essencial era o convívio.

O Carnaval também era uma época de grande alegria, os alunos, alguns professores e até funcionários apareciam e desfilavam com as suas máscaras e havia um concurso para premiar o melhor mascarado.

Como situação positiva, realço as quatro grandes inspecções que tivemos da Inspeção Geral de Educação de Portugal em que os relatórios sobre o trabalho efectuado foram sempre muito gratificantes, tanto para o Corpo

Docente como para os Serviços Administrativos.

Um acontecimento que deixou toda a Escola de luto e pesar foi, em 1991, a morte trágica do aluno Nuno Piteira, filho da professora Natividade Caramelo, vítima de acidente de viação numa das Avenidas de Maputo. (EF1)

6.2.2. O Responsável dos Recursos Humanos

O Senhor Anacleto Ângelo Dgedge exerce desde 1993 o cargo de Chefe dos Recursos Humanos na Escola Portuguesa, tendo transitado da EPM (Cooperativa), como a maior parte do pessoal administrativo, para a Escola Portuguesa de Moçambique.

Actualmente tem cinquenta e quatro anos de idade e é moçambicano, natural de Manjacaze. De 1986 a 1993 trabalhou na Empresa Industrial de Tabaco, exercendo várias tarefas: como aprendiz de escriturário, como segundo e primeiro escriturário e como chefe do departamento comercial e dos serviços de contabilidade.

Em 1993, o Engenheiro António Barata (membro da Direcção da Cooperativa) convidou-o para chefiar o sector dos Recursos Humanos da EPM, tendo sido contratado pela Direcção da Cooperativa.

Acerca desta, declarou não ter nada de menos positivo a apontar, tal como para com a Direcção Pedagógica, acerca da qual afirmou ter tido excelentes relações.

Já a respeito do relacionamento entre funcionários, disse ter havido em determinadas alturas alguns constrangimentos, mas que os mesmos se foram ultrapassando ao longo do tempo. Por suas próprias palavras "... algumas das colegas com quem tive divergências ao princípio tornaram-se, depois, grandes amigas."

Com os professores também não teve sempre relações cordiais, pois alguns professores (felizmente poucos) tratavam os funcionários com superioridade, "como se fôssemos seus empregados domésticos".

Referiu, ainda, na entrevista, o seguinte episódio:

Eu fui o primeiro moçambicano de raça negra a ser admitido na Área Administrativa da Escola. ... Aconteceu que, em mais de uma ocasião, desapareceu dinheiro do cofre e as suspeitas recaíram sobre mim, o que foi muito desagradável. A primeira vez, ainda no edifício do Alto Maé, não se conseguiu encontrar o culpado. Mais tarde houve outros roubos, desta vez no pavilhão da Área Administrativa na FACIM, e acabou por se conseguir provar que tinha sido a tesoureira, que foi imediatamente despedida. (EF5)

Questionado sobre como era viver em Maputo naquela época, o Senhor Dgedge afirmou: "Não era nada fácil, em 1993 havia carências de todo o tipo. Era a época do PRE⁶⁹ e vivíamos com algumas dificuldades que foram, pouco a pouco, sendo

⁶⁹ O "PRE" foi o Programa de Reabilitação Económica, implementado em Moçambique em sequência de negociações

ultrapassadas.”

Relativamente ao impacto da EPM na cidade e no país, o responsável pelos Recursos Humanos teceu as seguintes considerações:

Para os portugueses foi muito bom terem uma escola como a EPM para os seus filhos. Para os moçambicanos também foi bom, embora a matrícula na Escola não estivesse ao alcance da maioria. Mas foi sobretudo bom para os filhos dos antigos militares que combateram no exército português, os quais puderam, através das bolsas de estudo concedidas pelo Estado português, dar uma boa e sólida formação aos seus filhos. (EF5)

O Sr. Anacleto Dgege foi também transferido em 1999 para a nova escola continuando, desde então e até ao momento actual, a exercer o cargo de Chefe dos Recursos Humanos.

6.2.3. O Chefe dos Serviços de Manutenção

O Senhor Pascoal Bento exerce desde 2 de Maio de 1990 o cargo de Chefe da Manutenção da Escola Portuguesa, tendo transitado da EPM (Cooperativa), como a maior parte do pessoal docente, discente, administrativo e auxiliar, para a Escola Portuguesa de Moçambique.

Actualmente tem sessenta e seis anos de idade e é moçambicano, natural de Morrumbene, Inhambane. Enquanto trabalhador da Empresa Mabor (fábrica de pneus), exerceu a função de pedreiro durante doze anos.

Em 1990, o vice-presidente da Direcção da Cooperativa de então, o Senhor Correia, convidou-o para chefiar o sector da Manutenção da EPM, um novo sector da Escola. Efectivamente, com o crescimento da Escola era necessária uma equipa para fazer os trabalhos de manutenção das instalações (os pavilhões da feira já eram antigos e nem sempre eram remodelados pelas empresas expositoras) e para a, também necessária, adaptação das mesmas a salas de aulas.

O senhor Pascoal refere que ele e a sua equipa (chefiava seis trabalhadores) realizavam um trabalho árduo, sobretudo na altura da montagem e desmontagem da Escola. Segundo as suas palavras:

Era preciso tirar e armazenar todo o equipamento das salas, “destruir” as mesmas (referia-se às divisórias) para voltar aos pavilhões originais, desmontar ares-condicionados, portas e quadros, etc., num período de tempo muito curto. A maior parte dos vezes saíamos às 22.00 ou 23.00h. (EF6)

Tinha ainda a seu cargo outras tarefas, como a compra dos materiais e ferramentas. Ia

com o FMI e o Banco Mundial, que abriu as portas à iniciativa privada e se revelou favorável ao crescimento económico do país, não tendo, todavia, conseguido impedir o agravamento do défice comercial e do custo de vida da população.

de motorizada (comprada para seu uso, mas furtada num assalto que teve em 1995) pedir as cotações às empresas e, posteriormente, ia com a carrinha e o motorista comprar os materiais.

Relativamente ao relacionamento com as Direcções das Cooperativas, este funcionário indicou que sempre foram boas, excepto com a última Direcção (o último mandato antes da extinção da Escola), a qual nunca efectuou o pagamento devido das horas extraordinárias da equipa de manutenção.

No que concerne ao relacionamento com a Direcção Pedagógica e com o Corpo Docente, referiu que não tem nada a apontar, uma vez que eram áreas pouco ligadas à Manutenção. Com os restantes funcionários, administrativos e auxiliares, indicou que as relações eram boas, por vezes com pequenos atritos, mas tudo se resolvia.

Com os alunos o relacionamento também era bom, no entanto, o encarregado da manutenção lembra que nas últimas semanas de aulas se notava alguma euforia nos estudantes, que partiam vidros (normalmente ao jogar à bola próximo das salas de aulas) e outros materiais, como cadeiras. A situação só começou a ser controlada quando a Direcção da Escola instituiu a lei que todo o aluno que partisse algum equipamento escolar teria de o pagar. A esse propósito, o Senhor Pascoal recorda que foi, em certa ocasião, insultado por um aluno. Tendo a situação sido comunicada ao Director de turma, que chamou o encarregado de educação, o aluno foi obrigado a pedir-lhe desculpas e teve ainda outro castigo. Nos anos seguintes, no entanto, ficaram amigos: o aluno ia à sua procura à Manutenção para conversar.

O Senhor Pascoal Bento foi também transferido em 1999 para a nova escola continuando, desde essa altura e até ao momento presente, a exercer o cargo de Chefe dos Serviços de Manutenção. Tem supervisionado trabalhadores da empresa portuguesa Soares da Costa (a empresa construtora da nova Escola) quando estes vêm prestar serviços à Escola.

6.2.4. A Chefe de Pessoal

A Chefe do Pessoal Auxiliar da EPM foi, durante cerca de dez anos, a D. Ana Maria Lopes Nogueira. Foi admitida como auxiliar de Educação em Novembro de 1989.

A D. Ana, actualmente com sessenta e três anos de idade, nasceu no Sobralinho, Alverca – Portugal e foi muito pequena para Angola, onde permaneceu quinze anos. Naquele país trabalhou na Força Aérea Portuguesa, como funcionária pública. Já em Moçambique, trabalhou na Cooperativa da Açucareira de Xinavane como empregada de Balcão.

Ingressou na EPM em Novembro de 1989, como auxiliar de Educação. Cerca de dezoito meses depois foi-lhe atribuído o cargo acumulativo de Chefe de Pessoal. Nessa altura, o seu trabalho num dos turnos era o mesmo (de auxiliar educativa, na altura designado por contínua), no outro turno tinha as seguintes tarefas: passar vistoria à Escola para verificar as limpezas, distribuir os materiais de higiene e limpeza, tomar conhecimento de ocorrências e ir às compras quando necessário.

Como aspectos positivos a apontar à EPM, a Chefe de Pessoal afirmou “com as piores condições de instalações, as aulas e relações humanas eram um sucesso”; como aspecto negativo, apontou novamente as condições das salas de aulas.

Em relação ao relacionamento entre elementos da comunidade educativa, a D. Ana declarou:

Com os alunos, o pessoal docente e o pessoal administrativo as relações eram muito boas. Com o pessoal auxiliar por vezes era difícil, alguns eram um pouco preguiçosos, queriam fazer as coisas à sua maneira e não como lhes era indicado para fazerem. Com respeito à Direcção da Cooperativa não era fácil, se uns elementos eram acessíveis, outros não nos ouviam, achavam-se superiores. Com os encarregados de educação também havia um lado bom, mas havia alguns que eram agressivos e desrespeitadores para com os trabalhadores da Escola. (EF2)



Fotografia 37 – Duas auxiliares educativas, a D. Palmira Gomes (em pé), a D. Ana Nogueira (Chefe do Pessoal) e a professora Anabela Ferreira, à frente do gabinete do pessoal auxiliar.

Solicitada para que recordasse os episódios mais marcantes que viveu na EPM, esta funcionária lembra o seguinte:

As visitas, em ocasiões diferentes, de duas figuras ilustres: a Sr.^a D. Maria Barroso e a 1.^a dama, a Sr.^a D. Maria José Rita, foram engraçadas. No caso da primeira visitante, tivemos de arranjar à pressa uma sala de visitas e prepará-la com as poucas condições que tínhamos: nem jarras de flores, nem cadeiras confortáveis (estas tiveram de ser pedidas à FACIM), mas correu tudo bem, foram maravilhosas.

As diversas festas da Escola foram momentos inesquecíveis. Lembro-me, também de, em certo ano, ter havido um concurso de chapéus do 1.^o Ciclo, em que eu, espontaneamente, resolvi participar entrando com um grande

chapéu... de sol.

Como episódio comovente, recordo a ocasião em que um aluno teve meningite e esteve muito mal. O susto que apanhámos!

Situações muito tristes, que nos enlutaram, foram o falecimento súbito de dois alunos: um, num acidente de viação (o filho da professora Natividade), e o outro (uma aluna) por suicídio. (EF2)



Fotografia 38 – No concurso de chapéus (Dia Internacional da Criança, 1995), a D. Ana “concorre” com uma sombrinha de praia.



Fotografia 39 – Numa noite de fados, uma das muitas festas-convívio da EPM, as divertidas D. Ana Nogueira e professora Isabel Loio.

A D. Ana Nogueira sempre foi uma funcionária respeitada por todos e disciplinadora para os alunos que, apesar disso, sempre tiveram um sentimento de muito carinho por ela, conforme testemunho de alguns dos entrevistados (capítulo do corpo discente).

O seu profissionalismo também foi posto ao serviço da EPM-CELP, onde ainda se encontra, e onde também exerceu o cargo de Chefe do Pessoal Auxiliar durante alguns anos. Actualmente está mais ligada ao sector administrativo, prestando apoio à Coordenação de Ciclos e à Direcção Pedagógica.

Capítulo VII – A Associação de Pais e Encarregados de Educação

A Associação de Pais e Encarregados de Educação é uma organização voluntária de extrema importância na medida em que constitui um dos órgãos de apoio de orientação educativa da Escola.

De acordo com o Decreto-Lei nº 372/90:

“Artigo 1.º

1 – O presente diploma aprova o regime que disciplina a constituição das associações de pais e encarregados de educação, adiante designadas por associações de pais, e define os direitos e deveres das referidas associações, bem como das suas federações e confederações.

2 – O presente diploma define, ainda, os direitos dos pais e encarregados de educação enquanto membros dos órgãos de administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário e respectivas estruturas de orientação educativa.”⁷⁰

Ainda segundo o mesmo Decreto-Lei, as associações de pais visam a defesa e a promoção dos interesses dos seus associados em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e educandos que sejam alunos da educação pré-escolar ou dos ensinos básico ou secundário, público, particular ou cooperativo.

Existem referências a uma Comissão de Pais da EPM anterior à que se fará alusão seguidamente, mas não foi possível aceder a informações acerca da mesma, nem à data da sua formação ou ao período do seu mandato (supõe-se ter exercido funções nos anos lectivos de 1989/90 e 1999/91).

De acordo com a circular Nº 1/92, foi eleita, em finais de Novembro de 1991, a Comissão de Pais da Escola Portuguesa de Maputo.

7.1. Constituição/ intervenção da Comissão de Pais e Encarregados de Educação

Na mesma circular a que se fez anteriormente referência, datada de 9 de Abril de 1992, assinada pela Presidente da Comissão de Pais, Isabel Loio, e pela Directora Pedagógica, Ana Maria Lopes, dá-se a conhecer a sua constituição, o trabalho já realizado e o que a referida Comissão se propunha a realizar.

Era a seguinte a constituição desta Associação de Pais:

Isabel Carmona, Isabel Loio, Leda Ximene, Maria Domingas Peixoto, Maria João Garcês, Olívia Pinto, Paula Almeida, Susana Silva, Zuleika Ravat e Issufo Adam.

⁷⁰ p.4848 do Decreto-Lei nº 372/90, autorização legislativa concedida pelo artigo 1.º da lei nº. 53/90 de 1 de Setembro.

De entre os membros acima citados, a circular salienta a colaboração mais activa de: Maria João Garcês, Zuleika Ravat, Issufo Adam, Susana Silva e Isabel Loio.

Como actividades desenvolvidas pela Comissão indicam-se:

- Organização da festa de Natal;
- Reabertura da cantina escolar, já instalada pela anterior Comissão e sua manutenção; admissão de uma funcionária remunerada pela Comissão;
- Abertura e manutenção da cantina da Sala de Convívio. (Salienta-se a dedicação de um grupo de alunos e de uma funcionária cedida pela Escola para o seu bom funcionamento);
- Tentativa de resolução dos problemas de trânsito nas horas de ponta da Escola;

Solicitando e agradecendo antecipadamente toda e qualquer contribuição dos pais, a Comissão propunha-se a fazer o seguinte:

- Continuação da tentativa de melhoramento do trânsito nas vias de acesso à EPM nas horas de ponta da Escola (maior afluência de entradas e saídas de alunos);
- Compra de fardamento para os funcionários da Escola, aproveitando fundos angariados pela Comissão cessante, propondo-se esta Comissão a repor o montante em falta;
- Ajuda na formação da Associação de Estudantes.

Esta Comissão de Pais e Encarregados de Educação da Escola Portuguesa de Maputo, colaborava com a Direcção da Escola e com o corpo docente dando sugestões e contribuindo com propostas de superação de alguns constrangimentos, bem como levando a cabo uma série de actividades de cariz cultural e social.

Promovia e colaborava em diversas actividades culturais, recreativas e de complemento curricular, anualmente programadas, para os filhos/ educandos dos sócios da Cooperativa.

7.2. A Presidente da Associação de Pais

Para este trabalho, foi entrevistada a Presidente da Associação de Pais da Escola Portuguesa de Maputo no ano lectivo de 1991/1992, a professora Isabel Loio. Afirmou ter nessa altura regressado a Maputo, donde é natural, depois de ter vivido 13 anos em

Portugal e de ter sido professora de Matemática em Santo André e Santiago do Cacém, de 1987 a 1990.

Tendo uma filha que na altura começou a frequentar o ensino pré-escolar, interessou-se pela vida da Escola e aceitou o desafio de integrar a lista que venceu as eleições para a Comissão de Pais, tendo de imediato sido eleita presidente.

A comissão era formada por dez elementos, salientando-se a colaboração mais activa de cinco desses elementos (já indicados na Circular), os quais se reuniam mensalmente ou sempre que houvesse assuntos prementes que justificassem encontros mais frequentes.

A ex-presidente considerou que a intervenção da Comissão teve sobretudo um cariz cultural e social.

No que diz respeito a assuntos pedagógicos, apenas foi abordada uma vez para estar presente numa reunião que visava a resolução de um relacionamento problemático entre uma professora e uma turma, pelo que a ex-presidente afirma: “Sentíamos que tudo o que fosse relacionado com a área pedagógica, constituía um campo 'proibido', onde a nossa opinião era vista como uma afronta.”

De entre muitas actividades desenvolvidas, a professora Isabel Loio destacou:

- Organização da festa de Natal de 91/92,
- Reabertura da cantina já existente e sua manutenção;
- Abertura e manutenção de outra cantina na sala de convívio dos alunos;
- Compra de cadeiras e mesas para a esplanada da cantina da Sala de Convívio;
- Compra de um reservatório em fibra de vidro, para acumulação de água;
- Admissão de um funcionário para a cantina;
- Apresentação das contas da cantina;
- Apoio na organização das festas da Escola;
- Compra dos fardamentos para os funcionários de toda a Escola;
- Organização do trânsito à porta da Escola em horas de ponta;
- Formação da Associação de Estudantes da Escola (Organização do processo eleitoral e apoio às listas com um donativo);
- Contribuição no pagamento de algumas despesas das actividades extracurriculares de Fotografia;
- Organização da festa de fim do ano lectivo 1991/92;

- Contributo monetário nas despesas das festas.

A professora Isabel Loio referiu que a Comissão de Pais antecedente, com os fundos obtidos de um arraial realizado no final do ano lectivo de 1989/1990, comprara o equipamento necessário para a abertura da cantina. A seu cargo tinham a gerência da mesma, nomeadamente fazer as compras, apoiados pela carrinha da Escola.

A direcção da Escola cedeu dois dos seus funcionários para trabalharem na cantina, e os lucros desta revertiam para a Comissão de Pais.

A Comissão de que foi presidente deu continuidade à exploração da cantina existente. Dado o acréscimo de alunos e a dispersão das salas, a cantina tornou-se pequena para responder a tantas solicitações (esta cantina também servia os funcionários e professores) pelo que houve necessidade de se criar outra cantina, tendo esta ficado junto da sala de convívio dos alunos. Ao cargo da Comissão esteve o apetrechamento da mesma, com os lucros da outra cantina. A Direcção da Escola deixou de disponibilizar um dos funcionários, pelo que a Comissão de Pais se viu na obrigação de admitir um funcionário remunerado por si, perante a incapacidade monetária apresentada pela Direcção da Cooperativa.

As compras eram feitas pela própria presidente, apoiada pela carrinha da Escola. Na altura, a oferta de produtos não era muita, pois a sua importação não era fácil, muitos desses produtos entravam no país por via terrestre (da vizinha África do Sul), dependendo dos problemas emergentes, face ao clima de guerra que se vivia.

Os outros membros da Comissão de Pais quando podiam ajudavam nas compras, e apoiavam na elaboração das contas da cantina.

Os maiores constrangimentos foram a falta de água corrente a partir das 13 horas e a ruptura de *stock* quando não havia os produtos no mercado.

Em Outubro de 1992 a presidente passou a integrar o corpo docente da Escola. A Direcção da Cooperativa, bem como a Direcção da Escola, acharam por bem que as cantinas passassem a ser exploradas pela própria Escola, onde os lucros obtidos passariam a pertencer a um Fundo Social da Escola, a aplicar em necessidades da Escola.

No entanto, havendo necessidade de haver um professor responsável pelas cantinas, a professora Isabel Loio foi nomeada para o cargo em Novembro de 1992, tendo permanecido nestas funções até Agosto de 1995.

7.3. Outras Comissões de Pais

Terminado o mandato da Comissão de Pais de que era Presidente a professora Isabel Loio, em 15 de Janeiro de 1993 foi eleita uma nova Comissão, a qual publica um artigo na revista da Escola, *Laço de União* (Nº2). Nesse artigo, indica que se propõe a tratar de assuntos pendentes do ano anterior, como a regulamentação da circulação e estacionamento de viaturas junto ao acesso à escola, os fardamentos e a verificação do cumprimento do regulamento interno da escola, entre outros. Solicita, ainda, a colaboração dos Pais e Encarregados de Educação através da comunicação de problemas existentes e apresentando sugestões para o melhor funcionamento da comissão. Por último, são indicados os elementos que faziam parte da Comissão, respectivamente: Isabel Nunes, Ana Maria Pereira, José Carlos Rodrigues, Isabel Oliveira, Johara Ahmad, António Marcelo, Elide Carneiro, Aida Sales, Mahendra Govan, António José Morais, Ratan Freire, Íris Laranjeira e Charles Issá. Não se encontraram, porém, quaisquer outras referências ao trabalho efectuado por esta Comissão de Pais e Encarregados de educação.

O *Laço de União* Nº2/94 (o 7º número), num artigo intitulado “Criada Associação de Pais” anuncia que no dia 3 de Março de 1994 se realizou uma Assembleia de Pais e Encarregados de Educação que, por largo consenso, aprovou o “Projecto de Estatutos” da futura associação. Nesse encontro foi solicitado aos presentes que fizessem a sua inscrição para integrar a futura associação, aguardando-se uma grande adesão dos pais e, posteriormente, a 21 de Abril, ratificou-se o “Projecto de Estatutos”, ficando a eleição dos órgãos sociais adiada para depois da concretização da legislação dos estatutos. Todavia, tal como a anterior Comissão, desconhece-se o trabalho realizado, tal como a duração do seu mandato.

Até ao encerrar da Escola em 1999, não se conheceram outras Comissões ou houve quaisquer eleições para a Comissão de Pais e Encarregados de Educação, o que foi várias vezes apontado em relatórios da Direcção Pedagógica, nas publicações da Escola (onde foram lançados apelos aos sócios para que se organizassem), bem como no Projecto Educativo, como sendo uma situação que urgia resolver.

Desconhecem-se as razões de tal facto, mas certamente que se prenderiam com a falta de organização e/ou de disponibilidade dos próprios pais e encarregados de educação para se candidatarem e formarem listas, que seriam sujeitas a aprovação na Assembleia Geral de sócios da Cooperativa de Ensino.

Capítulo VIII - A imagem da EPM

Tratando-se a EPM de uma escola activa e sendo um dos seus objectivos incrementar o ensino e a difusão da língua e cultura portuguesas, bem como integrar os alunos no contexto local moçambicano, eram múltiplas as actividades que praticava, envolvendo diversas entidades e indivíduos da comunidade educativa e do meio envolvente.

Ao longo dos seus catorze anos, a Escola Portuguesa de Maputo conseguiu, utilizando variadas e distintas formas, divulgar a sua imagem dentro e fora da comunidade educativa. Fazia-o, através:

- das suas publicações (revistas/ jornais escolares);
- das exposições anuais dos trabalhos dos alunos;
- das festas e comemorações de efemérides;
- do grupo de teatro *Estaminé*;
- das visitas de várias entidades à Escola;
- de actividades recreativas e desportivas;
- do envolvimento com a comunidade local;
- entre outros.

É sobre estes meios de divulgação da Escola que nos debruçaremos a seguir.

8.1. As publicações da EPM

A Escola Portuguesa de Maputo durante a sua existência teve pelo menos quatro publicações, nomeadamente:

- O Boletim Informativo *Laço de União*
- O Boletim Informativo *CELPInformação*
- Um jornal trimestral (sem título)
- O Boletim Informativo *O Cooperador*

Em seguida, procederemos a uma análise detalhada das três primeiras publicações, uma vez que, da última revista, foi publicado o primeiro número já no período de transição da EPM para EPM-CELP, isto é, *O Cooperador* dos meses de Setembro e Outubro de 1999, visto que era uma revista bimestral e da autoria da Direcção da Cooperativa de Ensino.

8.1.1. O Boletim Informativo *Laço de União*

O Boletim Informativo da Escola Portuguesa de Maputo *Laço de União* teve o seu

primeiro número publicado em 8/12/92 e, o que cremos ser o último – o número oito (número três de 1994) –, em Junho/ Julho de 1994, pelo que concluímos que foi publicado durante os anos lectivos de 1992/93 e 1993/94, por um período de pouco mais de um ano e meio.

Analisando-se a revista de um modo global, verifica-se que o *Laço de União* procurou dar voz a todos os sectores relevantes da Comunidade Educativa. Dessa forma, destacava-se: o espaço para a Direcção da Cooperativa, a voz da Comissão de Pais e da Associação de Estudantes, o sector do Corpo Docente, que informava sobre a Pedagogia e o Ensino, a Saúde Escolar, da responsabilidade da Médica e da Psicóloga, a Área Social, o espaço das notícias e o diálogo aberto com os leitores e, intercalados entre os diversos espaços, eram divulgados alguns trabalhos dos alunos, essencialmente poemas.

Em seguida, anexamos três imagens: dos dois logótipos que esta publicação teve e da capa de um dos números, após o que analisaremos os oito números desta pequena revista.

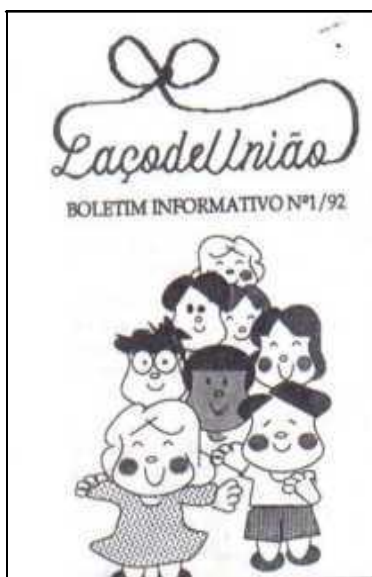


Figura 6 – 1.º logótipo da revista *Laço de União*.



Figura 7 – 2.º logótipo da revista *Laço de União*. Este N°2/94 era, na verdade, o N°7, se considerarmos a contagem desde o início da publicação do Boletim.

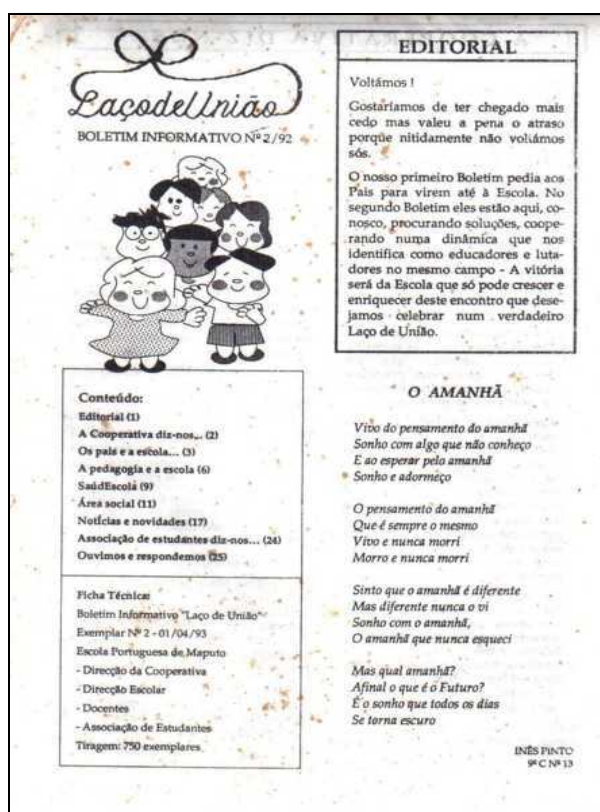


Figura 8 - Capa (e 1.ª página) do *Laço de União* N°2

Análise descritiva dos “Laços de União”:

Laço de União
Boletim Informativo N°1/ 92
Maputo, Dezembro de 1992

CONTEÚDO:

- Editorial (1)
- O que é a nossa escola (2)
- A nova direcção (3)
- Os pais e a escola (4)
- A pedagogia e a escola (5)
- SaúdEscola (9)
- Acção social (10)
- Concursos (10)
- Notícias e novidades (11)
- Associação de estudantes diz-nos... (13)
- Ouvimos e respondemos (14)

FICHA TÉCNICA:

Boletim Informativo “Laço de União”
 Exemplar N° 1 – 08/12/92
 Escola Portuguesa de Maputo
 - Direcção da Cooperativa
 - Direcção Escolar
 - Docentes
 - Associação de Estudantes
 Tiragem: 1000 exemplares

OBJECTIVO: De acordo com o Editorial deste primeiro número, “Um dos males desta escola tem sido a falta de comunicação entre os núcleos da comunidade educativa.”

Mais adiante refere que as palavras/ signos permitem-nos traduzir sentimentos, ideias, experiências novas, pelo que nada deve impedir essa comunicação entre a Escola, os pais, os alunos, a comunidade. E prossegue, com a indicação dos objectivos da publicação:

É este o nosso propósito quando pensamos criar um boletim informativo para todos aqueles que se interessam e gostam da EPM. Desejamos assim informar-vos sobre a dinâmica educativa implementada pela escola, assim como também sobre certos aspectos funcionais que possam suscitar dúvidas.

Contudo este acto de informar poder-se-á tornar também num acto de comunicar, se da parte das pessoas que nos “ouvem” houver respostas ou acções às mensagens emitidas.

Contamos convosco para activar esta forma de comunicação. Proponham-nos ideias, sugestões, opiniões, etc. sobre a dinâmica da escola. Lutem pela mudança...

Escrevam-nos!!! (p.1)

Neste primeiro número, na 2ª página, há um texto sobre “O que é a Escola” que faz uma resenha histórica da mesma, dando também conta do seu crescimento e de como era feita a gestão escolar.

Na página 3 indica-se a constituição da nova Direcção Escolar, eleita a 21 de Setembro, e apresentam-se seis caricaturas dos seus membros, desenhos da autoria do professor Calisto Namburete.

As questões tratadas na página 4 dizem respeito à Associação de Pais que se pretendia criar: “É vital para uma Comunidade Educativa a existência de uma Associação de Pais forte, coesa e interveniente.” Posteriormente, apresentam-se as funções da Associação e sugestões para a intervenção da mesma na Escola. Por último, é lançado um apelo para que os pais interessados em pertencer à Associação contactassem o Director de turma ou a professora do educando.

Na página 5 e nas três seguintes, denominada “Pedagogia e a Escola”, abordam-se os seguintes assuntos: A Reforma do Sistema Educativo, as novas disciplinas, a disciplina de DPS (Desenvolvimento Pessoal e Social) e de Educação Visual e Tecnológica.

Na página 9, SaúdEscola, esclarece-se o leitor sobre o objectivo da página, seguindo-se o assinalar do dia Mundial do Não Fumador transmitindo, sobre esse tema, algumas curiosidades e recomendações aos fumadores.

Na página 10 é lançado um apelo de Acção Social para uma Campanha de

Solidariedade para com os portugueses mais necessitados, solicitando-se doações de material escolar, vestuário e calçado. Na mesma página lança-se o concurso para o hino da Escola, com o título “Hino precisa-se!!!” e solicitam-se propostas até ao dia 18 de Janeiro de 1993.

As “Notícias e Novidades” das páginas 11 e 12 divulgam os seguintes assuntos: o lançamento das Actividades Extra-Curriculares (artigo dirigido aos pais e encarregados de educação); a participação da EPM no arraial de São Martinho promovido em Maputo pelo Hotel Polana e pela TAP Air Portugal, destacando a participação activa no evento da Associação de Estudantes da Escola; a visita do grupo de Folclore da TAP à nossa Escola a 12 de Novembro e a troca de impressões com os alunos acerca dos trajes, instrumentos musicais e danças típicas; o intercâmbio entre o Colégio Delta e a EPM nos campeonatos desportivos de basquetebol e futebol; a divulgação de uma palestra intitulada “Adolescência”, marcada para 8 de Dezembro, dinamizada pelos professores Marilinda, Susana e Luís Perdiz.

Na página 13, “Associação de Estudantes diz-nos...”, dá-se a conhecer a formação da Associação (a 11 de Maio) e o programa de acções – Desportivas, Recreativas e Culturais –, que pretendia levar a cabo.

Na 14ª e última página, “Ouvimos e Respondemos”, faz-se um apelo à Comunidade Educativa para que participem na mesma, enviando questões, ideias e sugestões.

Laço de União
Boletim Informativo N°2/ 92
Maputo, Abril de 1993

CONTEÚDO:

Editorial (1)
A Cooperativa diz-nos... (2)
Os pais e a escola... (3)
A pedagogia e a escola (6)
SaúdEscola (9)
Acção social (11)
Notícias e novidades (17)
Associação de estudantes diz-nos... (24)
Ouvimos e respondemos (25)

FICHA TÉCNICA:

Boletim Informativo “Laço de União”

Exemplar N° 2 – 01/04/93

Escola Portuguesa de Maputo

- Direcção da Cooperativa

- Direcção Escolar

- Docentes

- Associação de Estudantes

Tiragem: 750 exemplares

Para além da indicação do Conteúdo e da Ficha Técnica, da capa deste 2º número consta o Editorial, que justifica o atraso da publicação do número, realça a já efectiva colaboração dos Pais (solicitada no número anterior), e o poema “O Amanhã”, da aluna do 9ºC, Inês Pinto.

Na 2ª página, o artigo da Direcção da Cooperativa apresenta uma breve análise institucional e financeira da Escola, referindo a concessão do terreno para a construção de “uma verdadeira escola”, e dando conta que os “montantes acumulados são manifestamente insuficientes para o efeito”.

As páginas 3 a 5 são dedicadas a “Os Pais e a Escola”. Enquanto na página 3 a anterior Comissão de Pais faz um balanço da sua actividade, considerando-a positiva. Na página 4, a nova Comissão – eleita em 15/01/93 –, diz que se propõe tratar de assuntos pendentes do ano anterior, solicita a colaboração dos Pais e Encarregados de Educação e informa quem são os novos elementos. Nesta secção surge ainda um texto intitulado “A importância do Jardim Infantil” da autoria da Psicóloga Escolar Susana Sampaio.

Do espaço “A Pedagogia e a Escola” consta um artigo do Grupo Pré-Escolar que aborda duas visitas de estudo efectuadas pelo grupo da Infantil e da Pré, ao Jardim Zoológico e à Olaria, respectivamente. Segue-se um texto sobre as dificuldades de aprendizagem e o ensino mais individualizado assinado pela professora Filomena Silva e pela Psicóloga Susana Sampaio.

Na “SaúdeEscola”, num artigo de 2 páginas, a Dr.ª Idília Ruas fala sobre a alimentação correcta lembrando, também, alguns cuidados de higiene alimentar e desaconselhando aos alunos o mascar de pastilhas elásticas.

Na Área Social, espaço que neste número foi contemplado com 6 páginas, destacaram-se artigos sobre:

- A Biblioteca: atendimento, horário, utilização dos livros,...
- A Cantina: preçário de salgados, doces e bebidas.
- Crónica de Natal: relato da festa, da grande Árvore de Natal, do Presépio, dos cenários e actores, ... no relvado do Hotel Polana.

- Festa de Carnaval: desfile de máscaras, representação de histórias, canções e danças.

- Actividades Extra-Curriculares: Natação, Futebol, Atletismo, Basquetebol, Dança Moderna, Patinagem, Inglês, Fotografia, Atelier de Artes Plásticas, Sala de estudo orientado.

- Estaminé – Grupo Cénico – Oficina de Teatro: representação de Natal, no Hotel Polana; “primeira verdadeira apresentação” na Casa do Gaiato.

Na secção “Notícias e Novidades” dá-se os parabéns à Escola Portuguesa de Nacala, que abriu as portas a 18 de Janeiro de 1993. Aborda-se o lançamento, em Massaca, da 1ª pedra das futuras instalações da Escola de Artes e Ofícios, anexa à Casa do Gaiato. Segue-se, na página 18, o anúncio da criação de Gabinete de Orientação Vocacional, pela Psicóloga Manuela Almeida. Nessa página é ainda publicado um poema “Quando eu crescer”, da aluna Vera Pereira (6ºA) e a divulgação de um Concurso da TAP, comemorativo do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, subordinado ao tema “A relação de Portugal com o mundo nos dias de hoje”. Na página 19, anexa a uma humorística prancha de Banda Desenhada da Mafalda, consta a lista dos (muitos) alunos que integraram o Quadro de Excelência no final do 1º Período. Seguidamente, divulga-se uma visita de estudo do 3º ano à Tempográfica, responsável pela Revista Tempo, muito antiga na cidade de Maputo (e Lourenço Marques) e algumas fotografias dessa e de outras visitas de estudo. Da página 22 constam: uma palestra dada por Mía Couto sobre o Dia da Árvore num dos Ginásios da Escola; um artigo da Actividade Extra-Curricular de Fotografia; um texto sobre a festa da Páscoa e a exibição das modalidades desportivas com representatividade na Escola; a divulgação das visitas recebidas em Março: do Sr. Secretário das Comunidades e Cooperação, Sr. Dr. Biosa e Gala, e do Sr. Dr. Miguel Cadilhe, Administrador do Banco de Fomento. Na página 23 dá-se a conhecer à Comunidade a forma como no dia 21 de Março, Dia da Árvore, em contacto com a Natureza, se realizou um convívio são e alegre de alunos, pais e professores, em que se procedeu ao plantio de cerca de 200 pequenas árvores que ficaram a assinalar a presença de todas as turmas no terreno da “nossa futura escola”.

No sector “Associação de Estudantes diz-nos...” dá conta da demissão de uma Associação de Estudantes e da eleição, no dia 24 de Março, Dia do Estudante, de uma nova Associação, à qual o *Laço de União* deseja as boas vindas e bom trabalho. Na mesma página, publica-se o poema “Ressentimento”, de Niucha Vasconcelos, aluna do 9ºA.

No espaço “Ouvimos e respondemos”, páginas 25 e 26, é publicado um extracto da

carta de um Encarregado de Educação que coloca várias questões sobre a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, a qual é respondida pela Directora da Escola e pelo Padre Daniel, um dos professores que a leccionava.



Fotografia 40 - Concentração de elementos da Comunidade Escola no terreno da futura Escola, para plantio de pinheiros e casuarinas, no “Dia da Árvore”.

Laço de União
Boletim Informativo Nº3/ 93
Maputo, Junho de 1993

CONTEÚDO:

- Editorial (1)
- A Cooperativa diz-nos... (2)
- Os pais e a escola... (3)
- A pedagogia e a escola (7)
- Quadro de Honra (10)
- SaúdeEscola (11)
- Acção social (14)
- Notícias e novidades (17)
- Associação de estudantes diz-nos... (19)
- Ouvimos e respondemos (20)

FICHA TÉCNICA:

Boletim Informativo “Laço de União”

Exemplar Nº 3 – 01/06/93

Escola Portuguesa de Maputo

- Direcção da Cooperativa

- Direcção Escolar

- Docentes

- Associação de Estudantes

Tiragem: 750 exemplares

Nos mesmos padrões que o número anterior, o Nº3 também contém na capa a Editorial e um poema: “A Esperança”, de Denise Costa, aluna do 6ºA.

No espaço dedicado à Cooperativa, fala-se de “A nova Escola: a elaboração do Projecto”. Nesse artigo, dá-se a conhecer a confirmação da concessão do terreno para a construção da Escola, a parcela 141 do Bairro da Costa do Sol, junto ao viveiro do Jardim Botânico do Conselho Executivo da cidade de Maputo, e os trabalhos que tinham sido feitos, nomeadamente: levantamento topográfico; sondagens, ensaios de campo e estudos de geotecnia; reconhecimento das condições em que se iria processar o saneamento e o abastecimento de água e energia eléctrica. Refere a solicitação para a elaboração do projecto que a EPM dirigiu ao DGRE (Departamento de Gestão de Reservas Educativas) do Ministério de Educação, pedido acerca do qual se aguardava despacho do Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos. Indica, ainda, que era esperada, na primeira quinzena de Julho, uma equipa técnica do DGRE para reconhecer, no local, as condições do terreno e as questões que com ele se relacionavam, bem como para precisar o programa do projecto.

Na página destinada aos pais, lança-se um alerta acerca da permanência de alunos no recinto exterior à Escola, usando o argumento de que estavam autorizados pelos encarregados de educação para saírem. Segue-se um longo texto sobre a Reforma Educativa, com possíveis perguntas e respectivas respostas, retirado de uma informação do Ministério da Educação aos Pais e Encarregados de Educação de 03/05/93, ao qual se segue um artigo da Directora do 3º Ciclo sobre as presenças de encarregados de educação nas reuniões da Escola, apresentando um quadro estatístico que comprovava ser essa presença bastante reduzida (percentagens, por turma, situadas entre os 23 e os 44%).

No espaço dedicado à Pedagogia, o Grupo Disciplinar de Inglês publica um texto sobre as suas práticas nas aulas e dois poemas em língua inglesa, de alunos do 9º e do 12º

anos. Segue-se um artigo sobre o “Insucesso Escolar na EPM”, que apresenta uma análise minuciosa sobre as avaliações do 1º e do 2º períodos que foram de 17% no 2º Ciclo, 25% no 3º, e 21% no Secundário. Apresenta, em seguida, por ano de escolaridade, a relação dos alunos que se mantiveram ou integraram pela primeira vez o Quadro de Excelência no 2º período escolar, seguindo-se os parabéns aos alunos finalistas, o primeiro grupo de alunos da EPM que terminaram o 12º ano (1992/ 93).

Da rubrica SaúdEScola, consta o artigo de três páginas “Puberdade Geracional”, onde a Psicóloga Susana Sampaio simula um diálogo entre um adulto e dois adolescentes, um rapaz e uma rapariga. Nesta secção há ainda um aviso sobre a vacinação anti-tetânica.

Na “Área Social”, dá-se destaque à festa da Páscoa, essencialmente uma festa desportiva, no âmbito da Educação Física e as actividades extra-curriculares. Nas páginas 15 e 16, a Comissão de Festas anuncia actividades desenvolvidas na Semana Cultural Africana e no 1 de Junho, Dia Internacional da Criança. Assim, na semana em questão - de 24 a 29 de Maio -, a Escola organizou: uma exposição de arte africana, trazendo os pintores e escultores Chissano, Naguib, Noel Langa e o grupo Favana, duas sessões de teatro do grupo Mutumbela Gogo, uma palestra sobre a história político-social moçambicana, bem como danças, cantares e passagens de trajes tradicionais africanos. Sobre o Dia da Criança, relatam-se as actividades dedicadas aos mais pequenos, da infantil ao 6º ano de escolaridade. O programa desse dia incluiu: pintura de um mural na Escola; teatro de fantoches “Joana não gosta de papa”; palhaços animados; gincana de bicicletas, corridas de sacos, molas, bacias e colheres; jogos de futebol; lançamento de papagaios de papel; lanche e entrega dos prémios aos vencedores.

As páginas dedicadas às “Notícias e Novidades” apresentam os seguintes títulos:

- Concurso Cultural TAP Air Portugal – Trabalho de expressão visual, poética, escultória ou escrita revelando conhecimento da História da Pátria – faixa etária dos 14 aos 18 anos.

- Teatro na Escola – Divulgação de representações do Estaminé: 21 de Maio, Dia do Autor Português, com a peça *Auto da Vida e da Morte* e, no jantar comemorativo do 10 de Junho, *Luís de Camões*.

- Semana da Língua Portuguesa – Actividades apresentadas no âmbito desta semana: Lançamento da colectânea “Nós escrevemos este mar”; Exposição de trabalhos realizados pelos alunos; Feira do Livro – cerca de 500 títulos, volume de vendas de mais de 11 milhões de meticais; presença da escritora portuguesa Lídia Jorge na inauguração da Feira.

- Rastreio de Grupo Sanguíneo – A área de Saúde em colaboração com os serviços do HCM propôs-se a fazer o rastreio e, com base num inquérito, 120 alunos deram resposta afirmativa.

- O 10 de Junho na Escola Portuguesa de Maputo – Informa que a Comissão para o 10 de Junho levou a cabo várias iniciativas: no dia 9, inauguração da exposição de trabalhos dos alunos na Embaixada de Portugal; no dia 10, visita ao campo dos soldados portugueses da ONUMOZ, participação numa cerimónia presidida pelo Sr. Embaixador de Portugal, com o içar das bandeiras Nacional e da ONU ao som do Hino Nacional entoado pelo câro da EPM, ao qual se seguiu uma recepção oferecida pelo Regimento de Transmissões 4; dia 11, jantar de confraternização com actuação do coro; dia 12, provas de biatlo, organizadas pelas professoras Anabela Ferreira e Margarida Abrantes; dia 13, no Centro Hípico, provas de Hipismo e Jogos tradicionais portugueses.

- O Dia 10 de Junho na Escola Portuguesa de Nacala – Divulga-se as diversas actividades: canções, danças, recitação, teatro e ginástica, seguido de um lanche partilhado.

Na secção “Associação de Estudantes diz-nos...”, página19, esta Associação informa que foi eleita no dia 24 de Março de 1993, por maioria absoluta e dá a conhecer a constituição da Associação: 9 membros, alunos do 7º ao 11º ano. Ainda nessa penúltima página, divulga-se o poema “A Vida”, de Denise Costa, aluna do 6º A.

Na última parte desta publicação, “Ouvimos e respondemos”, são publicados excertos de duas cartas de leitoras do *Laço de União* que, por conterem questões pertinentes, são respondidas pela Direcção da Escola.

O Número 4 deste Boletim Informativo surge com um formato diferente, uma imagem gráfica alterada, sem o logótipo original, não tem indicação do conteúdo ou sumário dos artigos publicados, a ficha técnica é distinta da anterior (indica, por exemplo, a colaboração dos autores dos artigos) e não se dá destaque para espaços ou sectores.

Laço de União
Boletim Informativo N°4
(ou N° 1 de 93/94)
Maputo, Novembro de 1993

FICHA TÉCNICA:

Boletim Informativo “Laço de União”

de: Novembro de 93

Propriedade: EPM

Coordenação: Núcleo Informativo

Coordenadora-Geral: Isabel Santos Gil

Textos de: Ana Campos, Anabela Ferreira, Arminda Oliveira, Elsa Pereira, Idília Ruas, Isabel Gil, Patrícia Bettencourt, Pedro Carvalho, Pedro Nóvoa, Rodrigo Rocha e Susana Sampaio.

Imagens de: Daniel Geraldés

Excertos de: A Capital e O Emigrante

Tiragem: 1000 exemplares

Distribuição gratuita

Na primeira página consta um artigo sobre as actividades curriculares, a informação sobre o cancelamento de uma Assembleia Geral da Cooperativa, dá-se a conhecer o Calendário Escolar do ano lectivo 1993/94 com os feriados incluídos e solicita-se a sugestão de um novo logótipo para o *Laço de União*.

No editorial da página 2, a coordenadora Isabel Gil explica as mudanças que se efectuaram no boletim, que se prenderam com a reestruturação da Área Social e dos seus vários sectores. Explicita-se como colaborar na publicação e indica-se o prazo de entrega do material a publicar. É também nesta página que se encontra a ficha técnica (acima).

Nas páginas 3 e 4 transcreve-se uma entrevista com o Dr. Santos Silva, Presidente da Direcção da Cooperativa que, entre vários assuntos, aborda o projecto da nova escola, informando que já havia uma entidade financiadora, o Banco de Fomento e Exterior, e que graças ao empenhamento do seu Presidente do Conselho de Administração, Dr. Miguel Cadilhe, foi possível desbloquear várias situações respeitantes ao processo de construção da escola. Ainda a propósito deste assunto, na página 4 publica-se um excerto de um artigo do deputado do PSD Carlos Oliveira publicado no jornal “O Emigrante”.

Nas páginas seguintes, 5 e 6, a Directora Pedagógica, Ana Campos tem um texto intitulado “Ensino Recorrente: a Segunda Oportunidade”, explicando minuciosamente o que é, qual a estrutura e os planos curriculares deste Ensino Especial, enquanto a Directora do 3º Ciclo explana os trabalhos levados a cabo no início do ano lectivo, dando também destaque à aposta no Ensino Recorrente.

Seguidamente, as doutoras Idília Ruas e Susana Sampaio dão conta do que foi o *Workshop* “Disciplina/ Indisciplina”: a data da ocorrência, os objectivos e metodologias empregues e apresentam uma síntese final.

Já na página 8, a Directora do Ensino Secundário, Elsa Pereira, aborda a Avaliação, e os critérios e normas vigentes, não só quanto à Avaliação mas também no que concerne à

Participação, ao Comportamento e ao Quadro de Excelência.

Segue-se uma Banda Desenhada com legendas do Núcleo de Saúde Escolar, sobre hábitos de alimentação e de higiene.

Na página 10 aparece um trabalho da aluna do 11º Ano, Patrícia Bettencourt, texto em Inglês intitulado “Earth from a chess table point of view”. Na página seguinte, mais dois textos de alunos: um sobre “Palavras mortas”; o outro é um texto de opinião sobre o uso de fardamento na Escola.

Com base nas respostas a um inquérito feito chegar aos encarregados de educação em que se pedia a opinião daqueles acerca dos aspectos mais positivos e mais negativos da EPM, bem como se solicitava a indicação de propostas de melhoria, foi elaborado um texto-síntese o qual se publicou nas páginas 12 a 14 deste número do *Laço de União*. Ainda na página 14, consta um artigo da professora Anabela Ferreira, responsável do Núcleo Recreativo, informando sobre o primeiro convívio de professores e apresentando o programa do referido Núcleo; segue-se, na mesma página, uma comunicação dos preços praticados na Reprografia e um aviso acerca dos manuais escolares adoptados.

Transcreve-se, logo a seguir, um excerto de um artigo do jornal *A Capital* publicado a 01.10.93 sobre o “Novo Modelo de Avaliação”.

Um artigo do delegado de disciplina de Matemática, professor Osvaldo Noronha, reporta a Acção de Formação levada a cabo na Escola para o grupo de Matemática e professores do 1º Ciclo, orientada pelo Dr. Raúl de Carvalho, da Escola Superior de Educação de Setúbal.

A Directora Pedagógica Ana Campos é a autora dos dois textos seguintes: o primeiro no âmbito da Reforma Educativa e o segundo acerca da Formação de Professores.

Por último, a Directora dos Assuntos Sociais, Susana Sampaio, num artigo sobre o Espaço Sociocultural, deixa claro que a Direcção Escolar apostou forte na expressão sociocultural do processo educativo, revela a reestruturação desta Área com o objectivo de dar maior dimensão às suas actividades e apresenta o respectivo organigrama.

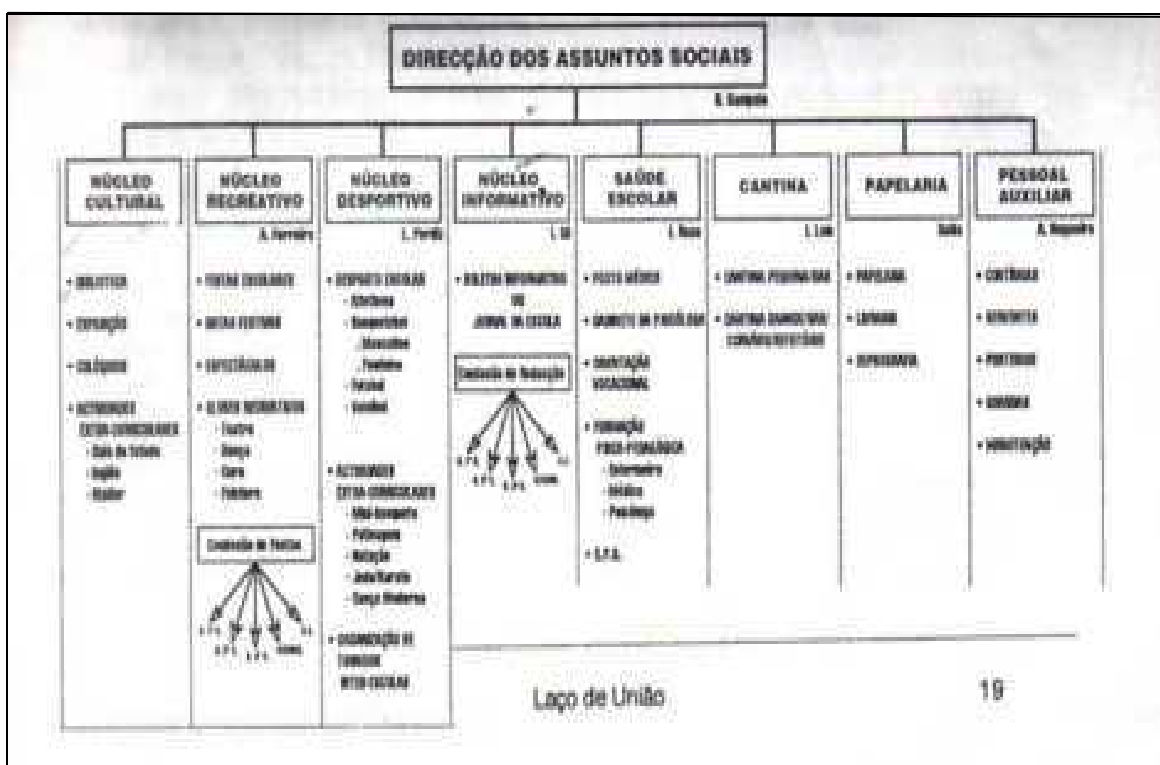


Figura 9 – Organograma da Secção dos Assuntos Sociais, após a reestruturação, podendo observar-se os Núcleos, os seus responsáveis e sectores que cada um contemplava. Inserido no *Laço de União* N°4, de Dezembro de 1993, p.19.

Laço de União
Boletim Informativo N°5
 (ou N°2 de 93/94)
 Maputo, Dezembro de 1993

FICHA TÉCNICA:

Boletim Informativo “Laço de União”
 de: Dezembro de 93
 Coordenação: Núcleo Informativo
 Coordenadora-Geral: Isabel Santos Gil
 Textos/ Imagens de: Alice Carvalho, Ana Campos, Anabela Ferreira, Antero, Bruno Neves, Calisto Namburete, Cheila, Hugo Costa, Idília Ruas, Inês Pinto, Isabel Botas, Isabel Gil, Isabel Loio, Janaína Tomás, Marco, Martina Tina, Paula Vieira, Ricardo Albuquerque, Rui Soeiro, Salvador Rodrigues, Susana Sampaio, Tânia Cristina, Tânia Muge e Yara Costa Pereira.
 Tiragem: 1000 exemplares
 Distribuição gratuita

Este número volta a ter o mesmo logótipo dos três primeiros, mas a ficha técnica continua a ser apresentada na segunda página, e não há referência ao conteúdo ou sumário, pelo que se analisará sinteticamente o tipo de textos publicados na revista.

Da primeira página consta o Editorial e um texto da Directora Pedagógica da Escola, Ana Campos, sobre o Processo de Avaliação no Ensino-Aprendizagem, o qual continua na última página.

Na página 2, numa comunicação da Directora Pedagógica, divulga-se a finalização do processo de implementação do uso da farda ou uniforme escolar. Apresenta-se o esboço das várias peças a utilizar pelos diferentes ciclos: o tecido xadrez verde e branco para a Infantil e Pré-Primária e as calças ou calções (para os rapazes) e saia-calça (para as raparigas), de cor verde-escuro, a acompanhar um pólo unissexo creme com risca verde na gola e as iniciais da Escola bordadas. Informa-se igualmente a Comunidade Escolar sobre o equipamento a utilizar na disciplina de E. Física: em tons verde e branco, calções e camisola de alças (para rapaz) e calções e *t-shirt* (para rapariga).

Seguem-se duas páginas e meia de um artigo sobre o grupo de teatro, “Estaminé, uma oficina de ideias”, onde se insere uma entrevista com o dirigente do grupo e com dois dos alunos mais empenhados, a Vera Lúcia Pereira e o José Miguel Valada.

“A propósito do 24 de Novembro de 1993” é um artigo da autoria da Directora Ana Campos, em que esta relata uma situação desagradável em virtude de ter havido uma manifestação na cidade que provocou a circulação de informações alarmistas, as quais causaram um certo pânico em alguns encarregados de educação que foram (precipitadamente) buscar os seus educandos à Escola, criando uma situação de angústia e insegurança nos professores e nos alunos.

O Núcleo de Saúde Escolar participa no *LU* (neste número aparece pela primeira vez esta sigla do *Laço de União*) com o texto “O Sol e a qualidade de vida”, que é ilustrado por desenhos do professor Calisto (páginas 6 e 7).

Da página 8 consta um artigo do Núcleo Recreativo a respeito dos eventos a realizar no Natal daquele ano, uma listagem dos preços da cantina e horários de funcionamento das duas cantinas, informando que a cantina grande, também designada por Bar-Convívio, estava apetrechada com mesa de pingue-pongue, tabuleiros de xadrez e damas, revistas e jornais.

Numa secção nova intitulada “Pontos de vista”, surge o artigo “O que pensam os alunos do 10º ano”, neste caso, sobre a Reforma do Sistema Educativo.

Dois poemas em língua inglesa, de Ricardo Albuquerque, do 11ºA, e Janaína Tomás, do 10ºD, na página 10, falam de amores: “Love” e “Sweet dad”.

Duas alunas do 7ºB, a Martina Tina e a Yara Pereira, contam as suas histórias “Que sede...” e “A gotinha de água”, na página 11 e, na página 12, surge a Banda Desenhada da

Tânia Muge, também do 7ºB, sobre a carência de água.

Na página 13, “Dias da Pré-Primária” é um texto da Educadora Isabel Botas que informa sobre a colaboração de um pai nas “Manhãs Espectaculares”, actividade quinzenal de entretenimento das crianças, que contou com um programa de canções acompanhadas à viola e com a produção de ilustrações, seguida da recreação e conto de histórias.

O grupo disciplinar de Português divulga, na página 14, a realização com sucesso da Feira do Livro, entre os dias 9 e 11 de Dezembro, uma das Actividades do Plano Anual daquele grupo. Comunica que, durante a Feira, foi divulgado o Concurso Literário subordinado ao tema genérico “Esta Terra” (cujo Regulamento surge na mesma página do Boletim Informativo), e que foram distribuídos os prémios (material bibliográfico) aos alunos vencedores do ano lectivo transacto. Ainda nessa página, um pequeno artigo dá conta de uma Acção de Formação destinada aos professores de Educação Visual e Tecnológica, que foi orientada por uma professora da ESE de Setúbal.

“O Psicólogo e a Escola” é mais um artigo da Dra. Susana Sampaio, que ocupa a página 15 e parte da página 16. Nesta última, pode ler-se um texto sobre “Fazer tapetes de Arraiolos”, por Alice Carvalho, professora do 3ºD, que nos revela ter sido introduzida essa actividade artesanal portuguesa na sua turma, através da disponibilidade e espírito de partilha da mãe de uma das alunas.

Ilustram a página 17 poemas e desenhos de vários alunos, alusivos à quadra natalícia.

A penúltima página aborda a Associação de Estudantes, cuja Presidente era a aluna Sandra Breda que se declara desiludida com o desinteresse e a desunião entre os membros da Associação, pelo que se preparava para apresentar formalmente a sua demissão.

A página 19 contém a continuação do artigo sobre a avaliação, mais especificamente um quadro sobre as classificações de comportamento e outro quadro-síntese acerca das “Atitudes”, “Capacidades” e “Conhecimentos”, por nível de desempenho (1 a 5).

Em virtude da já extensa análise das publicações, e dado que, através da até aqui efectuada, pensamos ter conseguido transmitir a imagem do que se fazia na EPM, não só pelas informações das diversas actividades desenvolvidas como através das preocupações dos Órgãos Directivos da Escola, passaremos, de ora avante, a apresentar somente os títulos e autores dos artigos publicados nos *Laços de União* números 6,7 e 8, após a apresentação e a Ficha Técnica do respectivo número.

Laço de União
Boletim Informativo Nº6
(ou Nº3 de 93/94)
Maputo, Fevereiro de 1994

FICHA TÉCNICA:

Laço de União Nº 3 (93/94)
Coordenação: Núcleo Informativo da EPM
Textos/ Imagens de: A. Cardoso, Ana Antunes, Arminda do Carmo, Bruno, Carla, Carlos Filipe, Cristiana Pereira, Elsa Pereira, Helena Serrão, Idília Ruas, Isabel Gil, Joana, João Rui, Katia Abrantes, Lurdes do Vale, Nassira Naby, Nuno Fugas, Nuno Guterres, Patrícia Branco, Paulo Centeio, Ricardo Martins, Roberto Agostinho, Sónia Carreira, Tânia Cristina, Tiago, Turma D do 11º ano (colectivo), Vanessa Gomes e Victor Matavel.
Tiragem: 1000 exemplares
Distribuição gratuita

Página 1 – Editorial e artigo “Plano de Actividades da Escola aprovado em Assembleia Geral da Cooperativa”, por Paulo Centeio, professor e assessor jurídico da EPM.

Página 2 – Continuação do artigo da página anterior e Ficha Técnica.

Páginas 3, 4 e 13 – “Falar da nossa Escola” – Antetítulo: Pessoal Auxiliar da EPM; Subtítulos: Quando ingressaram na EPM; O aspecto mais aliciante da profissão; O que é menos agradável; As relações de trabalho; Alguns pedidos e sugestões: aos alunos, aos encarregados de educação, aos professores, aos funcionários e à Direcção; As condições de trabalho.

Página 5 e 6 – “O trabalho de um período”, por Arminda Oliveira, Directora do 3º Ciclo;

“Ensino Secundário - Panorama”, por Elsa Pereira, Directora do Secundário. Estatística do Aproveitamento do 1º Período – 3º Ciclo.

Páginas 7 a 11 – Secção “Palavras Soltas” - Poemas de alunos do 10º ano em língua inglesa: *Awkening*, de João Rui; *Madness*, de Nuno Fugas; *Really Necessary*, de Nuno Guterres; *Sometimes Words*, de A. Cardoso; *Yesterday*, de Carlos Filipe; *Me*, de Sónia Carreira; *Who Am I*, de Katya Abrantes; alguns pensamentos, em língua portuguesa, sobre a vida; de Filosofia: *A abertura da mente* e *Faça-se Filosofia, disse Deus*, respectivamente da autoria de Ana Mónica Antunes e Ricardo Martins, ambos do 11ºA. Constam, ainda, reproduções de desenhos de alunos do Secundário e do 1º Ciclo, três textos sobre “Os

males do fumo/ tabaco” e um poema colectivo “Maputo, quadras para ti”, de alunos do 3ºA:

Página 12 – Artigos “Em 1994, eu desejo que ...”, por Helena Serrão, professora; “Ainda acerca do uso da farda...”, pelo 11ºD. Há ainda um pequeno anúncio dos Serviços de Cantina com rectificações de preços.

Página 14 e 15 – Texto sobre “Cárie Dentária”, pela Dra. Idília Ruas, e desenho alusivo, pela professora Lurdes do vale.

Página 16 – Listagem dos alunos que integraram o Quadro de Excelência no 1º Período de 1993/94, do 5º ao 12º anos (total: 108 alunos).

Laço de União
Boletim Informativo Nº7
(ou Nº2/94)
Maputo, Abril de 1994

FICHA TÉCNICA:

Exemplar Nº2 (93/94)
Escola Portuguesa de Maputo
- Direcção da Cooperativa
- Direcção Escolar
- Docentes
- Alunos
Tiragem: 1000 exemplares

SUMÁRIO:

Técnicas burocráticas podem esvaziar o sentido da avaliação pedagógica	3
Toma pai! Gosto muito de ti!	4
Alunos da EPM na Catembe: Braços Solidários no Coração da Fraternidade	6
Saúde: Banda Desenhada sobre Parasitoses	8
A necessidade absoluta da água	9
Visitas de Estudo: factor de motivação e aumento de conhecimentos ...	11
As árvores são grandes e imprescindíveis amigas do Homem	16
Notícias breves	18
Artes e Letras	20
Laço de Recreação	24

Este número do *Laço de União* aparece já com o novo logótipo⁷¹, como se adivinhava pela solicitação de sugestões para a alteração do primeiro, em números anteriores. Tem, também, um formato diferente: na capa surgem destacados os principais títulos, um desenho e uma fotografia, o Editorial passa para a página 2, bem como o Sumário (que substitui o “Conteúdo” dos primeiros números) e a Ficha Técnica. Algumas outras inovações gráficas se registaram também na maquete das páginas interiores, divididas por sectores. Nota-se, por exemplo, um alargamento do espaço de colaboração dos alunos e, embora menor, dos professores.

Página 3 – Ensino-Aprendizagem: “Técnicas burocráticas podem esvaziar o sentido da avaliação pedagógica” – A avaliação Sumativa Extraordinária (subtítulo), por Arminda Oliveira, directora do 3º Ciclo.

Páginas 4 e 5 – Psicologia: “Toma Pai! Gosto muito de ti!...” - Dia do Pai/ Influência do Pai -, por Susana Sampaio, Psicóloga Escolar.

Páginas 6 e 7 – Escola-Comunidade: “Braços Solidários no Coração da Fraternidade” – alunos da EPM na Catembe⁷² (antetítulo), por Madalena Naia, professora de uma das turmas do 4º ano que efectuaram a visita/ partilha de bens recolhidos (livros e roupas) com as crianças da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, em 17 de Março de 1994.

Página 8 - Saúde: Banda Desenhada sobre Parasitoses, por Idília Ruas.

Páginas 9 e 10 – Higiene e Ambiente: “A necessidade absoluta da água” – pela aluna Yara Gonçalves, do 6ºA, texto relacionado com a Área Escola no 2º Ciclo – Tema “A água”; informação sobre a Visita de Estudo à Estação de Tratamento de Águas do Umbelúzi.

Páginas 11 a 17 – A palavra é dos alunos: Visitas de Estudo – texto explicativo “Factor de motivação e aumento de conhecimentos”; “À ‘descoberta’ do museu de História Natural”; “Nesta casa se mostra a riqueza geológica de Moçambique” (Visita de estudo ao Museu de Geologia); “Cartas para todo o mundo” (Alunos do 4º ano visitaram os Correios); “Afinal um jornal faz-se assim?” (Visita ao Jornal Notícias) ; “As árvores são grandes e imprescindíveis amigas do Homem” (Comemoração do dia da Árvore - Plantio de árvores no terreno da futura Escola Portuguesa e lançamento de balões com sementes e mensagens de protecção à Natureza); três textos de alunos do 3º e 4º anos alusivos ao Dia da Árvore.

Páginas 18 a 20 – Notícias breves: “Criada Associação de Pais”; “Calendário Escolar” (previsão para 1994/95); “Implementação da farda escolar”; “Exposição de arte

⁷¹ Este logótipo surge digitalizado na página 165.

⁷² A Catembe é uma vila que se situa defronte da cidade de Maputo, na margem Sul da Baía de Maputo.

cativou atenções” (Exposição de trabalhos dos professores de Educação Visual e Tecnológica); “O Desporto esteve em foco”- festejos da Páscoa; “Livros Escolares”.

Páginas 20 a 23 – Artes e Letras: sobre as temáticas do Pai e da Natureza, vários trabalhos dos alunos são nesta secção publicados, sobretudo poemas, em português e em inglês, de alunos do 3º ao 11º ano de escolaridade.

Página 24 – Laço de Recreação: Passatempo (sopa de letras); Anedota; Adivinha e pequena história, elaborada com base em quatro palavras impostas (estas três últimas da autoria do aluno do 5º ano, Alcino Brito).

Laço de União
Boletim Informativo Nº8
(ou Nº3/94)
Maputo, Julho de 1994

FICHA TÉCNICA:

Exemplar Nº3 (93/94)
Escola Portuguesa de Maputo
- Direcção da Cooperativa
- Direcção Escolar
- Docentes
- Alunos
Tiragem: 1000 exemplares

SUMÁRIO:

Reflexão	4
Actividade Pedagógica/ Área Escola	7
Saúde	10
Escola Viva	11
Escola/ Comunidade	16
Notícias breves	21
Entrevista	23

Neste número, tal como no anterior, surgem destacados na capa os principais títulos e uma fotografia. Os sectores “Reflexão”, “Escola Viva” e “Entrevista” são a novidade deste número.

Página 2 – Editorial (por Ana Campos, terminado o seu mandato de dois anos na Direcção Escolar), Sumário e Ficha Técnica.

Páginas 3 a 6 – Reflexão: “Escola: Espaço de encontro, interesses e sonhos”, por Ana

Campos; “Uma fase importante e decisiva na vida dos jovens”, por Arminda Oliveira, Directora do 3º Ciclo; “Um desafio audaz!”, por Susana Sampaio, Psicóloga e Directora dos Assuntos Sociais;

Páginas 7 a 9 – Actividade pedagógica/ Área Escola: “Um passeio a Marracuene, Manhiça e Xinavane”, por Paulo Centeio e Arminda Oliveira; “Um olhar sobre a Cultura Moçambicana”, por Maria B. Carvalho (visitas de estudo à Casa-Museu do pintor Malangatana e à Fundação do escultor Chissano); “Estação de Tratamento de Água do Rio Umbelúzi”, por Igor Valente, aluno do 6ºC;

Página 10 – Saúde: “Alerta! Os micróbios procuram seus alimentos na boca dos nossos jovens”, por Idília Ruas;

Páginas 11 a 15 – Escola Viva: “20 anos passaram, Abril ficou – uma exposição a apoiar a actuação pedagógica”, por Ana Campos; “Presença do Estaminé no VII Curso de História da Literatura Portuguesa”, testemunho do Dr. Soares Martins, Adido Cultural Português; “Dia 1 de Junho – Dia da Criança: Na nossa Escola comemorou-se com Teatro, Dança e Palhaços”; “Espectáculo Animado! ‘Milorho’ actuou na Escola Portuguesa” e “O espectáculo visto de outro ângulo”, por alunos do 2ºC; “Equipa Feminina de Voleibol da EPM”; “Equipa de futebol – Assim vale a pena...”;

Páginas 16 a 20 – Escola/Comunidade - Vários artigos alusivos às comemorações (de 1994) do 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas: “Bem vinda a participação da nossa Escola”; “O nosso 10 de Junho”, por duas alunas do 6ºB; “Exposição Anual da EPM”; “Simplesmente Encantador”, por João Peliz (ensaiador das marchas populares e outras danças); “A Escola no 10 de Junho”, por Bitá Rodrigues (uma mãe); “Jogos da nossa Terra”, por Margarida Abrantes, professora de Educação Física; “Foi a partir da amizade que tudo começou”, por ‘Os amigos’ (grupo musical constituído por um grupo de alunos do 9º ao 12º ano);

Páginas 21 e 22 – Notícias breves – “Eleições 94/96 do Corpo Docente”, pela Comissão Eleitoral; “O Dia da disciplina de Educação Visual e Tecnológica”; “Ciclo de palestras por professores da Faculdade de Direito”; “Já temos Refeitório na Escola”, por Tatiana Loio, aluna do 2ºA; “Dr. Tajú falou-nos da OUA”; “10 de Junho – Actividades Desportivas”.

Páginas 23 a 26 – Entrevista: “Democratização do Sistema Educativo” – entrevista aos Inspectores do Ministério de Educação, sobre a Reforma Educativa do nosso Sistema de Ensino, por *Laço de União*.

Desconhece-se se foram publicados mais *Laços de União*, porém na nossa pesquisa, que contemplou várias fontes, somente se conseguiram recolher os oito ora analisados.

8.1.2. O Boletim Informativo *C E L P* INFORMAÇÃO

Mais de dois anos depois da anterior surge esta nova publicação da EPM, a qual já não é coordenada pela Direcção Pedagógica da Escola, mas pela Direcção da Cooperativa de Ensino. Tal como o *Laço de União*, este boletim aparece em formato A4, contudo tem apenas 4 páginas (o anterior possuía, em média, 20 páginas) e um teor essencialmente informativo. Assim, deixou de se dar voz aos sectores mais relevantes da Comunidade Educativa – sobretudo o Pedagógico – assim como se extinguiu o diálogo aberto com os leitores e a divulgação dos trabalhos dos alunos. Dos onze números publicados entre Outubro de 1996 e Maio de 1999, os primeiros dois números são publicações trimestrais e, os restantes nove, bimestrais. Relativamente ao cabeçalho ou logótipo, o *CELP* INFORMAÇÃO teve dois distintos (abaixo apresentados), sendo que o primeiro surge nas cinco primeiras publicações e, o segundo, nas seis últimas.



Figura 10 – 1º logótipo do Boletim *C E L P* INFORMAÇÃO



Figura 11 – 2º logótipo do Boletim *C E L P* INFORMAÇÃO

C E L P INFORMAÇÃO
Boletim Informativo Nº1
Outubro, Novembro e
Dezembro de 1996

FICHA TÉCNICA: Director: Celeste Oliveira Redactor Principal: Margarida Capela Grafismo e Paginação: Joana Muianga Impressão: EPM - Reprografia Tiragem: 700 exemplares
--

Este primeiro número do *CELP* INFORMAÇÃO apresenta, na primeira página, uma Nota de Abertura da autoria da sua directora, a Ficha Técnica e o Organigrama da Estrutura Pedagógica da EPM.

Da segunda página consta um artigo intitulado “O Professor ‘Trifásico’”, por Miguel Pires, que pensamos ter sido um dos elementos da Direcção da Cooperativa.

Na terceira página, há cinco pequenos artigos: “Concurso” – para símbolo, sigla e logótipo da Cooperativa e do Boletim Informativo; “Ass. De Pais” – apelo para a sua criação; “Regulamento Interno” – informação sobre a redacção (provisória) do R.I. da Cooperativa; “Construção da nova Escola” – Informa de que foi escolhida a Empresa de Construção e a Comissão Fiscalizadora; “Alternativas às Receitas da EPM” – Informação da situação financeira da EPM (não muito satisfatória) e da solicitação de bolsas de estudo às empresas com capital português ou mistas sediadas em Maputo.

Na quarta e última página aparecem: um artigo, na rubrica “Entre linhas”, por Carlos Oliveira (encarregado de educação), que aborda a questão da emigração do povo português; os agradecimentos a várias entidades e personalidades: as que concederam bolsas de estudo à Escola, a que doou o equipamento para o Laboratório de Informática, entre outras, por favores concedidos. Há ainda um aviso acerca do JINEP, informando sobre a extensão do serviço ao período da tarde, um anúncio publicitando o Entreposto Comercial de Moçambique e a pequena comunicação, que transcrevemos, acerca da existência do CELP:

O C.E.L.P. já existe!

- Foi publicado no diário da República em 07/09/96 o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique visando a criação do Centro de Ensino e Língua Portuguesa de Maputo, assinado em Maputo aos 28 de Julho de 1995. (p.4)

CELP INFORMAÇÃO Boletim Informativo N°2 Janeiro, Fevereiro e Março de 1997
--

FICHA TÉCNICA: Director: Celeste Oliveira Redactor Principal: Margarida Capela Grafismo e Paginação: Joana Muianga Impressão gratuita: Xero Serviços Moçambique, Lda. Tiragem: 700 exemplares

Este segundo número não difere muito do anterior. Apresenta a Nota de Abertura e o Organigrama na 1ª página e, nas duas seguintes, a continuação do artigo sobre “O Professor Trifásico”. Na última página, apresenta-se novamente um artigo do Sr. Carlos Oliveira, desta feita abordando o benefício do desporto para o desenvolvimento do Homem. Pequenas notícias acerca de visitas à Escola, da aprovação do R.I. e da realização do Magusto, bem como os agradecimentos por favores prestados a algumas entidades e personalidades, finalizam esta publicação.

O 3º número, de Abril e Maio de 1997, contém a mesma Ficha Técnica dos anteriores, a Nota de Abertura da Directora/ Presidente da Direcção da Cooperativa, que pede a colaboração dos cooperadores no Boletim e um artigo da Directora Pedagógica, Luísa Quaresma, que começa por citar Lauro Oliveira Lima e continua, apelando à maior colaboração dos encarregados de educação, à sua vinda mais frequente à Escola, de forma a melhorar a relação entre as famílias e os professores/ directores de turma. Na mesma linha, a Presidente da Direcção da Cooperativa publica, na página 2, o artigo “Os pais não têm que ser perfeitos”, baseada num artigo de Ray Guarendi, psicólogo clínico que se especializou em assuntos relacionados com a família. Na página 3, o artigo de “Entre linhas”, de Carlos Oliveira, foca um intercâmbio de artistas portugueses e moçambicanos que teve lugar na Escola: a vinda de uma delegação ligada às artes, como o teatro e a música, no âmbito de um projecto denominado “Identidades”. Segue-se, na última página, um texto de António Ribeiro que aborda a Língua Portuguesa no Mundo e a necessidade da promoção e defesa da nossa Língua, através da Escola e do “muito em breve” CELP⁷³. Na mesma página anuncia-se a visita à Escola do Presidente da República portuguesa, Dr. Jorge Sampaio, programada para a tarde do dia 29 de Abril e convidam-se os Encarregados de Educação a estar presentes. Seguem-se algumas informações sobre o funcionamento do Laboratório de Matemática, o calendário dos exames e provas globais, o campeonato escolar e o prazo de pagamento das propinas.

⁷³ Referia-se ao Centro de Ensino e Língua Portuguesa, de que já se falava vir a ser implementado na nova Escola (na época, em construção).

A publicação de Junho, Julho de 1997, a Nº4, além da Ficha Técnica contém uma Nota de Abertura que aborda o término do ano lectivo e deseja sucessos a todos os alunos que deixam a EPM. A conclusão do longo artigo iniciado nos primeiros números “O Professor Trifásico”, de Miguel Pires, e o texto “Vamos a banhos” da autoria Carlos Oliveira, inserem-se nas páginas centrais. Na 4ª e última página, divulgam-se as seguintes notícias: a “Visita do ano” – do Dr. Jorge Sampaio –, Desporto Escolar, Concurso para o Logótipo deste Boletim, JINEP (festa do Dia da Criança), Prémio para os melhores alunos de cada ciclo, Convite e programa festivo do Arraial comemorativo do encerramento do ano lectivo 1996/97.

O 5º Boletim Informativo *CELPINFORMAÇÃO*, dos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 1997, contém a Nota de Abertura, assinada por Fernando Duarte, vice-presidente da Cooperativa, que relembra, no início de mais um ano lectivo, várias questões importantes para toda a Comunidade Educativa. Ana Paula Relvas, Directora Pedagógica, num texto intitulado “Início do ano lectivo”, entre outros assuntos relata a cerimónia de recepção aos alunos, que teve lugar no dia 29/09/97, na qual se procedeu à entrega dos diplomas relativos ao Quadro de Honra do ano lectivo transacto. “Férias, Filhos, Escola e Leituras” é o artigo de Miguel Pires que deixa várias sugestões de leituras aos pais e professores. Na mesma página 2, a Dr.ª Idília Ruas volta à sua rubrica de Saúde Escolar⁷⁴ com o artigo “Alimentação e Qualidade de Vida”. Na página 3, um artigo do Gabinete de Psicologia, da psicóloga Luísa Marcos, aborda as inadaptações das crianças e das suas causas. “Em jeito de Informação” é a última secção do Boletim, que divulga os nomes e os prémios atribuídos aos dois melhores alunos de cada ciclo de estudos (ano lectivo 1996/979, o Calendário Escolar e os feriados, algumas questões relativas ao fardamento escolar, e sugere aos leitores o seguinte:

Se em passeio de fim-de-semana se deslocar lá para as bandas do Clube de Golfe ou campo do Matchikichiki, poderá assistir, agora sim, ao já *adiantado* estado de construção do edifício que, dentro de alguns meses, albergará a nossa comunidade estudantil. Valeu a pena a insistência, em particular aquando da visita de Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio. (p.4)

No 2º período escolar publica-se o 6º *CELPINFORMAÇÃO*, correspondente aos meses de Fevereiro e Março de 1998, o qual já apresenta um novo logótipo (o 2º apresentado na página 184). Ainda com a mesma Ficha Técnica dos anteriores números, a Nota de

⁷⁴ Retoma, neste número, a rubrica de Saúde Escolar do anterior Boletim Informativo: *Laço de União*.

Abertura da autoria de Isabel Ribeiro, da Direcção da Cooperativa, apela à comunicação, ao diálogo entre os membros da comunidade educativa. Na 2ª página tem continuidade o texto sobre Alimentação e Qualidade de Vida, do Gabinete Médico/Saúde Escolar. “Em Jeito de Informação” transmite as seguintes notícias:

- “*CELPINFORMAÇÃO* - Novo visual”: novo logótipo do Boletim, da autoria do aluno Miguel Alves, do 12ºB.

- Nova Escola – Técnicos responsáveis pela obra esperavam vê-la concluída em Dezembro de 1998/ Janeiro de 99. Manifesta-se preocupação com as vias de acessos.

- A Internet e o telefone-cartão: novas tecnologias a implementar na Escola.

- JINEP – novas instalações: obras no recinto da FACIM permitirão instalar o JINEP em 9 salas de aulas e amplos espaços de recreio.

- Actividades Desportivas e Culturais: deslocação da selecção de Voleibol da EPM à final Nacional, na cidade da Beira. Agradecimento às diversas empresas que patrocinaram a viagem.

Informações sobre o campeonato de Futebol inter-turmas, o Pingue-pongue e o Xadrez. Actividade sobre o São Valentim (entrega de cartas de amor e de amizade aos seus destinatários), desfile de máscaras de Carnaval.

- Apoio pedagógico a outras escolas e apoio à Casa do Gaiato, artigo de Ana Paula Relvas, directora pedagógica.

- Transcrição da carta enviada aos Cooperadores pelo Presidente da Mesa de Assembleia, António Miguel Pires.

O 7º número do *CELPINFORMAÇÃO*, de Abril e Maio de 1998, que passa de uma tiragem de 700 para 1200 exemplares, contém a Nota de Abertura da autoria de Ulisses Pereira, da Direcção da Cooperativa, que refere a necessidade de “um espaço de diálogo, onde todas as ideias e críticas construtivas sejam bem-vindas”. Por sua vez, a Presidente Celeste Oliveira, num artigo intitulado “Nós – encarregados de educação”, que mais uma vez versa sobre a ligação daqueles com a Escola. Na mesma página 2, divulga-se o “Concurso Expo-98” e o programa de comemoração do Dia da Criança integrado no tema “Os Oceanos”, no 1º Ciclo e no JINEP, pela professora Margarida Belo e educadora Rosário Martins, respectivamente. Da página 3 consta um texto do Gabinete Médico sobre as Vacinas, da Dr.ª. Idília Ruas e informações sobre o período de vendas e preço de bilhetes da Expo 98 (Lisboa). “Em Jeito de Informação” dá conta do seguinte: “JINEP - novas instalações”- já inauguradas, “A Internet”- instalada na Escola; “Actividades Desportivas”- conquista de troféu no Atletismo; “Prémios” – para os dois melhores alunos do último ano

de cada ciclo e para os 15 alunos do 12º ano que fizeram toda a sua escolaridade na EPM; “Visita da cantora Alexandra à EPM”; calendário de matrículas; “Baile de Finalistas 97/98” – artigo da Comissão de Finalistas que informa sobre a realização do baile a 30/04/98, no complexo *Minigolfe*, tendo sido eleitos, como rei, o aluno Hugo Coelho e, como rainha, a jovem Cristina de Azevedo.

No 1º período escolar do ano de 1998/99, publicam-se dois números do *CELPINFORMAÇÃO*, os Nº 8 e Nº 9, ambos respeitantes aos meses de Outubro e Novembro de 1998 e com uma tiragem de 1200 exemplares. No Nº8, a Nota de Abertura da Direcção da Cooperativa que finaliza com o *slogan* “Trabalhar com alegria e satisfação, dá prazer e conduz ao êxito”, deseja a todos os utentes do espaço escolar sucessos para o novo ano lectivo. Em seguida, relembram-se questões de organização escolar: “Esta Escola – Normas”; dão-se informações sobre as actividades extra-curriculares e os nomes dos alunos premiados (conforme anunciava o número anterior); na página 3 comunica-se: a vinda à Escola do grupo de teatro colombiano La Tarima; a deslocação ao Porto da professora Olga Pires a fim de frequentar um curso de especialização; os critérios de atribuição de Bolsas de estudo; por último, no artigo “Nova Escola”, declara-se que “O Estado Português, reconhecendo a capacidade de gestão demonstrada ao longo dos anos pela EPM, a qualidade de ensino e o nível organizativo já alcançado, convidou a Cooperativa a participar na gestão da futura escola.” Já na página final, dá-se a conhecer as beneficiações nas instalações do JINEP e um artigo do Gabinete Médico dirigido aos pais, aborda a qualidade de vida, os hábitos de higiene e as vacinas.

O Nº 9, referente aos mesmos meses, pensamos ter saído já no fim de Novembro, pois endereça os votos de Boas Festas da Direcção da Cooperativa, na mesma página em que se publica o “Acordo de princípios com o Ministério da Educação” e a “Carta enviada ao Senhor Ministro de Educação de Portugal”, que se reportam ao (futuro) modelo de gestão da Nova Escola. Sobre o mesmo assunto, transcreve-se nas páginas 2 e 3 um longo artigo publicado no jornal português “Público”. De seguida, os leitores são informados sobre visitas de ilustres personagens à Escola: o futebolista Eusébio e os comediantes Herman José e Maria Rueff. Por último, dão-se informações sobre a realização de um convívio na Escola, centrado na celebração do dia de S. Martinho e do 111º aniversário da cidade de Maputo, sobre uma reunião de pais no JINEP, acerca do Desporto e das iniciativas da Comissão de Finalistas, bem como o anúncio do prazo de pagamento das

propinas.

O *CELPINFORMAÇÃO* Nº 10 traz como “Primeira Página” – que neste e no número anterior substituíra a “Nota de Abertura” –, nova correspondência trocada entre a Direcção da Cooperativa e o Ministério da Educação, com vista à primeira “obter informações concretas, precisas e oficiais relativas ao processo de transição da Escola Portuguesa de Maputo - Cooperativa de Ensino, para o Centro de Ensino e Língua Portuguesa.” Na página 2, o Gabinete Médico colabora com o texto “Pediculose” e, a Direcção da Cooperativa, no artigo “Bolsas ou Outros Fundos” agradece aos patrocinadores das bolsas de estudo a aderência ao projecto. Na página 3, a Comissão de Finalistas revela um conjunto de várias actividades que vem desenvolvendo com vista à angariação de fundos para o seu baile. Por ocasião da quadra natalícia, diversas iniciativas foram levadas a cabo, como: recolha de fundos através da Feira de Gastronomia com vista a apoiar as crianças necessitadas da Vila da Catembe e a enriquecer a Biblioteca Escolar, o projecto “Dá-me um sorriso também”, promovido pela Associação Portuguesa de Moçambique. Os artigos “Reflexão EPM”, “Biblioteca”, “Laboratório de Informática” e “Assembleia Geral”, são meros artigos informativos e “A viagem no Sul da Zambézia(1)”, por Ulma, é o relato de uma viagem ao interior de Moçambique que encerra este Boletim Informativo.

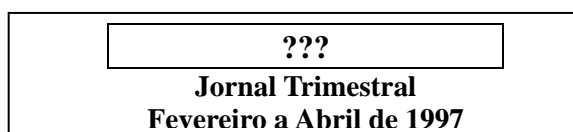
O 11º e último número do *CELPINFORMAÇÃO*, de Abril e Maio de 1999, contém novamente a Nota de Abertura, que aborda a Nova Escola e os “significativos avanços registados no processo de transição”(de uma para outra escola). Na mesma página da capa, a Cooperativa divulga a futura emissão de uma medalha ou troféu alusivo ao décimo primeiro aniversário da sua fundação e à transição para a Nova Escola apresentando, para tal, um regulamento do concurso para a concepção da referida medalha. Na página 2, informam-se os leitores sobre as “Visitas à EPM”, destacando-se: uma delegação do Governo de Macau, chefiada pelo Dr. Jorge Rangel, Secretário Adjunto para a Administração de Educação e Juventude; a Dr.^a. Manuela de Aguiar, Deputada para a Emigração do Círculo fora da Europa, acompanhada do Sr. António Pires, Conselheiro da Comunidade Portuguesa dos PALOP. Na mesma página, noticia-se a divulgação dos cursos e normas de funcionamento do ISPU – Instituto Superior Politécnico e Universitário de Maputo, numa acção dirigida aos estudantes do 12º ano, por dois representantes daquela Instituição. Relata-se, seguidamente, nessa página e na seguinte, o “Baile de Finalistas” que se realizou no dia 15 de Maio de 1999, no salão de festas da Escola Secundária Josina

Machel, tendo sido eleitos para “Rainha” e “Rei” os alunos Patrícia Pais e Miguel Silva. Transcreve-se um poema dedicado aos alunos finalistas, escrito e lido na ocasião pelo professor Luís Perdiz, do qual destacámos os seguintes versos: *“Escrevo sem formas, nem linhas./ A métrica/ e a formalidade/ não fazem parte dos cristais/ dos meus olhos/ que vos olham./ Escrevo para vós/ ... E a pintura fulgurante/ que comunica nas linhas/ direitas/ das nossas almas./ ...”*

Ainda na página 3, destacam-se as seguintes notícias: “Parabéns Gabriela” – aluna do 10º ano que ficou em 3º lugar, entre 120 concorrentes, num concurso de música promovido pelo Centro Cultural Franco-Moçambicano, tenho ganho uma viagem a França; “Casting” – realizado pela Cinemate na EPM, para selecção de participantes para o filme “O gotejar da luz”, com texto de Leite de Vasconcelos; “Torneio Amizade” – torneio de futebol de cinco, organizado pelo Núcleo desportivo da EPM e que culminou com a obtenção dos três principais lugares, felicitando-se os alunos Marco Cera e Pedro Urgel, treinadores e atletas, e agradecendo-se a colaboração das empresas patrocinadoras. Na 4ª e última página, dá-se continuidade ao artigo iniciado no número 10 desta publicação, “A viagem no Sul da Zambézia(II)”, por Ulma, e um pequeno aviso informa os pais do pagamento das propinas referentes à 3ª prestação do ano lectivo 98/99.

8.1.3. Um jornal trimestral

Em Abril de 1997, a par com o Boletim da Cooperativa anteriormente analisado, o *CELPINFORMAÇÃO*, surge outra publicação na EPM: um Jornal Trimestral, sem título, coordenado pela turma de Jornalismo, o 11º.ano, turma E, pelo que é uma publicação “muito jovem” em termos dos conteúdos publicados. Pensamos que uma das intenções desta revista talvez fosse colmatar as lacunas do Boletim da Cooperativa que, dadas as suas reduzidas dimensões, nem sempre espelhava o que se fazia na EPM. Dessa revista, de aproximadamente 20 páginas, obtivemos dois números (foram chamados de 1ª e 2ª edição), possivelmente os únicos que se publicaram. Passamos, pois, a apresentá-los e a analisá-los.



FICHA TÉCNICA:

Jornal Trimestral – ???
De Fevereiro/ Março/ Abril de 1997
Coordenação: 11ºE
Textos de: Vários
Colaboração: EPM e colegas
1ª Edição - Distribuição gratuita
Agradecimentos: Gani Comercial, Jorge Lobo de Sousa, Nelo Gonçalves e filhos, Pedro Eduardo Simões, Prof. Francisco Rungo, Profª Elsa Pereira, Dr.ª Idília Ruas e em especial a Minhota.

Neste número, tal como no seguinte, surgem destacados na capa os principais títulos.

Página 1 – Editorial, por Maura Quatorze, que pede a colaboração dos alunos com o envio de trabalhos para serem publicados e sugestões para o título da revista; segue-se a Ficha Técnica.

Página 2 – “Sabias que...” – “‘Stress’ na língua”; “Excertos do Renascimento”; “Visões especiais”; – são três artigos de curiosidades/ informações.

Página 3 – “Carta Aberta”, por uma *teenager*; “Assim não dá!”, por anónimas; – artigos de jovens para jovens.

Página 4 – “Actualidade”: Cinema e Música. – artigos com as últimas novidades desses dois elementos da 7ª arte.

Página 5 – “Desporto Escolar 96/97” – Artigos dos alunos Paulo Ferreira e Feizal Tricamo sobre os treinos e torneios de Futebol, Basquetebol e Voleibol Masculinos.

Páginas 6 e 7 – “Correspondência” – As alunas Michella Rodrigues, Ana Santos e Cristiana Pinheiro, são as porta-vozes desta rubrica e “oferecem-se” para publicar as mensagens, de amor ou de amizade, dos colegas. Neste número aparecem já publicadas três mensagens.

Página 8 – “A Psicóloga responde” – Como já é previsível pelo título, são publicadas cartas: “Um dilema...” e “Não me deixam sair...” (nesta publicação), as quais revelam algumas inquietações das jovens, sendo, por conseguinte, devidamente respondidas pela Psicóloga Escolar.

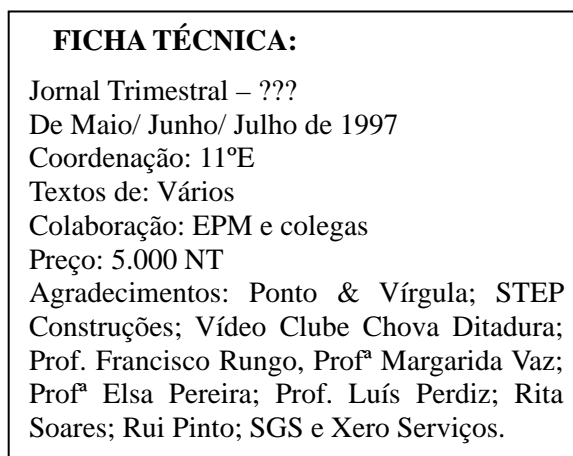
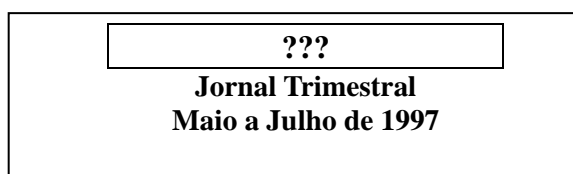
Páginas 9 a 11 – “O que diz a Sr. Doutora? Os adolescentes e o papel dos educadores” – A médica escolar, Dr.ª Idília Ruas, aborda as questões da Adolescência e, noutro artigo, Luciana Larcher fala sobre o Sida.

Páginas 12 a 15 – “Eu penso e ... escrevo” – Trata-se de uma secção onde surgem

publicados vários textos dos alunos, alguns reflexivos, outros literários e criativos, em prosa e em verso. Títulos: “Vamos mudar!”, “Senhores Ministros do Ministério” e “Falas mudas” todos de Soraia Abdula, “Notas Soltas”, de Maura Quatorze, uma página extraída Banda Desenhada “Calvin & Hobbes”, “O amor e eu”, por Isadora Ó da Silva.

Páginas 16 a 19 – “Passatempos” – Nesta secção publicam-se anedotas, adivinhas, sopas de letras, “calinadas” cometidas pelos professores, uma receita de um bolo (sugestão para o dia dos namorados) e as previsões do horóscopo para quatro signos.

Páginas 19 e 20 – “Parabéns a você” – Comemorando a data de nascimento de Júlio Verne, publica-se aqui a sua biografia e indicam-se as obras de referência deste autor.



Neste número, de Maio a Julho de 1997, surgem destacados na capa os principais títulos e a indicação do preço desta 2ª edição do jornal trimestral.

Página 1 – Editorial, que noticia a honrosa visita do Presidente Jorge Sampaio à Escola a quem se faz o apelo de uma “mãozinha forte” na construção da escola; segue-se a Ficha Técnica.

Página 2 – “Sabias que...” – “Sida acelera Hepatite C”; “Forma-te antes de te casares”; “A pílula masculina”; – são três artigos de curiosidades/ informações, retirados do jornal *Expresso*.

Página 3 – “Actualidade”: Cinema, Música e Moda – artigos que dão conta das últimas novidades.

Páginas 4 e 5 – “Sampaio promete-nos nova Escola” – Artigo introdutório e

entrevista, por Maura Quatorze Homem, aluna do 11º E, ao Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, que, dada a importância desta visita para o futuro da Escola, se transcreve na íntegra:

Durante a sua visita a Moçambique, Sua Excelência o Presidente da República Jorge Sampaio veio à nossa escola para constatar as “lindas” condições⁷⁵ em que estudamos. Foi no dia 29 de Abril (de 1997), por volta das 16.30 h, que o nosso Presidente fez uma visita à exposição e fez um belo discurso em que falava das perspectivas de cooperação com Moçambique e até mesmo, das possibilidades de construção da nova escola, escola esta que nos prometem há mais de uma década.

Numa rápida entrevista conseguimos fazer-lhe algumas perguntas e foi numa delas que Sampaio nos prometeu que é desta vez que começam a construir a nova escola. Será...?

Com a ajuda de terceiros (o jornalista da RTP Paulo Dentinho e um elemento do protocolo), a nossa “aspirante a repórter” conseguiu chegar, com dificuldade e com tempo limitado, a Jorge Sampaio:

Repórter: - Queremos fazer-lhe uma entrevista para o jornal da nossa turma.

Jorge Sampaio: - 'Tá bem... E com filmagens e tudo? Isto é caso sério!

R.: - São poucas perguntas porque não temos muito tempo. O que achou da cidade de Maputo até agora?

J.S.: - Já cá tinha estado na cidade de Maputo muitas outras vezes e fico contente por ver que se está a renovar e que se está a reabilitar, e ainda bem que assim é, porque é uma bela cidade e as pessoas que a habitam têm de cuidar dela. Fico muito contente por ver que há melhorias neste sentido, em relação à última vez que eu cá estive, que foi há cinco anos.

R.: - E sobre as relações de Portugal com Moçambique?

J.S.: - Penso que estamos numa boa fase, numa excelente fase dessas relações, uma vez que a paz existe e que se consolida, uma vez que existe democracia, parlamento... penso que há condições para que as relações entre Portugal e Moçambique, desde que viradas para o futuro, sejam relações positivas e estão, aliás, a crescer. Que estão a crescer no investimento, que estão a crescer na cooperação; espero que cresçam naqueles domínios que possam fazer a grande contribuição para o Moçambique novo que todos desejamos.

R.: - E o que acha do que viu da Escola Portuguesa?

J.S.: - Eu só espero que haja a escola nova dentro de um ano e tal.

R.: - Pensa poder ajudar-nos?

J.S.: - Não, eu penso que agora é que é, porque já veio o Tribunal de Contas, ou está para vir, e portanto as obras vão começar mesmo e agora está tudo a andar para poder avançar: há o dinheiro, há o contrato, há os construtores, portanto está tudo em condições... Agora eu já posso dizer isso!

R.: - Obrigada. Boa estadia.

J.S.: - Não, têm de agradecer é aos Ministros e Secretários de Estado. Eu tive muito gosto em estar aqui e ver que vocês estão em grande forma.

⁷⁵ Já no Editorial esta revista se referia a essas condições nos seguintes termos: “... estudamos numa escola em que não se pode dizer que as aulas são uma seca visto chover para dentro das salas, em que somos regularmente visitados por ratos, grilos, baratas e afins e em que, nos dias em que faz mais vento, temos de andar sempre alerta com medo que nos caia, não o céu, mas um poste ou uma chapa de zinco em cima da cabeça.” (p.1)

R.: - Obrigada!



Fotografia 41 - Entrevista ao Dr. Jorge Sampaio, por Maura Quatorze, in Jornal Trimestral do 11ºE, p.7.

Páginas 6 a 8 – “Desporto Escolar” – informações sobre um torneio escolar onde se movimentaram as modalidades de Futebol, Basquetebol e Voleibol, em artigos dos alunos Bruno Brito e Paulo Ferreira.

Páginas 9 a 14 – Excerto de uma entrevista com Eusébio, o “Pantera Negra” e Hilário. “Correspondência” – Mensagens e poemas de vários alunos/as para outros/as.

Página 14 e 15 – Continuação do artigo sobre o Sida, por Luciana Larcher, do 11ºE.

Página 16 – “Eu penso e ... escrevo” – Texto “Fofuquices, porquê?”, de Soraia Abdula e poema “Amar-te” de Rui Pinto, do 8ºD.

Páginas 17 a 20 – Notícia “1ª Gala Anual da Cruz Vermelha de Moçambique” e entrevista ao ilusionista Luís de Matos, por Pipa e Maura.



Fotografia 42 - Momento da entrevista a Luís de Matos, Jornal trimestral do 11ºE, p. 20.

Páginas 20 a 25 – Poemas “Sentimentos reais”, de Isadora Ó da Silva e “Existência”, de Nuno Marques; “Passatempos”: “Estatuto” do estudante; textos

humorísticos, receita, horóscopos e “Significados” (significados dos signos) e página de Banda Desenhada da Mafalda.

8.2. Exposições dos trabalhos dos alunos

A Escola Portuguesa de Maputo realizava anualmente exposições dos trabalhos que os alunos produziam durante o ano. Na maior parte dos anos lectivos, a exposição foi aberta à Comunidade Educativa e ao público em geral, num espaço cedido pela Embaixada de Portugal em Maputo, no rés-do-chão do edifício onde ainda hoje ocupa vários andares, na Avenida Julius Nyérere. Nesse local, onde a exposição permaneceria de uma a duas semanas, eram colocados expositores, cavaletes e mesas, com a colaboração do Adido Cultural e de vários funcionários da Embaixada.

A maior parte dos trabalhos eram, nas palavras de uma das professoras entrevistadas, “verdadeiras obras de arte”. De facto, era uma mancha de cor, de alegria e de esperança, que se patenteava naquela sala, onde o saber e o conhecimento científico se misturavam com a arte e a cultura estética.

As professoras do 1º Ciclo eram as que mais se empenhavam em montar a exposição, fazendo questão de mostrar o mais bonito - ou o mais importante -, de entre aquilo de que os seus discentes eram capazes, ao mesmo tempo que qualquer visitante, mesmo alheio à escola, podia constatar o nível de ensino ministrado.

Os outros ciclos, também expunham trabalhos das diversas disciplinas e de diferentes tipos e formatos: em cartolinas, em esferovite, através de brochuras, panfletos ou cartazes, dependia do tipo de trabalhos e do que era exigido por cada uma das disciplinas e professores. Assim, desde os inúmeros desenhos dos vários conteúdos dos programas de Educação Visual, Educação Visual e Tecnológica, de Desenho, de Geometria Descritiva e de História de Arte, aos trabalhos tridimensionais de Ciências Naturais, Ciências Físico-Químicas, de Trabalhos Manuais e de Trabalhos Oficiais, até aos trabalhos de investigação e de pesquisa das outras disciplinas, como História, Geografia, Matemática, Filosofia, Psicologia, Desenvolvimento Pessoal e Social, entre outras, era mostrado ao público o que de melhor se fazia na Escola.

Eram também expostas fotografias que retratavam momentos especiais, quer de festas ou outras actividades em que os alunos participavam, quer das aulas práticas ou das visitas de estudo que efectuavam.

Por outro lado, expunham-se artigos, trabalhos e fotografias acerca de actividades do Plano de Actividades desse ano, bem como os produtos finais da Área Escola, conforme

abordámos no capítulo IV.

Era habitual colocar-se um livro de honra onde os visitantes expressavam a sua opinião acerca da exposição, críticas que eram sempre muito elogiosas e que motivavam à continuação do bom trabalho.

Nalguns anos, a exposição anual ficou patente na própria Escola, num dos maiores pavilhões, num dos anos foi mesmo no ginásio.

Para além destas exposições anuais era habitual acontecerem outras divulgações de trabalhos dos alunos alusivos, sobretudo, a datas históricas (5 de Outubro, 1 de Dezembro, 25 de Abril, Dia da Mãe, Dia do Pai, Dia de África, dia Internacional da Criança,...) ou a temas da actualidade da época.

Estas pequenas exposições eram habitualmente patentes no pavilhão administrativo, junto à Secretaria, e também nas salas de aulas dos alunos, sobretudo as do 1º Ciclo, por serem aquelas que eram frequentadas apenas por duas turmas, uma em cada turno.

Far-se-á, em seguida, uma amostragem de algumas das fotografias tiradas em diferentes exposições escolares, referentes a diversas disciplinas e aos vários anos e ciclos de ensino.



Fotografia 43 – Trabalhos de Educação Visual e Tecnológica e de Trabalhos Oficiais na exposição de final do ano lectivo.

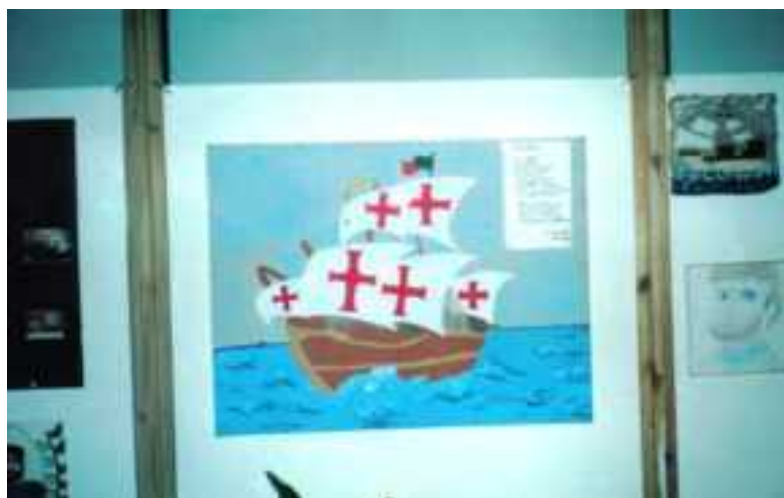














Fotografia 62 – Exposição de trabalhos efectuados nas disciplinas de Trabalhos Manuais e Trabalhos Oficiais, no âmbito do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Patente ao público na Embaixada de Portugal em Maputo.

No Boletim Informativo *Laço de União* Nº 8 de 1994, publica-se o seguinte artigo, intitulado “Exposição Anual da EPM” que, de um modo geral, espelha o que eram as exposições de final de ano na EPM:

No Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades a Escola Portuguesa de Maputo levou a efeito, uma vez mais, na Embaixada de Portugal, a sua exposição anual de trabalhos realizados pelos alunos nas diferentes disciplinas. Os trabalhos expostos além de serem alusivos à data inseriram-se no Projecto Global da Escola e subordinaram-se ao tema: “A água e o meio ambiente”.

A coordenação da exposição esteve a cargo do grupo disciplinar de Educação Visual e Tecnológica e das professoras do 1º Ciclo Básico, tendo-se registado um excelente ambiente de trabalho interdisciplinar e recolhido manifestações de muito interesse e simpatia dos visitantes em geral e da Comunidade escolar em particular.(p.17)

Também no Relatório da Missão de Inspeção⁷⁶ no ponto “Desenvolvimento de capacidades gerais, de atitudes e de hábitos”, referindo-se a alguns factos indicadores de desenvolvimento positivo, realça-se a esse propósito: “... a missão salienta a avaliação que teve a oportunidade de fazer de uma exposição, que foi patente ao público na Embaixada de Portugal, onde figuraram trabalhos de grupo que reflectiam bom nível de qualidade e atitudes e hábitos saudáveis.” (p.9)

8.3. Festas, comemorações e outras actividades recreativas e culturais

Na Escola Portuguesa de Maputo procuravam-se festejar as datas comemorativas

⁷⁶ Relatório de Inspeção à Escola Portuguesa de Maputo, de 14 a 30 de Junho de 1994.

portuguesas e moçambicanas para que os alunos, por um lado conhecessem ou relembassem Portugal e, por outro, para que se integrassem no contexto local.

Um facto real é que a maioria dos alunos não conhecia Portugal, embora alguns se deslocassem esporadicamente de férias com os seus familiares àquele país. O seu conhecimento acerca da sua pátria ou dos seus pais e avós vinha-lhes, pois, de estudar o país nas suas várias vertentes e de “viverem” constantemente a história e cultura do país, através de leituras, relatos, visionamento de fotografias e de filmes nas várias disciplinas do currículo e, complementarmente, através de comemorações de efemérides levadas a cabo na Escola.

Por outro lado, e dado que a partir do início da década de 90 a Escola passou a ter alunos moçambicanos e que, mesmo os que tinham a nacionalidade portuguesa, muitos eram naturais, tal como os seus familiares mais directos, de Moçambique, houve a preocupação de dar a conhecer, de múltiplas formas, a história e cultura deste jovem país em que a EPM estava inserida.

Assim, todos os anos, nas planificações dos diversos anos e áreas disciplinares, bem como no Plano Anual de Actividades e na Área Escola, se procurava, de forma equilibrada, contemplar os dois países ligados por laços históricos e linguísticos.

A título de exemplo, na semana de 24 a 29 de Maio de 1993, comemorou-se a Semana Cultural Africana, organizada pela Comissão de Festas de então. Esta, no artigo sobre esta iniciativa cultural publicado no Laço de União N°3/93, comenta: “Estamos numa Escola Portuguesa onde se transmitem todos os dias valores e princípios da cultura portuguesa. Contudo, esta Escola subsiste num espaço físico africano.”(p.15) Foi assim que, nessa semana em que se comemorou o Dia de África, se trouxeram à Escola vários artistas de renome das áreas da pintura e da escultura, o grupo de teatro Mutumbela Gogo, que apresentou duas peças do seu reportório, grupos de canto e dança, e passagem de trajes tradicionais, tudo formas de expressão bem moçambicanas/ africanas, criando momentos de partilha nas várias manifestações culturais.

Ao longo dos anos realizaram-se muitas festas e comemorações, umas organizadas com mais ênfase do que outras, pois tinha a ver com o plano de actividades daquele ano, de acordo com o tema que se queria ver mais desenvolvido. As comemorações eram mais ou menos alargadas, de acordo com esse tema e com a calendarização que era feita.

As várias Direcções Pedagógicas apostaram na expressão sociocultural do processo educativo, numa linha que visava proporcionar às crianças e aos jovens o desenvolvimento das suas potencialidades físicas, psíquicas e emocionais, assim como o atingir da sua

maturidade pessoal.

Através de iniciativas culturais (e não só) a Escola deu-se a conhecer à comunidade onde se circunscrevia e trouxe aos alunos os seus valores e princípios culturais, por exemplo nas comemorações do Dia da Liberdade, do Dia da Árvore, do Dia do Autor Português, do Dia do Ambiente, do Dia de África, entre outros.

Foram criados momentos, na vida da Escola, que envolveram todos os elementos que compunham a comunidade educativa – alunos, professores, pais e funcionários. Esses momentos de alegria e convivialidade foram, entre outros, os seguintes:

Festa de Natal; Magusto; Festa da Páscoa; Festa do Dia da Criança; Comemorações do 10 de Junho; Festa dos Santos Populares/ Espectáculo de Fim de Ano; entre outros.

No Dia Internacional da Criança de 1993, por exemplo, organizou-se um programa para os alunos da Infantil até ao 6º ano de escolaridade, que contemplou as seguintes actividades: pintura de um mural na Escola, teatro de fantoches, palhaços animados, gincana de bicicletas, corridas de sacos, molas, bacias e colheres, jogos de futebol e lançamento de papagaios previamente construídos pelos alunos do 2º Ciclo nas aulas de Educação Visual e Tecnológica.

Em 1993/94, a Direcção dos Assuntos Sociais reestruturou a área sociocultural, de forma a dar uma maior dimensão às suas actividades, e criando diversos núcleos. Assim, nasceu o Núcleo Recreativo, cuja coordenadora foi a professora Anabela Ferreira, e que tinha sob a sua responsabilidade: as festas escolares; as datas festivas; os espectáculos; os Clubes Recreativos de Teatro, Dança, Coro e Folclore; a Comissão de Festas.

No *Laço de União* N°4, de Novembro de 1993, esta coordenadora informa sobre a realização do primeiro convívio de professores, integrado nas comemorações do Dia do Professor e apresenta o programa do Núcleo:

1. Convívios para professores (sábados de manhã, na Escola Náutica);
2. Festa de Natal (data a anunciar);
3. Corta-Mato (em Dezembro, para todas as idades);
4. Provas com bicicletas (em Dezembro, para todas as idades).(p.14)

Segue-se uma amostragem de fotografias, captadas pelas objectivas de fotógrafos amadores, em algumas das festas e comemorações da EPM, referentes a diversos anos e em diferentes espaços.

Festas de Natal



Fotografia 63 - Uma das primeiras festas de Natal, no pavilhão do Brasil na FACIM, destacando-se ao microfone a 1ª directora da Escola, Dr.ª Idília Ruas.







Festas de Carnaval: Concursos de máscaras, Concurso de chapéus temáticos, “marjorettes” (ou marionetes),...







Jogos tradicionais: corrida de sacos, dança das cadeiras e outros





Palhaços e ... brincadeira





Dia de Portugal, Festas dos Santos Populares, arraiais,...





“Jogos Olímpicos”



Dia de África



Confraternizações e convívios entre elementos da comunidade escolar



8.4. O grupo de teatro *Estaminé*

Por volta de Outubro de 1992, após convite da Direcção Pedagógica ao encarregado de educação Jacinto do Vale para coordenar o grupo de teatro, surgiu o *Estaminé*. A esta iniciativa aderiram alguns alunos e professores, tendo-se realizado na Escola e noutros locais diversas representações teatrais de reconhecida qualidade.

A produção estava a cargo da própria Escola, enquanto a selecção de textos e de actores, bem como a encenação, ficava sob a responsabilidade de Jacinto do Vale, que já contava com alguma experiência na área da representação de Portugal (do Grupo de Teatro Amador de Alpiarça).

A respeito da formação e dos primeiros passos deste grupo, a revista *Laço de União* N°2/92 publicou um texto em que, em palavras simples e humildes, os jovens do grupo nos revelam o seguinte:

Tudo começou em Outubro. O nosso grupo nasceu de uma iniciativa da Direcção da Escola conjuntamente com alguém com muita experiência, um Amigo que nos apoiou até agora, ensinando-nos pequenas grandes coisas, que nos são muito úteis, tanto nos ensaios como nos espectáculos.

No início, nós éramos apenas um grupo de alunos para representar uma peça de Natal no Hotel Polana. O nosso verdadeiro grupo surgiu nas férias do Natal. Tornámo-nos unidos, não só para representar, como também para montarmos o nosso espectáculo. Fizemos painéis, projectores, pintámos ferros, etc., mas o nosso apogeu surgiu após a nossa primeira verdadeira apresentação na Casa do Gaiato. Depois de nos aperfeiçoarmos, apresentámo-nos oficialmente à Comunidade Portuguesa e ao Corpo Docente num pequeno espectáculo. Pensámos que foi satisfatório devido ao pouco tempo que tivemos para o preparar. De qualquer maneira, ficámos satisfeitos com o nosso trabalho e com o apoio dado por esse Amigo que nos orientou durante todo este tempo e com a ajuda da Direcção da Escola e da Cooperativa, e também com o apoio moral dado pela Comunidade Portuguesa em geral. Embora estejamos contentes com o nosso trabalho, queremos fazer melhor. (p.16)

Este grupo teatral, que esteve em funcionamento durante alguns anos, encenou e representou diversas peças, algumas cómicas, com o intuito de divertir o público, outras mais sérias, com uma intenção predominantemente educativa ou instrutiva.

O *Estaminé* levou à cena, pelo menos, as seguintes peças⁷⁷, algumas adaptadas de obras literárias de conhecidos autores e dramaturgos:

- O Curandeiro;

⁷⁷ Os guiões de todas estas peças encontram-se arquivados num dossier que nos foi gentilmente emprestado pela ex-aluna Vera Alves Pereira, que desempenhou papéis em diversas destas peças, foi ponto e contra-regra. A mesma aluna, aliás, que foi por nós entrevistada (EA15) e que narra como se deu o seu primeiro contacto com o grupo de teatro (capítulo V, p. 141).

- Ah!!! Um rato!;
- Chegou o inspector;
- O ás dos caçadores;
- Os dois compartimentos – de Avelino Cunhal;
- Nau Catrineta – de Almeida Garrett (adaptação);
- Espírito Natalício;
- Luís de Camões – peça contendo um excerto da “Entrevista com Luís de Camões” da autoria do jornalista e escritor Baptista-Bastos;
- Auto da Vida e da Morte – de António Aleixo (adaptação);
- Guerra Santa – de Luís de Sttau Monteiro (adaptação);
- Inês de Castro – de António Ferreira (adaptação).

Dos cerca de quinze alunos que fizeram parte do *Estaminé*, maioritariamente do 3º ciclo e do ensino secundário, com funções na representação (actores principais, secundários e figurantes) ou técnicas (som, luzes, arranjos), salientámos:

Vera Alves Pereira, Vera Lúcia Pereira, Vânia Gonçalves, Eliana Canteiro, Natacha Aragão, Isadora Ó da Silva, Pedro Simões, Ana Filipa de Sá, Wilson do Vale, José Valada, Sílvia Leite, Ana Morais, José Diogo Luiz, Ana Catarina de Sá, Nuno Breda, Leslie, entre outros.

Os cenários, de acordo com a aluna Vera A. Pereira, eram pouco elaborados, quase sempre um tecido preto ou uns lençóis serviam de pano de fundo; no entanto, quando era necessário algo mais específico, solicitava-se a colaboração dos professores de Desenho e de Educação Visual.



Fotografia 103 – Grupo de alunos do grupo Estaminé e Encenador, Jacinto do Vale.

No que diz respeito aos adereços e guarda-roupa, quando eram requeridos alguns mais trabalhados, como os fatos de personagens da corte, nomeadamente nas peças “Inês de Castro” e “Luís de Camões”, era pedida a colaboração de uma modista profissional, mãe de alunos da Escola.

Relativamente ao espaço, os ensaios e algumas representações realizavam-se num pavilhão da Escola (FACIM), quando dirigidas à Comunidade Educativa. Para além destas, porém, o grupo *Estaminé* deslocou-se a outros locais de Maputo e de fora desta cidade: ao Cineteatro Madjedje, integrando o programa de uma festa de final de ano lectivo, à Academia do Bacalhau e à Casa do Gaiato (Massaca - Boane). Nestes últimos locais, actuaram para um público mais específico: para os “compadres” da Academia do Bacalhau e outros elementos da Comunidade Portuguesa e para os meninos da Casa do Gaiato.



<p>Luis de Sittau Monteiro, escritor e dramaturgo Português, nasceu em Lisboa, a 3 de Abril de 1926.</p> <p>Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, esteve alguns anos em Inglaterra, facto que terá eventualmente condicionado certos aspectos da sua formação estética e literária.</p> <p>Surgiu no mundo das letras em 1960, com o romance "Um Homem não Chorará", ao qual se seguiram no ano seguinte, "Angústia para o jantar" e "Notável Verão", crítica da Sociedade Portuguesa repleta de desencanto e, ainda, "Amarga Ironia" prova de contundente observação. Nesse mesmo ano publica a sua melhor peça, "Felizmente há Luar", interpretação histórico-dialéctica, numa muito feliz forma narrativa da figura de Gomes Freire de Andrade.</p> <p>Além das obras citadas poderemos acrescentar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - "Todos os Anos pela Primavera" (1963); - "O Barão" (1969); - "Alto da Barca do Motor Fora de Borda"; - "Guerra Santa e a Estátua" (1966); - "As Mãos de Abraão Zacut" (1968); - "Sua Excelência" (1971). <p>Luis de Sittau Monteiro foi um homem interessente e atento à sociedade e política da sua época.</p> <p>Faleceu este ano, 1993.</p>	<p>ENCENADOR José Vabada, 9º C</p> <p>PONTO-CONTRA-REGRA Vera Alves Pereira, 7ª A</p> <p>GENERAL DE ESQUERDA Ana Filipa de Sá, 9º B</p> <p>GENERAL DA DIREITA Vera Alves Pereira, 9º C</p> <p>OFICIAL 00 Vânia Gonçalves, 9º C</p> <p>OFICIAL 000 Sílvia Leite, 9ª A</p> <p>OFICIAL 0000 Ana Morais, 11º D</p> <p>OFICIAL 00000 Elissa Canteiro, 9º D</p> <p>GENERAL Ana Catarina de Sá, 6º B</p> <p>MAKIDO DA GENERAL 1 José Diogo Luís, 9º C</p> <p>MAKIDO DA GENERAL 2 Leite, 9º D</p> <p>CADÁVER 1 Natasha, 9º C</p> <p>CADÁVER 2 Ofício, ER3</p> <p>CONTROLE DAS LUIZES Nuno Breda, ER2</p>	<p>A peça que vamos apresentar, é uma adaptação da Guerra Santa de Luis Sittau Monteiro.</p> <p>Encurtámos a peça e adaptámos-la de acordo com as nossas capacidades. Por exemplo, como o nosso grupo é constituído, na sua maioria, por raparigas e nós não tínhamos rapazes suficientes para ocuparem os papéis, em vez do "travesti", convertimos o sexo dos personagens: os generais nas generais, os oficiais nas oficiais e as mulheres dos generais nos maridos das generais.</p> <p>A peça consiste numa crítica à guerra. As generais julgam que são as chefes e pensam que podem orientá-la como pretendem.</p> <p>Estas generais tentam formular um plano para lhe por termo e aprisionam-se mutuamente. Mas, ao fazermos-no, criam uma confusão com as oficiais que se sentem perdidas sem as suas superiores. Acaba por não se resolver absolutamente nada...</p> <p>Esperemos que goste.</p> <p style="text-align: right;">O Estaminé</p>
--	--	---

Figura 12 - Capa e interior do panfleto que divulgou a peça “Guerra Santa”.

O Boletim Informativo *Laço de União* N° 3/93, acerca deste grupo estudantil de teatro, publicou o seguinte artigo:

Senhoras e Senhores, o espectáculo vai começar...!

Foi assim no dia 21 de Maio, Dia do Autor Português. António Aleixo esteve na Escola Portuguesa de Maputo representado pelo grupo de oficina de teatro da Escola, o ESTAMINÉ. Pudemos sentir as dores da Vera tratada pelo famoso curandeiro (José Valadas) acompanhadas pelas alcoviteiras, chamada de atenção para a ignorância e obscurantismo que levam à desconfiança sobre a Ciência... ou o grito pungente daquela Vida (Eliana)... tudo isto num espaço totalmente construído por eles: o pano de fundo e os painéis laterais. Imaginem quantas marteladas terão sido dadas nos dedos? E a ilumino técnica? Quem adivinharia que os holofotes, na sua maioria foram latas de café?

Laboriosamente e com determinação, pouco a pouco construíram este espaço trabalhando em simultâneo o teatro. Gostámos de ver e sentir a afirmação destes jovens de uma maneira tão sã, longe da procura de formas negativas para enfrentar aquilo que é, tão complexo para todos nós, crescer.

Tivemos a oportunidade de ver mais uma vez o Estaminé no jantar (11 de Junho) comemorativo do 10 de Junho. O tema versou, como é natural, Camões. (p.17)

Outro número do *Laço de União*, o N° 8 ou N° 3/94, publicou o seguinte artigo da autoria do Dr. Soares Martins, Adido Cultural da Embaixada de Portugal:

Acompanhei a apresentação da peça de António Aleixo, pelos alunos da Escola Portuguesa⁷⁸, na alegria de poder confirmar quanto a arte de representar e o interesse pelo fenómeno literário, são susceptíveis de atrair a juventude.

O trabalho árduo por detrás daquilo que nos foi dado a ver e ouvir, a dicção apurada de um texto que, sendo “popular” nem por isso é de fácil teatralização, se diria abstratizante, tudo garante que o teatro na Escola pode transformar-se no meio de enriquecimento lúdico, artístico e cultural em geral, porventura inacessível através da rigidez das disciplinas curriculares.

Avante, pois, em prol do teatro, na reivindicação do apuramento estético e no culto de formas novas de expressão! (p.11)

O grupo Estaminé esteve activo pelo menos até meados de 1996 (provavelmente mais tarde), como se pode constatar pelo cartaz abaixo. Depois, por alguns estudantes terem deixado a Escola, terminado o 12º ano, ou por outras razões que não foi possível determinar, o grupo de Teatro da EPM deixou de existir.

⁷⁸ Esta representação teve lugar no VII Curso da História da Literatura Portuguesa, organizado pela Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane em parceria com o Instituto Camões.

Finalizamos com as palavras do encenador e coordenador do grupo, explicando a razão de ser do nome do grupo, “Estaminé”, numa entrevista publicada no *Laço de União* N°2/93:

Estaminé simboliza qualquer coisa que normalmente não está muito bem arrumada, onde há desordem, revolução, coisas que vão rolando sempre. É uma oficina desarrumada. Aqui, nós trabalhamos em cima do joelho, representamos em qualquer situação. Mexemos em peças, improvisamos. Somos um grupo de saltimbancos sem o ser. Por isto tudo, somos Estaminé. (p.4)

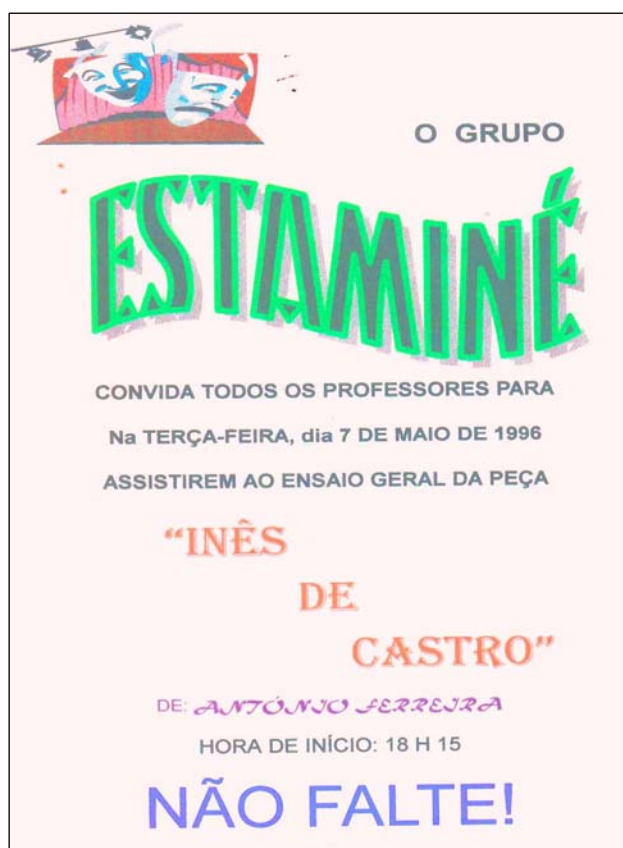


Figura 13 – Convite aos professores.

8.5. Recepção aos Visitantes da Escola

Ao longo dos anos, muitas foram as visitas que a Escola recebeu, desde governantes portugueses e moçambicanos, a famosas figuras das artes, do espectáculo e do desporto.

Quando a EPM era previamente informada da intenção da visita da(s) personalidade(s), eram preparadas actividades de recepção aos visitantes, normalmente actividades culturais diversas, como a actuação do coro da Escola ou dos grupos de dança/folclore.

Nalguns casos, como nas visitas presidenciais, planeava-se e executava-se um programa mais elaborado que incluía, além das actividades referidas, discursos de boas-vindas dos alunos e do Director Pedagógico da Escola ou da Cooperativa, oferta de lembranças, visita a pequenas exposições de trabalhos dos alunos, visita guiada às instalações, entre outras.

No caso dos visitantes que gozavam de grande popularidade entre as crianças e adolescentes, como o futebolista luso-moçambicano Eusébio, os humoristas Herman José e Maria Rueff, o ilusionista Luís de Matos, entre outros, havia sessões de autógrafos, a que os visitantes gentilmente acediam apesar de, muitas vezes, terem de ser interrompidas, dado o enorme afluxo de alunos.

Em geral, estes visitantes ficavam agradavelmente surpreendidos com a Escola. Não com as condições materiais ou espaciais, por razões óbvias e já muitas vezes referidas, mas sobretudo com o “clima” que se vivia na Escola, os aspectos organizativos, a actuação dos grupos (teatro, coro, dança, ginástica), a grandiosidade da Escola (o número de alunos e de professores).

Os alunos da turma de Jornalismo, o 11ºE (de 1996/97), realizaram entrevistas a certos ilustres visitantes da Escola, as quais surgiram publicadas na revista da autoria da sua turma daquele ano (já analisada neste trabalho). É o caso da entrevista ao ilusionista Luís de Matos, referida nas páginas 205 e 206 deste trabalho, e da entrevista ao Dr. Jorge Sampaio, aquando da importante visita presidencial a Moçambique e à EPM, que transcrevemos nas páginas 204 e 205, onde se pediu insistentemente para que acelerasse as obras de construção da Nova Escola.

Os mais pequeninos também fizeram apelos, singelas mensagens, como a que se segue:



Figura 14 – Cartaz elaborado por alunos do 4º ano.

A Escola Portuguesa de Maputo recebeu muitos visitantes, alguns dos quais

deixaram mensagens escritas em “Livros de Honra” aos quais, lamentavelmente, não tivemos acesso.

Excluem-se desta condição de visitantes, embora também o fossem, aqueles que vieram em trabalho à Escola, quer fosse de supervisão e formação, destacando-se as várias missões dos inspectores do Ministério de Educação, quer como palestrantes em várias ocasiões (por exemplo Mia Couto, escritor e biólogo convidado frequentemente pela Escola), quer de grupos culturais e artísticos, que também partilharam as suas experiências, actuando ou executando trabalhos na Escola (como o já mencionado intercâmbio de artistas portugueses e moçambicanos em Abril/Maio de 1997).

Indicaremos, em seguida, algumas das visitas que foram evocadas pelas directoras pedagógicas e professores entrevistados ou acerca das quais encontrámos referências nas fontes consultadas. Estamos certos, porém, que muitas outras terão havido, sobretudo no último ano, 1998/99, dado que, devido à futura transição da Escola, muitas personalidades ligadas a esse processo vinham à EPM para, entre outros motivos, se inteirarem das necessidades da Escola.

Alguns visitantes:

1988 – Sr.^a D. Maria Cavaco Silva – por ocasião do acompanhamento da visita governamental a Moçambique de seu marido, Aníbal Cavaco Silva, então Primeiro-Ministro de Portugal.

1988 – Dr. Durão Barroso – então Ministro dos Negócios Estrangeiros;

12/11/92 – Grupo de Folclore da TAP;

Dezembro de 1993 – Maria Velho da Costa, escritora;

22/10/ 96 – Prof. Marcelo Rebelo de Sousa e acompanhantes;

21/11/96 – Dr.^a. Maria de Belém, Ministra da Saúde;

18/04/97 – Luís de Matos, ilusionista;

29/04/97 – Dr. Jorge Sampaio, Dr.^a Maria José Rita, sua esposa, e comitiva;

Maio de 1997 – Eusébio Ferreira e Hilário, ex-futebolistas de equipas portuguesas;

Abril de 1998 – Alexandra, cantora portuguesa, acompanhada por dois guitarristas;

16/10/98 – 2^a visita de Eusébio Ferreira, ex-futebolista e treinador;

26/10/98 – Herman José e Maria Rueff, actores/ humoristas;

Abril/Maio de 1999 – Delegação do Governo de Macau, chefiada pelo Dr. Jorge Rangel, Secretário-Adjunto para a Administração de Educação e Juventude;

Abril/Maio de 1999 – Dr.^a. Manuela de Aguiar, Deputada para a Emigração do Círculo fora da Europa, acompanhada pelo Sr. António Pires, Conselheiro da Comunidade

Portuguesa dos PALOP.



Fotografias 104 e 105 - Uma das visitas de Eusébio à EPM: entre jovens atletas e em sessão de autógrafos.

8.6. Actividades desportivas

Ao longo dos anos, a EPM desenvolveu actividades desportivas extra-aulas de Educação Física levadas a cabo, quer nas aulas de complemento curricular e extra-curricular, quer na realização de torneios, competições e provas de diversas naturezas, dentro e fora de portas.

Assim, dando cumprimento ao Projecto Educativo, ao Plano Anual de Actividades, à Área Escola e a outros projectos, todos os anos se realizavam, na Escola, pela Escola, ou inter-escolas, diversas actividades desportivas. As actividades eram planeadas, organizadas e orientadas pelos professores de Educação Física e por outros professores/treinadores de algumas modalidades tendo, para algumas das actividades, contado com a colaboração de elementos de fora da Escola, nomeadamente quando se tratava de actividades desportivas enquadradas nas comemorações do 10 de Junho, em que havia uma Comissão responsável pelas mesmas (embora alguns dos professores fizessem também parte dessa Comissão)

Citam-se, em seguida, algumas das actividades levadas a cabo, a maior parte delas com bastante frequência:

- Provas de estrada – Comemorativas do 10 de Junho – 4 km, no trajecto: Embaixada de Portugal (concentração e partida), residência do Sr. Embaixador, Miradouro, Hotel Polana-Mar, Clube Naval, Marginal e Escola (meta);

- Biatlo – Junção de duas competições: de ciclismo e de atletismo – De bicicleta: entre a Costa de Sol (Restaurante) e a Escola, terminando com voltas à Escola, em Atletismo.

- Mini Jogos Sem Fronteiras – Realização de várias provas com a participação de toda a comunidade escolar, que culminou com mais jogos e uma grande festa de entrega de prémios e de medalhas às equipas vencedoras, no Centro Hípico da Cidade de Maputo.

- Jogos Olímpicos – Com a participação de alunos de todas as idades, desde os alunos mais novos da Escola (Nurima e Renato Azevedo, actualmente nos últimos anos do Secundário na EPM-CELP) até aos mais velhos, do 12º ano, e depois ao professor com idade mais avançada (Dra. Idília Ruas), a chama olímpica foi passada de mão em mão até ao acender da “pira olímpica”. No dia da entrega dos prémios, os alunos receberam os louros que foram colocados na cabeça por “autênticos gregos”, vestidos a rigor. Os diplomas de participação, os louros e outros adereços foram elaborados pelos alunos nas aulas de Educação Visual.

- Ginástica Rítmica – Exercícios (esquemas) com arcos, fitas, chapéus e bolas, acompanhados de música e acrobacias.

- Gincanas / “Rally paper” – Com a participação de alunos de diferentes idades e em interdisciplinariedade, principalmente, com as disciplinas de Ciências da Natureza e de História e Geografia.

- Corta-mato – realizado quase sempre no terreno próximo da Escola (pinheiros);

- Provas de Atletismo – realizadas no Circuito de Manutenção António Repinga, no Parque dos Continuadores da cidade e nas estradas da cidade de Maputo;

- Natação – Piscinas da Escola Náutica e do Parque Óasis; aulas curriculares e extra-curriculares;

- Voleibol, Andebol, Basquetebol e Futebol, em masculinos e femininos – prática das modalidades e realização de torneios: inter-turmas, professores-alunos e inter-escolas.

O *Laço de União*⁷⁹ reporta as actividades seguintes, a propósito das comemorações do 10 de Junho de 1993: “No dia 12, sábado, tivemos as nossas professoras de Educação Física, Anabela Ferreira e Margarida Abrantes, empenhadas no biatlo e no dia 13, domingo, no Centro Hípico, além do hipismo, tivemos os *Jogos da nossa terra*,

⁷⁹ Artigo “O 10 de Junho na Escola Portuguesa de Maputo”, rubrica *Notícias e Novidades*, do Boletim N°3/93, p.18.

dinamizados pelo Jorge Almeida com a participação de várias equipas da escola.”

De acordo com outro artigo do *Laço de União*⁸⁰, a nossa Escola participou com muito empenho nas Provas Comemorativas do Dia 10 de Junho (1994). Na prova de estrada participaram 58 atletas, em vários escalões femininos e masculinos: 11/12 anos, 13/14 anos, 15/16 anos, mais de 17 anos e veteranos (para professores e pais). De acordo com o mesmo artigo, que identifica os vencedores de todos os escalões e jogos, no biatlo houve 18 participantes, nos “Jogos colectivos” realizaram-se vários jogos: de Voleibol, de Basquetebol, de Futebol feminino e masculino, entre equipas da Escola e da Comunidade, bem como da Onumoz⁸¹. Segue-se uma mostragem de fotografias de alguns destes momentos desportivos.



Fotografia 106 - Embaixada de Portugal em Maputo: local de concentração para as provas de estrada.



Fotografia 107 - Professoras, educadoras, mães, avós e alunos, esperando o sinal de partida para a prova de estrada.

⁸⁰ Artigo “10 de Junho – Actividades Desportivas”, em *Notícias breves*, do Boletim Informativo N°3/94, p.22.

⁸¹ Esta equipa era formada pelos militares portugueses do regimento de transmissões 4, destacados em Missão (da ONU) em Moçambique.



Fotografia 111- Equipa de voleibol de professores/as, no pequeno campo desportivo entre as salas de aula (FACIM).

No artigo “Jogos da nossa Terra”⁸², a professora Margarida Abrantes conta que, na tarde de 12 de Junho de 1994 (domingo), se realizaram jogos no complexo Matchiki-Tchiki, sob o tema “Os descobrimentos” e o subtema “A água como meio de transporte”. Vários foram os jogos, que contaram com a maior alegria, entusiasmo e participação de alunos de várias idades, desde a “malha” ao partir das bilhas, passando pelos mergulhadores à procura de Tesouros perdidos “na água de Inhambane”. E acrescenta que:

Camões também por lá andou de olho vendado, a recolher partes d'Os Lusíadas e a nadar sem molhar o seu precioso livro; vestiu-se o Infante, andou-se de andas, arco, sacos, pés atados, etc., mas o objectivo foi atingido, chegaram todos com muita alegria, genica e algum frio, ...

Tivemos a participação caloroso da Comissão do 10 de Junho, do Batalhão de Transmissões, alunos, pais e professores. Todos passámos pelo Adamastor, ...

Foi uma tarde muito bem passada em que recordámos de forma simbólica (e divertida), os Nossos Jogos e as Nossas Descobertas. (p.20)

Por sua vez, Bitá Rodrigues, uma mãe, diria a respeito dos mesmos jogos, num texto publicado na mesma revista:

Sentiam-se ali horas e horas de trabalho organizativo, de decoração e, acima de tudo, de imaginação. Os participantes, diversos grupos de estudantes da Escola Portuguesa, demonstraram um grande espírito de equipa, bem como um elevado moral competitivo que os ajudou a superar os “rigores” atléticos e mentais exigidos pelas provas. ...

Foi extremamente agradável observar o interesse, entusiasmo e alegria demonstrados por aqueles jovens, bem como o divertido suporte da assistência que lhes não regateou os merecidos aplausos. A animada entrega dos prémios contribuiu também para não deixar arrefecer os ânimos e para comprovar o imenso desportivismo por parte das diferentes equipas. (p.19)

Algumas das actividades em que a nossa Escola mais se salientava no exterior, eram os torneios e campeonatos inter-escolas em várias modalidades, mas sobretudo no designado “Desporto Rei”. Acerca do futebol de cinco, o Boletim Informativo *CELP* Informação N°9 (início do ano lectivo 1998/99) publicou o seguinte artigo:

Uma das equipas de futebol de cinco da EPM participou na inauguração da cobertura do recinto desportivo do IQBAL, a convite desta prestigiada colectividade. Com o brilhantismo e disciplina que lhes é peculiar, os nossos alunos conquistaram mais um troféu e aproveitaram para conviver com os elementos da comunidade. (p.4)

⁸² *Laço de União* N°3/94, p.20.



Fotografias 112 a 114 – Equipas desportivas (de futebol e de basquetebol) e entrega da taça ao capitão da equipa de Futebol de salão EPM.

Na EPM foi sempre prática comum a promoção do desporto escolar como forma de desenvolver o bem-estar físico, a saúde e a ocupação criativa dos tempos livres, através da implementação de projectos de animação e de prática desportiva destinados aos alunos, às suas famílias, aos docentes, à comunidade escolar em geral, embora se tivessem também registado iniciativas em que se abrangia igualmente o meio envolvente.

8.7. Envolvimento com a comunidade local

A EPM organizou as suas actividades de envolvimento com a comunidade em torno de dois eixos: por um lado o convívio cultural e a partilha de conhecimentos e de experiências, por outro, a solidariedade, a partilha de bens de primeira necessidade e outros.

Neste âmbito, desenvolveu diversas iniciativas, quer no contexto da comemoração de efemérides relevantes, quer no campo da cooperação a estabelecimentos de ensino e organizações de saúde moçambicanos.

Esse envolvimento era activado quer através dos convites à Comunidade para assistência e/ou participação em diversas festas, como as dos Santos Populares, as comemorações do 10 de Junho, os festejos do Dia de África, do Dia da Criança, a festa de Natal, entre outras, quer através de visitas de alunos e professores da EPM a creches, escolas e hospitais.

Nestas últimas, salienta-se o apoio permanente à Casa do Gaiato, uma Instituição dos padres e religiosas salesianos de ajuda humanitária a órfãos e meninos de rua, com sede em Portugal, e com obra idêntica em Massaca - Boane, a cerca de 40 quilómetros de Maputo. Criada em 1991, a Casa do Gaiato em Moçambique, "irmã" da sua congénere portuguesa fundada pelo padre Américo, acolhe cerca de 150 rapazes órfãos com idades compreendidas entre os 3 e os 14 anos.

O Padre José Maria e a Irmã Quitéria traziam frequentemente “os seus meninos” à Escola Portuguesa, sobretudo nas ocasiões mais especialmente vividas pelas crianças: no dia da celebração da Festa de Natal e no Dia da Criança. Tanto nessas ocasiões, como quando era a EPM a deslocar-se a Massaca, havia jogos e brincadeiras, números de canto e de dança, às vezes de teatro, lanche, distribuição de pequenos presentes, num clima de sã alegria e partilha entre as crianças de ambas as Instituições.



Fotografia 115 – O Estaminé e a EPM na Casa do Gaiato.

Para além da ligação à Casa do Gaiato, houve também um certo contacto com a Escola Paroquial da Catembe, conforme foi referido na análise aos artigos publicados nos Boletins Informativos da EPM. Assim, um dos textos⁸³ refere que, após uma campanha de recolha de roupas, calçado e livros, os alunos do 4º ano com as suas professoras, deslocaram-se de *ferry boat* àquela localidade defronte da cidade de Maputo onde:

“Fizeram-se as apresentações. ... como era tempo do lanche, todos se dirigiram para a mesa já posta, partilhando aquela simples mas gostosa refeição. ... veio a hora da brincadeira. Fez-se uma roda e todos cantaram e brincaram. ... cada um dos nossos alunos ofereceu a cada uma das crianças da Paróquia, algumas peças de roupa, esforçando-se por escolher o tamanho certo. A felicidade estava bem patente no rosto de cada um. Ali não havia meninos da cidade ou do campo: havia apenas crianças, e adultos tornados crianças, por breves momentos.”(pp.6-7)



Fotografia 116 - Escola Primária 7 de Setembro, uma das escolas moçambicanas visitadas por alunos e professores da EPM.



Fotografia 117 - No mesmo dia, alunos do 1º Ciclo tomando notas na escadaria da Igreja de S. António da Polana.

⁸³ In *Laço de União* N°2/94, 3º Período de 1993/94.
248

Outro exemplo do contacto com elementos da comunidade local pode ler-se no artigo “O S. Martinho e a cidade”⁸⁴, acerca do 111º aniversário da cidade de Maputo (10 de Novembro), que coincidiu com a celebração do dia de S. Martinho na EPM. Para além da exposição de trabalhos da autoria dos alunos alusivos a ambos os temas, houve danças e cantares executados por alunos da EPM e pela Escola Nacional de Dança que animaram os festejos. “Num ambiente alegre e divertido, foi possível promover o intercâmbio de culturas e instituições e fomentar o convívio entre os elementos da comunidade educativa.”(p.4)

Embora nos primeiros anos a Escola estivesse algo fechada para o exterior, conforme considera um dos professores entrevistados, foi visível uma alteração dessa situação no esforço com que as sucessivas Direcções da Escola procuravam projectar a Escola na comunidade envolvente.

Paralelamente, procurava-se inculcar nos alunos os valores cívicos da solidariedade e do respeito pelo outro, tendo em conta as diversidades culturais e sociais existentes, não só em relação ao meio envolvente, como na própria comunidade escolar. Efectivamente, como Escola multicultural que era, coexistiam no corpo docente, discente, administrativo e auxiliar diversidades étnicas, religiosas, culturais e sociais, pelo que era necessário valorizar os diferentes saberes e culturas que, em lugar de criar obstáculos ou conflitos, contribuía para o reforço das relações entre a comunidade educativa.



Fotografia 118 – Conselho de Turma realizado no pátio exterior à sala de professores.

⁸⁴ In *CELP Informação* N°9, de Out./Nov. de 1998.

Capítulo IX – As outras Escolas Portuguesas em Moçambique

A Escola alvo do nosso estudo teve um papel importante como pólo de apoio a escolas privadas de ensino português sediadas no país, designadamente mediante: o apoio à formação contínua dos professores, a cedência de diverso material didáctico-pedagógico, a colaboração nos momentos de avaliação e na preparação do lançamento do ano lectivo, o intercâmbio frequente de docentes (e, nalguns casos, de discentes), o apoio na avaliação final dos alunos ou equiparação através de exames, entre outros tipos de ajuda.

9.1. A EPM e as Escolas Portuguesas de: Nacala, Nampula, Quelimane, Beira, Cahora Bassa, Colégio Académico da Beira, Escola Verney (Maputo) e Externato José Craveirinha (Maputo)

O apoio prestado pela Escola Portuguesa de Maputo era especialmente dirigido às Escolas do Centro e Norte de Moçambique, nomeadamente às Escolas da Beira, de Nacala, de Nampula e de Quelimane.

As outras Escolas Portuguesas de Maputo, as Escolas Verney e José Craveirinha – também Cooperativas de Ensino –, eram relativamente autónomas, embora também beneficiassem de apoio, sobretudo aquando da selecção dos manuais escolares (normalmente adoptavam os mesmos que a EPM), na participação dos seus docentes nas acções de formação e nas diversas actividades que tinham lugar na EPM, e no período dos exames nacionais, em que os seus alunos (do 9º ano e do Ensino Secundário) se deslocavam à Escola Portuguesa de Maputo para os realizar, por ser a única creditada para o efeito pelo Ministério de Educação português.

Aliás, esta situação era comum a todas as escolas portuguesas do país. Os processos de candidatura a exame bem como as cópias dos documentos de identificação dos estudantes de todas as Escolas Portuguesas de Moçambique eram arquivados na Secretaria da EPM, que era também quem emitia as respectivas certidões, após a chegada dos resultados (do Ministério da Educação de Portugal) e a afixação das respectivas pautas de exame.

A mais autónoma de todas as escolas (relativamente à EPM) foi desde sempre a Escola Portuguesa de Cahora Bassa, a primeira a ser criada em Moçambique (cerca de três anos antes da EPM). Efectivamente, esta Escola, que surgiu da necessidade de ministrar ensino português às crianças filhas dos técnicos portugueses da barragem de Cahora Bassa

(ainda possessão de Portugal na época), teve sempre um estatuto diferente. O Director Pedagógico da Escola e a maior parte dos seus professores eram requisitados a Portugal e, consequentemente, remunerados pelo Ministério de Educação. Os livros e materiais didácticos eram também enviados directamente de Portugal e a Escola beneficiava igualmente de um subsídio do Estado Português⁸⁵. Todavia, esta Escola chegou a estar também ligada à EPM, que lhe prestou algum apoio, sobretudo nos últimos anos, de 1997 a 1999.

Numa carta do Gabinete do Secretário de Estado da Cooperação (Ministério dos Negócios Estrangeiros), de 03/07/95, dirigida ao Secretário de Estado da Educação, podemos encontrar o seguinte discurso:

A Escola Portuguesa de Maputo com a colaboração empenhada, o voluntarismo e a iniciativa da comunidade portuguesa local tem vindo a apoiar, do ponto de vista moral, financeiro e de recursos o ensino português em Nampula, Nacala, Quelimane e Beira, pese embora as dúvidas suscitadas no âmbito do Ministério da Educação e do Instituto Camões sobre o regime jurídico que lhes é aplicável.(p.1)

A professora Luísa Quaresma, uma das docentes da EPM⁸⁶ que prestou apoio pedagógico a estas escolas tendo-se deslocado a algumas delas, referindo-se ao trabalho desenvolvido⁸⁷, declarou:

Prestei apoio pedagógico às Escolas Portuguesas das Províncias, no ano lectivo de 1998/1999. Para isso, desloquei-me à Escola Portuguesa de Quelimane onde tive encontros com os professores dos 2º e 3º Ciclos, assisti a aulas e fiz encontros de trabalho com os Coordenadores de Ciclo com o objectivo de analisar toda a documentação referente à avaliação e fazer a preparação dos Conselhos de Turma do 3º Período. Fiz, também acções de formação sobre metodologias, planificação e avaliação.

O apoio pedagógico às escolas de Nacala e Nampula realizou-se em Julho de 1999, com as seguintes actividades:

- Encontros com professores e a Direcção Pedagógica;
- Acompanhamento dos Conselhos de Turma;
- Verificação de Documentos;
- Análise do ano lectivo e preparação do ano lectivo 99/00;
- Participação na Reunião de Pais dos alunos.

Esta docente profissionalizada portuguesa salientou ainda:

Estas escolas são espaços fundamentais para os portugueses

⁸⁵ De acordo com o ofício N° 188 de 26.02.98, o subsídio concedido nesse ano foi de 13.552.000\$00. Esse apoio foi sistemático e, desde 1993, foi sempre superior a 11.000.000\$00.

⁸⁶ Entrevistada como docente e como Directora Pedagógica da EPM.

⁸⁷ Este trabalho era executado quase que em regime de voluntariado, pois os docentes eram convidados e não beneficiavam de qualquer remuneração. A Direcção de Cooperativa subsidiava apenas o custo das viagens e, nalguns casos, as despesas da estadia (quando não ficavam instalados nas casas de professores ou de pais de alunos nas províncias).

residentes nas Províncias e para a divulgação da Língua e Cultura Portuguesas, visto serem frequentadas por alunos portugueses, e também moçambicanos e de outras nacionalidades.

Por sua vez, a Directora Pedagógica Ana Campos, referiu:

Ao falar no trabalho da EPM não podemos esquecer as Escolas da Beira, Nampula, Nacala e Quelimane ...

Trabalhei com todas, fazendo seminários e desenvolvendo actividades de formação pedagógica. Elas foram braços de um polvo que era a EPM. Uma das Direcções da Cooperativa quis cancelar esse apoio, mas consegui segurá-lo recorrendo ao então Secretário de Estado da Educação, que as tornou "Pólos". Estou segura de que elas fizeram, com todas as dificuldades (falta de professores qualificados, instalações, materiais, livros...), um excelente e anónimo trabalho para a lusofonia.

De acordo com alguns documentos a que tivemos acesso⁸⁸, as características das Escolas Particulares e Cooperativas do Sistema de Ensino Português em Moçambique eram/ são⁸⁹:

Nome da Escola: Escola Portuguesa de Cahora Bassa Processo (DEB): 2482; AP 858 Início de Funcionamento: 1983 Legalização: Autorização Provisória - Despacho de 18/01/83 Regime de Funcionamento: Paralelismo Pedagógico Graus de Ensino: Educação Pré-Escolar; 1º, 2º e 3º CEB. Morada: Caixa Postal 263 – Cahora Bassa – Songo, Moçambique

Nome da Escola: Escola Verney Processo (DEB): 3539 Início de Funcionamento: 1994 Legalização: Autorização Definitiva - Despacho de 20/12/95 Regime de Funcionamento: Paralelismo Pedagógico Graus de Ensino: 1º, 2º e 3º CEB. Morada (no início): Av. 25 de Setembro – FACIM – Portão 4, Maputo, Moçambique Morada (posterior): Rua João de Barros, N°367.

Nome da Escola: Externato José Craveirinha Processo (DEB): 2699 Início de Funcionamento: Ano lectivo de 1995/96 Legalização: Autorização Provisória - Despacho de 22/01/96 Regime de Funcionamento: Paralelismo Pedagógico Graus de Ensino: Educação Pré-Escolar; 1º, 2º e 3º CEB. Morada: Rua da Resistência, nº 2363 – Maputo, Moçambique

⁸⁸ Documentos em referência: Lista das Escolas Portuguesas em África. Documento anexo ao Relatório de 15/01/98 do Grupo de Missão do Ministério da Educação enviado para preparar e coordenar a implementação das Escolas Portuguesas de Luanda e Maputo; Ofício N° 188 de 26/02/98 do Departamento da Educação Básica (DEB).

⁸⁹ A maior parte destas escolas ainda se encontram em funcionamento (exceptua-se a Escola José Craveirinha), embora seja muito limitado o apoio da actual Escola Portuguesa de Moçambique -CELP.

Nome da Escola: Escola Portuguesa de Nacala
Processo (DEB): 3508
Início de Funcionamento: 18/01/1993
Data do Reconhecimento: -----
Morada: Caixa Postal 132, Nacala, Moçambique

Nome da Escola: Escola Portuguesa de Quelimane
Processo (DEB): 3528
Início de Funcionamento: Ano lectivo de 1994/95
Data do Reconhecimento:-----
Morada: Av. 7 de Setembro, Caixa Postal 106 – Quelimane, Moçambique

Nome da Escola: Escola Portuguesa de Nampula
Processo (DEB): 3529
Início de Funcionamento: 16 de Novembro de 1993
Data do Reconhecimento: -----
Morada: Av. Eduardo Mondlane, Antiga Sede do Sporting Clube de Nampula, Caixa Postal 406, Moçambique

Nome da Escola: Escola Portuguesa da Beira
Processo (DEB): 3530
Início de Funcionamento: -----
Data do Reconhecimento: -----
Morada: Rua António Enes, nº 148, 1º - Caixa Postal 5333 – Beira, Moçambique

Nome da Escola: Colégio Académico da Beira
Processo (DEB): 3853
Início de Funcionamento: ano lectivo de 1997/98
Data do Reconhecimento: -----
Morada: Rua António Enes nº 164 - Caixa Postal 1722 – Beira, Moçambique

Em seguida apresentamos dados estatísticos – correspondentes ao ano lectivo 2000/2001, por não possuímos registos anteriores (da época em que a EPM prestou apoio) –, relativos ao número de alunos e às diferentes nacionalidades de cada escola.

Nome da Escola	Nº de alunos portugueses	Nº de alunos moçambicanos	Nº de alunos de outras nacionalidades	Nº total de alunos
Escola Portuguesa de Nacala	19	91	7	117
Escola Portuguesa de Nampula	36	182	34	252
Colégio Académico da Beira	48	71	2	121
Escola Portuguesa da Beira	28	28	13	69
Escola Portuguesa de Quelimane	23	94	22	139
Escola Portuguesa de Cahora Bassa	38	11	1	50
Escola Verney	133	176	41	350
Externato José Craveirinha	9	106	5	120
TOTAIS	334	759	125	1218

Quadro 25 – Nº de alunos e nacionalidades, nas Escolas Portuguesas de Moçambique.

9.2. Características gerais, comuns e diferentes das várias Escolas

As oito escolas a que nos temos estado a referir desde o início deste capítulo ministravam os planos curriculares e os programas portugueses.

Relativamente ao Ensino ministrado, todas as Escolas eram integradas, isto é, contemplavam quatro ou cinco níveis de ensino/ ciclos de estudos. Assim, todas as Instituições leccionavam o ensino Pré-Escolar, o 1º, o 2º e o 3º Ciclos do Ensino Básico, sendo o mais frequentado o 1º Ciclo. O Colégio Académico da Beira, a Escola Verney e o Externato José Craveirinha, para além desses quatro ciclos de ensino leccionavam igualmente o Ensino Secundário.

Nível de Ensino	Nº total de alunos	Percentagem total
Pré-Escolar	197	16%
1º Ciclo	494	41%
2º Ciclo	212	17%
3º Ciclo	197	16%
Ensino Secundário	118	10%

Quadro 26 – Distribuição dos alunos por ciclo de estudos.

Relativamente ao número total de professores das várias escolas, este era de 202, sendo 70% moçambicanos, 25% portugueses e 5% oriundos de outros países. Muitos dos professores leccionavam nestas escolas em regime de acumulação, isto é, eram também

docentes de outras instituições de ensino, maioritariamente moçambicanas.

No relatório da Missão da Inspeção-Geral da Educação a Moçambique em Outubro de 2000, acerca destas Escolas, menciona-se ainda:

Trata-se de “escolas” da iniciativa de pais – portugueses e também moçambicanos – que desejam para os filhos os planos curriculares portugueses e, simultaneamente, espaços escolares que lhes transmitam maior confiança. Mas essas iniciativas têm a marca das fortíssimas limitações do contexto, desde as instalações aos professores, passando pelo material didáctico. Tudo é pouco e de pouca qualidade. Em termos médios, 62% dos alunos e 70% dos professores são moçambicanos. Apesar disso, são as melhores escolas das zonas e por elas optam os pais portugueses como os pais moçambicanos que podem pagar. ...

A sua viabilização financeira é conseguida através das mensalidades, o que só é possível porque os docentes são pagos à hora e a baixíssimo custo.

Nestas circunstâncias e apesar delas, saltam aos olhos dois factos: por um lado a apetência pelos planos curriculares e pela língua e cultura portuguesas e, por outro, a confiança que estas escolas merecem aos encarregados de educação. (p.4)

O mesmo relatório, detalhando as circunstâncias específicas de cada uma das escolas, refere que tais escolas “não estão nem nunca estiveram legalizadas perante o sistema de ensino português”, com excepção da Escola Portuguesa de Cahora Bassa, acerca da qual se afirma ser uma escola privada portuguesa com autorização de funcionamento dada pela ex-Direcção-Geral do Ensino Particular e Cooperativo, em 1983 (autorização Nº 858).

Refere ainda a atribuição do Paralelismo Pedagógico à Escola Verney (e, na p.32 do mesmo relatório, ao Externato José Craveirinha), nos seguintes termos: “Tem-lhe sido concedido Paralelismo Pedagógico pelo Ministério de Educação de Portugal, o que não é congruente tratando-se de um estabelecimento moçambicano.”(p.26)

O relatório da Missão dos Inspectores Superiores José Pereira Neto e Manuel do Cabo Grilo (Outubro de 2000), acerca da situação perante o sistema de ensino do país em que se localiza, especifica quatro situações distintas:

- Em processo de legalização – Escolas Portuguesa de Nacala e da Beira.
- Em vias de legalização – Escolas Portuguesas de Nampula e de Quelimane.
- Legalizadas – Escolas Verney, José Craveirinha e Colégio Académico da Beira.
- Não tem qualquer referência ao sistema educativo moçambicano – Escola Portuguesa de Cahora Bassa.

O já várias vezes citado relatório da Missão de Inspeção, com base nos números, conclui que “pela sua população e pelo seu corpo docente, estas escolas são, de facto,

escolas moçambicanas” (p.42).

9.3. Estatuto das Escolas Portuguesas em Moçambique

No relatório da Missão de Inspeção à EPM, em Junho de 1994⁹⁰, pode ler-se:

A EPM está a apoiar as Escolas na Beira, em Nacala e em Nampula, no que respeita à acção pedagógica.

...

Estas escolas estão a funcionar sem estatuto. Pareceu-nos importante que esta questão seja rapidamente resolvida, no sentido de as enquadrar na rede escolar.

De outro lado, desconhecemos as condições existentes naqueles estabelecimentos de ensino mas, pelos elementos disponíveis, parece à missão que essas condições serão muito deficientes. (p.7)

Embora tivesse havido esta sugestão da parte desta Missão da IGE no sentido de se resolver a questão do estatuto e enquadrar as respectivas escolas na rede escolar portuguesa, e não obstante os vários pedidos das diversas escolas e da própria EPM, enquanto centro de ensino que as tutelava, estas instituições careceram sempre de um estatuto próprio⁹¹. Aparentemente essa indefinição da parte do Estado português devia-se a falta de interesse das instâncias superiores da Educação, por motivos que desconhecemos.

Tal situação é ainda mais difícil de entender na medida em que era visível, da parte das visitas governamentais portuguesas, os sentimentos de reconhecimento, de admiração e de satisfação pelo trabalho levado a cabo nestas Escolas.

Nesse âmbito, o Presidente da República Portuguesa Doutor Jorge Sampaio, na sua deslocação a Moçambique em Abril/ Maio de 1997, condecorou a Dra. Marlene Ferreira, Directora da Escola Portuguesa de Quelimane, proferindo, nesse acto, o seguinte discurso⁹²:

Quando me contaram como surgiu e foi ganhando corpo o sonho de aqui criar uma Escola, sem outros grandes apoios além da boa vontade, do engenho e da generosidade de um punhado de portugueses, decidi imediatamente incluí-la no programa da minha visita a esta bela cidade de Quelimane.

...

A obra aqui desenvolvida, com o esforço e o empenho conjugados de um grupo de pessoas solidárias e de boa vontade, é um exemplo estimulante cujo potencial de emulação gostaria de ver ecoar em toda a vasta geografia

⁹⁰ Segundo o II capítulo do relatório, ponto oito: “Apoio a outras escolas”. Refira-se que esta Missão de 1994 aborda a situação das Escolas por informações obtidas na EPM, não por as ter visitado ou incluído na Missão.

⁹¹ Exceptua-se, pelas razões já indicadas, a Escola Portuguesa de Cahora Bassa.

⁹² Intervenção de Sua Excelência o Presidente da República de Portugal na Escola Portuguesa de Quelimane, no acto de condecoração da Dra. Marlene Ferreira – Quelimane, 2 de Maio de 1997.

por onde, pelas sete partidas do mundo, se dispersam e enraizaram comunidades portuguesas.

...

É imbuído de um sentimento de profunda emoção que quero testemunhar publicamente a admiração que me suscita a obra notável que esta Escola representa e prestar a minha homenagem, em nome do Povo Português, à Senhora Marlene Ferreira, que – se me permitem a expressão – é, de alguma forma a alma deste projecto e o coração desta casa. Daí ter deliberado agraciá-la hoje com a Comenda da Ordem do Mérito, como manifestação do nosso apreço e reconhecimento por todos aqueles que aqui dão o contributo do seu generoso trabalho e dedicação. (pp.3-5)

Muito haveria a dizer acerca destas Escolas, das suas instalações, dos seus projectos, aspirações e dificuldades, no entanto não é possível fazê-lo por várias razões: por um lado, por não possuímos elementos suficientes para descrever de forma fidedigna cada uma das escolas; por outro, por não constituir objectivo prioritário deste trabalho.

Considerações finais

O presente trabalho tinha por objectivos:

- Conhecer o processo de criação/ fundação da EPM - Escola Portuguesa de Maputo, Cooperativa de Ensino, CRL;
- Descrever o percurso da Escola Portuguesa de Maputo de 1985 a 1999;
- Analisar a dinâmica que atravessou a instituição educativa;
- Sistematizar e descrever o itinerário da vida da instituição, na sua multidimensionalidade;
- Recuperar fontes de informação arquivadas;
- Contribuir para o (re)conhecimento da Escola Portuguesa de Maputo em Moçambique.

Pensamos ter conseguido, ao longo dos vários capítulos desta dissertação, alcançar estes objectivos, na medida em que se procurou fazer uma descrição, tão pormenorizada quanto possível neste tipo de trabalho, do percurso da EPM desde a sua criação até ao seu término. Através das várias fontes consultadas (e recuperadas) e das memórias das pessoas que contactámos e/ou entrevistámos, pudemos constatar a organização e a dinâmica desta instituição educativa, traduzida na elevada variedade, diversidade e quantidade significativa de actividades e de projectos que a Escola desenvolvia.

Há distância de uma década do seu fecho, e analisado que foi o período de catorze

anos da sua existência, podemos afirmar que a EPM foi, inquestionavelmente, uma instituição de vulto no panorama educacional de Maputo e de Moçambique. De facto, a EPM, considerada frequentemente no exterior como “modelo” ou “exemplo”, foi uma escola multicultural de grande dimensão, respeitada não só pela sua qualidade pedagógica, mas também pelo modo activo como se integrava na comunidade de acolhimento. Não foi só um local onde se ministravam conhecimentos, mas foi também um lugar de troca de vivências, de culturas, de tolerância e de respeito pela diversidade.

O educador e professor da EPM, estava consciente de que a escola, tal com a família, têm funções e papéis diferentes, mas complementares e cruciais no desenvolvimento pessoal e social das crianças e adolescentes sob a sua responsabilidade.

Escola bem sucedida quanto à preparação dos alunos, a qualidade de ensino com que ministrava os currículos portugueses, - reconhecida pelo rígido paralelismo pedagógico e pelas regulares inspecções do Ministério de Educação -, era comprovada com as elevadas taxas de ingresso no ensino superior em Portugal, em Moçambique e noutros países estrangeiros, da (quase) totalidade dos alunos que acabavam a sua formação na EPM.

A Escola Portuguesa de Maputo foi o resultado da congregação de esforços de alunos, professores, directores, funcionários e encarregados de educação que lançaram mãos à obra, nunca desarmando perante os muitos obstáculos que foram surgindo.

Num jovem país e numa época de inúmeras dificuldades, o problema mais complexo que a Escola enfrentou desde o início da sua fundação foi, no entanto, o espaço, as instalações. O progressivo número de alunos e de professores, a exiguidade do espaço para uma instituição escolar (no edifício do Alto-Maé) e/ou a inadequação do mesmo (FACIM), o mau estado de alguns pavilhões e as sucessivas reparações de que eram alvo, constituíram obstáculos que as várias Direcções da Cooperativa foram procurando ultrapassar.

Outra dificuldade que se enfrentava era a distância entre esta Escola Portuguesa e o país de origem, por conseguinte o Ministério da Educação e outras instâncias com as quais era imperioso estabelecer contactos para esclarecer assuntos, conhecer leis, seleccionar material didáctico, ... ainda sem a facilidade e celeridade (pelo menos nos primeiros doze anos) das tecnologias de informação e de comunicação de que dispomos actualmente.

No entanto, apesar dessas vicissitudes, a EPM foi uma instituição relativamente autónoma. Foi funcionando e norteando os seus objectivos de acordo com o saber empírico, com a consciência e o bom senso dos seus dirigentes.

“A Educação não é só realidade, é também sonho...”, - declarou Veiga Simão⁹³.

Parafrazeando Fernando Pessoa⁹⁴, diríamos: “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.”

Podemos afirmar que o que se fez na EPM foi transformar o sonho em realidade. E, à medida que se transformou o sonho em realidade, a Escola foi o espaço que ofereceu aos alunos cada vez mais e melhores condições para se formarem enquanto cidadãos com ideais e metodologia de vida.

Assim, a Escola surge como instituição de referência, quer pelo seu passado histórico, enquanto primeira Escola Portuguesa em Maputo e segunda em Moçambique após a independência do país, quer como antecessora da actual Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa.

Não sendo nosso objectivo descrever o processo de transição de uma escola (de direito privado, pertença da Cooperativa de Ensino) para a outra (do Estado português), processo que não foi fácil e do qual não possuímos informação suficiente que permita a fidelidade dos factos, transcrevemos, todavia, parte da carta que, no final do último ano lectivo (1998/99), a directora pedagógica da EPM, Isabel Gil, em nome do Conselho Pedagógico, endereçou à Comissão Instaladora da Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa (EPM-CELP)⁹⁵, a qual dá conta da complexidade do processo e do clima de instabilidade que se gerou:

- solicita este Conselho que seja reconhecida a qualidade do trabalho desenvolvido por todos os profissionais desta escola, nos mais diversos sectores de actuação, reconhecimento esse que deve traduzir-se pela transição integral para a Escola Portuguesa de Moçambique de todos quantos actualmente desempenham a sua actividade neste estabelecimento de ensino, atendendo ao empenho e competência por todos demonstrado no sentido de desenvolver um projecto de reconhecida qualidade como é a Escola Portuguesa de Maputo. Entende-se por bem lamentar a insegurança profissional a que os elementos desta escola, docentes e não docentes, estão sujeitos, já que apenas em finais de Julho/ Agosto tomarão conhecimento da sua (eventual) integração nos vários serviços da Escola Portuguesa de Moçambique; neste contexto, é de sublinhar a extrema dignidade com que os diversos profissionais desta escola têm vindo a desenvolver as suas tarefas, atendendo à situação de instabilidade que o processo de transição lhes provoca;

- este Conselho deseja que a Escola Portuguesa de Moçambique se assuma como veículo de saberes e culturas plurais, num exercício marcado pela qualidade, tolerância, diálogo e inovação permanentes, valorizando a realidade em que está inserida e as componentes humana e científica que um

⁹³ Ex- Ministro da Educação (1970-1974) - In “Entrevista ao Notícias de Educação, Nº 3”.

⁹⁴ In Mensagem II, Segunda Parte: Mar Português; I. O Infante, verso I.

⁹⁵ Enviada via fax em 22/07/99, à atenção da Presidente da Comissão Instaladora, Dr.ª Maria Emília Catela.

estabelecimento de ensino deve privilegiar – foram estes princípios que a Escola Portuguesa de Maputo defendeu desde a sua criação em 1986. (pp. 2-3)

Foi graças a esses princípios que, finalmente, em Outubro de 1999, a Escola Portuguesa foi instalada num edifício próprio, construído de raiz e condigno para as funções que lhe estiveram desde sempre destinadas. Com o assumir da tutela administrativa e pedagógica da Escola Portuguesa de Maputo, como resultado de um acordo entre os governos dos dois países (anexo D12, pp. 305-307) as ambições do Ministro da Educação Marçal Grilo eram de que a Escola Portuguesa fosse um ponto de referência para as restantes escolas portuguesas de direito privado existentes noutras províncias de Moçambique e para o próprio ensino da língua portuguesa em Moçambique.

O que é importante salientar é que, sem o espírito altruísta e o abnegado trabalho de muitos agentes educativos e outras entidades, não seria possível termos aspirado por instalações próprias, não como uma dádiva, mas como um direito de todos quantos, servindo a diáspora, promoveram a expansão da língua e cultura portuguesas.

Limitações do estudo e recomendações para futuras investigações

Constituíram limitações do estudo:

- o facto de a Escola alvo da investigação ter deixado de existir há dez anos;
- o reduzido número de participantes, pois os elementos da comunidade escolar entrevistados constituíram um diminuto grupo, face às largas centenas de alunos, mais de uma centena de professores e dezenas de funcionários que a frequentaram ou lá trabalharam;
- apesar da diversidade dos meios de informação utilizados, desde as fontes de arquivo às memórias das pessoas, não foi possível reconstruir a totalidade da vida da Escola;
- a não colaboração (e incompreensível atitude) da actual Direcção da Cooperativa, no pedido de consulta de materiais arquivados que somente enriqueceriam este trabalho;
- a falta de compromisso de algumas das pessoas contactadas (nomeadamente ex-Presidentes da Direcção da Cooperativa) para se disponibilizarem para a entrevista tendo, dessa forma, manifestado o seu desinteresse por este trabalho e pela história da instituição que dirigiram;
- embora tivesse havido uma grande preocupação pela fidelidade aos factos, não possuímos garantias de que não se tenham, involuntariamente, cometido incorrecções ou

omissões, pelo que apresentamos os nossos pedidos de desculpas, se tal sucedeu, sobretudo a quem, de alguma forma, se possa sentir lesado.

Sendo a investigação e a reflexão tão necessárias no campo da Educação, esperamos que este trabalho ajude a estimular novos estudos e pesquisas.

Assim, apresentamos algumas propostas que poderão servir de ponto de partida para futuras investigações:

- exploração mais aprofundada de qualquer um dos itens do índice, visto que nenhum deles se pode considerar concluído ou foi esgotado;
- o processo de transição das escolas: da EPM (Cooperativa) para a EPM-CELP;
- os processos de mudança registados na Escola Portuguesa em Maputo: de Cooperativa de Ensino para Escola Oficial Portuguesa: estudo comparativo, entre duas escolas em que os actores educativos (quase) não mudaram;
- a história da EPM-CELP, desde o acordo para a sua criação à fase de instalação, dos problemas que enfrentou ao percurso evolutivo de dez anos lectivos.

Para concluir, diremos que “revisitar” esta Escola não foi um exercício de nostalgia ou de mero saudosismo, pese embora os laços de afectividade que a ela nos ligam, mas a necessidade de prestar homenagem a uma instituição tão humilde e exemplar quanto injustiçada e esquecida, numa clarificação do sentido do tempo e da história.

Estando convictos de que a memória, como dimensão essencial (e também complexa e subjectiva) do nosso olhar sobre a escola, é susceptível de permitir a consolidação da identidade do que fomos e do que somos, finalizamos citando Godinho (1977) parafraseado por Nóvoa (1994): “A história da educação não é o «passado», o que esmaeceu e desapareceu e não volta, mas sim a continuidade que vem ao agora e até ao amanhã, um passado que se prolonga em presente e em projecto: a história e o modo – o mais pertinente, o mais adequado – de bem pôr os problemas de hoje graças a uma indagação científica do passado.” (p. 111).

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTAÇÃO NORMATIVA/ LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de Fevereiro – Regime jurídico de Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino.

Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto – Estabelece o quadro de referência da reforma do sistema educativo: definição dos Planos Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário.

Decreto-Lei nº 139-A/90 – Estatuto da Carreira Docente.

Decreto-Lei nº 372/90 de 27/02 – Regime de constituição, direitos e deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação.

Decreto-Lei nº 172/91, de 10 de Maio – Regime jurídico de direcção, administração e gestão de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio – Autonomia e gestão das escolas.

Decreto-Lei nº 270/98, de 1 de Setembro – Estatuto dos alunos.

Decreto-Lei nº 241/99, de 25 de Junho – Criação da Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e Língua Portuguesa.

Decreto nº 11/90, de 1 de Junho de 1990 – Autoriza o Ensino Privado. (Moçambique).

Disp. Nº 142/ME/90, de 01/09: Anexo I – Plano de Concretização da Área-Escola.

Disp. Nº 178-A/ME/93, de 30/07: Exames Nacionais do Ensino Secundário e Acesso ao Ensino Superior.

Diário da República – I Série - A – Nº 208, de 07/09/96 – Lei nº 51/96 - Código Cooperativo.

Diário da República – I Série - A – Nº 146, de 21/06/99 – Dec. Lei nº 241/99 - Criação da Escola Portuguesa de Moçambique.

Diário da República – I Série - B – Nº 214, de 15/09/94, Desp. Norm. 644-A/94, sobre o regime de avaliação do ensino básico.

Diário da República – II Série – Nº 17, de 21/01/98.

Diário da República – II Série – Nº 227, 30/09/88.

Diário da República – III Série – Nº 225, de 28/09/88 – Escritura da Constituição da Cooperativa da Escola Portuguesa de Maputo – Cooperativa de Ensino, C.R.L.

Guia da Reforma Curricular. (1992). ME/ Texto Editora.

Lei nº 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei nº 133/93, de 26 de Abril – Lei Orgânica do Ministério da Educação.

Objectivos Gerais de Ciclo – Ensino Básico – 1º, 2º e 3º Ciclos – DGEBS – Ministério da Educação.

Ofício Nº 037160 da DGEBS, de 9 de Outubro de 1992 – Renovação da autorização provisória de funcionamento dos vários ciclos de estudos.

Organização Curricular e Programas – Vol. I Ensino Básico – 2º Ciclo – DGEBS – Ministério da Educação.

Organização Curricular e Programas – Vol. I Ensino Básico – 3º Ciclo – DGEBS – Ministério da Educação.

Portaria nº 921/92, de 23 de Setembro – Competências específicas das estruturas de orientação educativa.

Programas do Ensino Básico dos 2º e 3º Ciclos e do Ensino Secundário.

Reforma Educativa – Ensino Básico – Programa do 1º Ciclo.

DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA (Consultada e/ou em Anexo)

Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique visando a criação do Centro de Ensino e Língua Portuguesa de Maputo – 28/07/1995.

Acta da reunião entre a Comissão Instaladora e Organizadora e os sócios da futura Cooperativa de Ensino – 29/01/88.

Actas de reuniões de Conselho de Turma: de vários anos/ turmas/ ciclos, em vários anos lectivos.

Álbuns fotográficos dos alunos/ turmas, em vários anos lectivos.

Boletim Informativo da Direcção da Cooperativa, Junho de 1990.

Calendários Escolares: 1991/1992; 1992/93; 1995/96 do Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário; 1997/98 (para todos os ciclos).

Calendários de Vigilância de Exames: 1991/92; 1995/96; 1997/98; 1998/99.

Calendarização de Conselhos de Turma: 1º e 2º Períodos de 1998/99.

Cartas (Correspondência entre dois elementos da Comissão Instaladora e Organizadora da EPM, enviada por Fax) sobre a Formalização por escritura pública da Escola Portuguesa de Maputo – Cooperativa de Ensino – 18/04/88.

Carta de Agradecimento à Chefe da Secretaria da EPM pelo trabalho desenvolvido, da Direcção da Cooperativa, 24/04/96.

Carta de Encarregado de Educação, dirigida a vários Directores Gerais do Ministério da Educação, ao Presidente da Associação Portuguesa de Moçambique e ao Presidente da Escola Portuguesa de Maputo, em que aborda, sobretudo, a precariedade das instalações

escolares, 23/04/90.

Cartões de Estudante de Alunos: JINEP, 1º, 2º e 3º Ciclos em diferentes anos lectivos.
Circular da Direcção da Escola: Sondagem ao Corpo Docente, 27 de Maio de 1992.

Circular da Direcção da Escola acerca das Actividades Extra-Curriculares.

Circular de Apoio ao lançamento do ano lectivo (L.A.L.): Constituição de turmas, (s.d.).

Circular Nº 6/90 da Cooperativa de Ensino CRL.

Circular Nº 9/91 dirigida aos professores pela Direcção da Cooperativa e Direcção Escolar, 11/11/91.

Circular Nº 1/92 da Comissão de Pais e Encarregados de Educação.

Circular Nº 2/92: Acerca da Festa de Encerramento do ano lectivo – Pela Direcção da Escola e Comissão de Pais – 23/06/92.

Circular Nº C/05/92 da Cooperativa de Ensino, acerca das Quotas de Sócio.

Circular Nº 8/92 – Controle de Acesso ao Recinto da EPM/ FACIM.

Circular Nº 3/PM/95 aos Encarregados de Educação, da Médica Escolar – 14/11/95.

Comunicados aos Encarregados de Educação: 29/05/92; 11/11/92; 24/11/95; 14/12/95; 18/12/98.

Comunicado aos Professores – Assunto: Festa de Natal/ Presépio Vivo – 01/11/95.

Comunicado e aviso de Inscrição Provisória (publicados nos jornais de Maputo), da Embaixada de Portugal e do Ministério da Educação, a propósito da transição dos alunos do Pré-Escolar ao 12º ano, para a Escola Portuguesa de Moçambique, no ano lectivo de 1999/2000, Junho de 1999.

Convite e Programa da Festa de Natal do ano lectivo 1992/93 – 19/12/92.

Convite para o Baile de Finalistas do ano lectivo 1998/99 – 15/05/99.

Convocatória para reunião de pais (dos alunos do JINEP) e Calendário Escolar (do JINEP: 1996/97).

Convocatórias aos professores para reuniões de docentes com a Direcção Pedagógica.
Correspondência, por meio de Telefax, entre a Direcção da Cooperativa da EPM e o Ministério de Educação: Grupo de Missão às Escolas Portuguesas, 24/09/98.

Correspondência, por meio de Fax, entre a Direcção da Cooperativa da EPM e o Ministério de Educação: DEGRE (Departamento de Gestão de Recursos Educativos): Processo referente à execução da empreitada da 1ª fase (concurso para a empreitada de construção) lançado pela Cooperativa da EPM, 22/06/95.

Discurso da Tomada de posse da Dr.ª. Dina Trigo de Mira para o cargo de Presidente do

Conselho

Directivo da EPM-CELP, 26 de Fevereiro de 2008, pp.5-6.

Estatutos da Escola Portuguesa de Maputo – Cooperativa de Ensino, SCRL (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada).

Fichas de auto-avaliação de atitudes e de registo da avaliação sumativa (impressos).

Ficha de Informação de aluna do 1º ano de escolaridade: referente ao ano lectivo de 1992/93.

Fotografias diversas na Escola e outros espaços: alunos, professores e funcionários.

Intervenção (Discurso) de Sua Excelência o Presidente da República de Portugal na Escola Portuguesa de Quelimane (Condecoração da Dr.ª. Marlene Ferreira) – 2 de Maio de 1997.

Livros de Ponto (com álbuns fotográficos, listas nominais dos alunos e professores, horários das turmas, sumários, ...): vários anos lectivos.

Livro de Termos de Exame: do 1º Ciclo (4º ano), referente ao primeiro ano lectivo (1985/86).

Lista “A” dos Corpos Sociais para a Comissão da Cooperativa de Ensino CRL – Biénio 1992/1993.

Lista dos Alunos que integraram o Quadro de Excelência no 1º Período do ano de 1993/94.

Lista dos Órgãos Sociais da Comissão da Cooperativa de Ensino CRL – Biénio 1998/2000.

Lista dos Funcionários Administrativos 1998/99.

Lista de Professores do ano lectivo de 1998/99.

Lista de Pessoal Docente a contratar localmente que transitam da EPM - Cooperativa.

Lista de Pessoal Não Docente a contratar localmente que transitam da EPM - Cooperativa.

Lista dos Directores de Turma do 2º, 3º Ciclos e Secundário e horário de Atendimento, 1998/99.

Listas nominais dos alunos/ turmas (várias).

Mapa estatístico do ano lectivo de 1995/96 (Corpo Discente).

Mapa estatístico do ano lectivo de 1998/99 (Corpo Discente).

Mapas de frequência dos alunos/ turmas/ anos/ ciclos.

Memorando sobre a Escola Portuguesa de Maputo: Memo p/ visita do 1º Ministro a Moçambique, (s.d.).

Memorando sobre as EP (Escolas Portuguesas) – Enquadramento e política de apoio às iniciativas escolares referenciadas ao sistema de ensino português, (s.d.).

Memorando da Direcção Escolar para os delegados de disciplina, sobre o Estudo e elaboração de um plano para resposta a alunos com problemas de aprendizagem – Pré-profissionalização, 01/03/93.

Memorando da Directora Pedagógica para as Coordenadoras do 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário, 18/12/98.

Memorando p/ Sr. Ministro da Educação, do Grupo de Missão às Escolas Portuguesas de Luanda e Maputo – 26/02/98.

Memorando sobre a Escola Portuguesa de Maputo, de 07/09/98.

Normas de procedimento disciplinar, (s.d.).

Organigrama da Direcção, Gestão e Administração da EPM – in Projecto Educativo de 1995/96.

Organigrama da Festa de Natal – 14/11/95.

Pautas de Frequência de várias turmas/ anos de escolaridade/ ciclos/ anos lectivos.

Plano Anual de Actividades – Ano lectivo de 1991/92; 1995/96; 1998/99.

Programa da Comissão Organizadora das Comemorações do dia 10 de Junho, para a Semana Comemorativa do 10 de Junho e Programa do Jantar de Gala (s.d.).

Programa de Natal do JINEP: Ano lectivo de 1996/97, Dezembro de 1996.

Projectos Educativos da EPM: para o ano escolar de 1995/96; para o período 1998/2000.

Projecto Pedagógico “Educar com sabor a mar para saber amar”: JINEP; 1997/98.

Publicações da Escola:

- O Boletim Informativo *Laço de União* – 8 números.
- O Boletim Informativo *CELP Informação* – 11 números.
- Um jornal trimestral (sem título) – 2 números.

Publicação do DGRE: Notícias do DGRE Nº4. Tema: Construção Escolar: Centro de Ensino e Língua Portuguesa de Maputo – Moçambique, por Maria Madalena Valente. Julho/ 1998.

Quadro de pessoal não docente, ano lectivo de 1998/99.

Quadros estatísticos da avaliação do Ensino Secundário (2º Período de 1998/99).

Quadros estatísticos e gráficos relativos à avaliação do Ensino Básico (2º Período de 1998/99).

Regulamento de Gestão da Escola Portuguesa de Maputo – 1989/90.

Regulamento geral interno de Trabalho, (s.d.).

Regulamentos Internos da Escola: 1992/93; 3 (s.d.).

Relatório com Informações do Conselho Pedagógico e Modelo para o Relatório de Avaliação do Desempenho dos Docentes, 18/06/99.

Relatório de avaliação do 1º Período, 2º e 3º Ciclos, Dezembro de 1998.

Relatório do Funcionamento das Cantinas durante o 1º Período.

Relatório da Cantina Escolar.

Relatório da Missão às Escolas Portuguesas de Luanda e Maputo – 22/09/98.

Relatório da IGE: Criação de Escolas em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Relatório de Caracterização Institucional da EPM: ano lectivo de 1997/98.

Relatório de Caracterização Institucional da EPM: ano lectivo de 1998/99.

Relatório Descritivo do Aproveitamento do aluno: Apoio e Complementos Educativos, 1993/94.

Relatório e Contas do ano de 1998: Assembleia Geral Ordinária, 26/03/99.

Relatório do Orçamento da EPM para 1996, apresentado à Assembleia Geral de Sócios da Cooperativa a 21 de Junho de 1996.

Relatório e Propostas do grupo de trabalho chefiado pelo inspector José Pereira Neto – 30/04/96.

Relatório da Missão de Inspeção à Escola Portuguesa de Maputo (de 14 a 30 de Junho de 1994), IGE, Inspectores Joaquim de Carvalho, Joaquim Redinha e José Teixeira.

Relatório da Missão da Inspeção-Geral da Educação (IGE) a Moçambique, de 8 a 25 de Outubro de 2000, pelos Inspectores José Pereira Neto e Manuel Grilo.

Relatório Pedagógico do 1º Período do ano lectivo de 1998/99.

Relatório de vistoria à EPM pela Sub-Inspectora-Geral de Educação, a fim de renovar a autorização provisória, 27/05/96.

Termo de Apresentação para exercício de cargo de Chefe de Secretaria.

Termo de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais eleitos em Assembleia Geral para o biénio 1998/2000, aos 21/04/98.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barroso, J. (Org.) (1996). *O Estudo da Escola*. Porto: Porto Editora.
- Barroso, J. (1993). *Liceus: organização pedagógica e administração: 1836-1960*. Volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Barroso, J. (1999). Regulação e autonomia da Escola Pública: O papel do Estado, dos professores e dos pais. *Inovação*, 12 (3), 9-33.
- Barroso, J. (Org.) (2003). *A Escola Pública. Regulação, Desregulação e Privatização*. Porto: Edições Asa.
- Barroso, J. (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Bell, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação – Trajectos*. (3ª edição). Lisboa: Gradiva.
- Bogdan, R.; Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Buendia Gomez, M. (1999). *Educação Moçambicana – História de um processo: 1962-1984*. Maputo: Livraria Universitária/ Universidade Eduardo Mondlane.
- Bueno, B. O. (2002). *O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade*. Educ. Pesqui. [online]. jan./jun. 2002, vol.28, nº.1 [citado 22 Maio 2006], p.11-30. Disponível na World Wide Web: <<http://www.scielo.br/scielo>>.
- Canário, R. (2005). *O que é a Escola? Um “olhar” sociológico*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, A. (Org.) (1993). *A Construção do Projecto de Escola*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, L. M. (2000) *O Senhor Director: fragmentos de uma história de actores e práticas escolares em Portugal*. Educ. Pesqui. [online]. jul./dez. 2000, vol.26, nº.2 p.31-49. Disponível na World Wide Web: <<http://www.scielo.br/scielo>>.
- Direcção Nacional de Estatística, Comissão Nacional do Plano. *Moçambique em números 1993*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Estrela, M. T. (1995). Valores e Normatividade do professor na sala de aula. In *Revista de Educação*, V (1), 65-77.
- Foddy, W. (1996). *Como perguntar? Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta.
- Formosinho, J.; Ferreira, F.; Machado, J. (2000). *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*. Porto: Asa.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1993). *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta.

- Gomes, R. (1993). *Culturas de Escola e Identidades dos Professores*. Lisboa: Educa.
- Lima, L. (1992). Organizações Educativas e Administração Educacional em Editorial. *Revista Portuguesa de Educação*, 5 (3), 6.
- Magalhães, J. (1999) Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In R. Fernandes, R. e J. Magalhães (Org.). *Para a história do ensino liceal em Portugal – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)* (pp.63-77). Braga: Universidade do Minho.
- Magalhães, J. (2000). *História da Educação: história das instituições escolares e das práticas educativas*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho.
- Mazula, B. (1995). *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985. (Em busca de fundamentos filosóficos-antropológicos)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Nóvoa, A. (1989). Inovação e História da Educação. *Inovação*. 2 (1), 22-23.
- Nóvoa, A. (1990). *Análise da instituição escolar*. Lisboa: FPCE-UL.
- Nóvoa, A. (Coord.) (1995). *As Organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações D. Quixote - Instituto de Inovação Educacional.
- Nóvoa, A. (Org.) (2000). *Vidas de Professores*. Porto: Porto Editora.
- Nóvoa, A. (Org.) (2003). *Profissão Professor (2ª Edição)*. Porto: Porto Editora.
- Pereira, A. & Poupa, C. (2006). *Como escrever uma Tese: monografia ou livro científico usando o Word (3ª edição)*. Lisboa. Edições Sílabo.
- Pinhal, J. (1995). *Estudar o “Local”. A escola – um objecto de estudo*. Universidade de Lisboa. Actas do V Colóquio Nacional da Secção Portuguesa da AIPELF/AFIRSE.
- Pintassilgo, J., Freitas, M., Mogarro, M. J., Carvalho, M. (Org.) (2006). *História da Escola em Portugal e no Brasil: Circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri – CIE-FCUL.
- Pintassilgo, J., & Costa, R. A. (2007). A construção histórica do tempo escolar em Portugal (do final do século XIX às primeiras décadas do século XX). In J. Gómez Fernández, G. Espigado Tocino, & M. Beas Miranda (Eds.). *La Escuela y sus escenarios* (pp.105-130). El Puerto de Santa María: Concejaría de Cultura del Ayuntamiento de El Puerto de Santa María.
- Pintassilgo, J. (2007). Reflexões históricas em torno do (eventual) sucesso da Educação Nova. O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1941). *História da Educação*, 11 (23), 35-65.
- Poirier, J.; Clapier-Valladon, S. & Raybaut, P. (1999). *Histórias de Vida: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta.
- Ponte, J. P. (2002). Investigar a nossa própria prática. In GTI (Org). *Reflectir e investigar*

sobre a prática profissional. Lisboa: APM.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Recama, D. (2006). *História de Moçambique, de África e Universal*. Manual de Preparação para o Ensino Superior – 10^a à 12^a Classes. Porto: Plural Editores.

Sanches, M. F. (1995). A Autonomia dos Professores como valor profissional (1). In *Revista de Educação*, V (1), 41-61.

Sanfelice, J. L. (1999). História de instituições escolares: apontamentos preliminares. *Quaestio: Revista de estudos de educação*. V. 1 (Maio 1999) – Sorocaba, SP: Uniso.

Torres, L. (2003). *Cultura Organizacional em contexto educativo - Sedimentos culturais e processos de construção do simbólico numa escola secundária*. Braga: Universidade do Minho.

Tuckman, B. W. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Viñao Frago, A. (1993-94). Del espacio escolar y la escuela como lugar: Propuestas y cuestiones. In *Historia de la Educación*. Revista Interuniversitaria. Salamanca.

Dissertação de Licenciatura:

Rocha, M.M. (1999). *Que História ensinar? – Contributo para o Ensino-Aprendizagem de História nas Escolas do Sistema de Ensino Português em Moçambique*. Maputo: Universidade Pedagógica.

Dissertações de Mestrado:

Rodrigues, M. M. (2002). *O Diálogo das Pedras: A dimensão ecológica dos espaços escolares de ensino primário (1772 – 1926)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa

Teixeira, H. (2006). *O Liceu Nacional do Funchal – 1837-1900 – Subsídios para a sua história*. Funchal: Universidade da Madeira.

Dissertações de Doutoramento:

Correia, L. (2002). *Récita do Liceu Rodrigues de Freitas / D. Manuel II: 1932 – 1973*. Porto: Universidade do Porto.

Mogarro, M. J. (2001). *As Instituições educativas: teorias, história e memória*. In *A formação de professores no Portugal contemporâneo – A Escola do Magistério Primário de Portalegre*. Badajoz: Universidade de Extremadura.

ANEXO A

Guiões das entrevistas

GUIÃO DA ENTREVISTA PARA EX-PROFESSORES DA EPM (Cooperativa de Ensino, CRL)

O presente guião da entrevista enquadra-se no âmbito de um projecto de investigação sobre a história da Escola Portuguesa de Maputo para uma tese de mestrado. Os dados recolhidos nesta entrevista serão utilizadas unicamente para o fim enunciado, pelo que se solicita a sua colaboração.

1. Identificação: Nome completo/ idade/ naturalidade/ nacionalidade.
2. Percurso profissional antes de ser professor na EPM (Cooperativa de Ensino): habilitações, anos de serviço, disciplina e níveis de ensino que leccionou, cargos exercidos...
3. Ano em que iniciou as funções na EPM.
4. Período temporal em que permaneceu ao exercício na EPM.
5. Funções exercidas, cargos desempenhados, duração, ...
6. Como caracterizaria a sua actividade profissional quanto a:
 - Desempenho profissional;
 - Programas e actividades curriculares da(s) disciplina(s) que leccionou;
 - Práticas pedagógicas e relacionamento com os alunos;
 - Outras actividades;
7. Quantos alunos tinha em média anualmente? E quantos alunos por turma?
8. Como era o relacionamento da Direcção da Escola (direcção da Cooperativa) com os professores?
9. Como era o relacionamento da Direcção Pedagógica com os professores?
10. Qual das duas Direcções anteriormente referidas tinha poder de decisão na selecção e contratação do pessoal docente?
11. Como eram as relações entre professores?
12. De um modo geral como eram as relações dos professores com os alunos?
13. De um modo geral como eram as relações dos professores com os pais e encarregados de educação dos alunos?
14. Recorda-se de alguma situação ou episódio, marcante ou não, vivido durante a sua permanência na EPM que queira partilhar?
15. Como caracterizaria a EPM na época em que exerceu as suas funções docentes?
16. E a cidade de Maputo? Como era viver em Maputo naquela época?
17. Qual acha que foi o impacto da EPM na cidade de Maputo e em Moçambique?
18. Qual o perfil dos alunos ao saírem da EPM?
19. Quais as expectativas dos docentes em relação à nova escola?
20. Qual o percurso profissional que seguiu após sair da EPM?

Muito obrigada pela colaboração!

GUIÃO DA ENTREVISTA PARA EX-DIRECTORES PEDAGÓGICOS DA EPM

O presente guião da entrevista enquadra-se no âmbito de um projecto de investigação sobre a história da Escola Portuguesa de Maputo para uma tese de mestrado. Os dados recolhidos nesta entrevista serão utilizadas unicamente para o fim enunciado, pelo que se solicita a sua colaboração.

1. Identificação: Nome completo/ naturalidade/ nacionalidade/ profissão.
2. Percurso profissional antes de ser professor na EPM: habilitações, anos de serviço, disciplina e níveis de ensino que leccionou, cargos exercidos...
3. Ano em que iniciou as funções na EPM; Cargos desempenhados e funções que exerceu.
4. Período temporal em que permaneceu ao exercício dessas funções.
5. Como caracterizaria o seu desempenho no exercício das funções que lhe foram atribuídas?
6. Como era o seu relacionamento com:
 - direcção da cooperativa;
 - outros órgãos de gestão (conselho pedagógico, coordenadores,...);
 - professores;
 - alunos;
 - funcionários.
7. Recorda-se de algumas situações ou episódios, marcantes ou não, vividos na EPM durante o exercício das suas funções?
8. Como caracterizaria a EPM na época (em termos sociais e humanos)?
9. E a cidade de Maputo? Como era viver em Maputo naquela época?
10. Qual acha que foi o impacto da EPM na cidade de Maputo e em Moçambique?
11. Quais as expectativas da Cooperativa em relação à nova escola?
12. Pode indicar o papel que a(s) Direcção(ões) da Cooperativa e/ou a Direcção Pedagógica teve (tiveram) nas negociações para a posterior construção, instalação e transferência de toda a escola para o novo edifício em Outubro de 1999?
13. Manteve algum vínculo com a nova escola, a EPM-CELP?

Muito obrigada pela colaboração!

ANEXO A3

GUIÃO DA ENTREVISTA PARA EX-ALUNOS DA EPM (Cooperativa de Ensino, CRL)

O presente guião da entrevista enquadra-se no âmbito de um projecto de investigação sobre a história da Escola Portuguesa de Maputo para uma tese de mestrado. Os dados recolhidos nesta entrevista serão utilizadas unicamente para o fim enunciado, pelo que se solicita a sua colaboração.

1. Identificação: Nome completo/ idade/ naturalidade/ nacionalidade.
2. Percurso na EPM (Cooperativa de Ensino): idade de ingresso (ou ano lectivo), número de anos que estudaste na escola, ciclos de estudo,...
3. Como caracterizarias o teu percurso estudantil quanto a:
 - Desempenho académico;
 - Actividades curriculares e extra-curriculares;
 - Outras actividades;
4. De um modo geral, como era:
 - o relacionamento entre os alunos da escola?
 - o relacionamento dos alunos com a Direcção da Escola?
 - o relacionamento dos estudantes com os professores?
 - O relacionamento dos alunos com os funcionários administrativos, contínuos e serventes?
5. Como caracterizarias a escola na época em que lá estudaste?
6. Qual o perfil dos alunos ao saírem da EPM? (como estavam preparados, e como se adaptaram a outros níveis/ sistemas de ensino?)
7. Quais as expectativas dos alunos em relação à nova escola para onde a EPM viria a ser transferida em Outubro de 1999? Chegaste a frequentá-la (EPM-CELP)?
8. Qual o percurso académico que seguiste após sair da EPM? Onde prosseguiste os estudos, que curso frequentaste/ concluíste/ frequentas, quais são as tuas habilitações actuais?
9. Recorda e partilha alguma(s) situação(ões) ou episódio(s) marcantes (positiva ou negativamente), vividos durante a tua permanência na EPM.

Muito obrigada pela colaboração!

**GUIÃO DA ENTREVISTA PARA EX-FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS DA
EPM
(Cooperativa de Ensino, CRL)**

O presente guião da entrevista enquadra-se no âmbito de um projecto de investigação sobre a história da Escola Portuguesa de Maputo para uma tese de mestrado. Os dados recolhidos nesta entrevista serão utilizadas unicamente para o fim enunciado, pelo que se solicita a sua colaboração.

1. Identificação: Nome completo/ idade/ naturalidade/ nacionalidade.
2. Percurso profissional antes de exercer funções na EPM (Cooperativa de Ensino): outros empregos, habilitações, anos de serviço, cargos exercidos...
3. Ano em que iniciou as funções na EPM.
4. Período temporal em que permaneceu ao exercício na EPM.
5. Funções exercidas, cargos desempenhados, duração, ...
6. Como caracterizaria o seu desempenho na sua actividade profissional?
7. Como era o relacionamento da Direcção da Escola (directão da Cooperativa) com os funcionários?
8. Como era o relacionamento da Direcção Pedagógica com os funcionários?
9. Qual das duas Direcções anteriormente referidas tinha poder de decisão na selecção e contratação do pessoal administrativo?
10. Como eram as relações entre funcionários?
11. De um modo geral como eram as relações dos funcionários com os professores?
12. Recorda-se de alguma situação ou episódio, marcante ou não, vivido durante a sua permanência na EPM que queira partilhar?
13. Como caracterizaria a EPM na época em que exerceu as suas funções?
14. E a cidade de Maputo? Como era viver em Maputo naquela época?
15. Qual acha que foi o impacto da EPM na cidade de Maputo e em Moçambique?
16. Quais as expectativas dos funcionários em relação à nova escola?
17. Qual o percurso profissional que seguiu após sair da EPM?

Muito obrigada pela colaboração!

ANEXO A5

GUIÃO DA ENTREVISTA PARA ELEMENTOS DA DIRECÇÃO DA COOPERATIVA DE ENSINO DA EPM

O presente guião da entrevista enquadra-se no âmbito de um projecto de investigação sobre a história da Escola Portuguesa de Maputo para uma tese de mestrado. Os dados recolhidos nesta entrevista serão utilizadas unicamente para o fim enunciado, pelo que se solicita a sua colaboração.

1. Identificação: Nome completo/ naturalidade/ nacionalidade/ profissão/ local de trabalho (na altura em que exerceu funções na Cooperativa).
2. Ano em que iniciou as funções na Cooperativa da EPM; Cargos desempenhados e funções que exerceu.
3. Período temporal em que permaneceu ao exercício dessas funções.
4. Como caracterizaria o seu desempenho no exercício das funções que lhe foram atribuídas?
5. Como era o seu relacionamento com:
 - direcção da cooperativa;
 - outros órgãos de gestão (conselho pedagógico, coordenadores,...);
 - professores;
 - alunos;
 - funcionários.
6. Recorda-se de algumas situações ou episódios, marcantes ou não, vividos na EPM durante o exercício das suas funções?
7. Como caracterizaria a EPM na época (em termos sociais e humanos)?
8. E a cidade de Maputo? Como era viver em Maputo naquela época?
9. Qual acha que foi o impacto da EPM na cidade de Maputo e em Moçambique?
10. Quais as expectativas da Cooperativa em relação à nova escola?
11. Pode indicar o papel que a(s) Direcção(ões) da Cooperativa teve (tiveram) nas negociações para a posterior construção, instalação e transferência de toda a escola para o novo edifício em Outubro de 1999?
12. Manteve algum vínculo com a nova escola, a EPM-CELP?

Muito obrigada pela colaboração!

ANEXO B

Documentos de natureza pedagógica:

Lista de turmas, de Directores de turma, de Presidentes do Conselho Directivo; Lista de Funcionários; Lista de Professores; Pautas de Frequência; Ficha Informativa; Álbum Fotográfico; Calendários Escolares; Cartões de Estudante; entre outros.

ANEXO B1

Relação de turmas/ alunos do 2º e 3º Ciclos e do E. Secundário, Directores de Turma e Presidentes do C. Directivo

Ano lectivo	Turmas	Nº Alunos	Directores de Turma	Presidente do Conselho Directivo
1986/87	5º A	20	* 1	Idília Ruas
1987/88	5ºA 5ºB 6ºA 6ºB 7ºA	27 29 16 15 15	* 90	Idília Ruas
1988/89	5ºA 5ºB 5ºC 6ºA 6ºB 7ºA 7ºB 8ºA	20 20 20 24 25 15 18 15	Anabela Ferreira M. Manuela Rocha M. Antónia Vilhena Margarida Abrantes Bernardino Ramos Osvaldo Noronha Bernardino Ramos Maria Zulmira Matos	Idília Ruas
1989/90	5ºA 5ºB 5ºC 6ºA 6ºB 6ºC 7ºA 7ºB 7ºC 8ºA 8ºB 9ºA	17 18 18 22 20 20 20 19 18 18 18 14	Natividade Caramelo Margarida Abrantes Isabel Fonseca Anabela Ferreira Mª. Manuela Rocha Teresa Paulo Elsa Pereira Margarida Vaz Osvaldo Noronha Mª. Lurdes do Vale Marilinda Gonzalez César Almeida	Rosa Noémia Simões

* 1 As pautas de frequência consultadas referentes aos 2 primeiros anos lectivos, não se encontravam assinadas pelos Directores de Turma, mas apenas pela Directora da Escola, pelo que não foi possível apurar quem foram os Directores de Turma.

Ano lectivo	Turmas	Nº Alunos	Directores de Turma	Presidente do Conselho Directivo
1990/91	5ºA	22	Luísa Muge	Ana Maria Soares Lopes
	5ºB	22	Mª. Manuela Rocha	
	5ºC	24	Teresa Paulo	
	5ºD	24	Anabela Ferreira	
	6ºA	22	Leonilde Lopes	
	6ºB	21	Margarida Abrantes	
	6ºC	22	Mª. Lurdes doVale	
	6ºD	22	Oswaldo Noronha	
	7ºA	20	Ana Maria Besteiro	
	7ºB	22	Ricardo Portugal	
	7ºC	22	Luís Perdiz	
	8ºA	22	Birgit Antão	
	8ºB	26	Margarida Vaz	
	8ºC	23	José Genêto	
	9ºA	26	César Almeida	
	9ºB	28	Mª.Rosário Narciso	
	10ºA	28	Elsa Pereira	
1991/ 92	5ºA	28	Margarida Abrantes	Ana Maria Soares Lopes
	5ºB	28	Mª. Manuela Rocha	
	5ºC	27	Mª. Manuela Rocha	
	5ºD	29	Oswaldo Noronha	
	6ºA	22	Mª.Odete Carvalho	
	6ºB	23	Anabela Ferreira	
	6ºC	23	Mª. Manuel Seno	
	6ºD	23	Mª. Manuel Seno	
	7ºA	31	Mª. Helena Serrão	
	7ºB	31	A. Eugénia Campos	
	7ºC	32	Mª. Lurdes do Vale	
	8ºA	30	Ana Maria Besteiro	
	8ºB	27	António Azevedo	
	8ºC	26	Luís Perdiz	
	9ºA	24	Birgit Antão	
	9ºB	25	José Genêto	
	9ºC	26	Margarida Vaz	
	10ºA	22	Teresa Murta	
	10ºB	33	César Almeida	
	11ºA	20	Elsa Pereira	
11ºB	12	Elsa Pereira		

Ano lectivo	Turmas	Nº Alunos	Directores de Turma	Presidente do Conselho Directivo
1992/ 93	5ºA	23	Rosa Maria Sá	Ana Eugénia Campos
	5ºB	23	Isabel Fonseca	
	5ºC	23	Leonor Meirelles	
	5ºD	24	Mª.Manuel Seno	
	5ºE	14	Ana Maria Besteiro	
	6ºA	23	Margarida Abrantes	
	6ºB	24	Mª.Fátima Pereira	
	6ºC	24	Mª. Lurdes do Vale	
	6ºD	22	Isabel Loio	
	6ºE	18	Abubacar Ibraímo	
	7ºA	23	Margarida Vaz	
	7ºB	24	Anabela Ferreira	
	7ºC	24	Celeste Mondego	
	7ºD	22	Calisto Namburete	
	7ºE	21	Assinatura ilegível	
	8ºA	26	Assinatura ilegível	
	8ºB	25	Birgit Antão	
	8ºC	26	Oswaldo Noronha	
	8ºD	26	Ricardo Portugal	
	9ºA	23	Teresa Murta	
	9ºB	23	António Azevedo	
	9ºC	25	Margarida Vaz	
	10ºA	32	Rafaela Pinheiro	
	10ºB	27	Assinatura ilegível	
10ºC	33	Assinatura ilegível		
11ºA	23	Marilinda Gonzalez		
11ºB	24	Rafaela Pinheiro		
12ºA	25	César Almeida		

1993/ 94	5°A	26	Armando Bernardo	Ana Eugénia Campos
	5°B	26	Margarida Abrantes	
	5°C	26	Rosa M ^a . Sá	
	5°D	25	Luísa Quaresma	
	6°A	24	Anabela Ferreira	
	6°B	24	Ana Maria Besteiro	
	6°C	24	Olga Pires	
	6°D	23	Fátima Pereira	
	6°E	17	António Azevedo	
	7°A	23	Abubacar Ibraímo	
	7°B	22	Maria Ramos	
	7°C	23	Teresa Paulo	
	7°D	25	Isabel Loio	
	8°A	25	Assinatura ilegível	
	8°B	23	Conceição Marques	
	8°C	23	M ^a . Manuel Seno	
	8°D	21	Cecília Noronha	
	9°A	21	Assinatura ilegível	
	9°B	19	Lázaro Impuía	
	9°C	24	Alexandra Guedes	
	9°D	22	Assinatura ilegível	
	10°A	22	Teresa Murta	
	10°B	18	Assinatura ilegível	
	10°C	23	Francisco Rungo	
	10°D	17	Manuela Almeida	
	11°A	26	Ana Paula Mondego	
11°B	16	Elsa Pereira		
11°C	24	Rafaela Pinheiro		
11°D	21	Isabel Gil		
12°A	16	Victor Manuel		
12°B	18	Victor Manuel		

Ano lectivo	Turmas	Nº Alunos	Directores de Turma	Presidente do Conselho Directivo
1994/ 95	5ºA	23	Mª. Lurdes do Vale	Ana Eugénia Campos
	5ºB	23	Teresa Paulo	
	5ºC	25	Margarida Abrantes	
	5ºD	23	Kalina Boudorova	
	6ºA	26	Anabela Ferreira	
	6ºB	28	Ana Maria Besteiro	
	6ºC	27	Rosa Mª. Sá	
	6ºD	24	Fátima Pereira	
	7ºA	22	João Miguel	
	7ºB	21	Mª. Manuel Seno	
	7ºC	21	Gulbano Dias	
	7ºD	20	Ricardo Portugal	
	7ºE	12	Mário Barroso	
	8ºA	22	Cecília Noronha	
	8ºB	22	Isabel Loio	
	8ºC	23	Orlando Pateguana	
	8ºD	24	Ánate Baltús	
	9ºA	23	Isabel Guerreiro	
	9ºB	22	Eurico Romão	
	9ºC	25	Mário Magalhães	
	9ºD	20	Armindo Bernardo	
	10ºA	17	Assinatura ilegível	
	10ºB	24	Luís Perdiz	
	10ºC	35	Assinatura ilegível	
	10ºD	15	Assinatura ilegível	
	10ºE	19	Kalina Boudorova	
	11ºA	20	Assinatura ilegível	
	11ºB	14	Assinatura ilegível	
	11ºC	20	Francisco Rungo	
	11ºD	11	Manuela Almeida	
11ºE	16	Assinatura ilegível		
12ºA	15	Assinatura ilegível		
12ºB	18	Assinatura ilegível		
12ºC	21	Lisete Costa		
12ºD	27	Rafaela Pinheiro		

Ano lectivo	Turmas	Nº Alunos	Directores de Turma	Presidente do Conselho Directivo
1995/ 96	5ºA	21	Ana Maria Besteiro	Osvaldo Noronha
	5ºB	24	Olga Pires	
	5ºC	22	Rosa Mª. Sá	
	5ºD	22	Rosa Mª. Sá	
	6ºA	25	Assinatura ilegível	
	6ºB	25	Teresa Paulo	
	6ºC	25	Isabel Loio	
	6ºD	26	Isabel Loio	
	7ºA	28	Ana Paula Relvas	
	7ºB	28	Calisto Namburete	
	7ºC	27	Mª. Lurdes do Vale	
	7ºD	27	António Azevedo	
	8ºA	23	Margarida Abrantes Teresa	
	8ºB	22	Murta	
	8ºC	23	Assinatura ilegível	
	8ºD	22	Isaura Sequeira	
	9ºA	24	Mª. Graça Pinotes	
	9ºB	22	António Azevedo	
	9ºC	24	Assinatura ilegível	
	9ºD	23	Mário Alberto Jessen	
	10ºA	30	Kalina Boudorova	
	10ºB	22	Assinatura ilegível	
	10ºC	27	Amina Bavabai	
	10ºD	24	Assinatura ilegível	
	10ºE	18	Kalina Boudorova	
	11ºA	15	Cristina Costa	
11ºB	21	Luís Perdiz		
11ºC	22	Assinatura ilegível		
11ºD	32	Francisco Rungo		
12ºA	28	Manuela Almeida		
12ºB	19	Zvezditchka Simeonova		
12ºC	15	Paulo Centeio		
12ºD	14	Isabel Gil		
12ºE	8	Assinatura ilegível		

Ano lectivo	Turmas	Nº Alunos	Directores de Turma	Presidente do Conselho Directivo
1996/ 97	5ºA	24	Rosa Mª. Sá	Luísa Quaresma
	5ºB	22	Rosa Mª. Sá	
	5ºC	22	Ana Maria Besteiro	
	5ºD	24	Olga Pires	
	6ºA	22	Isabel Loio	
	6ºB	22	Isabel Loio	
	6ºC	22	Teresa Paulo	
	6ºD	22	Cecília Noronha	
	7ºA	24	Sara Morais	
	7ºB	24	António Azevedo	
	7ºC	25	Carolina Hunguana	
	7ºD	24	Mª. Manuela Rocha	
	8ºA	23	Assinatura ilegível	
	8ºB	25	Osvaldo Noronha	
	8ºC	23	Mércia Calú	
	8ºD	22	António Azevedo	
	9ºA	23	Mª. Lurdes do Vale	
	9ºB	23	Mª. Manuel Seno	
	9ºC	23	Assinatura ilegível	
	9ºD	18	Osvaldo Noronha	
	10ºA	13	Assinatura ilegível	
	10ºB	23	Luís Perdiz	
	10ºC	30	César Almeida	
	10ºD	24	Kalina Boudorova	
	10ºE	12	Kalina Boudorova	
	11ºA	20	Assinatura ilegível	
	11ºB	15	Assinatura ilegível	
	11ºC	23	Amina Bavabai	
	11ºD	18	César Almeida	
	11ºE	15	Francisco Rungo	
12ºA	17	Cristina Costa		
12ºB	24	Assinatura ilegível		
12ºC	23	Paulo Centeio		
12ºD	22	Isabel Gil		

Ano lectivo	Turmas	Nº Alunos	Directores de Turma	Presidente do Conselho Directivo
1997/ 98	5ºA	25	Luísa Quaresma	Ana Paula Relvas
	5ºB	25	Isabel Loio	
	5ºC	26	Anabela Ferreira	
	5ºD	23	Isabel Loio	
	6ºA	22	Rosa Mª. Sá	
	6ºB	23	Mª. Manuel Seno	
	6ºC	23	Margarida Abrantes	
	6ºD	24	Rosa Mª. Sá	
	7ºA	25	Mª. Lurdes do Vale	
	7ºB	24	Kalina Boudorova	
	7ºC	24	Michele Neves	
	7ºD	25	Assinatura ilegível	
	8ºA	23	Luísa Antunes	
	8ºB	22	António Azevedo	
	8ºC	24	António Azevedo	
	8ºD	23	Orlando Pateguana	
	9ºA	26	Assinatura ilegível	
	9ºB	26	Armindo Bernardo	
	9ºC	25	Sara Morais	
	9ºD	26	Luísa Reis	
	10ºA	26	Assinatura ilegível	
	10ºB	28	Zvezditchka S.	
	10ºC	22	António Moura	
	10ºD	16	Oswaldo Noronha	
	11ºA	18	Assinatura ilegível	
	11ºB	22	Luís Perdiz	
	11ºC	14	Assinatura ilegível	
	11ºD	22	César Almeida	
11ºE	27	Luís Perdiz		
12ºA	30	Ana Maria Besteiro		
12ºB	22	Isabel Gil		
12ºC	24	Isabel Gil		
12ºD	18	César Almeida		

Ano lectivo	Turmas	Nº Alunos	Directores de Turma	Presidente do Conselho Directivo
1998/ 99	5ºA	23	Margarida Abrantes	Isabel Gil
	5ºB	22	Armindo Bernardo	
	5ºC	21	Teresa Paulo	
	5ºD	22	Armindo Bernardo	
	6ºA	21	Anabela Ferreira	
	6ºB	21	Isabel Loio	
	6ºC	23	Luísa Quaresma	
	6ºD	20	Michele Neves	
	7ºA	27	Mª. Lurdes do Vale	
	7ºB	25	Luísa Reis	
	7ºC	24	Luísa Reis	
	7ºD	25	Peter Atanassov	
	8ºA	24	Teresa Murta	
	8ºB	23	Kalina Boudorova	
	8ºC	25	Luís Antunes	
	8ºD	23	Lurdes Milhano	
	9ºA	23	Luísa Antunes	
	9ºB	23	António Azevedo	
	9ºC	22	António Azevedo	
	9ºD	24	Orlando Pateguana	
	10ºA	29	Luís Perdiz	
	10ºB	30	Luís Perdiz	
	10ºC	25	Oswaldo Noronha	
	10ºD	23	Oswaldo Noronha	
	11ºA	26	Vália Alexia	
	11ºB	24	César Almeida	
	11ºC	16	Amina Bavabai	
	11ºD	12	Margarida Vaz	
	12ºA	30	Ana Maria Besteiro	
	12ºB	28	José Louro	
12ºC	20	Isabel Moutinho		
12ºD	24	Francisco Rungo		
12ºE	23	Inácio Bernardo		

ANEXO B2

LISTA DO PESSOAL ADMINISTRATIVO E AUXILIAR – 1998/99

Nº	NOME	CATEGORIA
1	Abel Raul Pelembe	Auxiliar Administrativo
2	Albino Gudo Banze	Auxiliar de Vigilância
3	Almeida Sabão Marrengula	Vigilante
4	Ana Maria da Silva Lopes Nogueira	Chefe de Pessoal Auxiliar
5	Anacleto Ângelo Dgedge	Assistente Administrativo Principal
6	Angélica Arão Pessane	Auxiliar Administrativa
7	Armando Bitine Machava	Auxiliar de Vigilância
8	Armando Levi Cossa	Auxiliar de Vigilância
9	Arminda Bernardo Bapane	Vigilante
10	Aurora Maria Adelina Pais da Silva	Assistente Administrativa Principal
11	Bento Jordão	Auxiliar Administrativo
12	Bernardo Finiche Murriane	Auxiliar Administrativo
13	Boaventura Feliciano Elias	Auxiliar Administrativo
14	Carlos Donguene Muchonga	Auxiliar Administrativo
15	Celina Machie	Vigilante
16	Eduardo Gonçalves Xerindza	Auxiliar Administrativo
17	Ernesto Zimandeia Siteo	Auxiliar Administrativo (Reprografia)
18	Francisco Jordão Macuácuá	Auxiliar Administrativo
19	Francisco Munaeva Maloa	Vigilante
20	Irene da Paz Cabral	Chefe dos Serviços Administrativos Escolares
21	João Fabião Macucule	Auxiliar de Vigilância
22	João Teixeira	Auxiliar Administrativo
23	Júlia André Panagiotes	Auxiliar Administrativa
24	Julieta Maria de Figueiredo	Auxiliar Administrativa
25	Laila Bava Carsane Jivá	Auxiliar Educadora de Infância
26	Leopoldina da Conceição Machado	Auxiliar Administrativa (telefonista)
27	Lourenço Bazima	Auxiliar Administrativo
28	Luísa Maria Pereira da Silva Muge	Assistente Administrativa Principal
29	Maria da Conceição C. C. Godinho	Auxiliar Educadora de Infância
30	Maria de Fátima Lima Monteiro	Auxiliar Administrativo
31	Maria da Graça Marques Breda	Auxiliar Educadora de Infância
32	Maria Helena Costa dos Reis Pinto	Auxiliar Administrativa
33	Nelly Raceline Ngive	Auxiliar Educadora de Infância
34	Orlando Francisco Amamo	Motorista
35	Palmira Duarte Gomes	Auxiliar Administrativa
36	Palmira Moreira dos Santos	Enfermeira
37	Pascoal Narciso Bento	Chefe dos Serviços de Manutenção
38	Rogério Pinto do Rosário Monteiro	Assistente Administrativo Especialista
39	Silva António Joze	Auxiliar de Vigilância
40	Sureia Ibraimo Ossmane	Auxiliar Educadora de Infância
41	Teodora Custódio Voabil	Vigilante
42	Vanessa Alexandra Monteiro Lagarto	Auxiliar Educadora de Infância
43	Vasco Nofre	Jardineiro

ANEXO B3

ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO

COOPERATIVA DE ENSINO, C.R.L.

LISTA DE PROFESSORES DO ANO LECTIVO 1998/99

Nº	NOME	CICLO(S) / DISCIPLINAS
1	Abubacar Ibraímo	3º Ciclo e E. Secundário / Inglês
2	Amina Bavabai	E. Secundário / Economia
3	Ana Maria Rodrigues Besteiro	2º, 3º C. e E. Secundário / Ciências Naturais e Biologia
4	Ana Manuela Albasini	1º Ciclo
5	Ana Patrícia Silva	E. Secundário e Gab. Psicologia / Filosofia; Psicologia
6	Ana Paula Machado	Pré-Escolar
7	Ana Paula Moreira	1º Ciclo
8	Anabela Leitão Ferreira	Pré, 1º, 2º, 3º Ciclos e Secundário / Educação Física
9	António Carlos Azevedo	2º e 3º Ciclos / Matemática
10	António Jorge Moura	E. Secundário / Economia; I.D.E.S.
11	Armindo José Bernardo	2º e 3º Ciclos / Português
12	Arsénio Sérgio Siteo	3º Ciclo e E. Secundário / Francês
13	Calisto Namburete	2º e 3º Ciclos / Educação Visual e E.V. e Tecnológica
14	Carmen Gonçalves	1º Ciclo
15	Carolina Hunguana	3º Ciclo e E. Secundário / Francês
16	Cecília Noronha	2º, 3º C. e E. Secundário / Ciências Naturais e Biologia
17	César Almeida	3º Ciclo e E. Secundário / Matemática
18	Elsa Eduarda Pereira	2º, 3º Ciclos e E. Secundário / Português
19	Fernanda Magno	Pré-Escolar
20	Filomena Silva	1º Ciclo
21	Francisco Rungo	E. Secundário / Int. Informática; Sist. Informática
22	Hafessuate Cassimo	1º Ciclo
23	Heitor Santos	2º e 3º Ciclos / Inglês
24	Inácio Bernardo	3º Ciclos e Secundário / Educação Física
25	Isabel Augusta Pires	Pré-Escolar
26	Isabel Consciência	E. Secundário / Direito
27	Isabel Maria Costa	3º Ciclo e E. Secundário / Francês
28	Isabel Maria Santos Gil	E. Secundário / Português; Latim
29	Isabel Maria Almeida Loio	2º e 3º Ciclos / Matemática
30	Isabel Maria Moutinho	3º Ciclo e E. Secundário / Matemática
31	Jasmini Quessaugy	1º Ciclo
32	José Manuel Louro	E. Secundário / Teoria de Design
33	Kalina Boudorova	2º, 3º Ciclos e E. Secundário / Matemática
34	Laila Carsane Givá	Pré-Escolar
35	Lázaro Impuía	2º, 3º Ciclos / H.G.P.; História
36	Lídia Sofia Grilo	Pré-Escolar
37	Luís Filipe Perdiz	3º Ciclo e E. Secundário / Inglês; Téc. Trad. Inglês
38	Luís Manuel Antunes	2º e 3º Ciclos / Trabalhos Oficiais e E.V.T.
39	Luísa Maria Antunes	3º Ciclo e Ensino Secundário / História; Hist. de Arte
40	Luísa Maria Quaresma	2º, 3º Ciclos e E. Secundário / Inglês;
41	Luísa Maria Reis	3º Ciclo e E. Secundário / Português
42	Maria da Conceição Godinho	Pré-Escolar

43	Maria da Graça Breda	Pré-Escolar
44	Maria Idília Ruas	2º Ciclo / Ciências Naturais
45	Maria João Mariano	3º Ciclo e E. Secundário / Português
46	Maria José Rosado	Pré-Escolar
47	Maria Luísa Marcos	Todos os ciclos/ Gab. de Psicologia
48	Maria de Lurdes do Vale	2º e 3º Ciclos / E.V.T.; Francês
49	Maria de Lurdes Milhano	3º Ciclo e E. Secundário / Português
50	Maria Madalena Azevedo	1º Ciclo
51	Maria Manuel Seno	2º, 3º Ciclos e E. Secundário / H.G.P. e História
52	Maria Manuela Rocha	2º e 3º Ciclos / H.G.P. e História
53	Maria Margarida Abrantes	Pré, 1º, 2º, 3º Ciclos e Secundário / Educação Física
54	Maria Margarida Vaz	3º Ciclo e E. Secundário/ Geografia e I.D.E.S.
55	Maria Odete Sol de Carvalho	1º Ciclo
56	Maria do Rosário Martins	Pré-Escolar
57	Maria Teresa Murta	3º C. e E. Secundário / Ciências Naturais e Biologia
58	Margarida Belo	1º Ciclo
59	Mariana Ferreira	1º Ciclo
60	Mércia Maria Calú	2º e 3º Ciclos / Português
61	Michele Silva Neves	2º, 3º C. e E. Secundário / Ciências Naturais e Biologia
62	Mitra Miltcheva	3º Ciclo e E. Secundário / C. Físico-Químicas
63	Mohamede Zaino Ussene	2º e 3º Ciclos / Inglês
64	Nathalie Thamin	3º Ciclo e E. Secundário / Francês
65	Nelly Racelina Njive	Pré-Escolar
66	Olga Maria Martins	3º Ciclo e Ensino Secundário / História
67	Olga Pires	2º, 3º Ciclos e E. Secundário / Português
68	Orlando Pateguana	2º, 3º Ciclos e E. Secundário / Educação Física
69	Osvaldo Noronha	3º Ciclo e E. Secundário / Matemática
70	Peter Atanassov	2º e 3º Ciclos / Educação Visual e E.V. e Tecnológica
71	Rafaela Pinheiro	E. Secundário / Filosofia
72	Rosa Maria de Sá	2º e 3º Ciclos / Matemática
73	Rosa Noémia Simões	1º Ciclo
74	Samuel Júnior	1º, 2º e 3º Ciclos / Educação Musical
75	Sara Buendia	1º Ciclo
76	Sária Momade Ambalal	1º Ciclo
77	Sureia Ibraímo Ossman	Pré-Escolar
78	Teresa Maria Rebelo Paulo	2º e 3º Ciclos / Português
79	Ulisses Oviedo	2º e 3º Ciclos / Educação Visual e E.V. e Tecnológica
80	Vália Alexieva	3º Ciclo E. Secundário / C. Físico-Químicas
81	Vanessa Lagarto	Pré-Escolar
82	Zubaida Ismael	1º Ciclo
83	Zvezditchka Simeonova	E. Secundário / Geometria Descritiva

ANEXO B5

Pauta de turma do 1º Ciclo

ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO COOPERATIVA DE ENSINO, C.R.L.							Ano Lectivo 1998/99	
PAUTA DE FREQUÊNCIA							2.º Período	
4º ANO TURMA B								
Nº	Nome do Aluno	Português	Matemática	Estudo do Meio	Expressão Plástica	Apreciação Global	Faltas	
							J	I
1	BRUNO MIGUEL PINTO MOREIRA VASCONCELOS	Excelente	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	-	-
2	DARMI TE GENESBECHANDRA LACMANE	Excelente	Excelente	Excelente	Sat. Muito	Excelente	3	-
3	GONÇALO MARTINS	Sat. Muito	Sat. bem	Sat. bem	Sat. Muito	Sat. bem	1	-
4	JOANA ALVES PRISTA	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	-	-
5	JOANA MARGARIDA DOS SANTOS FERREIRA	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	Excelente	Sat. Muito	-	-
6	JOÃO ALEXANDRE RODRIGUES NUNES	Sat. Pouco	Sat. Pouco	Satisfaz	Satisfaz	Sat. Pouco	-	-
7	JOÃO PAULO CURRALO MARQUES	Sat. bem	Sat. bem	Sat. bem	Sat. bem	Sat. bem	-	-
8	LEILA SULEMANE ABASSE	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	-	-
9	MAGDALENA SILVEIRA PIRES	Sat. Muito	Sat. bem	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	1	-
10	MALEMA CARVALHO RIBEIRO	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	-	-
11	MAYURI VITOLDÁS	Excelente	Sat. Muito	Excelente	Excelente	Excelente	-	-
12	MEHREEN CASSAM	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	-	-
13	MÓNICA LIMA DA SILVA FRANCISCO	Sat. M	Sat. bem	Sat. bem	Sat. Muito	Sat. bem	-	-
14	NAIR PEREIRA DA COSTA NORONHA	Excelente	Sat. bem	Sat. bem	Sat. Muito	Sat. Muito	-	-
15	NUNO MIGUEL SILVA GARCIA MORGADO PEREIRA	Excelente	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	-	-
16	RUI DE ARAUJO COSTA	Sat. Muito	Sat. bem	Excelente	Sat. Muito	Sat. Muito	-	-
17	RUI GONÇALO BARRETO ABRANTES BÓIA	Excelente	Sat. Muito	Excelente	Sat. Muito	Excelente	2	-
18	SOFIA ALEXANDRA GASPAR DE MELO	Excelente	Sat. Muito	Excelente	Excelente	Excelente	1	-
19	SUSANA FRAZÃO NUNES	Sat. Muito	Sat. bem	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	-	-
20	VESELIN BLAGOEV VASSILEV	Sat. Muito	Excelente	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	10	-
21	YASMIN GUITA RODRIGUES	Sat. Muito	Sat. bem	Sat. bem	Sat. Muito	Sat. bem	-	-
22	FILIFE ALBERTO PINHEIRO LOURENÇO	Sat. bem	Sat. bem	Sat. bem	Sat. bem	Sat. bem	-	-
23	TOMAS MIGUEL CAMPOS PEDROSO AGUIAR SANTOS	Excelente	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	Sat. Muito	-	-
24								
25								

Maputo, 2 de Abril de 1999

A Directora Pedagógica

Alves

O Professor

Sara Puendia

ANEXO B7

Álbum fotográfico de turma do 5.º Ano

« Escola Portuguesa de Maputo »					Ano Lectivo 1998/1999	
					5.º Ano Turma C	
Nº1 - Amanda	Nº2 - Ana M.	Nº3 - Ana Rita	Nº4 - Bruno	Nº5 - Erika	Nº6 - Erika	
Nº7 - Fátima	Nº8 - Fátima	Nº9 - Filipe	Nº10 - Gonçalo Derigado	Nº11 - Irene	Nº12 - Inês	
Nº13 - Joana C.	Nº14 - Joana B.	Nº15 - Luís M.	Nº16 - Marcos	Nº17 - Melissa	Nº18 - Richard	
Nº19 - Stélio	Nº20 - Tatiana	Nº21 - Zahra Azzam Dorigo	Nº22 - Zé			

ANEXO B9

Listagem de alunos que integraram o Quadro de Excelência (de diferentes anos lectivos)

QUADRO DE EXCELÊNCIA 1º PERÍODO (93 - 94)	
5º ANO	
A - Joana Jesus, Lúcia Almeida, Pedro Abrantes, Pinki Meggi, Ravió Costa, Sérgio Mucamba, Tiago Seno, Vitor Pereira, Ismael Jumi;	A - Cristina de Azevedo, Frederico Pereira, Iolanda Hingá, Maria Madalena Calheiros, Ruben Rocha, Sérgio Rodrigues, Sorala Abdula;
B - Ana Loureiro, Ana Marcelo, Anibal Pereira, Falzal Osman, Frederico Silva, Marco Muge, Wilson Vale;	B - Jollo Paulo Gonçalves, Mónica Neves, Pedro Nôvos, Tiago Carneiro;
C - Jilieu Asmucral, Lara Oliveira, Maria Amaral, Polyana Silva, Gustavo Cardoso;	C - Aida Fragoso, Miguel Alves, Sara Falcó;
D - Carolina Antunes, Fabiana Pereira, Rita Soares, Hugo Narcy, Sérgio Mauji.	D - Amélia do Ó da Silva.
6º ANO	
A - Américo Marques, Iara Gonçalves, Jano Pabdo, Jollo Henriques, Silvia Serejo;	A - Ivana Filipe, Kátia Gisela Abrantes, Maço Couto, Maria Jollo Pateguana, Maria Teima Luís, Marta Ferreira, Nuno Guterres, Tatiana Fonseca;
B - Ana Sá, Catarina José, Mónica Pais, Patrícia Camões, Renato Quaresma, Tânia Nunes;	B - Carlos Pereira, Hugo Raposo, Jollo Leite, Pedro Hingá;
C - Igor Valente, Vera Peixoto, Yari Machado;	C - Nicole Mendonça, Patrícia Branco;
D - Richi Manmoandas.	D - Riz Adam.
7º ANO	
A - Ana Alves, Catarina Zilhão, Fadia Khan, Vera Pereira;	A - Ivana Filipe, Kátia Gisela Abrantes, Maço Couto, Maria Jollo Pateguana, Maria Teima Luís, Marta Ferreira, Nuno Guterres, Tatiana Fonseca;
B - Inês Vilhena, Luciana dos Santos, Pedro de Almeida, Tatiana Torrinhos, Vanessa Dantas e Sá, Yara Pereira;	B - Carlos Pereira, Hugo Raposo, Jollo Leite, Pedro Hingá;
C - Alexandre Coelho, Ana Ribeiro, Celso de Melo, Diana Queilhas, Nuno Ramos, Paulo Ramos;	C - Nicole Mendonça, Patrícia Branco;
D - André Martins, Joana Carneiro, Nuno de Oliveira, Shella Fernandes.	D - Riz Adam.
8º ANO	
A - Ivana Filipe, Kátia Gisela Abrantes, Maço Couto, Maria Jollo Pateguana, Maria Teima Luís, Marta Ferreira, Nuno Guterres, Tatiana Fonseca;	A - Ivana Filipe, Kátia Gisela Abrantes, Maço Couto, Maria Jollo Pateguana, Maria Teima Luís, Marta Ferreira, Nuno Guterres, Tatiana Fonseca;
B - Carlos Pereira, Hugo Raposo, Jollo Leite, Pedro Hingá;	B - Carlos Pereira, Hugo Raposo, Jollo Leite, Pedro Hingá;
C - Nicole Mendonça, Patrícia Branco;	C - Nicole Mendonça, Patrícia Branco;
D - Riz Adam.	D - Riz Adam.
9º ANO	
A - Ivana Filipe, Kátia Gisela Abrantes, Maço Couto, Maria Jollo Pateguana, Maria Teima Luís, Marta Ferreira, Nuno Guterres, Tatiana Fonseca;	A - Ivana Filipe, Kátia Gisela Abrantes, Maço Couto, Maria Jollo Pateguana, Maria Teima Luís, Marta Ferreira, Nuno Guterres, Tatiana Fonseca;
B - Carlos Pereira, Hugo Raposo, Jollo Leite, Pedro Hingá;	B - Carlos Pereira, Hugo Raposo, Jollo Leite, Pedro Hingá;
C - Nicole Mendonça, Patrícia Branco;	C - Nicole Mendonça, Patrícia Branco;
D - Riz Adam.	D - Riz Adam.
10º ANO	
A - Ivana Filipe, Kátia Gisela Abrantes, Maço Couto, Maria Jollo Pateguana, Maria Teima Luís, Marta Ferreira, Nuno Guterres, Tatiana Fonseca;	A - Ivana Filipe, Kátia Gisela Abrantes, Maço Couto, Maria Jollo Pateguana, Maria Teima Luís, Marta Ferreira, Nuno Guterres, Tatiana Fonseca;
B - Carlos Pereira, Hugo Raposo, Jollo Leite, Pedro Hingá;	B - Carlos Pereira, Hugo Raposo, Jollo Leite, Pedro Hingá;
C - Nicole Mendonça, Patrícia Branco;	C - Nicole Mendonça, Patrícia Branco;
D - Riz Adam.	D - Riz Adam.
11º ANO	
A - Ivana Filipe, Kátia Gisela Abrantes, Maço Couto, Maria Jollo Pateguana, Maria Teima Luís, Marta Ferreira, Nuno Guterres, Tatiana Fonseca;	A - Ivana Filipe, Kátia Gisela Abrantes, Maço Couto, Maria Jollo Pateguana, Maria Teima Luís, Marta Ferreira, Nuno Guterres, Tatiana Fonseca;
B - Carlos Pereira, Hugo Raposo, Jollo Leite, Pedro Hingá;	B - Carlos Pereira, Hugo Raposo, Jollo Leite, Pedro Hingá;
C - Nicole Mendonça, Patrícia Branco;	C - Patrícia de Bettencourt, Paula Cristina Caetano.
D - Riz Adam.	D - Riz Adam.
12º ANO	
A - Ivana Filipe, Kátia Gisela Abrantes, Maço Couto, Maria Jollo Pateguana, Maria Teima Luís, Marta Ferreira, Nuno Guterres, Tatiana Fonseca;	A - Ana Mónica Antunes, Ana Paula Oliveira, Emanuela Spassova, Ricardo Martins, Pita Freitas, Sandra da Silva, Sérgio Lopes;
B - Carlos Pereira, Hugo Raposo, Jollo Leite, Pedro Hingá;	B - Sara Luísa Gaspar.
C - Nicole Mendonça, Patrícia Branco;	C - Nicole Mendonça, Patrícia Branco;
D - Riz Adam.	D - Riz Adam.

EPM - ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO			
ANO LECTIVO 1998/99			
2º CICLO			
1º PERÍODO			
QUADRO DE EXCELÊNCIA			
5º ANO A	5º ANO B	5º ANO C	5º ANO D
Andreia Felício Carla Fragoso Inês de Sousa Jónatas Pires Pedro de Noronha Sádia Ikbai Sheynilla Torania Zoi Farenzena	Dilesh Manmoandas Erika Pereira Farah Rahman José Luis Pereira	Ana Mikaela e Silva Ana Rita Oliveira Erika Mendes Femida Hamid Irene Oliveira Melissa Filipe Tatiana Simões	Amália Torrinhos Ana Vieira Elder Sousa Lilia Valente Mital Tribovane Renata Dhirajjal Vanessa Fernandes
6º ANO A	6º ANO B	6º ANO C	6º ANO D
Abiatar Manhiça Enrique Ulloa Irina Luiz	Chandni Govan Daniel Fernandes Daniela Coelho Diana Luiz Diogo Ribas Filipa Lacerda Frederico Capellão	Atish Jalential Michael Gardner Paul Cordeiro	David Sá Jorge Vaz José Silva Lara Maltezinho Ricardo Vaz

ANEXO B10

Calendários Escolares de vários anos lectivos

ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO
CALENDÁRIO ESCOLAR PARA O ANO LECTIVOS DE
1995/1996

ENSINO BÁSICO
(1º 2º e 3º CICLOS)

1º PERÍODO - Início: 2 de Outubro de 1995
- Fim: 16 de Dezembro

11 Semanas Feriados: 5/10 - Imp. República (Port.)
52 Dias 10/11 - Dia da Cidade (Moc.)
 1/12 - Restauração (Port.)

2º PERÍODO - Início: 8 de Janeiro de 1996
- Fim: 30 de Março

12 Semanas Feriados: 19 e 20/02 - Carnaval
58 Dias

3º PERÍODO - Início: 8 de Abril de 1996
- Fim: 29 de Junho

12 Semanas Feriados: 25/04 - Dia da Liberdade
56 Dias 1/05 - Dia do Trabalhador
 10/06 - Dia de Portugal
 25/06 - Independência (Moc.)

TOTAL: 35 SEMANAS
166 dias lectivos
14 dias para avaliação (4 a 5 dias imediatamente
posteriores ao termo de cada período escolar).

TOTAL: 180 DIAS

Maputo, 16 de Setembro de 1995
O Director Geral

(Armando Pinheiro)

(continuação)

EPM - ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO
1997/1998

CALENDÁRIO LECTIVO 1997 / 1998

Primeiro Período

Setembro				Outubro				Novembro				Dezembro					
2ª	15	22	29		6	13	20	27	3	F	17	24	F	8	15	12	
3ª	16	23	30		7	14	21	28	4		11	18	25	2	9	16	14
4ª	17	24		1	8	15	22	29	5	12	19	26	3	10	17	14	
5ª	18	F		2	9	16	23	30	6	13	20	27	4	11	18	13	
6ª	19	26		3	10	17	24	31	7	14	21	28	5	12		13	

66

Segundo Período

Janeiro				Fevereiro				Março					Abril	
2ª	12	19	26	2	9	16		2	9	16	23	30		11
3ª	13	20	27	F	10	17		3	10	17	24	31		10
4ª	14	21	28	4	11	18	25	4	11	18	25		1	12
5ª	15	22	29	5	12	19	26	5	12	19	26		2	12
6ª	16	23	30	6	13	20	27	6	13	20	27		3	12

57

Terceiro Período

Abril				Maio					Junho					
2ª		20	27		4	11	18	25	1	8	15	22	29	11
3ª		21	28		5	12	19	26	2	9	16	23	30	11
4ª	15	22	29		6	13	20	27	3	F	17	24		10
5ª	16	23	30		7	14	21	28	4	11	18	F		10
6ª	17	24		F	8	15	22	29	5	12	19	26		10

52

(continuação)

EPM - ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO
1998 / 1999

CALENDÁRIO LECTIVO 1998 / 1999

PRIMEIRO PERÍODO

	Set	Outubro	Novembro	Dezembro	total
2ª	28	F 12 19 26	2 9 16 23 30	7 14	11
3ª	29	6 13 20 27	3 F 17 24	F 8 15	10
4ª	30	7 14 21 28	4 11 18 25	2 9 16	12
5ª		1 8 15 22 29	5 12 19 26	3 10 17	12
6ª		2 9 16 23 30	6 13 20 27	4 11 18	12

57

* REUNIOES INTERCALARES: 14 de Novembro.

SEGUNDO PERÍODO

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	total
2ª	18 25	1 8	22 1 8 15 22 29		10
3ª	19 26	2 9	23 2 9 16 23 30		10
4ª	13 20 27	F 10 17 24	3 10 17 24 31		11
5ª	14 21 28	4 11 18 25	4 11 18 25	1	12
6ª	15 22 29	5 12 19 26	5 12 19 26	2	12

55

* REUNIOES INTERCALARES: 27 de Fevereiro.

TERCEIRO PERÍODO

	Abril	Maió	Junho	total
2ª	19 26	3 10 17 24 31	7 14 21 28	11
3ª	20 27	4 11 18 25	1 8 15 22 29	11
4ª	14 21 28	5 12 19 26	2 9 16 23 30	12
5ª	15 22 29	6 13 20 27	3 F 17 24	10
6ª	16 23 30	7 14 21 28	4 11 18 F	10

54

* As aulas do 12º ano terminam dia 09 de Junho.

ANEXO B11
Mapas estatísticos

ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO																					
COOPERATIVA DE ENSINO, C.R.L.																					
ESTATÍSTICA DO ANO LECTIVO 1995/96																					
ANO	Nº AULAS	MÉDIO			ENTRADAS						SAÍDAS						ACTUAL	TOTAL	OUTRA TURMA		
		PORT	EST		1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		TRANSFERIDOS		AMUO		PPP						
					PORT	EST	PORT	EST	PORT	EST	PORT	EST	PORT	EST	PORT	EST	PORT	EST	PORT	EST	
INF A	17	16		1															16	0	16
INF B	17	14	1																15	1	16
INF C	25	24																	24	0	24
	59	54	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0			55	1	56
PNE A	10	12																	12	0	12
PNE B	21	15	4																15	4	19
PNE C	20	14	2	2															16	2	18
	57	42	10	2	0	2	0	1	0	0	0	0	1	2	2	0			42	4	46
JINEP	110	96	11	3	0	5	0	1	0	0	0	0	2	2	5	0			98	9	107
1ª A	25	20																	20	5	25
1ª B	25	22	1																19	1	20
1ª C	24	19	4	1															19	4	23
	74	61	8	1	0	5	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0			58	4	62
2ª A	20	16	3																16	3	19
2ª B	19	15	1																15	1	16
2ª C	20	17	2																17	2	19
2ª D	22	15	5	1															14	7	21
	81	64	14	1	0	2	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0			65	13	78
3ª A	33	26	2																21	2	23
3ª B	24	20																	20	1	21
3ª C	23	15	3																18	4	22
	23	21	1	1															21	1	22
	93	82	4	1	1	2	0	0	1	1	0	1	0	1	0				82	8	90
4ª A	21	19	2	2															22	3	25
4ª B	20	20	2	1	1	3													22	3	25
4ª C	25	21	2	1															22	3	25
4ª D	24	18	4																20	4	24
	103	79	11	4	1	6	0	2	1	2	0	0	2	0	0				86	13	99
1º CICLO	347	286	30	7	2	9	0	2	2	7	0	1	1	5	0				291	42	333
5ª A	21	15	2																18	2	20
5ª B	24	19	4																17	4	21
5ª C	22	20	2																18	2	20
5ª D	22	19	2																20	2	22
	89	77	10	0	0	2	0	0	2	0	0	0	2	0	0				75	10	85
6ª A	25	19	3	1															22	3	25
6ª B	25	20	4																21	4	25
6ª C	24	20	2	1															21	2	23
6ª D	26	21	2																21	2	23
	100	80	11	2	0	4	0	1	0	2	0	1	0	1	0				88	11	99
2º CICLO	189	157	21	2	0	8	0	1	0	4	0	1	0	3	0				160	21	181
7ª A	24	20	1	1															26	1	27
7ª B	28	21	5	1															21	5	26
7ª C	27	20	0	1															21	6	27
7ª D	25	21	0																21	5	26
	110	88	16	3	0	1	0	0	1	0	1	0	1	1	0				88	17	105
8ª A	23	21	1	1															22	1	23
8ª B	23	20	2																18	2	20
8ª C	23	20	3																20	3	23
	22	14	7	1															14	7	21
	91	75	12	2	0	1	0	0	0	4	0	0	0	0	0				74	13	87
9ª A	23	19	2	2															21	2	23
9ª B	22	15	3	1															19	3	22
9ª C	24	21	1	1															22	1	23
9ª D	23	16	4	1															18	4	22
	92	76	10	6	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0			80	10	90
ER	3	3																	3	0	3
3º CICLO	296	242	41	10	0	3	0	0	0	5	0	2	1	2	0				246	40	286
10ª A	20	15	0	1															15	4	19
10ª B	22	17	4																15	3	18
10ª C	27	24	3																24	3	27
10ª D	24	13	7	1	1														16	8	24
10ª E	13	10	1	1															10	1	11
	127	90	20	3	1	2	0	0	0	3	0	2	2	1	0				89	19	108
11ª A	15	14	1																13	1	14
11ª B	21	17	4																16	3	19
11ª C	22	16	5																16	5	21
11ª D	32	23	1																24	1	25
	90	70	11	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	1	1				69	10	79
12ª A	25	15	2																15	2	17
12ª B	18	12	1																12	1	13
12ª C	15	14	1																14	1	15
12ª D	14	8	3																8	3	11
12ª E	8	7	0																8	0	8
	84	56	7	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0				57	7	64
SECUNDARIO	295	216	38	3	1	5	0	0	0	5	0	2	2	2	1				215	36	251
TOTAL	1243	997	150	25	3	30	0	4	2	21	0	8	6	17	1				1010	148	1158

(continuação)

ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO																					
ESTATÍSTICA DO ANO LECTIVO 1998/99																					
Ano	Turma	Início			Entradas			Saídas			Nunca compareceu / Excluído por faltas			Global			Repetições				
		Total	Sócio	Não sócio	Total	Sócio	Não sócio	Total	Sócio	Não sócio	Total	Sócio	Não sócio	Sócio	Não sócio	Total	Nº Pauta	REP	Total	Sócio	Não sócio
7ª	A	23	21	2	4	4		4	4		1	1		20	2	22	27		0		
	B	24	24	0	1	1		0			0			25	0	25	25		0		
	C	23	20	3	1	1		0			0			21	3	24	24		0		
	D	24	22	2	1	1		1	1		0			22	2	24	25		0		
	Total	94	87	7	7	7	0	5	5	0	1	1	0	88	7	95		0	0	0	
8ª	A	23	21	2	1	1		0			0			22	2	24	24		0		
	B	22	19	3	1	1		1	1		0			19	3	22	23		0		
	C	22	18	4	3	3		3	3		0			18	4	22	25		0		
	D	23	21	2	0			1	1		0			20	2	22	23		0		
	Total	90	79	11	5	5	0	5	5	0	0	0	0	79	11	90		0	0	0	
9ª	A	20	15	5	3	3		1	1		0			17	5	22	23		0		
	B	21	19	2	2	2		2	2		0			18	2	21	23		0		
	C	21	18	3	1	1		0			1	1		18	3	21	22		0		
	D	22	21	1	2	2		1	1		0			22	1	23	24		0		
	Total	84	73	11	8	8	0	4	4	0	1	1	0	76	11	87		0	0	0	
3º CICLO		268	239	29	20	20	0	14	14	0	2	2	0	243	29	272		0	0	0	
10ª	A	26	23	3	2	2		1	1		0			24	3	27	28		0		
	B	30	28	2	0			0			0			28	2	30	30		0		
	C	21	18	3	4	3	1	0			0			21	4	25	25		0		
	D	21	19	2	2	2		0			0			21	2	23	23		0		
	Total	98	88	10	8	7	1	1	1	0	0	0	0	94	11	105		0	0	0	
11ª	A	24	24	0	1	1		1	1		0			24	0	24	25		0		
	B	21	20	1	3	2	1	0			0			21	2	23	24		1	1	
	C	17	16	1	3	3		2	2		0			13	1	14	20		4	4	
	D	9	9	0	3	3		2	2		0			10	0	10	12		0		
	Total	71	69	2	10	9	1	5	5	0	0	0	0	68	3	71		0	5	5	
12ª	A	19	18	1	11	11		3	3		0			26	1	27	30		0		
	B	22	21	1	6	6		1	1		0			26	1	27	28		0		
	C	16	14	2	4	3	1	2	2		0			15	3	18	20		0		
	D	19	17	2	5	3	2	1	1		1	1		18	4	22	24		0		
	E	24	21	3	4	2	2	0			0			25	3	28	28		0		
Total	100	93	7	30	25	5	7	7	0	1	1	0	110	12	122		0	0	0		
SECUNDÁRIO		269	250	19	48	41	7	13	13	0	1	1	0	272	26	298		0	5	5	
GLOBAL		1040	944	96	130	112	18	45	42	3	12	9	3	1000	108	1108		0	5	5	

Maputo, 2 de Abril de 1999

ANEXO B12

Estrutura Curricular do Ensino Secundário

EPM - ESCOLA PORTUGUESA DE MARVATO			
ESTRUTURA CURRICULAR • 1998 / 1999 • ENSINO SECUNDÁRIO • CSPOPE			
	AGRUPAMENTO 1	AGRUPAMENTO 2	AGRUPAMENTO 3
	CIENTIFICO-NATURAL	ARTES	ECONOMICO-SOCIAL
			HUMANIDADES
10º ANO			
FORMAÇÃO GERAL Port. A ou B (5 / 3) Hist. / Filosofia (3) Inglês Educação Física (2)	FORMAÇÃO ESPECÍFICA Matemática (4) Ciências Físico-Químicas (4) Ciências da Terra e da Vida (4)	FORMAÇÃO ESPECÍFICA Matemática (4) D. O. Descritiva (3) C. Fis. Quím. (4)	FORMAÇÃO ESPECÍFICA História (4) Geografia (4) Francês (4)
	FORMAÇÃO TÉCNICA Téc. Laborat. de Química I (3) Téc. Laborat. de Biologia I (3)	FORMAÇÃO TÉCNICA Desenho Téc. de Mecânica I (6)	FORMAÇÃO TÉCNICA Métodos Quantitativos (3) Téc. Tradução de Inglês I (3)
11º ANO			
FORMAÇÃO GERAL Port. A ou B (5 / 3) Intr. Filosofia (3)* Inglês 1 Educação Física (2)	FORMAÇÃO ESPECÍFICA Matemática (4) Ciências Físico-Químicas (4) Ciências da Terra e da Vida (4)	FORMAÇÃO ESPECÍFICA Matemática (4) Des. e Geometria Descritiva A (3) Ciências Físico-Químicas (4) (cont.)	FORMAÇÃO ESPECÍFICA Matemática (4) Introdução à Economia (4) História (4) ou Geografia (4) (cont.)
	FORMAÇÃO TÉCNICA Téc. Laborat. de Química I (3) Téc. Laborat. de Biologia II (3)	FORMAÇÃO TÉCNICA Desenho Téc. de Mecânica II (6)	FORMAÇÃO TÉCNICA Intrud. Tecnol. Informaçã I (6) ou Téc. Org. Empresarial II (6)
12º ANO			
FORMAÇÃO GERAL Port. A ou B (5 / 3) Educação Física (2)	FORMAÇÃO ESPECÍFICA Matemática (5) Psicologia (3) Física* / Química* / Biologia* (3) * a escolher duas	FORMAÇÃO ESPECÍFICA Matemática (5) Des. Geometria Descritiva A (3) História da Arte (3) (cont.) Física* (3) / Química* (3) / T. Design (3) / Psicologia* (3) / Sociologia* (3) * a escolher uma (H. Art. ...) ou duas	FORMAÇÃO ESPECÍFICA História (4) (cont.) Francês (4) ou Latim (4) (cont.) Filosofia* (4) / Sociologia* (3) / Direito* (3) / Psicologia* (3) / Inglês* (3) / L. D. E. Social* (4)
	FORMAÇÃO TÉCNICA Intrud. Tecnol. Informaçã I (3)	FORMAÇÃO TÉCNICA Intrud. Tecnol. Informaçã I (3) ou Técnicas de Egrasão (2)	FORMAÇÃO TÉCNICA Técnicas de Expressão (3) * a escolher duas

ANEXO B13

Calendário dos Conselhos de Turma

EPM - ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO 1998 / 1999					
Conselhos de Turma * 03 e 05/04					
	Hora	Ano Turma	Sala	Director de Turma	Secretário
3.04 sábado	7.00	6º B	1	Isabel Loio	Mº Manuel Seno
		7º C	2	Luísa Reis	Cecília Noronha
		9º D	3	Orlando Pateguana	Mitra Milcheva
		10º B	6	Luís Perdiz	Estrela Simeonova
	9.00	5º B	1	Armindo Bernardo	Cecília Noronha
		8º B	2	Kalina Budorova	Lurdes Milhano
		10º A	7	Luís Perdiz	Elsa Pereira
		11º B	8	César Almeida	Mohamed Ussene
	11.00	5º A	3	Margarida Abrantes	Mº Manuel Seno
		8º A	4	Teresa Murta	Abubacar Ibraímo
		11º C	6	Amina Bavabai	António Moura
		12º A	9	Ana Besteiro	Ana Patrícia Silva
	14.00	7º D	1	Peter Atanassov	Manuela Rocha
		9º C	2	António Azevedo	Isabel Costa
		11º D	6	Margarida Vaz	Mº João Mariano
16.00	5º D	3	Armindo Bernardo	Rosa Sá	
	8º D	4	Lurdes Milhano	Kalina Budorova	
	12º B	7	José Louro	Estrela Simeonova	
5.04 2ª feira	7.00	6º C	1	Luísa Quaresma	Michelle Neves
		7º B	2	Luísa Reis	Rosa Sá
		10º C	6	Oswaldo Noronha	Mércia Calú
	9.00	5º C	3	Teresa Paulo	Isabel Loio
		11º A	7	Vália Alexieva	Rafaela Pinheiro
		12º C	8	Isabel Moutinho	Isabel Gil
	11.00	6º A	1	Anabela Ferreira	Armindo Bernardo
		9º A	2	Luísa Antunes	António Azevedo
		12º E	6	Inácio Bernardo	Elsa Pereira
	14.00	6º D	1	Michelle Neves	Luísa Quaresma
		8º C	2	Luís Antunes	Teresa Murta
		10º D	6	Oswaldo Noronha	Olga Martins
	16.00	7º A	3	Lurdes do Vale	Manuela Rocha
		9º B	4	António Azevedo	Mº João Mariano
		12º D	7	Francisco Rungo	António Moura

Observações :

- Os professores do Secundário deverão preencher até 01 de Abril a ficha de aulas previstas e dadas que será anexada nos respectivos Livros de Ponto.
- Os Conselhos de Turma terão a duração de duas horas.
- Cada Director de Turma deverá entregar, finda a reunião, os respectivos documentos ao Coordenador de Ciclo.

ANEXO B14

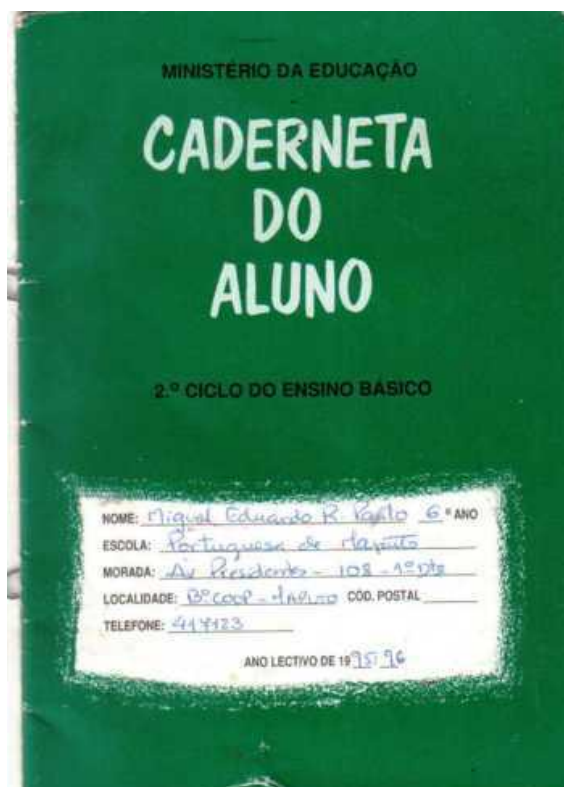
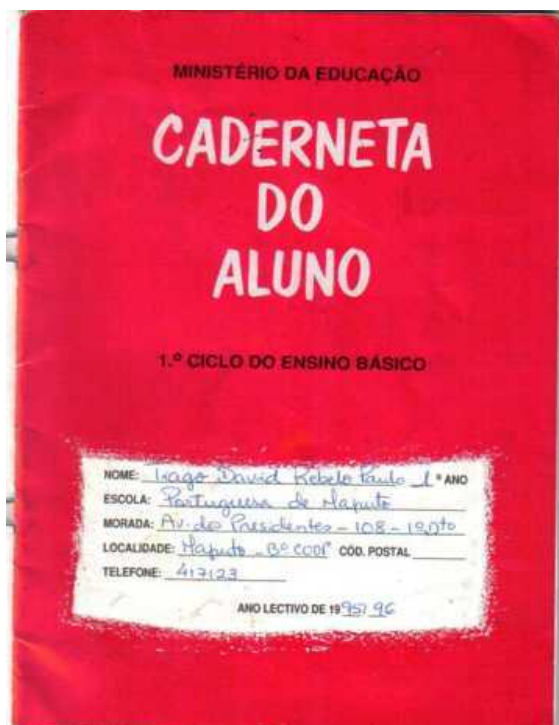
Cartões Escolares e horário de uma turma



HORAS	1.ª FEIRA	2.ª FEIRA	3.ª FEIRA	4.ª FEIRA	5.ª FEIRA
7:00		Hat			E.F.
8:00		C.V.			Port.
9:00		-			Port.
10:00		.			
11:00					
12:00					
13:00	Gen	Gen	Fran	Fran	Fran
14:00	Hat	Mate	Port	Ing	C.V.
15:00	Gen	Mate	Ing	Gen	C.V.
16:00	Gen	Port	Gen	Hist	Gen
17:00	Mate	Ing	E.F.	P.D.T.	Mate

ANEXO B15

Cadernetas Escolares



ANEXO C

Planta da Cidade de Maputo, Planta da Escola (FACIM) e Esboço da distribuição das salas
de aulas

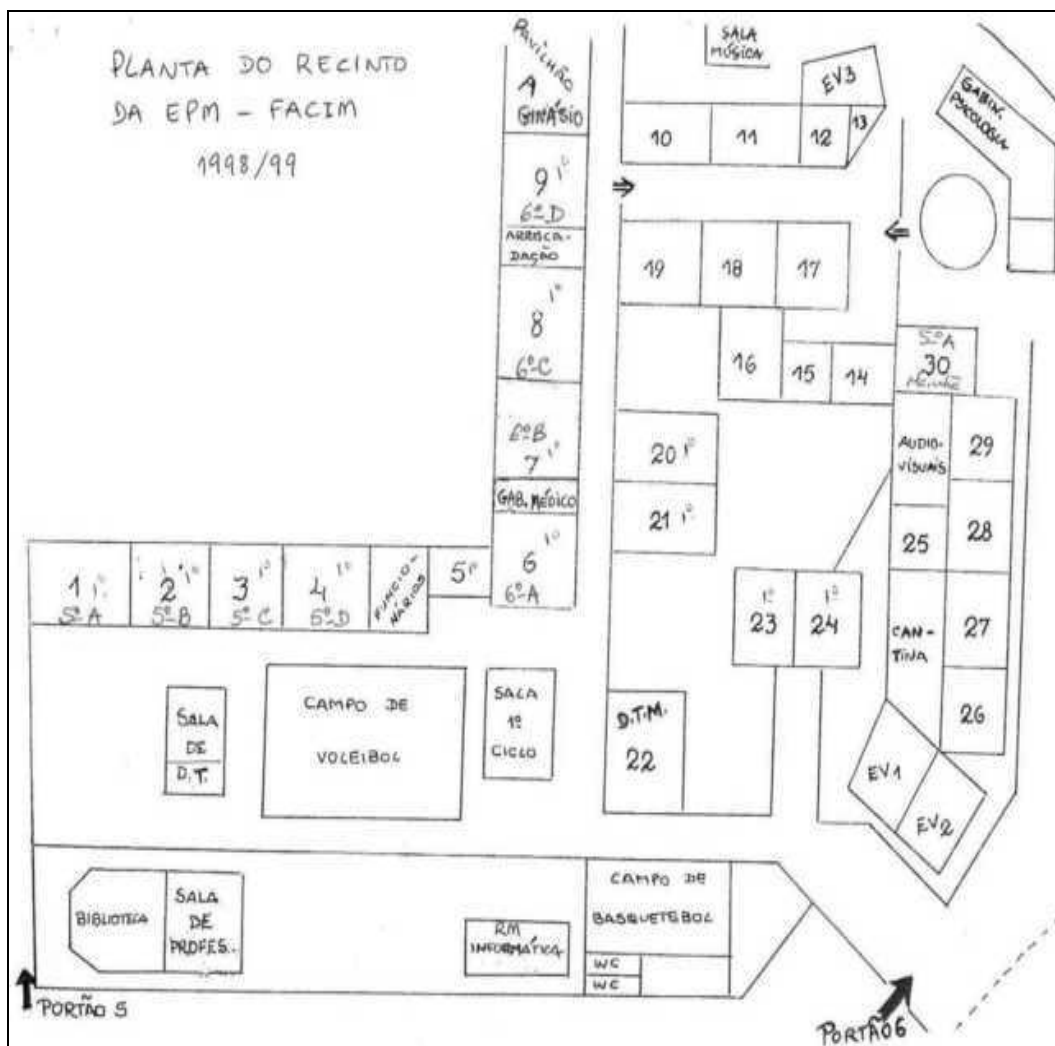
Anexo C1

Planta da Cidade de Maputo, destacando-se a localização da EPM na Baixa da cidade (rodeada a azul).



Anexo C3

Esboço da distribuição espacial da EPM na FACIM, no ano lectivo de 1998/99 (parcial, estando em falta o Pavilhão Administrativo e o Ginásio B)



ANEXO D
Outras Fontes de Arquivo
(Documentos oficiais)

ANEXO D1

Acta da 1ª reunião de (futuros) sócios da Cooperativa com a Comissão Instaladora

----- A C T A -----

— Aos vinte e nove de Janeiro de mil novecentos e oitenta e oito teve lugar na Escola Portuguesa de Maputo (Instalações provisórias da FACIM) uma reunião entre a Comissão Instaladora e Organizadora e quarenta e um dos sessenta e oito sócios da futura Cooperativa de Ensino. -----

— A reunião, marcada para as 17,30 horas, teve início às 18 horas. -----

— A reunião presidiu uma mesa com a seguinte constituição: -----

— Comissão Organizadora - Eng.º. Ferreira da Silva. -----

— Comissão Organizadora - Eng.º. Rui Gouveia. -----

— Directora - Idília Ruas. -----

— Chefe da Secretaria - Irene Cabral. -----

— A agenda de trabalho continha como ponto único: Eleição dos órgãos da futura Cooperativa de Ensino. -----

— Presentes (lista anexa). -----

— Aberta a sessão, o Engenheiro Ferreira da Silva, Membro da Comissão Instaladora e Organizadora, esclareceu os presentes, acerca da finalidade da eleição. Disse, tratar-se de um passo fundamental para a formalização da Cooperativa. Acrescentou que, feita a escritura da Constituição da Cooperativa, a Comissão Instaladora e Organizadora cessará as suas funções a favor dos novos corpos gerentes. -----

— O Eng.º. Rui Gouveia, membro da Comissão Instaladora e Organizadora explicou em seguida que: a ratificação dos órgãos cooperativistas terá que ser feita, no prazo máximo de seis meses, após a escritura, em Assembleia de Sócios. -----

— Em seguida a Comissão de Pais apresentou uma proposta de Corpos Gerentes, da sua autoria. -----

— A Comissão Instaladora e Organizadora mandou distribuir aos presentes uma ficha eleitoral, que foi por todos preenchida. -----

— Após a recolha das referidas fichas o Senhor Ilídio Ferreira procedeu à sua leitura e as Senhoras Donas Luísa Serejo e Filomena Silva efectuaram a contagem dos votos. -----

--- INTERVENÇÕES: ---

--- O Sr. Victor Filipe perguntou quando é que os orgãos recém-eleitos, entrarão em funções. ---

--- O Eng^o. Ferreira da Silva repetiu o esclarecimento que havia feito no início da sessão. ---

--- O Sr. Armando Pinheiro pôs as seguintes questões: ---

--- 1 - É necessário que os futuros corpos gerentes enviem uma procuração? ---

--- 2 - Todos os cooperativistas têm de enviar procurações? ---

--- Dada a incerteza da resposta ficou decidido que se faria essa consulta, por telex, a Lisboa. ---

--- Por fim, acordou-se que se elaboraria uma acta e dela seriam enviadas cópias:

--- 1 - Ao Senhor Embaixador. ---

--- 2 - Ao Eng^o. Pedrosa Lopes, a fim de dar seguimento ao processo de formalização da Cooperativa, e conhecimento ao Ministério de Educação e Cultura e Ministério dos Negócios Estrangeiros. ---

--- 3 - Aos sessenta e oito contribuintes da Cooperativa em formação. ---

--- E, nada mais foi tratado. O Eng^o. Ferreira da Silva encerrou a sessão da qual foi feita a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos quantos fizeram parte da mesa. ---

- Eng^o. José António Ferreira da Silva

Comissão Instaladora e Organizadora

Ferreira da Silva

- Eng^o. Rui Gouveia

Directora da Escola - Dra. Idília Rias

Idília Rias

Chefe da Secretaria - Sra. Dona Irene Cabral

Irene Cabral

(continuação)

LISTA DOS SOCIOS DA COOPERATIVA

PRESENTE À REUNIÃO DO DIA 31/1/88

1 - Armando da Silva Pinheiro	Presente
2 - Arvindo Pratapdim	Presente
3 - Bernardino da Silva Ramos	Presente
4 - Carmen Dolores Abrunhosa S. L. Gonçalves	Presente
5 - Carlos Manuel Almeida Santos	Presente
6 - Fausto Valdeamar Gomes de Sousa	Presente
7 - Fernando Jorge Laranjeira Souto	Presente
8 - Filomena Elisa Rosa Costa Juvendes da Silva	Presente
9 - Francisco José Cera	Presente
10 - Francisco José Pinto	Presente
11 - Ilídio da Conceição Ferreira	Presente
12 - Irene da Paz Cabral	Presente
13 - Isabel Maria Levy Marques da Fonseca	Presente
14 - João Joaquim Sousa Cabrita	Presente
15 - Joaquim Manuel Branco Cardoso Homem	Presente
16 - José António Granado Ferreira da Silva	Presente
17 - José Augusto Matos Silva	Presente
18 - José Gonçalves Abreu	Presente
19 - José Manuel Costa Serojo	Presente
20 - José Manuel Fernandes Garcia Velasco	Presente
21 - Idília Alice Oleiro Carraló	Presente
22 - Idília Sofia Vicente Castro Salazar Grilo	Presente
23 - Maria dos Anjos Fries Pugas	Presente
24 - Maria Cidália Nunes Mesquita Figueiredo	Presente
25 - Maria Eugénia da Costa Alves Saraiva Laires	Presente
26 - Maria Fernanda Cardoso Mendes Azevedo	Presente
27 - Maria Helena Gomes Viegas	Presente
28 - Maria Idília Dias Branco Freire Ruas	Presente

(continuação)

29 - Maria Madalena Borges Bernardo Azevedo	Presente
30 - Maria Josef Nascimento Rocha	Presente
31 - Maria Manuela Clemente Vilhena	Presente
32 - Maria Manuela Mota Cunha Gouveia dos Santos	Presente
33 - Maria Odete Sol Carvalho	Presente
34 - Marilinda Leite da Costa Gonzales	Presente
35 - Manuel Adolfo Fernandes Capelão	Presente
36 - Manuel Adriano Martins Leitão	Presente
37 - Manuel Nunes	Presente
38 - Mustak Ahmad Abdula	Presente
39 - Olfvio Lourenço Gil Marques	Presente
40 - Rosa Ródmia Lopes Dique Simões	Presente
41 - Victor Manuel Monteiro Filipe	Presente

Maputo, 29 de Janeiro de 1988

ANEXO D2

ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO

TERMO DE APRESENTAÇÃO DE IRNE DA PAZ CARRAL

Para o exercício do cargo de CHEFE DA SECRETARIA

Aos dezasais, dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e seis, nesta cidade e Secretaria desta Escola, onde se achava presente o Sr Daniel Pedrosa Lopes, membro da Comissão Organizadora, e comigo,

compareceu pessoalmente IRNE DA PAZ CARRAL

portador do PASSAPORTE ~~do Birmão de identidade~~ nº 222/85, de 18/3/1986, do Consulado Português, mandou entrar em exercício imediatamente, neste estabelecimento de ensino, como Chefe da Secretaria

por despacho de 16 de Janeiro de 1986

Ele, Membro da Comissão Organizadora fez a apresentação do referido Funcionário que entra imediatamente em exercício.

E, por ser verdade e nos termos do nº 1 do artigo 89º do Estatuto do Funcionalismo, se lavrou o presente termo, que depois de lido e conferido, vai ser assinado por todos quantos nele intervieram.

Irne da Paz Carral
Daniel Pedrosa Lopes



ESCOLA PORTUGUESA DO MAPUTO — COOPERATIVA
DE ENSINO, C. R. L.

Certifico que, por escritura de 9 de Agosto do corrente ano, passada de fl. 7 v.º a fl. 11 do livro de notas para escrituras diversas n.º 202-E do 1.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária licenciada Zulmira de Natividade Martins Neto Lino da Silva, foi constituída uma cooperativa com a denominação em epígrafe, sendo seus fundadores José Manuel da Costa Serejo, Manuel Adriano Martins Leitão, José António Granado Ferreira da Silva, Armando Ribeiro Pinto, Daniel Pedrosa Lopes, José Manuel Fernandes Garcia Velasco, Fernando Jorge Laranjeira Souto, Maria Cláudia Nunes Mesquita Figueiredo, Luís Dias Breda, Joaquim Manuel Branco Cardoso Homem, Ilídio da Conceição Ferreira, Maria Fernanda Cardoso Mendes de Azevedo, Manuel Saraiva Lopes, Mustak Ahmad Abdula, Armando da Silva Pinheiro, Olívio Lourenço Gil Marques, Arvidu Prataçim, Manuel Adolfo Fernandes Capêlo, José Augusto Matos da Silva e Francisco José Casquilha Cera.

São titulares dos corpos sociais para o primeiro mandato os seguintes cooperadores:

Mesa da assembleia geral: presidente, José Manuel da Costa Serejo; vice-presidente, Mustak Ahmad Abdula, secretário, José Manuel Fernandes Garcia Velasco.

Direcção: presidente, Armando da Silva Pinheiro; vice-presidente, Fernando Jorge Laranjeira Souto; 1.º secretário, Maria Cláudia Nunes Mesquita Figueiredo; 2.º secretário, Olívio Lourenço Gil Marques; tesoureiro, Arvidu Prataçim; 1.º vogal, Manuel Adolfo Fernandes Capêlo; 2.º vogal, José Augusto Matos da Silva; 1.º suplente, Luís Dias Breda; 2.º suplente, Francisco José Casquilha Cera; 3.º suplente, Joaquim Manuel Branco Cardoso Homem, e 4.º suplente, Ilídio da Conceição Ferreira.

Conselho fiscal: presidente, Manuel Adriano Martins Leitão; secretário, Maria Fernanda Cardoso Mendes de Azevedo, e relator, Manuel Saraiva Lopes.

A referida cooperativa passou a registar-se pelos estatutos constantes dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Identidade

ARTIGO 1.º

Denominação, sede, dependência e duração

- 1 — A cooperativa denomina-se Escola Portuguesa do Maputo — Cooperativa de Ensino, C. R. L.
- 2 — A sua sede é em Lisboa, na Rua do Coronel Bento Roma, 51, 1.º andar, podendo ser transferida para qualquer outro local mediante deliberação da assembleia geral.
- 3 — A Cooperativa terá dependência principal no Maputo, República Popular de Moçambique, podendo criar estabelecimentos em qualquer outro local do território moçambicano mediante deliberação da assembleia geral ou deliberação da direcção, sujeita a ratificação da assembleia geral seguinte.
- 4 — A Cooperativa durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

Objecto, finalidade e ramo do sector cooperativa

- 1 — A Cooperativa dedicar-se-á ao ramo de ensino, tendo como objecto específico criar e manter escolas, com regime de internato e externato, de ensino normal básico e secundário segundo o sistema educativo português. Acrescentadamente:
 - a) Organizar actividades de extensão e aprofundamento culturais, principalmente no âmbito do ensino ministrado;
 - b) Apoiar e promover estudos e realizações sociais e económicas ou de outras julgadas necessárias, designadamente a integração profissional dos alunos;
 - c) Promover a realização de reuniões, conferências, cursos e círculos de estudo sobre educação, através de todos os meios de informação e formação disponíveis;
 - d) Fornecer publicações, material escolar, refeições e outros bens ou serviços que se tornem necessários à prossecução dos seus fins.
- 2 — A Cooperativa define-se, quanto ao seu objecto, como cooperativa de educação escolar e, quanto aos cooperadores, como cooperativa de prestação de serviços.

CAPÍTULO II

Capital e obrigações

ARTIGO 3.º

Capital social

- 1 — O capital social, variável e limitado, será no mínimo de 200 000\$, nessa medida já integralmente subscrito pelos fundadores e realizado, em dinheiro.
- 2 — O capital será representado por títulos nominativos de 500\$, que deverão conter a denominação e o número de registo da Cooperativa, o valor e data da emissão, o número em série contínuo e as assinaturas de dois membros da direcção e do respectivo sócio titular.
- 3 — A emissão mínima por cada sócio não pode ser inferior a vinte títulos de capital, cujo valor será pago a dinheiro, integralmente, no acto da subscrição.
- 4 — A transmissão dos títulos carece de autorização da direcção ou da assembleia geral e só pode verificar-se a favor de quem já seja sócio ou para tal tenha as devidas condições.

ARTIGO 4.º

Títulos de investimento

- 1 — A Cooperativa poderá emitir títulos de investimento para efeitos de adquirir bens necessários à execução dos seus fins, mediante deliberação da assembleia geral, que no mesmo acto fixará a taxa de juro e demais condições da emissão.
- 2 — Os títulos de investimento são nominativos e intranmissíveis, devendo conter menções idênticas às dos títulos de capital.
- 3 — Os títulos de investimento podem ser subscritos por quem não seja sócio, mas não conferem essa qualidade, sem prejuízo, porém, de os respectivos titulares poderem participar nas assembleias gerais sem direito a voto.

CAPÍTULO III

Fundos e distribuição de excedentes

ARTIGO 5.º

- 1 — A Cooperativa terá:
 - a) Fundo de reserva legal;
 - b) Fundo de educação e formação cooperativa;
 - c) Fundo de integração profissional;
 - d) Fundo de investimento.
- 2 — Por deliberação da assembleia geral poderão ser criados outros fundos.

ARTIGO 6.º

Fundo de reserva legal

- 1 — O fundo de reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas de exercício e será integrado por meios líquidos e disponíveis.
- 2 — Reverte para este fundo a percentagem dos excedentes líquidos que anualmente for votada pela assembleia geral, nos termos do artigo 10.º.

ARTIGO 7.º

Fundo de educação e formação cooperativa

- 1 — O fundo de educação e formação cooperativa destina-se a cobrir as despesas com a educação e formação cultural e técnico-profissional dos sócios.
- 2 — Reverte para este fundo:
 - a) A percentagem dos excedentes que anualmente for votada pela assembleia geral, nos termos do artigo 10.º;
 - b) Os donativos e subsídios que forem especialmente destinados às finalidades deste fundo.

ARTIGO 8.º

Fundo de integração profissional

- 1 — O fundo de integração profissional destina-se a proporcionar aos alunos, na medida do possível, os meios necessários a facilitar-lhes o exercício de actividade profissional adequada à preparação que hajam obtido na escola da Cooperativa.
- 2 — Reverte para favor deste fundo:
 - a) A percentagem dos excedentes líquidos que anualmente for votada em assembleia geral, nos termos do artigo 10.º;
 - b) Os subsídios e donativos que forem especialmente destinados às finalidades deste fundo;
 - c) Uma contribuição especial de 100\$, a cobrar anualmente dos sócios, sujeita ao sistema que vier a ser votado pela assembleia geral.

ANEXO D4

PARA: CONSELHO DIRECTIVO DA ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO
MAPUTO - MOÇAMBIQUE
AO CUIDADO DO EXMO. SR. MANUEL LEITÃO

DE: CONSTRUÇÕES TÉCNICAS, SA
LISBOA - PORTUGAL

ASSUNTO: FORMALIZAÇÃO POR ESCRITURA PÚBLICA DA ESCOLA PORTUGUESA
DE MAPUTO - COOPERATIVA DE ENSINO

ESTANDO ESTA EMPRESA INTERESSADA NA FORMALIZAÇÃO DA COOPERATIVA
EM REFERÊNCIA E EM SUBSCREVER PARTE DO CAPITAL SOCIAL COMO MEMBRO
FUNDADOR, PÓS O SEU DEPARTAMENTO JURÍDICO À DISPOSIÇÃO DA ESCOLA
PARA TRATAR DA REFERIDA FORMALIZAÇÃO, O QUE TEM VINDO A FAZER
COM A NECESSÁRIA DILIGÊNCIA.

A ESCRITURA AINDA NÃO FOI CELEBRADA VISTO NÃO ESTAREM AINDA
EM PODER DO NOSSO DEPARTAMENTO JURÍDICO AS PROCURADORIAS DAS FIRMAS
TUDOR E ILÍDIO MONTEIRO, NÃO SE SABER QUAL O MONTANTE DE CAPITAL
SOCIAL QUE CADA MEMBRO SUBSCREVERÁ E SUA REALIZAÇÃO, E AINDA
POW ESTAR CADUCADO O PEDIDO DE RENOVACÃO DE CERTIFICADO DE ADMIS-
SIBILIDADE DE DENOMINAÇÃO SOCIAL, SER NECESSÁRIO APRESENTAR
NOVO PEDIDO NO QUAL DEVERÁ SER INDICADO O LOCAL DA SEDE SOCIAL.
NOS PEDIDOS ANTERIORES, FOI INDICADO COMO SEDE, A DA TUDOR QUE
NO ENTANTO INFORMOU HÁ DIAS QUE DEVERÁ SER ENCONTRADA SOLUÇÃO
ALTERNATIVA, PELO QUE ATÉ LAÍ A APRESENTAÇÃO DO NOVO PEDIDO
ESTÁ INVIABILIZADA.

ARMANDO PINTO
CONSTRUÇÕES TÉCNICAS, SA
LISBOA / PORTUGAL

164314 CTLIS P

64719 TUDOR P
LISBOA, 88/04415
TLX 1468/PL/LB

ATENÇÃO SR. MANUEL LEITÃO

PARA: CONSELHO DIRECTIVO DA ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO - MOÇAMBIQUE
DE: TUDOR - PORTUGAL

ASS: FORMALIZAÇÃO DA COOPERATIVA

ACORDOS O V/TLX DATADO DE 14/4/88 AO QUAL PASSAMOS A RESPONDER:

1. O PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE ENSINO TEM SIDO
CONDUZIDO, DESDE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA E INS-
TALADORA EM DEZ. DE 1985, PELA EMPRESA "CONSTRUÇÕES TÉCNICAS, SA"
2. A HIPÓTESE A PARTIR DE JANEIRO DE 1987, DATA EM QUE O SIGNATÁRIO
DEIXOU DE RESIDIR EM MAPUTO, TEM SIDO A DE ELEMENTO DE LIGAÇÃO
ENTRE A COMISSÃO ORGANIZADORA E AQUELA EMPRESA.
POR INTERMÉDIO TEM SIDO SOLICITADOS OS ELEMENTOS QUE AQUELA
EMPRESA ENTENDE SEREM NECESSÁRIOS PARA A CONSTITUIÇÃO DA
COOPERATIVA.
3. APROVEITAMOS PARA INFORMAR QUE QUANDO DO PEDIDO DE CERTIFICADO
DE ADMISSIBILIDADE DE FIRMA OU DENOMINAÇÃO INDICAMOS A
MORADA DA TUDOR EM LISBOA PARA SEDE DA COOPERATIVA,
VERIFICA-SE AGORA E POR RAZÕES DE ORDEM FISCAL, QUE TAL NÃO SE
PODERA VERIFICAR. POR CONSEQUENTE SOLICITAMOS QUE NOS INFORMEM
QUAL A MORADA QUE DEVERÁ SER INDICADA PARA SEDE.

ANEXO D5

Estatutos da
ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO - COOPERATIVA DE ENSINO, SCRL
(Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada)

Capítulo primeiro

IDENTIFICAÇÃO

Artigo primeiro. (Denominação, sede, dependências e duração)

Um. A Cooperativa denomina-se Escola Portuguesa de Maputo - Cooperativa de Ensino, Sociedade Cooperativa de responsabilidade limitada, e tem a sede em Lisboa, Rua

Dois. A Cooperativa terá delegação e estabelecimento no Maputo, República Popular de Moçambique.

Três. A Cooperativa durará por tempo indeterminado.

Artigo segundo. (Finalidade e objecto)

Um. A Cooperativa dedicar-se-á ao ramo do ensino, tendo como objecto específico criar e manter um estabelecimento destinado a ministrar o ensino normal básico e secundário compreendido no sistema educativo português.

Dois. Acessoriamente, são ainda finalidades da Cooperativa:

- a) Organizar actividades de extensão e aprofundamento culturais, principalmente no âmbito do ensino ministrado;
- b) Apoiar e promover estudos e realizações sociais e económicas ou outras julgadas necessárias, designadamente a integração profissional dos alunos;
- c) Promover a realização de reuniões, conferências, cursos e círculos de estudo sobre educação, através de todos os meios de informação e formação disponíveis;
- d) Fornecer publicações, material escolar, refeições e outros bens ou serviços que se tornem necessários à prossecução dos seus fins.

Capítulo segundo

CAPITAL E OBRIGAÇÕES

ANEXO D6

ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO

REGULAMENTO

1. - A Gestão da Escola Portuguesa de Maputo será feita nos termos do presente regulamento, a título experimental, no ano lectivo de 1989/90.
2. - Após o final do Ano Lectivo de 1989/90 serão introduzidas as alterações que a prática vier a aconselhar.

CAPITULO I

ORGAOS E SERVIÇOS

Secção I

(Da Cooperativa de Ensino C.R.L.)

1. - A organização e funcionamento da Escola Portuguesa de Maputo é da responsabilidade da Cooperativa de Ensino a quem compete:
 - a) - Definir as orientações gerais para a Escola.
 - b) - Assegurar os meios necessários ao seu bom funcionamento.
 - c) - Assegurar o cumprimento das disposições legais aplicáveis aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.
 - d) - Aprovar o plano Anual da Escola.
 - e) - Aprovar o relatório anual de contas.
 - f) - Aprovar os critérios de apoios sociais aos alunos.
 - g) - Regulamentar o estatuto de trabalho dos elementos da Direcção da Escola, à excepção do Presidente que, exercerá a sua actividade em tempo pleno.
 - h) - Regulamentar todos os casos omissos.
2. - Para efeito do disposto no número anterior, a Direcção da Cooperativa reunirá com a Direcção da Escola, ordinariamente uma vez por trimestre, ou extraordinariamente sempre que o entender necessário ou a pedido da Direcção da Escola.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 51/96

de 7 de Setembro

Código Cooperativo

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 3.º da Constituição o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O presente diploma aplica-se às cooperativas de todos os graus e às organizações afins cuja legislação especial para ele expressamente remeta.

Artigo 2.º

Noção

1 — As cooperativas são pessoas colectivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles.

2 — As cooperativas, na prossecução dos seus objectivos, podem realizar operações com terceiros, sem prejuízo de eventuais limites fixados pelas leis próprias de cada ramo.

Artigo 3.º

Princípios cooperativos

As cooperativas, na sua constituição e funcionamento, obedecem aos seguintes princípios cooperativos, que integram a declaração sobre a identidade cooperativa adoptada pela Aliança Cooperativa Internacional:

1.º princípio — Adesão voluntária e livre. — As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades de membro, sem discriminações de sexo, sociais, políticas raciais ou religiosas;

2.º princípio — Gestão democrática pelos membros. — As cooperativas são organizações democráticas geridas pelos seus membros, os quais participam activamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres que exerçam funções como representantes eleitos são responsáveis perante o conjunto dos membros que os elegeram. Nas cooperativas do primeiro grau, os membros têm iguais direitos de voto (um membro, um voto),

sendo as cooperativas de outros graus organizadas também de uma forma democrática;

3.º princípio — Participação económica dos membros. — Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os cooperadores habi-

tualmente, recebem, se for caso disso, uma remuneração limitada pelo capital subscrito como condição para serem membros. Os cooperadores destinam os excedentes a um ou mais dos objectivos seguintes: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; benefício dos membros na proporção das suas transacções com a cooperativa; apoio a outras actividades aprovadas pelos membros;

4.º princípio — Autonomia e independência. — As cooperativas são organizações autónomas de entreajuda, controladas pelos seus membros. Não são de natureza em parceria com outras organizações, incluindo os governos, ou de recorrerem a capitais externos, devem fazê-lo de modo que fique assegurado o controlo democrático pelos seus membros e se mantenha a sua autonomia como cooperativas;

5.º princípio — Educação, formação e informação. — As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores, de modo que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Elas devem informar o grande público particularmente, os jovens e os líderes de opinião sobre a natureza e as vantagens da cooperação;

6.º princípio — Interooperação. — As cooperativas servem os seus membros mais eficazmente e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;

7.º princípio — Interesse pela comunidade. — As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.

Artigo 4.º

Ramos do sector cooperativo

1 — Sem prejuízo de outros que venham a ser legalmente consagrados, o sector cooperativo compreende os seguintes ramos:

- a) Consumo;
- b) Comercialização;
- c) Agrícola;
- d) Crédito;
- e) Habitação e construção;
- f) Produção operária;
- g) Artesanato;
- h) Pesca;
- i) Cultura;
- j) Serviços;
- l) Ensino;
- m) Solidariedade social.

2 — É admitida a constituição de cooperativas multissetoriais, que se caracterizam por poderem desenvolver actividades próprias de diversos ramos do sector cooperativo, tendo cada uma delas de indicar no acto de constituição por qual dos ramos opta como elemento de referência, com vista à sua integração em cooperativas de um determinado ramo.

pelo Decreto-Lei n.º 110/96, de 2 de Agosto, com a seguinte redacção:

«Artigo 11.º

Aplicação às Regiões Autónomas

Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira a execução administrativa, incluindo a fiscalização e controlo do cumprimento do disposto no presente diploma e respectiva legislação complementar, cabe aos serviços competentes das respectivas administrações regionais, sem prejuízo das competências atribuídas à Direcção-Geral de Protecção das Culturas (DGPC), enquanto autoridade nacional responsável pela orientação, apoio e coordenação das matérias relativas aos métodos de protecção das culturas.»

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 29 de Abril de 1999. — António Manuel de Oliveira Guterres — Luís Manuel Capoulas Santos — Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira.

Promulgado em 11 de Junho de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 16 de Junho de 1999.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 241/99

de 25 de Junho

A República Portuguesa e a República de Moçambique, pelo Acordo de Cooperação assinado em Maputo em 28 de Julho de 1995, decidiram criar o Centro de Ensino e Língua Portuguesa do Maputo, tendo como objectivos centrais promover o ensino e a difusão da língua e da cultura portuguesas, ampliar a rede escolar ao nível do ensino básico e secundário e alargar aos jovens portugueses e moçambicanos em idade escolar o acesso àqueles níveis de ensino.

A construção de um edifício que pudesse albergar tal desiderato educativo e cultural encontra-se em vias de conclusão, estando, assim, reunidas as condições para que sejam iniciadas as actividades escolares no ano lectivo de 1999-2000.

Neste quadro, procede-se, através do presente diploma, à criação da Escola Portuguesa de Moçambique — Centro de Ensino e Língua Portuguesa, que recebe a sua legitimidade do Acordo de Cooperação acima citado.

O estabelecimento de educação e de ensino agora criado está aberto a cidadãos portugueses, moçambicanos e de outras nacionalidades, constituindo, pela sua gestão pública e pela adopção dos planos curriculares e programas dos ensinos básico e secundário em vigor no sistema educativo português, uma verdadeira escola portuguesa.

Por esta forma, para além dos objectivos atrás referidos, visa-se criar as condições institucionais para que seja possibilitada uma formação de base cultural portuguesa, bem como atribuir à Escola os poderes de ac-

redação dos planos curriculares e programas portugueses leccionados em escolas de direito privado moçambicano.

Tratando-se de uma instituição pública portuguesa que irá funcionar no estrangeiro, a milhares de quilómetros de Portugal, procurou-se, através do presente diploma, dotá-la dos meios que lhe permitam promover uma gestão eficaz e eficiente com vista à realização dos seus objectivos educativos e culturais.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Criação, natureza e objectivos

Artigo 1.º

Criação

É criada, ao abrigo do Acordo de Cooperação celebrado entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, a Escola Portuguesa de Moçambique — Centro de Ensino e Língua Portuguesa, adiante abreviadamente designada por Escola, da titularidade do Estado Português, e com sede em território da República de Moçambique.

Artigo 2.º

Natureza

A Escola é dotada de personalidade jurídica e de autonomia cultural, pedagógica, administrativa, financeira e património próprio.

Artigo 3.º

Objectivos

Constituem objectivos da Escola:

- Promover e difundir a língua e a cultura portuguesas;
- Aplicar as orientações curriculares para a educação pré-escolar e os planos curriculares e programas dos ensinos básico e secundário em vigor no sistema educativo português;
- Contribuir para a promoção sócio-educativa de recursos humanos; --
- Proporcionar uma formação de base cultural portuguesa;
- Permitir a escolarização de filhos de portugueses;
- Acreditar os planos curriculares e programas portugueses leccionados em escolas privadas de direito moçambicano;
- Constituir-se como centro de formação de professores e centro de recursos.

Artigo 4.º

Princípios de actuação

Constituem princípios de actuação da Escola:

- A integração de alunos portugueses e a sua frequência por jovens moçambicanos, bem como de outras nacionalidades;
- O funcionamento de todos os níveis de educação e ensino, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário;

ANEXO D9

11/14

DGEBES
DIRECÇÃO GERAL
DOS ENSINOS BÁSICO
E SECUNDÁRIO

Veto ✓
23.10.92
[Signature]

Av. 29 de Julho, 140 • 1091 Lisboa Codex • Tel. 67 70 71

COM CONHECIMENTO:
- Inspeção-Geral de Educação

ATS-555

Exa^o Senhor
Presidente da Cooperativa de Ensino C.R.L. -
- Escola Portuguesa de Maputo
Caixa Postal 2730

MAPUTO - MOÇAMBIQUE

Sua referência: _____
Sua data de emissão de: 92.06.04

Sua referência:
D.S.O.E.-11
Est./E/Proc^o 2707

Ofício n.º _____
Data _____

ASSUNTO: Renovação da autorização provisória

- 9 OUT. 92 - 137160

Em referência ao ofício com a data acima citada, informo V. Ex^a que por despacho da Senhora Directora-Geral dos Ensinos Básico e Secundário de 92.09.08, foi renovada a autorização provisória de funcionamento para a educação pré-escolar, 1^o, 2^o e 3^o Ciclos do Ensino Básico e 10^o e 11^o anos do Ensino Secundário.

Peio mesmo despacho foi também concedida autorização provisória de funcionamento para o 12^o ano - 1^o e 2^o cursos.

Com os melhores cumprimentos.

[Stamp: 9813 - 9 OUT 1992]

A DIRECTORA DE SERVIÇOS.
[Signature]
(Fernanda Valadas)

IL/MF

ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO
COOPERATIVA DE ENSINO C.R.L.
CORPOS SOCIAIS - LISTA "A"
BIÉNIO 1992/1993

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE: Luís Filipe da Silva Rodrigues
VICE PRESIDENTE: Eng^o. José Manuel Costa Cerejo
SECRETÁRIO: Dr. Rui José Moura Alves Ferreira Bastos

DIRECÇÃO

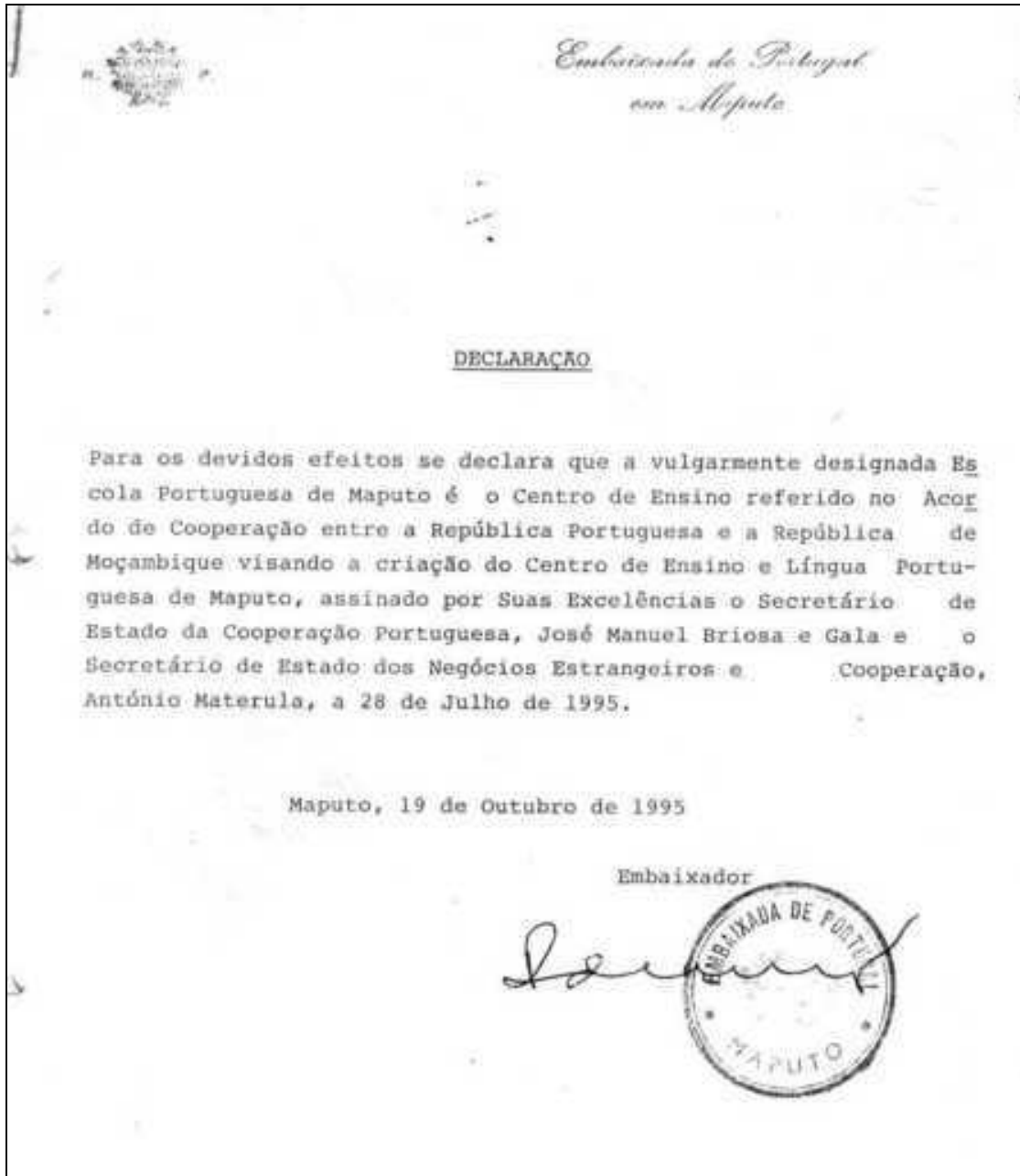
PRESIDENTE: Dr. Nuno Álvaro Santos Silva
VICE PRESIDENTE: Eng^o. António José Dias da Silva Barata
TESOUREIRO: Dr. Manuel Dias Ferreira
SECRETÁRIO: Eng^o. Francisco Lopes Pereira
SECRETÁRIO: Eng^o. Luís Delfim
VOGAL: Dra. Cloé Ribas
VOGAL: Dr. Esmeraldo J. Delgado Pardal
SUPLENTE: Dr. Luís Manuel C. Trigo de Morais
SUPLENTE: Eng^o. Orlando da Silva Grosso
SUPLENTE: Valdemar da Nóvoa Cortez
SUPLENTE: Eng^o. António Manuel Ribeiro Ramos

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Domingos M.J. Paulino
SECRETÁRIO: Maria Isabel Andrade dos Santos Oliveira
RELATOR: José R.L. Moreira Rato

Maputo, Maio de 1992

ANEXO D11



ANEXO D12

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A
REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
VISANDO A CRIAÇÃO DO CENTRO DE ENSINO E
LÍNGUA PORTUGUESA DE MAPUTO

A República Portuguesa e a República de Moçambique:

No espírito do Acordo Geral de Cooperação vigente entre os dois Estados e desejando intensificar os laços de amizade e cooperação já existentes entre os dois povos;

Considerando a acção desenvolvida no quadro do Acordo de Cooperação nos Domínios do Ensino e Educação em vigor;

Considerando a necessidade sentida por ambas as Partes de concretização e implementação de meios de actuação ao nível do ensino e difusão da língua portuguesa:

Acordam o seguinte:

ARTO. 1º

A República Portuguesa e a República de Moçambique, adiante designadas por Partes, decidem criar o Centro de Ensino e Língua Portuguesa de Maputo.

ARTO. 2º

Pelo presente Acordo, as Partes contratantes propõem-se:

- a) ampliar a rede escolar ao nível do ensino básico e secundário
- b) promover o ensino e difusão da língua e cultura portuguesas
- c) alargar o acesso de jovens portugueses e moçambicanos em idade escolar, ao ensino básico e secundário
- d) contribuir para a promoção sócio-educativa dos recursos humanos moçambicanos
- e) oferecer uma formação de base cultural portuguesa a futuros quadros moçambicanos

ARTO. 3º

O Centro de Ensino e Língua Portuguesa de Maputo estrutura-se em duas componentes:

- a) Escola direccionada para o ensino básico e secundário, integrando alunos portugueses, e aberta a jovens moçambicanos
- b) Centro de cultura para utilização da escola e formação de professores

ARTO. 4º

As actividades a desenvolver no Centro de Ensino e Língua Portuguesa de Maputo obedecerão a plano a estabelecer pelas autoridades portuguesas competentes, que designarão o modelo de gestão respectivo procedendo à orientação pedagógica e científica da Escola, bem como à definição e avaliação da acção do Centro Cultural adjacente.

ARTO. 5º

1 - A Parte portuguesa assumirá os seguintes encargos:

- a) Orçamento geral e projecto de fundações e estabilidade estrutural
- b) Construção do edifício, infraestruturas e arranjos exteriores
- c) Equipamento, pessoal docente e administrativo

2 - A Parte moçambicana contribuirá através da concessão de terreno para edificação, com uma área total de 27.000 m².

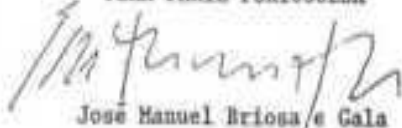
3 - Será concedido pela República de Moçambique isenção de direitos e taxas aduaneiras, e outras, sobre todo o material e equipamento importados no âmbito do presente projecto.

ARTO. 6º

O presente Acordo entrará em vigor na data da última das notas trocadas ente as Partes, pelas quais cada uma comunicará à outra que se encontram cumpridas as formalidades exigidas pela respectiva ordem jurídica interna para a vigência do Acordo.

Feito em duplicado em Maputo, no dia 28 do mês de Julho do ano de 1995, em dois originais em língua portuguesa.

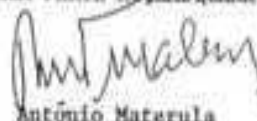
PELA PARTE PORTUGUESA



Jose Manuel Brisona e Gala

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA COOPERAÇÃO

PELA PARTE MOÇAMBICANA



António Materula

SECRETÁRIO DE ESTADO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E COOPERAÇÃO

ANEXO D13

EPM*Escola Portuguesa de Maputo - Cooperativa de Ensino, CRL***ORGÃOS SOCIAIS DA COOPERATIVA DE ENSINO
DA ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO**

NOME	CARGO	PROFISSÃO	SÓCIO
------	-------	-----------	-------

MESA DE ASSEMBLEIA GERAL

Carlos Augusto Mendes Alves	Presidente	Engº Agrónomo	787
Luis Manuel P. Garcês	Vice-Presidente	Engº Civil	392
Maria Isabel A. Santos de Oliveira	Secretário	Contabilista	315

DIRECÇÃO

Celeste C. Cristino de Oliveira	Presidente	Gestora	222
Fernando Emanuel M. Coelho Duarte	Vice-Presidente	Economista	731
Ulisses Manuel Brandão Pereira	Primeiro Secretário	Economista	1114
Mário Manuel Dias Mendes	Segundo Secretário	Engº Mecânico	843
Isabel Guimarães Ribeiro	Tesoureira	Tec. de Contas	660
Albertino Nunes da Costa	Primeiro Vogal	Engº Mecânico	402
Laudina Maria Machado Viana Barbedo	Segundo Vogal	Func. Consular	240
Júlio Simões Gonçalves	Primeiro Suplente	Mecânico	496
Maria Clara P. Simões Duarte Nunes	Segundo Suplente	Func. Pública	1081
Maria da Conceição D. Calheiros	Terceiro Suplente	Doméstica	143
José Artur Sexas Plácido Teixeira	Quarto Suplente	Engº Const Civil	931

CONSELHO FISCAL


Hasmuklal Kakobhai	Presidente	Economista	357
Lúcia do Carmo Trindade Batt	Secretário	Economista	841
Elsa Maria Martins do Amaral	Relator	Auditora	1172

Termo de Tomada de Posse

Seu de como finalidade a Tomada de Posse dos Órgãos Sociais eleitos em Assembleia Geral de 31 de Março de 1998 para o biênio 1998/2000, aos 21 de Abril de 1998 reuniram-se nas instalações provisórias da Escola Portuguesa de Caspito, citas na Sacim, os membros dos novos Órgãos Sociais, membros dos Órgãos Sociais cessantes e convidados.

Nos termos do número 3 do Artigo 24º dos Estatutos, a cerimónia foi orientada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante, senhor António Miguel Pires que conferiu posse aos novos membros dos Órgãos Sociais, conforme segue.

Este acto produziu efeitos imediatos
 Caspito 21 de Abril de 1998
 O Presidente da Mesa da Assembleia



ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO

TELEFAX

DATA: 24-09-98

TELEFAX N° 258 1 431234

DE: ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO

PARA: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - GRUPO DE MISSÃO ESCOLAS PORTUGUESAS

TELEFAX: 351-1-392 49 50

ATT: Dr. JOSÉ CASQUEIRO CARDIM

N° DE PAGINAS INCLUINDO ESTA: 3

REFERÊNCIAS:

Exmo Senhor,

Após reunião com a Direcção da Cooperativa e posteriormente ao encontro com o Adido Cultural, Sr. Dr. José Teixeira, achamos por bem pôr-lhe algumas questões, que no entanto já foram também levantadas aquando da sua visita.

1 - Quadro de Pessoal existente na E.P.M.

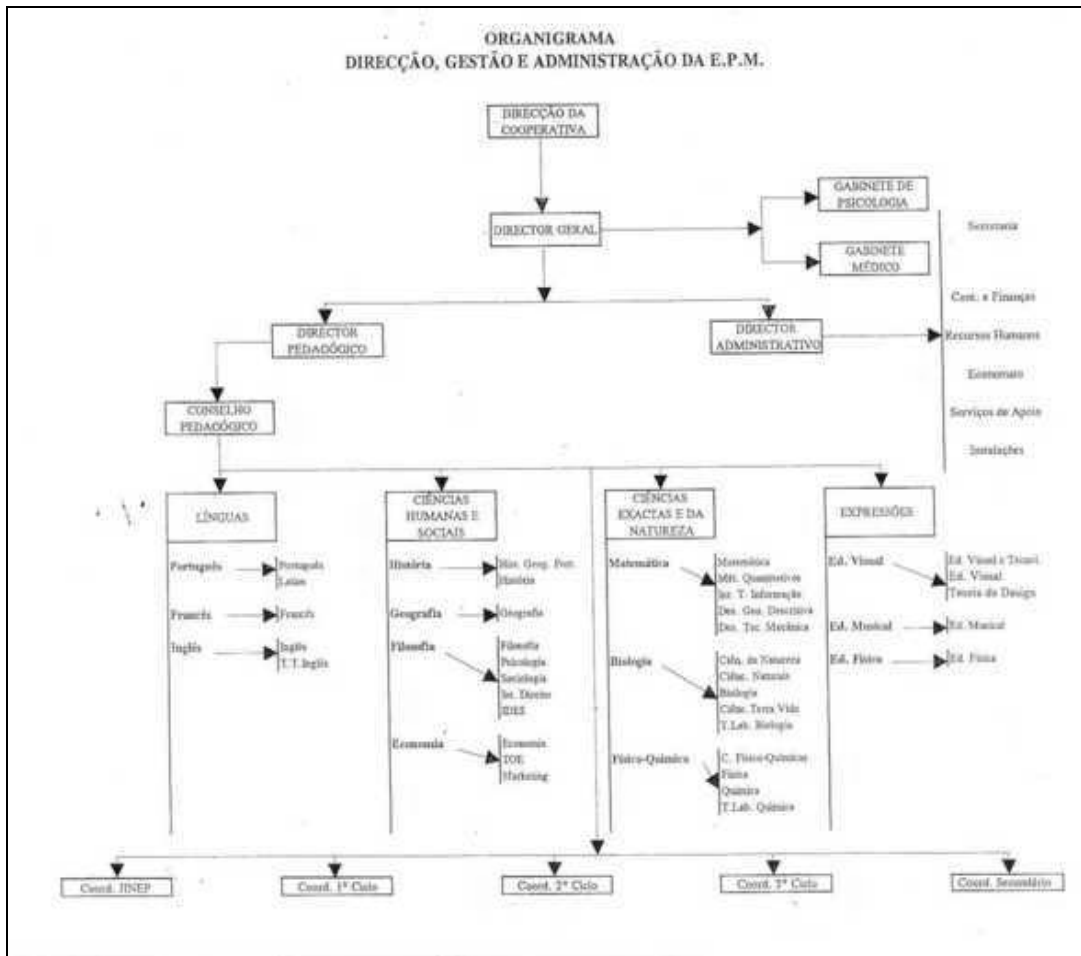
Foi-nos dito na altura, que em principio, não haveria dificuldades em fazer a transição do nosso quadro de pessoal para a Nova Escola. No entanto gostaríamos que nos dessem, se possível, uma informação mais precisa quanto a este assunto. Temos sido questionados pelos docentes estrangeiros (29 moçambicanos e 5 de outras nacionalidades) de como será tratado o caso específico deles.

Por outro lado e ainda em relação a este assunto, informamos que continuamos com algumas dificuldades em ver deferidos os contratos dos docentes e trabalhadores portugueses, bem assim como o dos estrangeiros, com excepção é claro dos moçambicanos.

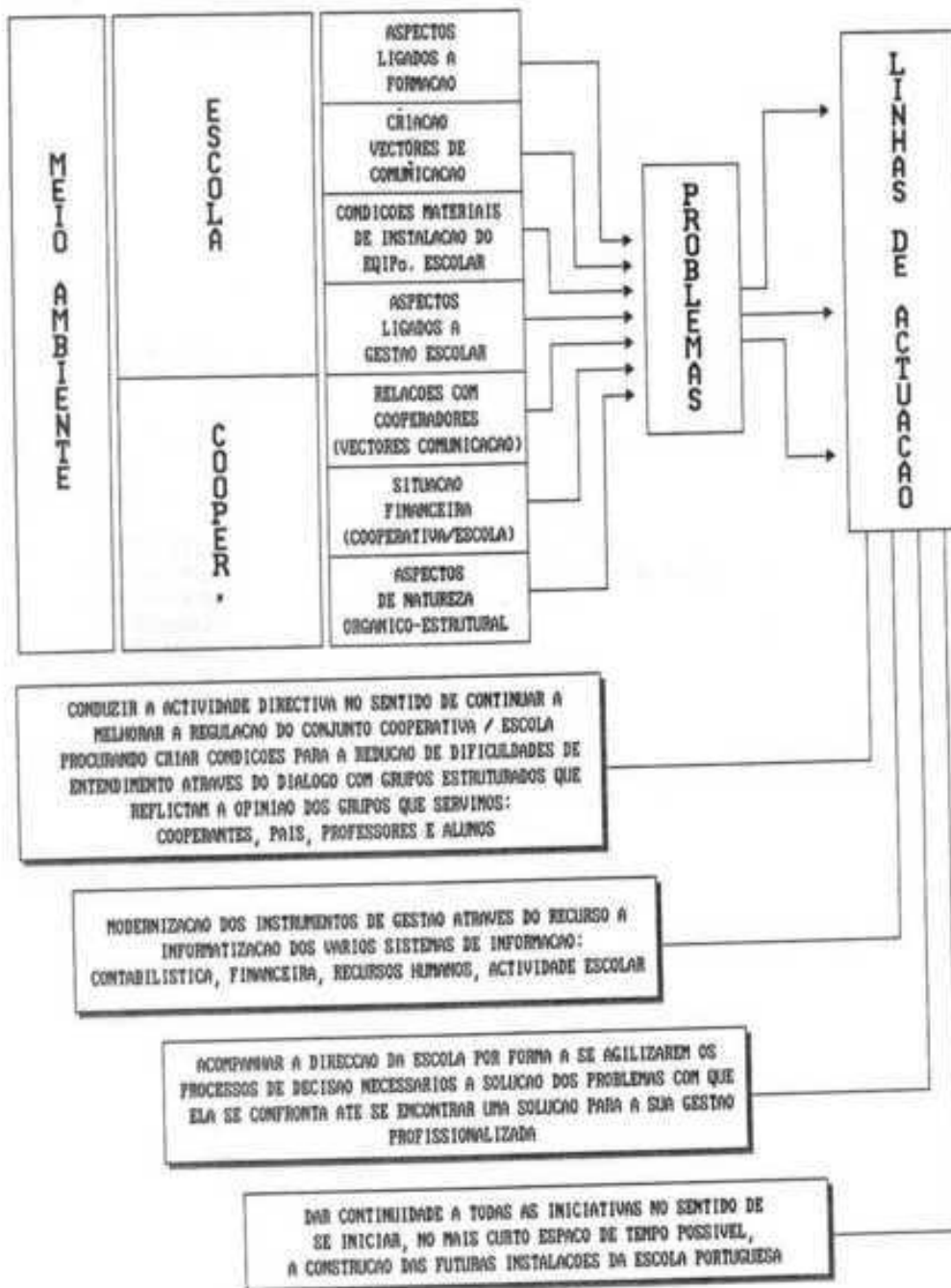
Este assunto é bastante delicado e deveria ser bem equacionado e negociado com as entidades moçambicanas para o futuro da Nova Escola. Se a Escola é "Portuguesa" não se compreenda os entraves sucessivos que as entidades moçambicanas vêm pondo ao longo destes anos.

Neste momento temos um recurso na Direcção da Cidade de Maputo de 4 Educadores de Infância Portuguesas e 4 Auxiliares de Infância, cujo despacho ainda não chegou à Escola e as mesmas tiveram que dar início ao seu trabalho.

ANEXO D16



ANEXO D17



ANEXO E

Comunicados, artigos, folhetos, convites, brochuras,...

ANEXO E1

EPM - ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO

Aos Professores.

ASSUNTO: Festa de Natal / Presépio Vivo

A EPM pensa organizar, por ocasião da celebração do Natal, um Presépio Vivo. De acordo com o projecto, a sua representação acontecerá durante dois ou três dias, no final do Primeiro Período, e será nocturna. O local escolhido foi a zona contígua ao recinto escolar, as Barreiras da Maxaquene.

Uma iniciativa com esta envergadura só será viável se contar com a participação empenhada dos vários elementos que constituem a comunidade escolar - professores, alunos, encarregados de educação e pessoal auxiliar. Devido às características do acontecimento, vários sectores de actuação foram criados, tais como o da segurança, o da luminotecnia, o da sonoplastia, o da utilização dos espaços, entre outros.

Torna-se necessário criar equipas de trabalho que coordenem cada uma das áreas de actuação (por exemplo, a equipa da segurança deverá coordenar, com a empresa/empresas envolvidas, essa área, a da sonoplastia deverá contactar entidades que possam garantir o equipamento sonoro, etc.). Evidente se torna que todos os sectores, de uma ou de outra forma, se relacionarão entre si e contarão com o apoio da Direcção da Escola e de empresas/entidades do exterior.

Para a definição do programa a decorrer no "palco", a EPM contará com o apoio da Igreja de Santo António da Polana. No entanto, também nesta área será necessário o apoio dos professores, nomeadamente no que respeita à concepção dos adereços, selecção musical, concepção do cenário, ensaios (considerando o tipo de iniciativa, praticamente que não será necessário recorrer ao texto, já que toda a representação será baseada na passagem dos alunos pelo "palco" e num fundo musical gravado ou a cargo do Coro), etc.

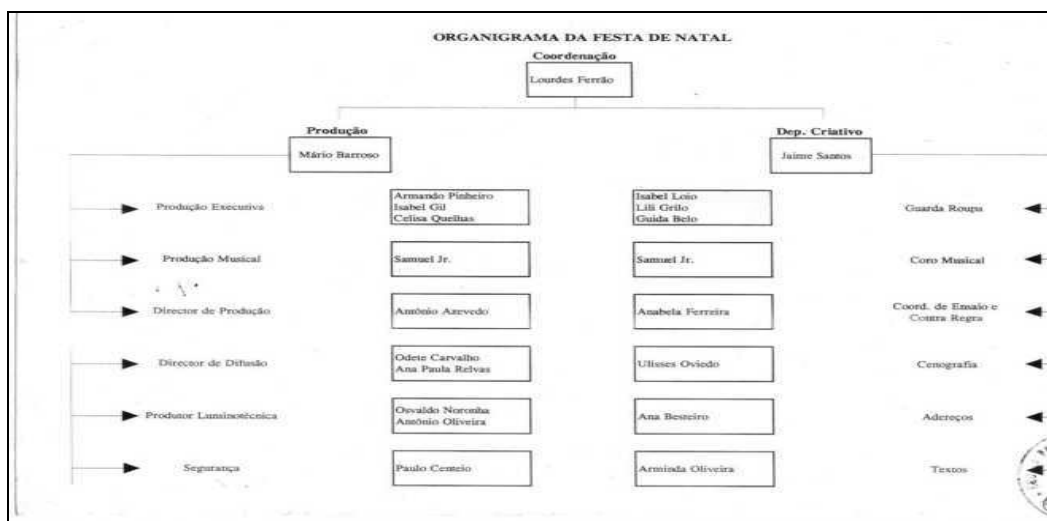
A Direcção da EPM, a promotora da ideia, mostra-se interessada em apoiar todo o projecto, contando desde já com o interesse manifestado por várias entidades externas à Escola com vista à viabilização da iniciativa. É necessário, pois, sobretudo um trabalho de carácter organizativo, com vista a coordenar todas as áreas.

Não sendo a participação obrigatória, será, no entanto, de todo o interesse que os professores contribuam para que este Presépio Vivo seja uma realidade. O projecto, sem dúvida ambicioso, surge, pelo impacto que dele advirá, como uma actividade significativa no âmbito da comunidade (escolar e não só). A sua realização simbolizará, afinal, o dinamismo que se pretende característico da nossa escola. Sendo facto reconhecido que todos os professores, atendendo à sobrecarga horária, não dispõem de muito tempo disponível, também é verdade que, dividindo-se tarefas e responsabilidades, o trabalho inerente a esta ideia será optimizado.

Caso se respeite a calendarização prevista, será possível realizar esta iniciativa. Torna-se, portanto, indispensável que o questionário em anexo seja, após preenchido, entregue às Coordenadoras de Ciclo até, impreterivelmente, segunda-feira, 06 de Novembro - quer haja ou não, por parte de cada um, interesse/disponibilidade em participar. Só respeitando essa data se poderá dar seguimento a todos os trabalhos.

A Coordenadora de Ciclo,

[Assinatura]




ANEXO E2



<p><u>Visita à Casa de Ciências</u></p> <p>12-12-1996 saída: 8:00 horas Objectivo: Entrega de presentes oferecidos pelas crianças do JINEP</p> <p><u>Festa de Natal no JINEP</u></p> <p>11-12-1996 *Natal dos Amigos, 9:00 horas Objectivo: Convívio Lanche: 10:00 horas Objectivo: Partilha</p> <p>* Pedimos a colaboração dos Pais com um doce ou um salgado e um sumo.</p> <p><u>Festa de Natal na EPM (Facim)</u></p> <p>Data: 14-12-96 Hora: 00 HORAS Objectivo: Participação da Pré comunicação/expansão</p>	<p><u>Fichas de Observação</u></p> <p>16-12-1996 Objectivo: Escola/Família</p> <p><u>Atendimento Extraordinário</u></p> <p>Data: 17-12-96 Hora: 13:00 às 17:00 horas Objectivo: Esclarecimento das fichas de observação</p> <p><i>As Fichas de Avaliação são serão entregues aos Pais.</i></p>
--	--

* FELIZ NATAL * FELIZ NATAL * FELIZ NATAL * FELIZ NATAL * FELIZ NATAL * FELIZ NATAL * FELIZ NATAL *

ANEXO E3



Feliz Natal!

**ENTREGA DAS FICHAS
DE INFORMAÇÃO PEDAGÓGICA**

DIA : 14 de Dezembro de 1995
HORA : Entre as 11.00 e as 12.00 Horas
LOCAL : Na sala do seu filho

Todos os Pais ou Encarregados de Educação devem receber pessoalmente a ficha dos seus filhos referente ao 1º período.

Estas não serão entregues a outra pessoa além dos Pais ou Encarregados de Educação.

Se por algum motivo não puder comparecer deverá falar com a própria Educadora.

Nota : para esclarecimento de dúvidas em relação a estas fichas poderão contactar a educadora no dia 18 de Dezembro das 9.00 às 12.00 Horas no JINEP.

**VAMOS FAZER UMA PEQUENA FESTA DE NATAL
OS PAIS ESTÃO CONVIDADOS A ASSISTIR**

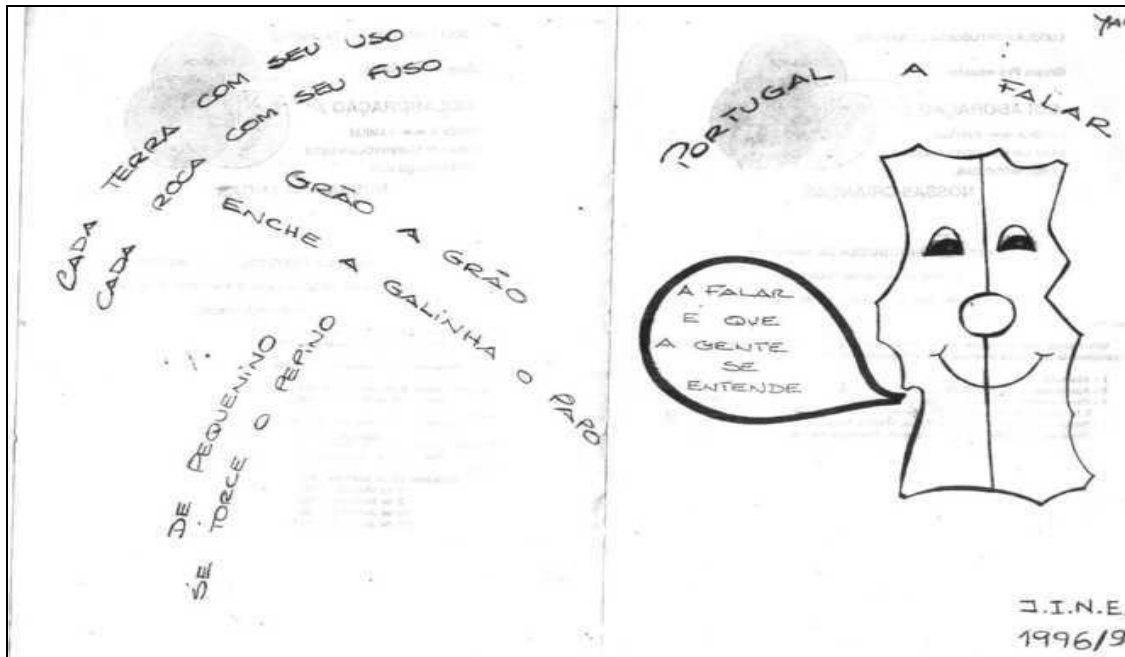
Data : 15 de Dezembro de 1995
Hora : Início às 10.30 Horas

Programa :

- Poesia (Grupo da Pré)
- Pequena dramatização e canção de Natal (OTL)
- Canção de Natal em Inglês (OTL)
- Canção (todo o Grupo do JINEP)

Observação : Neste dia as crianças deverão trazer um doce (ou um salgado) e um sumo para o seu lanche.
O horário de entrada é o habitual.

ANEXO E4



ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO

Grupo Pré-escolar

COLABORAÇÃO

ESCOLA ↔ FAMÍLIA
PARA UM DESENVOLVIMENTO
HARMONIOSO DAS

NOSSAS CRIANÇAS

ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO

JARDIM DE INFANCIA (J.I.N.E.P.)

Convocatória para a Reunião de Pais

Aos Pais

Informamos que se realiza no dia 29 de Novembro às 18 horas uma reunião de pais nas instalações do Jardim de Infância, com a seguinte agenda:

- 1 - Abertura
- 2 - Apresentação da equipa de trabalho
- 3 - Plano anual de trabalho e projecto pedagógico
- 3.1 - Funcionamento do JINEP à tarde
- 4 - Saúde escolar (pela Dr.ª Idília Ruas), Médica Escolar
- 5 - Encerramento (pela Dr.ª Luísa Marcos), Psicóloga Escolar

ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO

Grupo Pré-escolar

COLABORAÇÃO

ESCOLA ↔ FAMÍLIA
PARA UM DESENVOLVIMENTO
HARMONIOSO DAS

NOSSAS CRIANÇAS

ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO

CALENDÁRIO ESCOLAR PARA O ANO LECTIVO DE 1996/97

Educação Pré-Escolar

1º Período - Início: 10 de Setembro de 1996
Fim : 17 de Dezembro de 1996
68 dias
Feriados: 25 de Setembro de 1996

2º Período - Início: 8 de Janeiro de 1997
Fim : 25 de Março de 1997
54 dias
Feriados: 3 de Fevereiro de 1997

3º Período - Início: 8 de Junho de 1997
Fim : 27 de Junho de 1997
55 dias
Feriados: 25 de Abril de 1997
1 de Maio de 1997
2 de Maio de 1997
10 de Junho de 1997
25 de Junho de 1997



ANEXO E6

Comissão Organizadora das Comemorações de dia 10 de Junho DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS MAPUTO				Comissão Organizadora das Comemorações de dia 10 de Junho DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS MAPUTO	
<u>SEMANA COMEMORATIVA DO 10 DE JUNHO</u>				<u>JANTAR NO MINI-GOLFE</u> PROGRAMA	
PROGRAMA					
DIA	HORA	EVENTO	LOCAL		
01-Seg.	15h30	Entrega do prémio Itinerário Camões (Tap)	Escola Portuguesa	20 Horas	Entrada
06-Sab.	14h30	Voleibol misto (EPM x comum.)	Estrela vermelha	20h30m	Hino Nacional pelo coco de abanos da Escola Portuguesa
	15h30	Andebol Feminino (EPM1 x EPM2)		20h35m	Alocução solene ao Dia de Camões
	16h30	Futebol de Salão (EPM x Comum)		20h45m	Mensagem proferida por sua Excelência o Embaixador de Portugal, Dr. Manuel Lopes da Costa, aos portugueses
07-Dom	8h00	Atletismo (Prova de Estrada)	Embaixada/Twinn Facim/777	21h	Leitura da Mensagem de sua Excelência o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. Correia de Jesus, lida pelo Dr. Augusto Peixoto, na qualidade de Consul Geral
	9h30	Rally Paper			21h15m
08-Seg.	15h00	Abertura da exposição de trabalhos da EPM	Embaixada	22h15m	Cantões tradicionais pelo Coro da Escola Portuguesa
	16h00	Encerramento Curso Hist. Literária Portug.		Inst. Ciências Saúde	22h25m
09-Ter.	16h00	Eucaristia	São António Polónia	22h50m	Conjunto Rock
12-Sex.	20h00	Jantar de Gala (Com Programa Musical)	Mini Golfe	23h20m	Noites de Fado Guitarra pelo Conjunto de guitarras do Prof. Fontinha
13-Sab.	15h30	Concurso Hípico "10 de Junho"	Centro Hípico de Maputo	23h30m	Fado de Coimbra na voz de Paulo Gasção
14-Dom	9h30	Concurso Hípico "10 de Junho" (cont)	Centro Hípico de Maputo	23h40m	Fado Cantiga na voz de Fátima Coelho
	14h00	PIC-NIC, entrega de prémios, poesia, música, dança, folclore, etc.	Centro Hípico de Maputo	23h55m	Fadistas voluntários
17-Qua.	18h00	Abertura Exposição Arte Contemporânea Portuguesa	Embaixada	24h15m	Conjunto de guitarras de Raúl Godinho Fadistas: Alexandra Silva e António Monge

Inscrições e informações obtidas no:
Consulado Geral de Portugal - Sr António Pires- Tel: 490150

Entrega de medalhas
Aprentizados: António Costa e Luís Filipe Rodrigues

ACTIVIDADES EXTRA-CURRICULARES INFORMAÇÕES

1. As modalidades extra-curriculares de Inglês, Mini-basquete, Dança Moderna, Patinagem e Natação encontram-se a funcionar em pleno.
As aulas de Natação irão sofrer mudanças de horário por razões alheias à nossa vontade. Contudo tentaremos não lesar nenhum dos utentes.
As aulas de Dança Moderna irão ter a colaboração de uma das nossas alunas - Tânia Ribeiro do 11º ano.
A sala de estudo está a funcionar com a Profª. Mimi e Rosa Noémia de 2ª a 6ª feira das 15:00 horas às 17:00 horas.
2. Novas modalidades extra-curriculares
Sala de estudo para alunos do 3º ciclo caso haja inscrições suficientes (no Alto-Maé). Contacte-nos.
As aulas de Fotografia vão recomeçar com o nosso Professor/Aluno Rodrigo Rocha inscrevam-se.
JUDO: Estamos preparados para começar com estas aulas caso haja número suficiente de inscrições.
MÚSICA: Brevemente iremos abrir as inscrições para aulas extra-curriculares de música instrumental.
3. Mais informamos que as modalidades de Basquetebol, Futebol, Voleibol e Atletismo estão já a funcionar na Escola, no âmbito do Desporto Escolar.

Nota: Para mais informações contacte com a secretária (Alto-Maé) ou Prof. Luís Perdiz (Facim).

Direcção dos Assuntos Sociais

(Assinatura)

ANEXO E7



MENSAGENS AOS NOSSOS PAIS

NESTE NATAL

Estrela de Belém
num raio de luz,
vem à nossa Escola
trazer-nos Jesus!

Um Jesus menino
com olhos de luz,
beicinho de amor,
quinte da rua
com uma sacola.

Que saibas brincar,
estuda lições,
decore taboada
use tamancuzinho,
capa recostada
como um pobrezinho!

Mas tão pequenino,
que possa morar
no meu coração!

A.E.P.M. DESEJA
UM BOM NATAL 92
E FELIZ ANO NOVO 93
A TODOS VÓS!

PROGRAMA DE FÉRIAS

DIA 18. INAUGURAÇÃO DA BILHOTEIA
(com a exposição de cartazes, presepios e fotografias.)

DIA 19. ESPETÁCULO DA ESCOLA
(no recinto "Bowling green" Hotel Polana - 15.30H)

15h30 -- MENSAGENS DE NATAL

- CORO INFANTIL ** É NATAL
- ** O VINDE PASTORES
- GRUPO DO 1.º ANO ** PRESEPIO VIVO
- ** CANÇÕES - NATAL AFRICANO
- TRUZ-TRUZ-TRUZ
- ** QUADRA DE NATAL - MUNDO
- POESIA: "BALADA DA NEVE" -- VERA DIANO
- J.L.B.K. HIPÓCRISITO: "Deus e Filhos do 8º ano"
- GRUPO DO 2.º ANO ** POEMA "O NATAL NÃO TARDIA AÍ"
- ** CANÇÃO: "O PUBHEIRINHO"
- ** POEMA: "NATAL"
- POESIA: "MADAIÇA" DOF NATACHA DO 8º ANO
- GRUPO DO 1.º ANO: ** JOGAL (3º B E C)
- ** POEMAS: "NATAL"- PEDRO MIGUEL
- "NO DIA DE NATAL" VANIA
- POESIA: "PARTEN TRISTES" DANIELA DO 8º ANO
- GRUPO DO 4.º ANO: ** TEATRINHO HIPÓCRISITO (4º B E C)
- "MARTINHO E MARIANA"
- ** POEMA: "ÁRVORE DE NATAL" (4ºD)
- AUTO DE NATAL: GRUPO DE TEATRO DA E.P.M.
- GRUPO BALETE (5º E 6º ANOS): "NATAL DOS SIMPLES"

"A TODOS UM BOM NATAL"

Atenção:

- * Haverá uma venda de natal com objectos feitos pelos alunos;
- * Haverá rifas e barraca de comes e bebes;
- * Haverá festa com todos nós!

Escola Portuguesa de Maputo

Queridos Pais

Não é fácil todos nós vivemos este grande acontecimento que nos enche de alegria: O NATAL!
 Procuramos nos vizinhos da rua e queremos que eles também tenham brinquedos para brincar.
 Dai-nos um presente para a nossa "Dai Natal" distribuir
 os nossos brinquedos.
 Ele estará na nossa festa no dia 14/12 para os receber.

Avante a tristeza,
 o sofrimento e a violência,
 o amor é fonte de alegria!



Lrs. Encarregados de Educação

O objectivo a que nos propusemos com a Feira do doce foi plenamente cumprido, devido à grande colaboração dos pais. Foram apurados 7.000.150,00 Mts. Deste dinheiro, uma parte servirá para comprar gémeos para os merinos da batente, uma vez que os criadores do Hospital José Eduardo já foram amplamente beneficiados. O restante será empregue na compra de livros para a Biblioteca.

O felício agradece a boa vontade e o empenho de todos os pais.

Maputo, 18 de Dezembro de 1992.

Comun. Gonçalves

ANEXO E9

EPM - ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO
EDRHO BUCHIBARDI (1887 / 1988)

Exmo. Senhor Encarregado de Educação.

Como Director da Turma ___ de ___ Ano, frequentada pelo seu Educando, venho informá-lo que estou à sua disposição na Escola, todas as _____, das _____ horas às _____ horas, na Sala dos Directores de Turma.

Se que tal se justifique, convoca-lo-ei expressamente através do seu Educando, mas até lá máxima conveniência que periodicamente me contacte.

Recordo que a franca colaboração dos Encarregados de Educação com a Escola, pode ser determinante para o sucesso escolar dos alunos.

Agradeço que, se pretender uma entrevista com o objectivo de conhecer a situação escolar do seu Educando, me informe com uma semana de antecedência, para que eu possa, junto dos outros professores, obter informações actualizadas.

Solicito a devolução do detachável, após assinado, através do seu Educando.

Atenciosamente,

O Director de Turma, _____

Maputo, ___ de _____ de 1992.

Final encaminhamento do dia e hora de atendimento semanal do Director de Turma _____ "Ano _____ Encarregado de Educação do aluno nº _____.

O Encarregado de Educação, _____

Maputo, ___ de _____ de 1992.

ESCOLA PORTUGUESA DE MAPUTO

CIRCULAR Nº 2/92

Realizar-se-á no dia 27 de Junho de 1992 a festa de encerramento do ano lectivo.

Para que este convívio seja um êxito precisamos da colaboração de TODOS OS PAIS.

Teremos comes e bebes; barracas de rifas, pelo que se agradece desde já que cada aluno possa trazer até ao dia 26 de Junho um pequeno brinde (brinquedo, material escolar, bíbels, etc.) que deverá ser entregue na Papelaria da Escola ou à professora da sua turma.

Maputo, 23 de Junho de 1992

A Direcção da Escola A Comissão de Pais

Handwritten signatures

EPM

Escola Portuguesa de Maputo - Cooperativa de Ensino, CRL

CIRCULAR Nº 3/PM/95

EXMO SENHOR ENCARRGADO DE EDUCAÇÃO

A Saúde Escolar da Escola Portuguesa de Maputo está a promover a vacinação anti-tetânica procurando ajustá-la ao novo calendário vacinal, por forma a que fiquem vacinados para TODA A VIDA, isto acontece ao fim de 5 vacinações que obedecem ao intervalo MÍNIMO entre as doses, do seguinte modo:

- Entre a 1ª e a 2ª - 4 semanas
- a 2ª e a 3ª - 6 meses
- a 3ª e a 4ª - 1 ano
- a 4ª e a 5ª - 1 ano

Por isso, agradeço a favor de enviar **DIRECTAMENTE**, ao Gabinete Médico, a fotocópia do boletim de vacinações, para análise e posterior vacinação dos Alunos que se encontram na situação de serem vacinados.

Também agradeço, aos Senhores Encarregados de Educação que não desejem que os seus Educandos retomem a vacina, que o expressem por intermédio do destinatário desta circular e o enviem, igualmente ao Gabinete Médico.

NOTA: A E.P.M. declina qualquer responsabilidade nestes casos, bem como se a referida fotocópia não for entregue até ao dia 24 do mês em curso.

Para qualquer esclarecimento, o Senhor Encarregado de Educação poderá dirigir-se ao Gabinete Médico das 7 às 12 e das 14 às 18 horas.



Eu, _____ Encarregado de Educação do Aluno/a _____
 Ano _____ Turma _____ deixo não desejar que o meu/minha Educando/a seja
 vacinado/a na EPM.
 Maputo, ____/____/1995

Escola Portuguesa

Alunos vieram saber como se faz o “Notícias”

Noventa instruídos da Escola Portuguesa de Maputo, visitaram recentemente as instalações do nosso jornal para entre outros interesses, inteirarem-se das “maratonas” que levam à produção do jornal, desde a recolha das notícias até à colocação do produto final à disposição dos leitores.

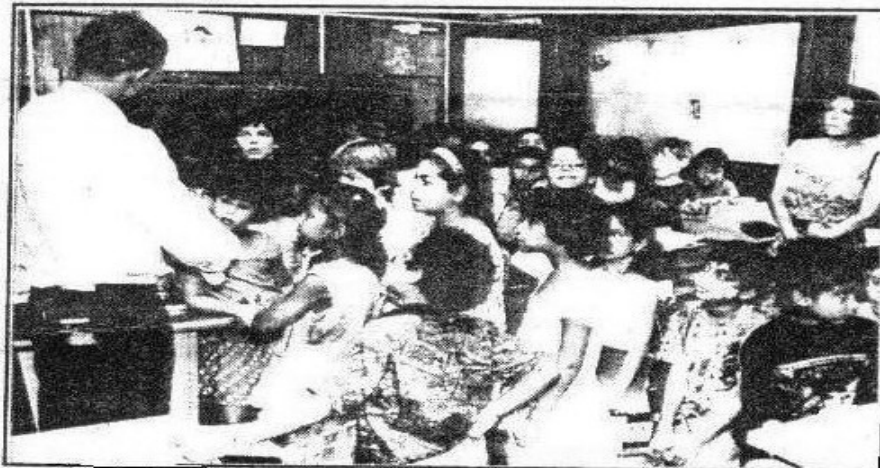
A pequenada, que este ano frequenta a 3ª classe naquele estabelecimento de ensino, visitou, dividida em três grupos de trinta alunos cada, a nossa Redacção, a secção Fotográfica, a Secretaria, o Arquivo e as Oficinas, onde com uma curiosidade contagiante, iam questionando sobre os mais ínfimos aspectos que intervêm na produção do jornal.

Na nossa Redacção, aqueles estudantes de palmo-meio, conversaram com os jornalistas, fizeram perguntas e tentaram “matar” a sua curiosidade sobre os “mistérios” das notícias levadas ao público através do “Notícias”.

Acompanhados pelos respectivos professores, os alunos traziam consigo registadas as principais questões que desejavam ver respondidas, rementendo os nossos jornalistas à situação inversa àquela a que estão habituados, que é serem eles a levantar as questões, ávidos de obter as devidas explicações... E, pelos vistos nem todos souberam adaptar-se com facilidade à nova exigência imposta pela pequenada da Escola Portuguesa de Maputo.

Oxalá tenham de facto dissipado todas as dúvidas que traziam na manga, pois só assim poderá enriquecer o seu conhecimento sobre o mundo das coisas, e quem sabe, talvez se “apaixonem” por esta profissão que bem precisa receber injeção de sangue novo...

Na imagem, Alfredo Macaringue (de costas), sub-chefe da nossa Redacção, dá explicações sobre o funcionamento da nossa “oficina”.



Artigo publicado no jornal “Notícias” a respeito da visita ao jornal dos nossos alunos (fotografias 21 e 22 deste trabalho).

ANEXO E12



ESCOLA PORTUGUESA

PROGRAMA

FESTA DE ENCERRAMENTO

ANO LECTIVO DE 1989/1990



- Desfile de Marchas

- Grupo Coral
- Poesia - Pré-A
- História da Carochinha (dramatização) - Pré-B
- Poesia - Pré-B
- Dança das Bonecas - Pré-C e D
- Poesia - Pré-A
- Ginástica Rítmica - Pré-A
- 2 poemas - Pré-A
- Dança das Vassouras - Pré-C e D
- Poesia - Pré-A
- Canção - Pré-A
- Poesia - Pré-A
- Poemas - Pré-B



Folclore

- Nas voltinhas do Marão - Pré-C e D
- Água leva o Bagadinho - Pré-A
- O mar enrola na areia - 1ª.A
- O Malhão, Malhão - 1ª.B
- Malhão da Cruz - 1ª.C
- Malhão de Joaze - 2ªs.
- Verdegar - 3ªs.
- A Soia Velhinha - 4ªs.

Variedades

